

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1
78p
90

E BENVENISTE

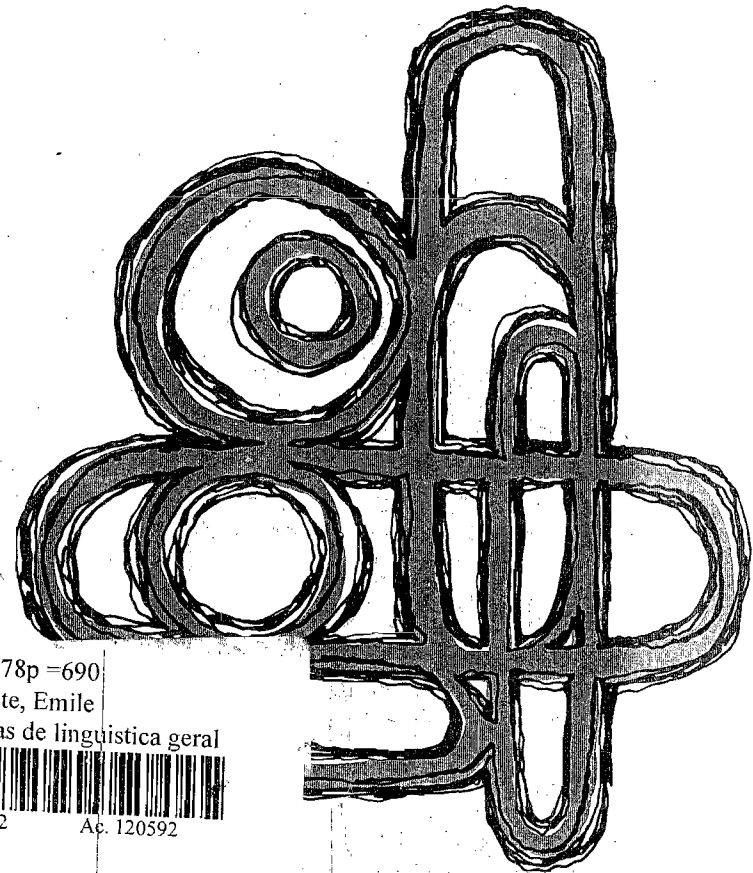
N.Cham. 801 B478p =690
Autor: Benveniste, Emile
Título: Problemas de linguística geral



10125132

Ac. 120592

EX.4 BCE



BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
Série 5.^a – Letras e Lingüística
volume 8

Direção:

Prof. ISAAC NICOLAU SALUM
(da Universidade de São Paulo)

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

B413p Benveniste, Émile, 1902-1976
Problemas de lingüística geral; tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
(Biblioteca universitária. Série 5a. Letras e lingüística, v. 8).

I. Lingüística I. Título. II. Série.

76-1049

CDD-410

Índice para catálogo sistemático:

1. Lingüística 410

ÉMILE BENVENISTE

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL

tradução de

MARIA DA GLÓRIA NOVAK
e
LUIZA NERI

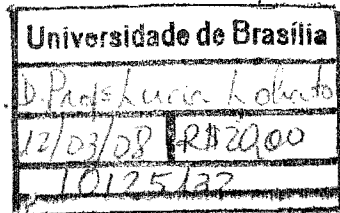
revisão do

Prof. ISAAC NICOLAU SALUM

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Do original francês:
Problèmes de linguistique générale

Capa:
HANIEL



Direitos autorais para língua portuguesa adquiridos pela
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 - São Paulo, SP
que se reserva a propriedade desta tradução.

1976

Impresso no Brasil

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ac., acusativo	sânscri., sânscrito
adj., adjetivo	sc., <i>scilicet</i>
al., alemão	sing., singular
ant., antigo	subst., substantivo
arm., armênio	s.v., <i>sub uoce</i>
cap., capitulo	usu., <i>usually</i>
cf., conferir	véd., védico
dat., dativo	
din., dinamarquês	
esl., eslavo	
esp., <i>especially</i>	
fem., feminino	
fr., francês	
frag., fragmento	
gal., galês	
gen., genitivo	
gót., gótico	
gr., grego	
gr. hom., grego homérico	
hebr., hebraico	
hit., hitita	
húng., húngaro	
indo-eur., indo-europeu	
indo-ir., indo-irânico	
ingl., inglês	
ir., irânico	
irl., irlandês	
isl., islandês	
it., italiano	
lat., latim	
lit., literal	
lit., lituano	
masc., masculino	
n., neutro	
pf., perfeito	
pl., plural	
pop., popular	
pr., prússia	
	<i>Ach., Acharnei</i>
	<i>Ad., Adelphe</i>
	<i>Aen., Aeneis</i>
	<i>Ag., Agamemnon</i>
	<i>Agri cult., De agri cultura</i>
	<i>Amph., Amphitruo</i>
	<i>Ant. Piac., Antonino Piacentino</i>
	<i>Antif., Antifon</i>
	<i>Antig., Antigone</i>
	<i>Arist., Aristófanes</i>
	<i>Asin., Asinaria</i>
	<i>B.G., De Bello Gallico</i>
	<i>Capt., Captiui</i>
	<i>Cas., Casina</i>
	<i>C.G.L., Corpus Glossariorum</i>
	<i>Latinorum</i>
	<i>Cic., Cicero</i>
	<i>Cist., Cistellaria</i>
	<i>Ciu Dei., De ciuitate Dei</i>
	<i>Coeph., Coepthori</i>
	<i>Com., Comedia</i>
	<i>Curc., Curculio</i>
	<i>Cycl., Cyclops</i>
	<i>El., Electra</i>
	<i>Êsqu., Êsquilo</i>
	<i>Eum., Eumenis Macedonis</i>
	<i>Eum., Eumenides</i>
	<i>Eun., Eunuchus</i>
	<i>Eur., Euripides</i>

<i>Heaut.</i> , <i>Heautontimorūmenos</i>	<i>Nub.</i> , <i>Nubes</i>
<i>Her.</i> , Heródoto	<i>Od.</i> , <i>Odysseia</i>
<i>Heracl.</i> , <i>Heraclidae</i>	<i>Oecon.</i> , <i>Oeconomicus</i>
<i>Hes.</i> , Hesíodo	<i>Off.</i> , <i>De officiis</i>
<i>Hipócr.</i> , Hipócrates	<i>Ol.</i> , <i>Olympia</i>
<i>Hipp.</i> , <i>Hippolytus</i>	<i>Ov.</i> , Ovídio
<i>I.G.</i> , <i>Inscriptiones Graecorum</i>	<i>Pacúv.</i> , Pacúvio
<i>Il.</i> , <i>Ilias</i>	<i>Pers.</i> , <i>Persae</i>
<i>Iph. Aul.</i> , <i>Iphigenia Aulidensis</i>	<i>Phaedr.</i> , <i>Phaedrus</i>
<i>Isth.</i> , <i>Isthmia</i>	<i>Pínd.</i> , Píndaro
<i>It.</i> , <i>Itinerarium</i>	<i>Pl.</i> , Plauto
<i>Jo.</i> , São João	<i>Plat.</i> , Platão
<i>Lat. Etym. Wb.</i> , <i>Lateinisches etymologisches Wörterbuch</i>	<i>Pompon.</i> , Lúcio Pompônio
<i>Lc.</i> , São Lucas	<i>Prisc.</i> , Prisciano
<i>Leg.</i> , <i>Leges</i>	<i>Probl.</i> , <i>Problemata</i>
<i>Liv.</i> , Tito Lívio	<i>Prom.</i> , <i>Prometeus</i>
<i>Liv. Andr.</i> , Lívio Andrónico	<i>Pseud.</i> , <i>Pseudolus</i>
<i>L.L.</i> , <i>De lingua Latina</i>	<i>Rhet. ad Her.</i> , <i>Rethorica ad Herennium</i>
<i>Lucr.</i> , Lucrécio	<i>R.R.</i> , <i>De re rustica</i>
<i>Mc.</i> , São Marcos	<i>Rud.</i> , <i>Rudens</i>
<i>Mem.</i> , <i>Memorabilia</i>	<i>Sóf.</i> , Sófocles
<i>Men.</i> , <i>Menaechmi</i>	<i>Stich.</i> , <i>Stichus</i>
<i>Merc.</i> , <i>Mercurator</i>	<i>Suppl.</i> , <i>Supplices</i>
<i>Metaph.</i> , <i>Metaphysica</i>	<i>Ter.</i> , Terêncio
<i>Mil.</i> , <i>Miles Ioriosus</i>	<i>Tim.</i> , <i>Timaeus</i>
<i>Most.</i> , <i>Mostellaria</i>	<i>Top.</i> , <i>Topica</i>
<i>Mt.</i> , São Mateus	<i>Trin.</i> , <i>Trinummus</i>
<i>Nat. Deor.</i> , <i>De natura Deorum</i>	<i>Truc.</i> , <i>Truculentus</i>
<i>Nep.</i> , Cornélio Népos	<i>Tuc.</i> , Tucídides
<i>Név.</i> , Névio	<i>Verg.</i> , Vergílio
<i>Non.</i> , Nônio	<i>X. Pers.</i>

OBS. Algumas abreviaturas referentes a citações em antigas línguas do ramo indo-irânico e do grupo altaico não puderam ser identificadas. Assim, deixam de figurar neste índice.

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	XI
Primeira parte – Transformações da lingüística	
<i>Capítulo 1.</i> Tendências recentes em lingüística geral	3
<i>Capítulo 2.</i> Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística	19
<i>Capítulo 3.</i> Saussure após meio século	34
Segunda parte – A comunicação	
<i>Capítulo 4.</i> Natureza do signo lingüístico.....	53
<i>Capítulo 5.</i> Comunicação animal e linguagem humana.....	60
<i>Capítulo 6.</i> Categorias de pensamento e categorias de língua.....	68
<i>Capítulo 7.</i> Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana	81
Terceira parte – Estruturas e análises	
<i>Capítulo 8.</i> “Estrutura” em lingüística	97
<i>Capítulo 9.</i> A Classificação das línguas	105
<i>Capítulo 10.</i> Os níveis da análise lingüística	127
<i>Capítulo 11.</i> O sistema sublógico das preposições em latim	141
<i>Capítulo 12.</i> Para a análise das funções casuais: o genitivo latino	150
Quarta parte – Funções sintáticas	
<i>Capítulo 13.</i> A frase nominal	163
<i>Capítulo 14.</i> Ativo e médio no verbo	183
<i>Capítulo 15.</i> A construção passiva do perfeito transitivo	192
<i>Capítulo 16.</i> “Ser” e “ter” nas suas funções lingüísticas	204
<i>Capítulo 17.</i> A frase relativa, problema de sintaxe geral	228

Quinta parte – O homem na língua

Capítulo 18. Estrutura das relações de pessoa no verbo	247
Capítulo 19. As relações de tempo no verbo francês	260
Capítulo 20. A Natureza dos pronomes	277
Capítulo 21. Da subjetividade na linguagem	284
Capítulo 22. A filosofia analítica e a linguagem.....	294
Capítulo 23. Os verbos delocutivos.....	306

Sexta parte – Léxico e cultura

Capítulo 24. Problemas semânticos da reconstrução	319
Capítulo 25. Eufemismos antigos e modernos	340
Capítulo 26. Dom e troca no vocabulário indo-europeu	348
Capítulo 27. A noção de “ritmo” na sua expressão lingüística	361
Capítulo 28. Civilização: contribuição à história da palavra	371
Índice remissivo	383

PREFÁCIO

Os estudos reunidos nesta obra foram escolhidos entre muitos outros, mais técnicos, que o autor publicou nestes últimos anos. Se os apresentamos sob a denominação de problemas isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem, que se formula nos principais temas tratados: encaram-se as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento, e também os problemas da análise intralingüística. Os que descobrem noutros domínios a importância da linguagem verão, assim, a maneira como um lingüista aborda algumas questões que são obrigados a se propor e perceberão, talvez, que a configuração da linguagem determina todos os sistemas semióticos.

A esses, algumas páginas poderão parecer difíceis. Devem convencer-se de que a linguagem é, de fato, um objeto difícil e que a análise do dado lingüístico se faz por árduos caminhos. Como as outras ciências, a lingüística progride na razão direta da complexidade que reconhece nas coisas; as etapas do seu desenvolvimento são as dessa tomada de consciência. Além disso, será necessário compenetrar-se desta verdade: a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apóia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem.

Nos primeiros capítulos, esboçamos um panorama das recentes pesquisas sobre a teoria da linguagem e das perspectivas que elas abrem. Passamos a seguir ao problema central da comunicação e às suas modalidades: natureza do signo lingüístico, caracteres

diferenciais da linguagem humana, correlações entre as categorias lingüísticas e as do pensamento, papel da linguagem na exploração do inconsciente. As noções de estrutura e de função constituem o objeto dos ensaios seguintes, que se apóiam sucessivamente sobre as variações de estrutura nas línguas e sobre as manifestações intralingüísticas de algumas funções; principalmente as relações da forma e do sentido são relacionadas com os níveis da análise. Uma série diversa é dedicada a fenômenos de sintaxe; procuram-se, aqui, as constantes sintáticas através de tipos lingüísticos muito variados, e se apresentam modelos específicos de certos tipos de frases que se reconhecem como universais: frase nominal, frase relativa. "O homem na linguagem" é o título da parte seguinte; é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas lingüísticas da "subjetividade" e as categorias da pessoa, dos pronomes e do tempo. Em compensação, nos últimos capítulos, o que se destaca é o papel da significação e da cultura; estudam-se aí os métodos da reconstrução semântica, assim como a gênese de alguns termos importantes da cultura moderna.

A unidade e a coerência do conjunto ressaltarão dessa exposição. Abstivemo-nos propositadamente de qualquer intervenção retrospectiva tanto na apresentação como nas conclusões dos diferentes capítulos. De outra forma, teria sido necessário acrescentar a cada um deles um *post scriptum* às vezes longo: quer ao título da documentação, para assinalar, por exemplo, os progressos mais recentes das pesquisas teóricas; quer, como historiadores da nossa própria pesquisa, para dar conta da acolhida prestada a cada um desses textos, e indicar que o estudo "Natureza do signo lingüístico" (p. 53) provocou vivas controvérsias e deu origem a uma longa série de artigos; que as nossas páginas sobre o tempo no verbo francês (p. 260) foram prolongadas e confirmadas nas estatísticas de H. Yvon sobre o emprego dos tempos pelos escritores modernos, etc. Mas isso seria, cada vez, atrair uma nova pesquisa. Surgirão outras ocasiões para voltarmos a essas importantes questões e tratá-las sob novo prisma.

P. Verstraetem e N. Ruwet desejaram que se publicasse esta compilação. Agradeço-lhes aqui por me haverem generosamente ajudado a organizá-la.

E.B.

I

transformações da lingüística

CAPÍTULO 1

tendências recentes em lingüística geral⁽¹⁾

Nestes últimos decênios, a lingüística sofreu um desenvolvimento tão rápido e estendeu tanto o seu domínio que um balanço mesmo sumário dos problemas que aborda assumiria as proporções de uma obra ou se esgotaria numa enumeração de trabalhos. Se se quisesse apenas resumir os resultados encher-se-iam páginas, em que o essencial talvez faltasse. O aumento quantitativo da produção lingüística é tão volumoso que um volume grosso de bibliografia não basta para recensá-lo. Os países mais importantes têm agora os seus próprios órgãos, as suas coleções e também os seus métodos. O esforço descritivo foi prosseguido e estendido ao mundo inteiro: a recente reedição da obra *Langues du monde* dá uma idéia do trabalho realizado e do trabalho, muito mais considerável, que nos resta. Os atlas lingüísticos, os dicionários multiplicaram-se. Em todos os setores o acúmulo de dados produz obras cada vez mais volumosas: uma descrição da linguagem infantil em quatro volumes (W. F. Leopold), uma descrição do francês em sete volumes (Damourette e Pichon) são apenas exemplos. Uma revista importante pode, hoje, dedicar-se exclusivamente ao estudo das línguas indígenas da América. Realizam-se na África, na Austrália, na Oceânia, pesquisas que enriquecem consideravelmente o inventário das formas lingüísticas. Num sentido paralelo, explora-se sistematicamente o passado lingüístico da humanidade. Todo um grupo de línguas antigas da Ásia Menor foi ligado ao mundo indo-

1. *Journal de psychologie*, P.U.F., Paris, jan.-jun. 1954.

européu modificando-lhe a teoria. A reconstituição progressiva do protochinês, do malaio-polinésio comum, de certos protótipos ameríndios permitirá talvez novos agrupamentos genéticos, etc. Mas, mesmo que pudéssemos apresentar um balanço mais pormenorizado dessas pesquisas, este mostraria que o trabalho se processa muito desigualmente: aqui se continuam estudos que teriam sido os mesmos em 1910; ali, rejeita-se até o nome de lingüística como desvalorizado; acolá, dedicam-se volumes inteiros à simples noção de "fonema". Isso porque a multiplicação dos trabalhos não revela imediatamente, mas antes disfarça, as profundas transformações que há alguns anos vêm sofrendo o método e o espírito da lingüística e os conflitos que a dividem hoje. Quando abrimos os olhos para a importância do risco e para as conseqüências que os atuais debates podem ter também para outras disciplinas, somos tentados a pensar que as discussões sobre as questões de método em lingüística poderiam ser apenas o prelúdio de uma revisão que englobaria, finalmente, todas as ciências do homem. Essa é a razão pela qual insistiremos sobretudo, em termos não técnicos, sobre os problemas que estão hoje no centro das pesquisas da lingüística geral, sobre a noção que têm os lingüistas sobre o seu objeto e sobre o sentido que assumem as suas gestões.

Quanto ao mais, a compilação publicada em 1933 pelo *Journal de psychologie* sob o título de *Psychologie du langage* já apresentava uma renovação espantosa das idéias teóricas e das afirmações doutrinárias. Liam-se ali as primeiras explicações de princípios que assim como os da "fonologia" penetraram depois em larga escala no ensino. Via-se também surgirem conflitos que levaram a seguir a reorganizações, como a distinção entre sincronia e diacronia, entre fonética e fonologia, que desapareceu quando se definiram melhor os termos em questão. Determinadas convergências aproximavam as teorias independentes. Quando, por exemplo, Sapir focalizava a realidade psicológica dos fonemas, descobria por sua conta uma noção que Trubetzkoy e Jakobson tentavam, por seu lado, estabelecer. Mas não se podia então prever que num setor cada vez maior da lingüística, as pesquisas se empenhariam, pelo menos aparentemente, na procura dos fins a que a lingüística visara até então.

Sublinhou-se com freqüência o caráter exclusivamente histórico que marcava a lingüística durante todo o século XIX e o início do século XX. A história como perspectiva necessária e a sucessividade como princípio de explicação, a divisão da língua em elementos isolados e a pesquisa de leis de evolução próprias a cada um deles: esses eram os caracteres dominantes da doutrina lingüística. Na verdade, reconheciam-se princípios de natureza totalmente diferente, como o fator analógico, que pode perturbar a regularidade da evolução. Mas, na prática comum, a gramática de uma língua consistia de um quadro da origem de cada som e de cada forma. Isso era ao mesmo tempo a conseqüência da inspiração evolucionista que penetrava então todas as disciplinas e das condições em que havia nascido a lingüística. A novidade do enfoque saussuriano, que foi um dos que agiram mais profundamente, consistiu em tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma outra dimensão histórica, de que é sincronia e estrutura, e de que só funciona em virtude da sua natureza simbólica. Não é tanto a consideração histórica que se condena aí, mas uma forma de "atomizar" a língua e de mecanizar a história. O tempo não é o fator da evolução, mas tão-somente o seu quadro. A razão da mudança que atinge esse elemento da língua está, de um lado, na natureza dos elementos que a compõem em um determinado momento, de outro lado nas relações de estrutura entre esses elementos. A simples comprovação da mudança e a fórmula de correspondência que a resume possibilitam uma análise comparada de dois estados sucessivos e dos diferentes arranjos que os caracterizam. Restabelece-se então a diacronia na sua legitimidade, enquanto sucessão de sincronias. Isso ressalta, já, a importância primordial da noção de sistema e da solidariedade restaurada entre todos os elementos de uma língua.

Essas visões do problema são já antigas; deixam-se pressentir em toda a obra de Meillet e, embora não se apliquem sempre, não se encontraria mais ninguém que as contestasse. Se se quisesse, a partir daí, caracterizar com uma só palavra o sentido em que a lingüística parece prolongá-las hoje, poder-se-ia dizer que marcam o início de uma lingüística concebida como *ciência*, pela sua coerência, sua autonomia e os objetivos que se lhe atribuem.

Essa tendência destaca-se em primeiro lugar pelo fato de que certos tipos de problemas são abandonados. Ninguém se propõe mais, com seriedade, a questão sobre a monogênese ou a poligênese das línguas, nem, de maneira geral, sobre os princípios absolutos. Não se cede mais tão facilmente como antes à tentação de erigir como propriedades universais da linguagem as particularidades de uma língua ou de um tipo lingüístico. Alargou-se o horizonte dos lingüistas. Todos os tipos de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem. Em nenhum momento do passado, sob nenhuma forma do presente se atinge o que quer que seja de "original". A exploração das mais antigas línguas atestadas mostra-as tão completas como, e não menos complexas que, as línguas de hoje; a análise das línguas "primitivas" revela nelas uma organização altamente diferenciada e sistemática. Longe de constituir uma norma, o tipo indo-europeu aparece sobretudo como excepcional. Com maior razão, afastamo-nos das pesquisas apoiadas sobre uma categoria escolhida no conjunto das línguas e considerada como ilustrando uma mesma disposição do "espírito humano", desde que se viu a dificuldade de descrever o sistema completo de uma só língua e o quanto são enganadoras certas analogias de estrutura descritas por meio dos mesmos termos. Convém dar grande importância a essa experiência, cada vez maior, das variedades lingüísticas do mundo. Dela já se tiraram muitas lições. Tornou-se evidente, em primeiro lugar, que as condições de evolução não diferem fundamentalmente segundo os níveis de cultura, e que se podem aplicar à comparação das línguas não escritas os métodos e os critérios que valem para as línguas de tradição escritas. Sob outro aspecto, percebeu-se que a descrição de certos tipos lingüísticos, sobretudo das línguas ameríndias, apresentava problemas que os métodos tradicionais não podem resolver. O resultado foi uma renovação dos processos de descrição que, em consequência, se estendeu às línguas que se acreditavam descritas de uma vez por todas e que adquiriram uma feição nova. Outra consequência, ainda, é que se começa a ver que o repertório das categorias morfológicas, variado como parece, não é ilimitado. Pode-se então imaginar uma espécie de classificação lógica dessas categorias que mostraria a sua organização e as leis da sua trans-

formação. Finalmente, e aqui tocamos as questões cujo alcance ultrapassa a lingüística, percebe-se que as "categorias mentais" e as "leis do pensamento" não fazem, em grande parte, senão refletir a organização e a distribuição das categorias lingüísticas. Pensamos um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou. As modalidades da experiência filosófica ou espiritual estão sob a dependência inconsciente de uma classificação que a língua opera pelo simples fato de ser língua e de simbolizar. Eis aí alguns dos temas revelados por uma reflexão familiarizada com a diversidade dos tipos lingüísticos; na verdade, porém, nenhum deles foi ainda explorado a fundo.

Dizer que a lingüística tende a tornar-se científica não é apenas insistir sobre uma necessidade de rigor, comum a todas as disciplinas. Trata-se, em primeiro lugar, de uma mudança de atitude em relação ao objeto, que se definirá por um esforço para formalizá-lo. Na origem dessa tendência pode reconhecer-se uma influência dupla: a de Saussure na Europa e a de Bloomfield na América. As vias da sua respectiva influência são, aliás, tão diferentes quanto as obras de que procedem. É difícil imaginar contraste mais acentuado que o destes dois trabalhos: *Cours de linguistique générale* de Saussure (1916), livro póstumo redigido a partir de apontamentos de alunos, conjunto de exposições geniais, cada uma das quais pede uma exegese e algumas das quais alimentam ainda a controvérsia, projetando a língua sobre o plano de uma semiologia universal, abrindo visões para as quais o pensamento filosófico de hoje apenas desperta; *Language* de Bloomfield (1933), que se tornou no *uade-mecum* dos lingüistas americanos, *textbook* ("manual") completamente acabado e amadurecido, notável tanto pela sua posição de despojamento filosófico quanto pelo seu rigor técnico. Bloomfield, entretanto, embora não se refira a Saussure, teria certamente concordado com o princípio saussuriano de que "a lingüística tem como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por ela mesma". Esse princípio explica a tendência mostrada pela lingüística em toda parte, se não explica, ainda, as razões pelas quais ela se quer autônoma e os fins que, assim, procura.

Através das diferenças de escola, aparecem, nos lingüistas que procuram sistematizar os seus processos, as mesmas preo-

cupações; estas podem formular-se em três questões fundamentais: 1.^a Qual é a tarefa do lingüista, a que ponto quer ele chegar, e o que descreverá sob o nome de língua? É o próprio objeto da lingüística o que é posto em pauta. 2.^a Como se descreverá esse objeto? É preciso forjar instrumentos que permitam apreender o conjunto dos traços de uma língua dentro do conjunto das línguas manifestadas e descrevê-los em termos idênticos. Qual será então o princípio desses processos e dessas definições? Isso mostra a importância que assume a técnica lingüística. 3.^a Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o lingüista, a linguagem tem como função “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “coisa” em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação.

O simples enunciado dessas questões mostra que o lingüista quer desprender-se dos apoios ou das amarras que encontrava em quadros pré-fabricados ou em disciplinas vizinhas. Afasta toda visão *a priori* da língua para construir as suas noções diretamente sobre o objeto. Essa atitude deve pôr um termo à dependência, consciente ou não, em que se encontrava a lingüística face à história, de um lado, e a uma certa psicologia, do outro. Se a ciência da linguagem deve escolher os seus modelos, será nas disciplinas matemáticas ou dedutivas que racionalizam completamente o seu objeto, reconduzindo-o a um conjunto de propriedades objetivas munidas de definições constantes. Isso quer dizer que se tornará cada vez mais “formal”, pelo menos no sentido de que a linguagem consistirá na totalidade das suas “formas” observáveis. Partindo-se da expressão lingüística nativa, procede-se, por meio de análise, a uma decomposição estrita de cada enunciado nos seus elementos, e depois, por análises sucessivas, a uma decomposição de cada elemento em unidades cada vez mais simples. Essa operação terá por fim separar as unidades *distintivas* da língua; já se encontra aqui uma mudança radical do método. Enquanto dantes a objetividade consistia na aceitação integral dos dados, o que acarretava ao mesmo tempo a admissão da norma gráfica para as línguas escritas e o registro minucioso de todos os pormenores articulatórios para os textos orais, hoje nos prendemos mais à identificação dos elementos

na medida em que são distintivos em todos os níveis da análise. Para reconhecê-los, o que não é absolutamente uma fácil tarefa, trabalha-se à luz deste princípio: não há senão diferenças numa língua; a língua põe em jogo um conjunto de processos discriminatórios. Destacam-se apenas os traços dotados de valor significativo, afastando-se, após os haver especificado, os que representam apenas variantes. Uma grande simplificação opera-se desde então, e se torna possível, assim, reconhecer a organização interna e as leis de organização desses traços formais. Cada fonema ou morfema é relativo a cada um dos outros, por ser ao mesmo tempo diferente e solidário; cada um delimita os outros, que por sua vez o delimitam, sendo a distintividade e a solidariedade condições conexas. Esses elementos ordenam-se em séries e mostram em cada língua arranjos particulares. Trata-se de uma estrutura, em que cada peça recebe a sua razão de ser do conjunto que serve para compor.

Estrutura é um dos termos essenciais da lingüística moderna, um dos que ainda têm valor programático. Para os que o empregam com conhecimento de causa, e não simplesmente para se porem na moda, pode significar duas coisas bem diferentes. Entende-se por estrutura, particularmente na Europa, o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente; para a maioria dos lingüistas americanos, será a distribuição dos elementos, tal como se verifica, e a sua capacidade de associação ou de substituição. A expressão *lingüística estrutural* recebe por isso diferentes interpretações; bastante diferentes, em todo caso, para que as operações decorrentes não tenham o mesmo sentido. Sob o nome de estrutura, um “bloomfieldiano” descreverá uma organização de fato, que segmentará em elementos constitutivos, e definirá cada um destes segundo o lugar que ocupar no conjunto e segundo as variações e as substituições possíveis nesse mesmo lugar. Rejeitará como tachada pela teleologia a noção de equilíbrio e de tendência que Trubetzkoy soma à de estrutura e que, entretanto, se revelou fecunda. É mesmo o único princípio que faria compreender a evolução dos sistemas lingüísticos. Um estado de língua é antes de tudo o resultado de um certo equilíbrio entre as partes de uma estrutura, equilíbrio que, porém, não

chega jamais a uma simetria completa, provavelmente porque a dissimetria está inscrita no próprio princípio da língua em decorrência da assimetria dos órgãos fonadores. A solidariedade de todos os elementos faz com que cada incidência sobre um ponto atinja todo o conjunto das relações e produza, mais cedo ou mais tarde, um novo arranjo. Daí, consistir a análise diacrônica em estabelecer duas estruturas sucessivas e em destacar-lhes as relações, mostrando-se que partes do sistema anterior eram atingidas ou ameaçadas e como se preparava a solução realizada no sistema ulterior. Dessa forma, soluciona-se o conflito tão vivamente afirmado por Saussure entre diacronia e sincronia. Essa concepção da estrutura organizada na sua totalidade completa-se com a noção de hierarquia entre os elementos da estrutura. Encontra-se notável ilustração desse fato na análise, dada por R. Jakobson, da aquisição e da perda dos sons da linguagem na criança e no afásico, respectivamente: os sons adquiridos por último pela criança são os primeiros a desaparecer no afásico, e os que o afásico perde por último são os que a criança articula primeiro, sendo a ordem do desaparecimento inversa à da aquisição.

Em todo caso, uma análise assim concebida só é possível se o lingüista está em condições de observar integralmente, de controlar ou de fazer variar à sua vontade o jogo da língua descrita. Somente as línguas vivas, escritas ou não, oferecem um campo suficientemente vasto e fatos suficientemente seguros para que a investigação se conduza com um rigor exaustivo. Dá-se a preponderância às línguas faladas. Essa condição impôs-se a certos lingüistas por razões empíricas. Para outros, na América, foi em primeiro lugar a necessidade de observar e de analisar línguas indígenas, difíceis e várias, que se constituiu justamente no ponto de partida de uma revisão nos métodos descritivos e depois na doutrina geral. Mas, pouco a pouco, a renovação estende-se às línguas antigas. Torna-se mesmo possível reinterpretar, à luz de novas teorias, os dados fornecidos pelo método comparativo. Trabalhos como os de J. Kurylowicz sobre a reconstrução das fases indo-européias mostram tudo o que se pode esperar de uma análise assim orientada. Um mestre da lingüística histórica, J. Vendryes, defende também uma lingüís-

tica "estática", que seria um inventário comparativo dos recursos que as diversas línguas oferecem às mesmas necessidades de expressão.

Compreende-se que o tipo de estudo que predomina nestes últimos anos seja a descrição sistemática, parcial ou total, de uma língua particular, com uma preocupação técnica que jamais havia sido tão minuciosa. De fato, o lingüista sente-se obrigado a justificar os seus processos de ponta a ponta. Alega um aparato de definições que deve legitimar a conotação que confere a cada um dos elementos definidos, e as operações são apresentadas explicitamente, de maneira a permanecerem suscetíveis de verificação em todas as etapas do procedimento. Daí resulta uma refundição da terminologia. Os termos empregados são tão específicos que o lingüista informado pode reconhecer desde as primeiras linhas a inspiração de um estudo, e que certas discussões não são inteligíveis para os adeptos de um método a não ser transpostas para a sua própria nomenclatura. Exige-se de uma descrição que seja explícita e coerente e que a análise se conduza sem levar em conta a significação, mas somente em virtude de critérios formais. É sobretudo na América que se afirmam esses princípios, e eles aí deram origem a longas discussões. Em um livro recente, *Methods in structural linguistics* (1951), Z. S. Harris criou uma espécie de codificação. O seu trabalho pormenoriza passo a passo os processos que destacam os fonemas e os morfemas a partir das condições formais de distribuição, ambiente, substituição, complementaridade, segmentação, correlação, etc., ilustrando cada uma das operações com problemas particulares, tratados com um aparato quase matemático de símbolos gráficos. Parece difícil avançar mais nesse caminho. Consegue-se, ao menos, estabelecer um método único e constante? O autor é o primeiro a convir que são possíveis outros processos, e que alguns seriam mesmo mais econômicos, particularmente quando se faz intervir a significação, de modo que acabamos por perguntar-nos se não há certa gratuidade nesse desdobramento de exigências metodológicas. Observar-se-á sobretudo, porém, que todo o trabalho do lingüista se apóia realmente sobre o discurso, implicitamente assimilado à língua. Esse ponto, fundamental, deveria ser discutido a par com a concepção particular da estrutura admitida pelos

partidários desse método. Esquemas de distribuição, por mais rigorosamente que se estabeleçam, não constituem uma estrutura, assim como inventários de fonemas e de morfemas, definidos por segmentação em cadeias de discurso, não representam a descrição de uma língua. O que nos apresentam efetivamente é um método de transcrição e de decomposição material aplicado a uma língua que seria representada por um conjunto de textos orais e cuja significação o lingüista ignoraria.

Acentuemos bem esta característica que, ainda mais que o tecnicismo particular das operações, é própria do método: admitte-se, por princípio, que a análise lingüística, para ser científica, deve abster-se da significação e prender-se unicamente à definição e à distribuição dos elementos. As condições de rigor impostas ao processo exigem que se elimine esse elemento inapreensível, subjetivo, impossível de classificar, que é a significação ou o sentido. O máximo que se poderá fazer é ter a certeza de que determinado enunciado convém a determinada situação objetiva e, se a recorrência da situação provocar o mesmo enunciado, serão postos em correlação. A relação entre a forma e o sentido é pois reduzida à relação entre a expressão lingüística e a situação, nos termos da doutrina behaviorista, e a expressão poderá ser ao mesmo tempo resposta e estímulo. A significação reduz-se praticamente a um certo condicionamento lingüístico. Quanto à relação entre a expressão e o mundo, é um problema que se deixa para os especialistas do universo físico. “O sentido (*meaning*) de uma forma lingüística”, diz Bloomfield, “se define como a situação na qual o falante a enuncia e a resposta que ela provoca no ouvinte” (*Language*, p. 139). E Harris insiste na dificuldade de analisar as situações: “Não há atualmente nenhum método para medir as situações sociais e para identificar unicamente as situações sociais como compostas de partes constituintes, de tal modo que possamos divisar o enunciado lingüístico que sobrevém nessa situação social, ou que a ela corresponde, em segmentos que corresponderão às partes constituintes da situação. De maneira geral, não podemos atualmente fiar-nos em nenhuma subdivisão natural ou cientificamente controlável do campo semântico da cultura local, porque não existe no momento nenhuma técnica para esse tipo de análise completa da cultura em elementos

discretos; ao contrário, a linguagem é que é uma das nossas principais fontes de conhecimento da cultura (ou do *mundo da significação*) de um povo e das distinções ou divisões que aí se praticam” (op. cit., p. 188). É de temer-se que, se esse método deve generalizar-se, a lingüística não possa jamais reunir-se a nenhuma das outras ciências do homem nem da cultura. A segmentação do enunciado em elementos discretos não leva a uma análise da língua, da mesma forma que uma segmentação do universo físico não leva a uma teoria do mundo físico. Essa maneira de formalizar as partes do enunciado arrisca-se a acabar numa nova atomização da língua, pois a língua empírica é o resultado de um processo de simbolização em muitos níveis, cuja análise nem foi ainda tentada; o “dado” lingüístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar as partes constitutivas: é, já, um complexo, cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva. Podem-se, pois, conceber muitos tipos de descrição e muitos tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação, que em vista disso é que é estruturado, e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua entre os outros sistemas de signos. É difícil imaginar o que resultaria de uma segmentação da cultura em elementos discretos. Numa cultura, como numa língua, há um conjunto de símbolos cujas relações é necessário definir. Até aqui, a ciência das culturas permanece forte e deliberadamente “substancial”. Será possível destacar, no aparato da cultura, estruturas formais do tipo das que Lévi-Strauss introduziu nos sistemas de parentesco? É o problema do futuro. Vê-se em todo caso como será necessária, para o conjunto das ciências que operam com formas simbólicas, uma investigação das propriedades do símbolo. As pesquisas iniciadas por Peirce não foram retomadas e é uma pena. É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua. E uma vez que esse funcionamento é inconsciente, como é inconsciente a estrutura dos compor-

tamentos, psicólogos, sociólogos e lingüistas associariam com vantagem os seus esforços nessa pesquisa.

A orientação que acabamos de caracterizar não é a única que se possa registrar. Outras concepções, igualmente sistemáticas, afirmaram-se. Na psicolingüística de G. Guillaume, a estrutura lingüística estabelece-se como imanente à língua realizada, a estrutura sistemática se descobre a partir dos fatos de emprego que a explicitam. A teoria que L. Hjelmslev, na Dinamarca, quer promover sob o nome de *glossemática* é uma construção de um “modelo” lógico de língua e um corpo de definições mais que um instrumento de exploração do universo lingüístico. A idéia central aqui é, grosso modo, a do “signo” saussuriano, em que a expressão e o conteúdo (equivalendo ao “significante” e ao “significado” saussurianos) são estabelecidos como dois planos correlativos, cada um dos quais comporta uma “forma” e uma “substância”. Parte-se aqui da lingüística em direção à lógica. Nesse ponto, percebe-se o que poderia ser uma convergência entre disciplinas que se ignoram ainda em grande parte. No momento em que lingüistas ciosos de rigor procuram lançar mão das vias e mesmo do aparato da lógica simbólica para as suas operações formais, acontece que os lógicos se tornam atentos à “significação” lingüística e, seguindo Russell e Wittgenstein, se interessam cada vez mais pelo problema da língua. Os seus caminhos cruzam-se mais do que se encontram, e os lógicos preocupados com a linguagem nem sempre encontram com quem falar. Para dizer a verdade, os lingüistas que gostariam de garantir para o estudo da linguagem uma conotação científica se voltam de preferência para a matemática, procuram processos de transcrição mais que um método axiomático, cedem um tanto facilmente à atração de certas técnicas modernas, como a teoria cibernética ou a da informação. Uma tarefa mais produtiva consistiria em refletir nos meios de aplicar em lingüística certas operações da lógica simbólica. O lógico perscruta as condições de verdade às quais devem satisfazer os enunciados nos quais a ciência se fundamenta. Recusa a linguagem “ordinária” como equívoca, incerta e flutuante, e quer forjar para si uma língua inteiramente simbólica. Mas o objeto do lingüista é precisamente esta “linguagem ordinária” que ele toma como dado e cuja

estrutura inteira explora. Ele teria interesse em utilizar experimentalmente, na análise das classes lingüísticas de todas as ordens que ele determina, os instrumentos elaborados pela lógica dos conjuntos, para ver se entre essas classes se podem estabelecer relações tais que respondam perante a simbolização lógica. Ter-se-ia então, ao menos, alguma idéia do tipo de lógica que subentende a organização de uma língua; ver-se-ia se há uma diferença de natureza entre os tipos de relações próprias da linguagem ordinária e os que caracterizam a linguagem da descrição científica; ou, em outras palavras, como a linguagem da ação e a da inteligência se comportam em relação uma com a outra. Não basta comprovar que uma se deixa transcrever numa notação simbólica e a outra não, ou não imediatamente; permanece o fato de que uma e outra procedem da mesma fonte e comportam exatamente os mesmos elementos de base. É a própria língua que propõe esse problema.

Essas considerações aparentemente nos afastam muito dos temas de pesquisa em que a lingüística se empenhava há algumas décadas. Esses problemas abordados somente hoje são, porém, problemas de todos os tempos. Em compensação, nas ligações que os lingüistas procuravam então com outros domínios, encontramos hoje dificuldades de que não suspeitavam. Meillet escrevia em 1906: “Cumprirá determinar a que estrutura social corresponde uma certa estrutura lingüística e como, de maneira geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura lingüística”. A despeito de algumas tentativas (Sommerfelt), esse programa não foi cumprido pois, à própria medida que se tentava comparar sistematicamente a língua e a sociedade, apareciam as discordâncias. Descobriu-se que a correspondência de uma e de outra era constantemente perturbada sobretudo pela difusão, tanto na língua como na estrutura social, de modo que sociedades de cultura semelhante podem ter línguas heterogêneas, assim como línguas muito vizinhas podem servir para a expressão de culturas inteiramente dessemelhantes. Levando mais longe a reflexão, encontram-se os problemas inerentes à análise da língua, de um lado, da cultura de outro, e os da “significação”, que lhes são comuns; em suma, exatamente os mesmos que acima lembramos. Não quer isso dizer que o plano de estudos indicado por

Meillet seja irrealizável. O problema consistirá antes em descobrir a base comum à língua e à sociedade, os princípios que regem essas duas estruturas, definindo-se primeiro as unidades que, numa e noutra, se prestariam à comparação, ressaltando-se-lhes a interdependência.

Há naturalmente maneiras mais fáceis de abordar a questão, mas que na realidade a transformam; por exemplo, o estudo da impressão cultural na língua. Na prática, limitamo-nos ao léxico. Já, então, não é da língua que se trata, mas da composição do seu vocabulário. Há aí, aliás, matéria muito rica e, apesar das aparências, muito pouco explorada. Dispõe-se agora de amplas compilações que alimentarão numerosos trabalhos, principalmente do dicionário comparativo de J. Pokorny ou do das noções, de C. D. Buck, sobre o domínio indo-europeu. O estudo das variações nas significações históricas é outro domínio também promissor. Importantes trabalhos foram dedicados à “semântica” do vocabulário nos seus aspectos teóricos tanto quanto sociais ou históricos (Stern, Ullmann). A dificuldade consiste em destacar de uma crescente massa de fatos empíricos as constantes que permitiriam construir uma teoria da significação léxica. Esses fatos parecem conter um desafio constante a toda possibilidade de previsão. Sob outro aspecto, a ação das “crenças” sobre a expressão levanta numerosas questões das quais algumas foram estudadas: a importância do tabu lingüístico (Meillet, Havers), as modificações das formas lingüísticas para indicar a atitude do falante em relação às coisas de que fala (Sapir), a hierarquia cerimonial das expressões focalizam a ação complexa dos comportamentos sociais e dos condicionamentos psicológicos no uso da língua.

Chega-se, assim, aos problemas do “estilo” em todas as suas acepções. Durante estes últimos anos, estudos de tendências muito diferentes, mas igualmente dignos de nota (Bally, Cressot, Marouzeau, Spitzer, Vossler), apoiaram-se nos processos do estilo. Na medida em que uma pesquisa dessa ordem põe em jogo, conscientemente ou não, critérios ao mesmo tempo estéticos, lingüísticos e psicológicos, ela empenha ao mesmo tempo a estrutura da língua, o seu poder de estimulação e as reações que provoca. Se os critérios são ainda freqüentemente “impressionáveis” há, pelo

menos, um esforço no sentido de precisar o método aplicável a esses conteúdos afetivos, à intenção que os suscita tanto quanto à língua que lhes fornece o instrumento. Encaminhamo-nos para isso por meio de estudos sobre a ordem das palavras, sobre a qualidade dos sons, sobre os ritmos e a prosódia assim como sobre os recursos léxicos e gramaticais da língua. Também aqui se procura amplamente a contribuição da psicologia, não só por causa dos valores de sentimento constantemente implicados na análise, mas também pelas técnicas destinadas a objetivá-los, testes de evocação, pesquisas sobre a audição colorida, sobre os timbres vocais, etc. Trata-se de todo um simbolismo que lentamente se aprende a decifrar.

Comprova-se assim em toda parte um esforço para submeter a lingüística a métodos rigorosos, para afastar, ou quase, as construções subjetivas, o apriorismo filosófico. Os estudos lingüísticos tornam-se hoje cada vez mais difíceis, exatamente por causa dessas exigências e porque os lingüistas descobrem que a língua é um complexo de propriedades específicas que devem ser descritas por métodos que é preciso forjar. São tão particulares as condições próprias da linguagem que se pode estabelecer como um fato que há não apenas uma, porém várias estruturas da língua, cada uma das quais possibilitaria uma lingüística completa. Tomar consciência disso ajudará, talvez, a ver claro dentro dos conflitos atuais. A linguagem tem, antes de tudo, algo de eminentemente distintivo: estabelece-se sempre em dois planos, significante e significado. O simples estudo dessa propriedade constitutiva da linguagem e das relações de regularidade ou de desarmonia que acarreta, das tensões e das transformações que daí resultam em toda língua particular poderia servir de fundamento a uma lingüística. Entretanto, a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação. Uma outra lingüística poderia estabelecer-se sobre os termos deste trinômio: língua, cultura, personalidade. A linguagem pode também considerar-se como inteiramente contida dentro de um corpo de emissões sonoras articuladas que constituirão a matéria de um estudo estritamente objetivo. A língua será, pois, o objeto de uma descrição exaustiva que procederá por

segmentação dos dados observáveis. Pode-se, ao contrário, ter essa linguagem realizada em enunciados registráveis como a manifestação contingente de uma infra-estrutura escondida. Nesse caso, a pesquisa e a elucidação desse mecanismo latente constituirão o objeto da lingüística. A linguagem admite também a sua constituição em estrutura de “jogo”, como um conjunto de “figuras” produzidas pelas relações intrínsecas de elementos constantes. A lingüística tornar-se-á então a teoria das combinações possíveis entre esses elementos e das leis universais que as governam. Vê-se ainda como possível um estudo da linguagem enquanto ramo de uma semiótica geral que cobriria ao mesmo tempo a vida mental e a vida social. O lingüista terá então que definir a natureza própria dos símbolos lingüísticos com a ajuda de uma formalização rigorosa e de uma metalíngua diferente.

Essa enumeração não é exaustiva e não pode sê-lo. Surgirão, talvez, outras concepções. Queremos apenas mostrar que, por trás das discussões e das afirmações de princípio que acabamos de expor, existe com frequência, sem que todos os lingüistas a vejam claramente, uma opção preliminar que determina a posição do objeto e a natureza do método. É provável que essas diversas teorias venham a coexistir, embora num ou noutro ponto do seu desenvolvimento devam necessariamente encontrar-se, até o momento em que se imponha o *status* da lingüística como ciência, não ciência dos fatos empíricos mas ciência das relações e das deduções, reencontrando a unidade do plano dentro da infinita diversidade dos fenômenos lingüísticos.

CAPÍTULO 2

vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística⁽²⁾

I

Durante estes últimos anos, sobrevieram, nos estudos que se fazem sobre a linguagem e as línguas, mudanças consideráveis cujo alcance ultrapassa mesmo o horizonte, no entanto vasto, da lingüística. Essas mudanças não se compreendem à primeira vista; esquivam-se na sua própria manifestação; com o tempo tornaram muito mais penoso o acesso aos trabalhos originais, que se encrespam de uma terminologia cada vez mais técnica. É inegável: encontra-se grande dificuldade para ler os estudos dos lingüistas, mas ainda mais para compreender as suas preocupações. A que visam e que fazem com esse algo que é o patrimônio de todos os homens e não cessa de atrair a sua curiosidade: a língua? Tem-se a impressão de que, para os lingüistas de hoje, os fatos da linguagem se transmudam em abstrações, se tornam nos materiais inumanos de construções algébricas ou servem de argumentos a discussões áridas sobre método, e de que a lingüística se afasta das realidades da linguagem e se isola das outras ciências humanas. Ora, é exatamente o contrário. Comprova-se, ao mesmo tempo, que esses métodos novos da lingüística assumem o valor de exemplo e mesmo de modelo para outras disciplinas, que os problemas da linguagem interessam agora a especialidades

2. C. R. *Académie des inscriptions et belles-lettres*, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1963.

muito diversas e cada vez mais numerosas e que uma corrente de pesquisas leva as ciências do homem a trabalhar dentro do mesmo espírito que anima os lingüistas.

Assim, pois, talvez seja útil expor, tão simplesmente quanto possível dentro desse assunto difícil, como e por que a lingüística se transformou assim, a partir dos seus inícios.

Começemos por observar que a lingüística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, facultade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o lingüista e a lingüística é em primeiro lugar a teoria das línguas. Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem.

Todos sabem que a lingüística ocidental nasce na filosofia grega. Tudo proclama essa filiação. A nossa terminologia lingüística se compõe em grande parte de termos gregos adotados diretamente ou na sua tradução latina. Mas o interesse que os pensadores gregos tiveram muito cedo pela língua era exclusivamente filosófico. Raciocinavam sobre a sua condição original — a linguagem é natural ou convencional? — muito mais do que lhe estudavam o funcionamento. As categorias que instauraram (nome, verbo, gênero gramatical, etc.) repousam sempre sobre bases lógicas ou filosóficas.

Durante séculos, dos pré-socráticos aos estóicos e aos alexandrinos, e depois no renascimento aristotélico que estende o pensamento grego até o fim da idade média latina, a língua permaneceu objeto de especulação, não de observação. Ninguém se preocupou, então, em estudar e descrever uma língua por ela mesma, nem em verificar se as categorias fundadas em gramática grega ou latina tinham validade geral. Essa atitude não mudou absolutamente até o século XVIII.

Uma fase nova abre-se no início do século XIX com a descoberta do sânscrito. Descobre-se ao mesmo tempo que existe

uma relação de parentesco entre as línguas a partir daí chamadas indo-européias. Elabora-se a lingüística dentro dos quadros da gramática comparada, com métodos que se tornam cada vez mais rigorosos à medida que achados ou decifrações favorizam essa ciência nova com confirmações do seu princípio e acrescências no seu domínio. A obra realizada no decurso de um século é ampla e bela. O método experimentado sobre o domínio indo-europeu tornou-se exemplar. Renovado hoje, conhece novos sucessos. Mas é preciso ver que, até os primeiros decênios do nosso século, a lingüística consistia essencialmente numa genética das línguas. Fixava-se, para tentar estudar a *evolução* das formas lingüísticas. Propunha-se como ciência histórica, e o seu objeto era, em toda parte e sempre, uma fase da história das línguas.

No meio desses sucessos, entretanto, algumas cabeças inquietavam-se: qual é a natureza do fato lingüístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como então funciona e qual é a relação dos sons com o sentido? A lingüística histórica não dava nenhuma resposta a essas questões, pois jamais havia precisado propô-las. Ao mesmo tempo, surgiam dificuldades de ordem totalmente diferente, mas igualmente temíveis. Os lingüistas começavam a interessar-se pelas línguas não escritas e sem história, principalmente pelas línguas indígenas da América, e descobriam que os quadros tradicionais empregados para as línguas indo-européias não se aplicavam aí. Tratava-se de categorias absolutamente diferentes que, escapando a uma descrição histórica, obrigavam à elaboração de novo aparato de definições e a novo método de análise.

Pouco a pouco, através de muitos debates teóricos e sob a inspiração do *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure (1916), determina-se uma nova noção da língua. Os lingüistas tomam consciência da tarefa que lhes cabe: estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a realidade lingüística atual, não misturar nenhum pressuposto teórico ou histórico na descrição, que deverá ser sincrônica, e analisar a língua nos seus elementos formais próprios.

A lingüística entra então na sua terceira fase, a de hoje. Toma por objeto não a filosofia da linguagem nem a evolução

das formas lingüísticas mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua, e visa a se constituir como ciência — formal, rigorosa, sistemática.

Desde esse momento são recolocados em questão ao mesmo tempo a consideração histórica e os quadros instaurados para as línguas indo-européias. A lingüística, tornando-se descritiva, dispensa igual interesse a todos os tipos de línguas, escritas ou não escritas, e a esse interesse precisa adaptar os seus métodos. Trata-se, com efeito, de saber em que consiste e como funciona uma língua.

Quando os lingüistas começaram, a exemplo de Saussure, a encarar a língua em si mesma e por ela mesma, reconheceram este princípio que se tornaria o princípio fundamental da lingüística moderna: a língua forma um *sistema*. Isso vale para qualquer língua, qualquer que seja a cultura onde se use, em qualquer estado histórico em que a tomemos. Da base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*. Eis aí o segundo termo da lingüística, a estrutura. Entende-se, em primeiro lugar, por aí a estrutura do sistema lingüístico, revelada progressivamente a partir da seguinte observação: uma língua jamais comporta senão um número reduzido de elementos de base, mas esses elementos, em si mesmos pouco numerosos, prestam-se a grande número de combinações. Não se consegue atingi-los senão no seio dessas combinações. Ora, a análise metódica leva a reconhecer que uma língua jamais conserva senão uma pequena parte das combinações, teoricamente bem numerosas, que resultariam desses elementos mínimos reunidos livremente. Essa restrição delinea certas configurações específicas, variáveis segundo os sistemas lingüísticos encarados. Isso, em primeiro lugar, é o que se entende por estrutura: tipos particulares de relações que articulam as unidades de um certo nível.

Cada uma das unidades de um sistema define-se assim pelo conjunto das *relações* que mantém com as outras unidades e pelas *oposições* em que entra: é uma entidade relativa e opositiva, dizia Saussure. Abandona-se pois a idéia de que os dados da

língua valem por si mesmos e são “fatos” objetivos, grandezas absolutas, susceptíveis de se considerarem isoladamente. Na realidade, as entidades lingüísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e umas em razão das outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura. Logo em primeiro lugar, é o sistema que é preciso destacar e descrever. Elabora-se assim uma teoria da língua como sistema de signos e como organização de unidades hierarquizadas.

Uma representação tão abstrata poderia parecer afastar-nos do que se chama a realidade. Muito pelo contrário, corresponde à mais concreta experiência lingüística. As distinções obtidas pela análise concordam com as que o locutor instintivamente pratica. Foi possível demonstrar experimentalmente que os fonemas, quer dizer, os sons *distintivos* da língua, são realidades psicológicas das quais, muito facilmente, se pode levar o locutor a tomar consciência, pois ao ouvir sons ele identifica na verdade fonemas; reconhece como variantes do mesmo fonema sons às vezes bastante diferentes e também como pertencentes a fonemas diferentes sons que pareceriam semelhantes.

Já se pode ver o quanto essa concepção da lingüística difere da que prevalecia antes. A *noção positivista do fato* lingüístico é substituída pela de *relação*. Ao invés de considerar-se cada elemento em si e de procurar-se a sua “causa” num estado mais antigo, encara-se cada elemento como parte de um conjunto sincrônico; o “atomismo” dá lugar ao “estruturalismo”. Isolando-se dentro do dado lingüístico segmentos de natureza e de extensão variável, arrolam-se unidades de vários tipos; somos levados a caracterizá-las por níveis distintos cada um dos quais deve ser descrito em termos adequados. Daí um grande desenvolvimento da técnica e da terminologia da análise, pois todas as operações devem ser explícitas.

As unidades da língua dependem, realmente, de dois planos: *sintagmático*, quando se encaram nas suas relações de sucessão material no seio da cadeia falada, *paradigmático* quando se propõem em razão de possível substituição, cada uma no seu nível e dentro da sua classe formal. Descrever essas relações, definir esses planos, é referir-se à estrutura formal da língua; e formalizar assim a descrição, é — sem paradoxo — torná-la cada vez mais concreta reduzindo a língua aos elementos significantes de que

ela se compõe unicamente e definindo esses elementos pela sua dependência mútua. Em vez de uma série de “ocorrências” singulares, inumeráveis, contingentes, obtemos um número finito de unidades e podemos caracterizar uma estrutura lingüística pela sua distribuição e pelas suas combinações possíveis.

Vê-se claramente, procedendo a análises que versam sobre sistemas diferentes, que uma forma lingüística constitui uma estrutura definida: 1.º é uma unidade de globalidade que envolve partes; 2.º essas partes apresentam-se num arranjo formal que obedece a certos princípios constantes; 3.º o que dá à forma o caráter de uma estrutura é o fato de que as partes constituintes exercem uma *função*; 4.º finalmente essas partes constitutivas são unidades de um certo *nível*, de modo que cada unidade de um nível definido se torna subunidade do nível superior.

Todos os momentos essenciais da língua têm um caráter descontínuo e põem em jogo unidades discretas. Pode dizer-se que a língua se caracteriza menos pelo que exprime do que pelo que distingue em todos os níveis:

- distinção dos lexemas permitindo levantar o inventário das noções designadas;
- distinção dos morfemas fornecendo o inventário das classes e subclasses formais;
- distinção dos fonemas dando o inventário das distinções fonológicas não significantes;
- distinção dos “merismas” ou traços que ordenam os fonemas em classes.

Isso é o que faz com que a língua seja um sistema em que nada signifique em si e por vocação natural, mas em que tudo signifique em função do conjunto; a estrutura confere às partes a sua “significação” ou a sua função. Isso é também o que permite a comunicação indefinida: como a língua é organizada sistematicamente e funciona segundo as regras de um código, aquele que fala pode, a partir de um pequeníssimo número de elementos de base, constituir signos, depois grupos de signos e finalmente uma variedade indefinida de enunciados, todos identificáveis por aquele que os percebe pois o mesmo sistema está estabelecido nele.

Vê-se como as noções de sistema, de distinção, de oposição se apóiam estreitamente e chamam, por necessidade lógica, as noções de dependência e de solidariedade. Há uma solidariedade

dos membros de uma oposição, de modo que se um deles é atingido, o *status* do outro se ressent e, em consequência do equilíbrio do sistema, é afetado, o que pode levar ao reequilíbrio criando-se uma nova oposição sobre um outro ponto. Cada língua oferece quanto a isso uma situação particular, em cada momento da sua história. Essa consideração reintroduz hoje em lingüística a noção de evolução, especificando a diacronia como a relação entre sistemas sucessivos.

A abordagem descritiva, a consciência do sistema, a preocupação de levar a análise até as unidades elementares, a escolha explícita dos procedimentos são outros tantos traços que caracterizam os trabalhos lingüísticos modernos. É claro que na prática há numerosas divergências, conflitos de escolas, mas nós nos limitamos aqui aos princípios mais gerais e os princípios são sempre mais interessantes que as escolas.

Descobre-se agora que essa concepção da linguagem teve os seus precursores. Estava implícita naquele que os descritivistas modernos reconhecem como seu primeiro antepassado, o gramático hindu Pānini, que, pelos meados do IV século antes da nossa era, havia codificado a língua védica em fórmulas de uma densidade exemplar: descrição formal, completa, rigorosa, não maculada por qualquer interpretação especulativa ou mística. Mas é preciso também fazer justiça a precursores que não eram gramáticos e cuja obra subsiste, geralmente anônima, fundamental e menosprezada, tão presente em todos os instantes da nossa vida que não reparamos mais nela: quero falar dos inventores dos nossos alfabetos modernos. Que um alfabeto possa haver sido inventado, que com um pequeno número de sinais gráficos se possa escrever tudo o que se pronuncia, só isso já demonstra a estrutura articulada da linguagem. O alfabeto latino, o alfabeto armênio são admiráveis exemplos de notação que se chamaria fonemática. Um analista moderno não teria quase nada para mudar aí: as distinções reais são reconhecidas, cada letra corresponde sempre e somente a um fonema, e cada fonema é reproduzido por uma letra sempre a mesma. A escrita alfabética difere assim no seu princípio da escrita chinesa que é morfemática ou da escrita cuneiforme que é silábica. Os que organizaram semelhantes alfabetos para notar os sons da sua língua reconheceram

por instinto — fonematistas por excelência — que os sons variados que se pronunciavam reduziam-se a um número muito limitado de unidades distintivas que deviam representar-se por um número igual de unidades gráficas. Da mesma forma operam os lingüistas modernos quando têm de notar as línguas de tradição oral. Temos nesses alfabetos os mais antigos modelos de análise: as unidades gráficas do alfabeto, e as suas combinações em grande número de agrupamentos específicos, dão a mais próxima imagem da estrutura das formas lingüísticas que elas reproduzem.

II

Não é apenas a *forma* lingüística que depende dessa análise; convém considerar paralelamente a *função* da linguagem.

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.

Surgem aqui imediatamente graves problemas que deixaremos para os filósofos, principalmente o da adequação do espírito à "realidade". O lingüista por seu lado estima que não poderia existir pensamento sem linguagem e que por conseguinte o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe. A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização. Ela é *logos*, discurso e razão juntos, como o viram os gregos. E isso pelo próprio fato de ser linguagem articulada, consistindo de um arranjo orgânico de partes de uma classificação formal dos objetos e dos processos. O conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o "pensamento") é decomposto, assim, segundo um esquema lingüístico. A "forma" do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua

por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora. Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função lingüística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares.

De fato é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre — e os poetas freqüentemente cantaram — o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade.

Qual é então a fonte desse poder misterioso que reside na língua? Por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?

Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar.

Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de representar o real por um "signo" e de compreender o "signo" como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de "significação" entre algo e algo diferente.

Consideremo-la em primeiro lugar sob a mais geral das suas formas, e fora da linguagem. Empregar um símbolo é essa capacidade de reter de um objeto a sua estrutura característica e de identificá-lo em conjuntos diferentes. Isso é que é próprio do homem e que faz do homem um ser racional. A faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como

distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele. Aí está o fundamento da abstração ao mesmo tempo que o princípio da imaginação criadora. Ora, essa capacidade representativa de essência simbólica que está na base das funções conceptuais só aparece no homem. Desperta muito cedo na criança, antes da linguagem, na aurora da sua vida consciente. Mas falta no animal.

Façamos entretanto uma exceção gloriosa em favor das abelhas. Segundo as observações memoráveis de K. von Frisch, quando uma abelha batedora descobre durante o seu vôo solitário uma fonte de alimento, volta à colmeia para anunciar o seu achado dançando sobre os alvéolos uma dança especial, vibrante, e descrevendo certas figuras que foi possível analisar; indica assim às outras abelhas, que se apressam atrás dela, a distância e a direção onde se encontra o alimento. Estas voam, então, e encontram sem erro o local, que fica às vezes muito afastado da colmeia. Observação da mais alta importância, que parece sugerir que as abelhas se comunicam por um simbolismo especial e se transmitem verdadeiras mensagens. Devemos relacionar esse sistema de comunicação com o extraordinário funcionamento da colmeia? Supõe a vida dos insetos sociais um certo nível das relações simbólicas? Já é muito poder propor a questão. Permanecemos, hesitantes e fascinados, à margem de um imenso problema: poderá o homem pela primeira vez, ultrapassando a barreira biológica, lançar um olhar para dentro de uma sociedade animal e descobrir o princípio que a organiza?

Feita essa ressalva, podemos mostrar mais precisamente onde está a diferença que separa o homem do animal. Tomemos em primeiro lugar muito cuidado em distinguir duas noções frequentemente confundidas quando se fala da "linguagem animal": o sinal e o símbolo.

Um sinal é um fato físico ligado a um outro fato físico por uma relação natural ou convencional: relâmpago anunciando a tempestade; sino anunciando a refeição; grito anunciando o perigo. O animal percebe o sinal e é capaz de reagir adequadamente a ele. Pode-se treiná-lo a identificar sinais vários, isto é, a ligar duas sensações pela relação de sinal. Os famosos reflexos condicionados de Pavlov bem o mostram. O homem também, enquanto

animal, reage a um sinal. Mas utiliza além disso o símbolo que é instituído pelo homem; é preciso aprender o sentido do símbolo, é preciso ser capaz de interpretá-lo na sua função significativa e não mais, apenas, de percebê-lo como impressão sensorial, pois o símbolo não tem relação natural com o que simboliza. O homem inventa e compreende símbolos; o animal, não. Tudo decorre daí. O desconhecimento dessa distinção acarreta toda sorte de confusões ou de falsos problemas. Diz-se com frequência que o animal treinado compreende a palavra humana. Na realidade o animal obedece à palavra porque foi treinado para reconhecê-la como sinal; mas não saberá jamais interpretá-la como símbolo. Pela mesma razão, o animal exprime as suas emoções mas não pode nomeá-las. Não é possível encontrar nos meios de expressão empregados pelos animais um começo ou uma aproximação da linguagem. Entre a função sensorio-motora e a função representativa, há um limiar que só a humanidade transpôs.

Na verdade o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade.

Essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações. É, por essência, simbólica⁽³⁾. A transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em conceitos é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito. O pen-

3. "O pensamento simbólico é o pensamento, nada mais. O julgamento cria os símbolos. Todo pensamento é simbólico. Todo pensamento constrói signos ao mesmo tempo que coisas. Produzindo-se, o pensamento chega inevitavelmente ao símbolo, uma vez que a sua formulação é de imediato simbólica, uma vez que as imagens sob as quais constitui os grupos de coisas são os seus símbolos, uma vez que opera sempre sobre símbolos as coisas sobre as quais opera, mesmo quando parece operar diretamente sobre as coisas, não sendo no fundo mais que símbolos. E esses símbolos, ele os ordena num mundo de símbolos, num sistema de signos, segundo relações e leis". H. Delacroix, *Le langage et la pensée*, p. 602.

samento não é um simples reflexo do mundo: classifica a realidade e nessa função organizadora está tão estreitamente associado à linguagem que podemos ser tentados a identificar pensamento e linguagem sob esse aspecto.

De fato, a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência; todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais, etc., derivam dela e a supõem. Mas a linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos. De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua "evocação". Assim é a linguagem, uma entidade de dupla face. É por isso que o símbolo lingüístico é mediatizante. Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado; realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não numa emissão vocal comum à espécie inteira.

A linguagem oferece o modelo de uma estrutura relacional, no sentido mais literal e mais compreensivo ao mesmo tempo. Relaciona no discurso palavras e conceitos, e produz assim, como representação de objetos e de situações, signos que são distintos dos seus referentes materiais. Institui essas transferências analógicas de denominações que chamamos metáforas, fator tão poderoso do enriquecimento conceptual. Encadeia as proposições no raciocínio e torna-se no instrumento do pensamento discursivo.

Finalmente, a linguagem é o mais econômico dos simbolismos. Ao contrário de outros sistemas representativos, não exige nenhum esforço corporal, não impõe manipulação laboriosa. Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente uma "criação do mundo" se fosse possível figurá-la em imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes à custa de um trabalho insano; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se

dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco.

O fato de existir semelhante sistema de símbolos revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana: o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano.

Resta apenas tirar a conclusão dessas reflexões. Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade. Isso não é coincidência histórica, mas encadeamento necessário. De fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são *dadas*. Mas também uma e outra são *aprendidas* pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato. A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem.

À medida que se torna capaz de operações intelectuais mais complexas, integra-se na cultura que a rodeia. Chamo cultura ao *meio humano*, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens,

qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em *interdições* específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. O mundo animal não conhece proibição. Ora, esse fenômeno humano, a cultura, é um fenômeno inteiramente simbólico. (A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite?) Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma. Ora, assim como cada língua, cada cultura emprega um aparato específico de símbolos pelo qual cada sociedade se identifica. A diversidade das línguas, a diversidade das culturas, as suas mudanças mostram a natureza convencional do simbolismo que as articula. É definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura.

Eis em grandes traços a perspectiva aberta pelo recente desenvolvimento dos estudos de lingüística. Aprofundando a natureza da linguagem, descobrindo as suas relações tanto com a inteligência como com o comportamento humano ou os fundamentos da cultura, essa investigação começa a esclarecer o funcionamento profundo do espírito nas suas operações. As ciências vizinhas seguem esse progresso e cooperam com ele, por sua conta, inspirando-se nos métodos e às vezes na terminologia da lingüística. Tudo leva a crer que essas pesquisas paralelas gerarão novas disciplinas e concorrerão para uma verdadeira ciência da cultura que fundará a teoria das atividades simbólicas do homem. Por outro lado, sabe-se que as descrições formais das línguas foram de utilidade direta para a construção das máquinas lógicas aptas a efetuar traduções; e inversamente pode esperar-se das teorias da informação algum esclarecimento sobre a maneira como o pensamento está codificado na linguagem. No desenvolvimento dessas pesquisas e dessas técnicas, que marcarão a nossa época, perceberemos o resultado de simbolizações

sucessivas, cada vez mais abstratas, que têm o seu fundamento primeiro e necessário no simbolismo lingüístico. Essa crescente formalização do pensamento nos encaminha talvez para a descoberta de uma realidade maior. Não poderíamos nem mesmo conceber essas representações se a estrutura da linguagem não contivesse o seu modelo inicial e como que o seu longínquo pressentimento.

CAPÍTULO 3

saussure após meio século⁽⁴⁾

Ferdinand de Saussure morreu a 22 de fevereiro de 1913. Eis-nos reunidos cinquenta anos depois, na mesma data, a 22 de fevereiro de 1963, para uma comemoração solene, na sua cidade, na sua universidade⁽⁵⁾. Essa figura assume agora os seus traços autênticos, aparece-nos na sua verdadeira grandeza. Não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione o seu nome. Algum mistério envolve a sua vida humana, que cedo se retirou para o silêncio. É da obra que trataremos. A uma tal obra apenas convém o elogio que a explica na sua gênese e faz compreender o seu brilho.

Vemos hoje Ferdinand de Saussure de maneira totalmente diferente da dos seus contemporâneos. Toda uma parte dele mesmo, sem dúvida a mais importante, não foi conhecida senão após a sua morte. A ciência da linguagem foi pouco a pouco transformada por sua causa. O que foi que Saussure trouxe à lingüística do seu tempo, e em que agiu sobre a nossa?

Para responder a essa questão, poder-se-ia ir de cada um dos seus escritos ao seguinte, analisar, comparar, discutir.

4. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 20, Genebra, Librairie Droz (1963).

5. Estas páginas reproduzem o essencial de uma conferência feita em Genebra no dia 22 de fevereiro de 1963, a convite da Universidade, para comemorar o cinquentenário da morte de Ferdinand de Saussure. Algumas frases liminares, todas pessoais, foram suprimidas. Não se deverá esquecer que esta exposição foi concebida com vistas a um público mais amplo que o dos lingüistas e que a circunstância excluía qualquer discussão e mesmo qualquer enunciado muito técnico.

Semelhante inventário crítico seria, sem dúvida, necessário. O belo e importante trabalho de Godel⁽⁶⁾ contribui, já, amplamente para isso. Mas não é esse o nosso propósito. Deixando a outros o cuidado de descrever em pormenores essa obra, tentaremos reapreender-lhe o princípio segundo uma exigência que a anima e que, de fato, a constitui.

Há em todo criador uma certa exigência, escondida, permanente, que o sustenta e o devora, que lhe guia os pensamentos, lhe designa a sua tarefa, estimula-o nas suas fraquezas e não lhe dá trégua quando tenta escapar-lhe. Nem sempre é fácil reconhecê-la nas diversas operações, às vezes vacilantes, a que se entrega a reflexão de Saussure. Mas, uma vez percebida, ilumina o sentido do seu esforço, e o coloca frente a frente com os seus precursores, como em relação a nós.

Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos. Vai por instinto aos caracteres primordiais, que governam a diversidade dos dados empíricos. Naquilo que pertence à língua, pressente certas propriedades que não se encontram em nenhum outro lugar a não ser aí. Com o que quer que a comparemos a língua aparece sempre como algo de diferente. Mas em que é diferente? Considerando essa atividade, a linguagem, na qual tantos fatores estão associados, biológicos, físicos e psíquicos, individuais e sociais, históricos, estéticos, pragmáticos, ele se pergunta: a qual deles pertence a língua?

Poder-se-ia precisar a forma dessa interrogação reduzindo-a aos dois problemas seguintes, que podemos pôr no centro da doutrina saussuriana:

1.º Quais são os dados de base sobre os quais a lingüística se fundará, e como podemos atingi-los?

2.º De que natureza são as noções da linguagem e por que tipo de relação se articulam?

Percebemos essa preocupação em Saussure desde a sua entrada na ciência, com o seu *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, publicado quando tinha vinte e um anos, e que permanece como um dos seus títulos

6. *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, 1957.

de glória. O estreante genial ataca um dos problemas mais difíceis da gramática comparativa, uma questão que, na verdade, ainda não existia e que ele foi o primeiro a formular nos seus termos próprios. Por que escolheu, dentro de um domínio tão vasto e tão prometedor, um objeto tão árduo? Releiamos o seu prefácio. Explica aí que a sua intenção consistia em estudar as múltiplas formas do *a* indo-europeu, mas que foi levado a encarar “o sistema das vogais no seu conjunto”. Isso o leva a tratar “uma série de problemas de fonética e de morfologia, dos quais alguns esperam ainda solução e outros nem foram ainda propostos”. E como para desculpar-se de ter de “atravessar as regiões mais incultas da lingüística indo-européia”, acrescenta esta justificativa bastante esclarecedora:

“Se apesar disso nos aventuramos nesse campo, bem vencidos de antemão de que a nossa inexperiência se perderá muitas vezes no dédalo, é porque, para qualquer um que se dedique a esses estudos, atacar essas questões não é uma temeridade, como freqüentemente se diz, mas uma necessidade; é a primeira escola por onde se tem de passar; pois se trata aqui não de especulações de uma ordem transcendente, mas da pesquisa de dados elementares, sem os quais tudo flutua, tudo é arbitrariedade e incerteza”.

Estas últimas linhas poderiam servir de epígrafe a toda a sua obra. Contêm o programa da sua pesquisa futura, pressagiam a sua orientação e o seu objetivo. Até o fim da sua vida, e cada vez mais insistentemente, dolorosamente se poderia dizer, à medida que se adianta na sua reflexão, vai à procura dos “dados elementares” que constituem a linguagem, desviando-se pouco a pouco da ciência do seu tempo, em que não vê senão “arbitrariedade e incerteza”, numa época em que a lingüística indo-européia, segura dos seus métodos, procurava atingir, com crescente sucesso, o método comparativo.

São exatamente os dados elementares que é preciso descobrir, mesmo (gostaríamos de escrever: sobretudo) quando nos propomos remontar de um estado de língua histórico a um estado pré-histórico. De outra maneira não se pode justificar a evolução histórica, pois se há história, é a história de quê? O que é que muda e o que é que permanece? Como podemos dizer

de um dado lingüístico, tomado em dois momentos da evolução, que é o *mesmo* dado? Em que reside essa identidade, e já que é proposta pelo lingüista entre dois objetos, como a definiremos? É preciso um corpo de definições. É preciso enunciar as relações lógicas que estabelecemos entre os dados, os traços ou os aspectos sob os quais os apreendemos. Assim, ir aos fundamentos é o único meio — mas o meio seguro — de explicar o fato concreto e contingente. Para atingir o concreto histórico, para substituir o contingente na sua própria necessidade devemos situar cada elemento na rede de relações que a determina, e estabelecer explicitamente que o fato só existe em virtude da definição que lhe damos. Essa é a evidência que se impõe desde o início a Saussure e que a sua vida toda lhe será insuficiente para introduzir na lingüística.

Mesmo, porém, que ele houvesse podido formular então o que só deveria ensinar mais tarde, não teria feito mais que aumentar a incompreensão ou a hostilidade que encontraram os seus primeiros ensaios.

Os mestres de então, seguros da sua verdade, recusavam-se a ouvir essa formulação rigorosa, e a própria dificuldade do *Mémoire* bastava para desgostar a maioria. Saussure ia, talvez, desencorajar-se. Foi necessária uma nova geração para que as suas idéias lentamente seguissem o seu caminho. Foi um destino favorável que então o conduziu a Paris. Reencontrou alguma confiança em si mesmo graças a essa conjuntura excepcional que o levou a encontrar ao mesmo tempo um tutor benevolente, Bréal, e um grupo de lingüistas jovens, como A. Meillet e M. Grammont, que o seu ensinamento devia marcar profundamente. Uma nova fase da gramática comparada data desses anos em que Saussure transmite a sua doutrina, ao mesmo tempo em que a amadurece, a alguns dos que a desenvolverão. É por isso que relembramos, não apenas para avaliar a influência pessoal de Saussure, mas para estimar o progresso das idéias que eles anunciam, os termos da dedicatória que Meillet fez ao seu professor Saussure em 1903 da sua *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes* “por ocasião dos vinte e cinco anos decorridos desde a publicação do *Mémoire*... (1878-1903)”. Se houvesse dependido só de Meillet, o acontecimento teria sido

ainda mais marcado: uma carta inédita de Saussure nos revela que Meillet havia querido inicialmente escrever: “para o aniversário da publicação...”, e que Saussure amistosamente o havia dissuadido.

Mesmo em 1903, isto é, vinte e cinco anos depois, ainda não se podia saber tudo o que continha de intuições divinatórias o *Mémoire* de 1878. Eis um brilhante exemplo. Saussure havia percebido que o sistema vocálico do indo-europeu continha vários *aa*. À luz do conhecimento puro, os diferentes *aa* do indo-europeu são objetos tão importantes quanto as partículas fundamentais em física nuclear. Ora, um desses *aa* tinha a singular propriedade de comportar-se diferentemente dos seus dois congêneres vocálicos. Muitas descobertas começaram por uma observação semelhante, uma discordância num sistema, uma perturbação num campo, um movimento anormal numa órbita. Saussure caracteriza esse *a* por dois traços específicos. De um lado, não é parente nem de *e* nem de *o*; de outro, é coeficiente sonântico, isto é, é susceptível de desempenhar o mesmo papel duplo, vocálico e consonântico, das nasais ou das líquidas, e se combina com vogais. Observemos que Saussure fala dele como de um fonema, e não como de um som ou de uma articulação. Não nos diz como se pronunciava esse fonema, de que som poderia aproximar-se nesse sistema observável; nem mesmo se era uma vogal ou uma consoante. A substância fônica não é considerada. Estamos na presença de uma unidade algébrica, um termo do sistema, a que ele chamará mais tarde uma entidade distintiva e opositiva. Não se pode dizer que, mesmo vinte e cinco anos após haver sido publicada, essa observação tenha despertado muito interesse. Seriam necessários mais vinte e cinco anos para que ela se impusesse, em circunstâncias que a imaginação mais audaciosa não teria podido conceber. Em 1927, M. Kuryłowicz tornava a encontrar numa língua histórica, o hitita, então recentemente decifrada, sob a forma do som escrito *h*, o fonema definido cinquenta anos antes por Saussure como fonema sonântico indo-europeu. Essa bela observação fazia entrar na realidade a entidade teórica postulada pelo raciocínio em 1897.

Naturalmente, a realização fonética dessa entidade como *h* em hitita trazia ao debate um elemento novo, mas de natureza

diferente. A partir daí, duas orientações manifestaram-se na pesquisa. Para uns, tratava-se antes de tudo de avançar mais a investigação teórica, de elucidar, principalmente na morfologia indo-européia, os efeitos e as combinações desse “coeficiente sonântico”. Descobre-se hoje que esse fonema não é único, que representa uma classe inteira de fonemas, desigualmente representados nas línguas históricas, e que se chamam os “laríngeos”. Outros lingüistas acentuam, pelo contrário, a análise descritiva desses sons; procuram definir-lhes a realidade fonética; e como o número desses laríngeos ainda é matéria para discussão, vê-se de ano para ano multiplicarem-se as interpretações, que dão origem a novas controvérsias. Esse problema está hoje no centro da teoria do indo-europeu; apaixona os diacronistas tanto quanto os descritivistas. Tudo isso atesta a fecundidade das visões introduzidas por Saussure, e que não se cumpriram a não ser nestes últimos decênios, meio século após haverem sido publicadas. Até mesmo os lingüistas de hoje que não leram o *Mémoire* lhe são devedores.

Eis portanto Saussure que progride ainda jovem na carreira, com a estrela na testa. É recebido cordialmente na *École de Hautes Études*, onde encontra logo discípulos que o seu pensamento encanta e inspira, e na *Société de Linguistique*, onde Bréal cedo o encarrega do secretariado adjunto: uma carreira fácil se abre diante dele e tudo parece anunciar uma longa seqüência de descobertas. A expectativa não é frustrada. Relembremos apenas os seus artigos fundamentais sobre a entonação báltica, que mostram a profundidade da sua análise e permanecem como modelos para os que se aventuram nas mesmas pesquisas. É inegável, entretanto, o fato observado — e lamentado — pelos que tiveram de falar de Saussure nesses anos, que a sua produção logo diminui. Limita-se ele apenas a alguns artigos cada vez mais espaçados e que não escreve, aliás, a não ser para ceder a solicitações de amigos. Voltando a Genebra para ocupar uma cátedra na universidade, pára quase completamente de escrever. E no entanto nunca parou de trabalhar. O que, então, o impedia de publicar? Começamos a sabê-lo. Esse silêncio esconde um drama que deve ter sido doloroso, que se agravou com os anos, que inclusive jamais encontrou solução. Prende-se de um lado a

circunstâncias pessoais, sobre as quais os testemunhos dos seus parentes e dos seus amigos poderiam lançar alguma luz. Era sobretudo um drama do pensamento. Saussure afastava-se da sua época na mesma medida em que se tornava pouco a pouco senhor da sua própria verdade, pois essa verdade o fazia rejeitar tudo o que então se ensinava a respeito da linguagem. Mas ao mesmo tempo em que hesitava diante dessa revisão radical que sentia necessária, não podia resolver-se a publicar a menor nota antes de haver assegurado, em primeiro lugar, os fundamentos da teoria. A que profundidade essa perturbação o atingia e quanto às vezes, ele chegava perto de desanimar, é o que revela um documento singular, um passo de uma carta a Meillet (4 de janeiro de 1894) em que, a propósito dos seus estudos sobre a entonação báltica, ele confessa:

“Estou muito desgostoso com tudo isso e com a dificuldade que há, em geral, para escrever dez linhas quando se tem senso comum em matéria de fatos de linguagem. Preocupado sobretudo, há muito tempo, com a classificação lógica desses fatos, com a classificação dos aspectos sob os quais os tratamos, vejo cada vez mais, também, a imensidade do trabalho que seria necessário para mostrar ao lingüista *o que ele faz*, reduzindo cada operação à sua categoria prevista; e, ao mesmo tempo, a grande insignificância de tudo o que se pode fazer, finalmente, em lingüística.

“Em última análise é somente o lado pitoresco de uma língua o que faz com que ela se distinga de todas as outras como pertencendo a um certo povo que tem certas origens, esse lado quase etnográfico, que conserva interesse para mim: e, precisamente, não tenho mais o prazer de poder entregar-me a esse estudo sem desconfiança, e de desfrutar do fato particular que se prende a um meio particular.

“Sem cessar, a absoluta inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la e de mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral vem estragar o meu prazer histórico, embora eu não tenha nenhum desejo mais caro do que não precisar ocupar-me da língua em geral.

“Isso, contra a minha vontade, acabará num livro, em que, sem entusiasmo nem paixão, explicarei por que não há um só termo empregado em lingüística ao qual eu atribua um sentido

qualquer. É só depois disso, confesso-o, que poderei retomar o meu trabalho no ponto em que o havia deixado.

“Eis aí uma disposição, talvez estúpida, que explicaria a Duvau por que, por exemplo, atrasei mais de um ano a publicação de um artigo que não oferecia materialmente nenhuma dificuldade — sem chegar, aliás, a evitar as expressões logicamente odiosas, porque para isso seria necessária uma reforma decididamente radical”⁽⁷⁾.

Vê-se em que debate está preso Saussure. Quanto mais sonda a natureza da linguagem, menos pode satisfazer-se com as noções recebidas. Procura então um desvio em estudos de tipologia etnolingüística, mas é sempre reconduzido à sua primeira obsessão. Talvez seja ainda para escapar-lhe que se lançará mais tarde nessa procura imensa de anagramas... Hoje, porém, vemos qual era o risco: o drama de Saussure transformaria a lingüística. As dificuldades contra as quais se choca a sua reflexão forçá-lo-ão a forjar as novas dimensões que ordenarão os fatos de linguagem.

Desde esse momento, realmente, Saussure viu que estudar uma língua leva inevitavelmente a estudar a linguagem. Cremos poder atingir diretamente o fato de língua como uma realidade objetiva. Na verdade, não a apreendemos a não ser segundo um certo enfoque, que é preciso inicialmente definir. Deixemos de acreditar que se apreende na língua um objeto simples, que existe por si mesmo, e é susceptível de uma apreensão total. A primeira tarefa consiste em mostrar ao lingüista “o que ele faz”, a que operações preliminares se entrega inconscientemente quando aborda os dados lingüísticos.

Não havia nada mais afastado do seu tempo que essas preocupações lógicas. Os lingüistas estavam então absorvidos num grande esforço de investigação histórica no emprego dos materiais de comparação e na elaboração de repertórios etimológicos. Esses grandes empreendimentos, afinal muito úteis, não deixavam

7. Este texto foi citado por Godel, op. cit., p. 31, mas segundo uma cópia defeituosa que deve ser corrigida em vários lugares. O passo foi reproduzido aqui segundo o original.

[1965]. Ver agora E. Benveniste, “Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet”, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 21 (1964), p. 92-135.

lugar às preocupações teóricas. E Saussure permanecia sozinho com os seus problemas. A imensidade da tarefa que devia ser cumprida, o caráter radical da reforma necessária podiam fazê-lo hesitar, às vezes desencorajá-lo. Apesar disso não renuncia. Sonha com um livro em que dirá tudo isso, em que apresentará as suas opiniões e empreenderá a refundição completa da teoria.

Esse livro não será jamais escrito, mas restam dele esboços, sob a forma de notas preparatórias, de observações jogadas rapidamente, de rascunhos, e quando, para exercer obrigações universitárias, tiver de dar um curso de lingüística geral, retomará os mesmos temas e os estenderá até o ponto em que os conhecemos.

Reencontramos, de fato, no lingüista de 1910 o mesmo objetivo que guiava o estreante de 1880: garantir os fundamentos da lingüística. Recusa os quadros e as noções que vê empregar em toda parte, porque lhe parecem estranhos à natureza própria da língua. Qual é essa natureza? Explica-as brevemente em algumas dessas notas, fragmentos de uma reflexão que não pode nem renunciar nem fixar-se completamente:

“Acolá há coisas, há objetos determinados, que temos a liberdade de considerar através de prismas diferentes. Aqui, há em primeiro lugar prismas, exatos ou falsos, mas apenas prismas, com a ajuda dos quais se *criam* secundariamente as coisas. Acontece que essas criações ou correspondem a realidades quando o ponto de partida é exato ou não correspondem, no caso contrário; mas nos dois casos coisa nenhuma, objeto nenhum é determinado por um instante em si. Nem mesmo quando se trata do fato mais material, mais evidentemente definido em si na aparência, como seria uma seqüência de sons vocais⁽⁸⁾.”

“Eis aqui a nossa profissão de fé em matéria lingüística: em outros domínios, pode falar-se das coisas através *deste ou daquele prisma*, com a certeza de reencontrar um terreno firme no próprio objeto. Em lingüística, negamos em princípio que haja objetos dados, que haja coisas que continuem a existir quando se passa de uma ordem de idéias a outra e que seja possí-

8. C.F.S., 12 (1954), p. 57 e 58.

vel, conseqüentemente, permitirmo-nos considerar “coisas” em várias ordens, como se fossem determinadas por elas mesmas”⁽⁹⁾.

Essas reflexões explicam por que Saussure considerava tão importante mostrar ao lingüista “o que ele faz”. Queria fazer compreender o erro em que se envolveu a lingüística desde que estuda a linguagem como uma coisa, como um organismo vivo ou como matéria que se analisa por uma técnica instrumental, ou ainda como uma criação livre e incessante da imaginação humana. É preciso voltar aos fundamentos, descobrir esse objeto que é a linguagem, a que nada pode ser comparado.

Que é, então, esse objeto, que Saussure erige sobre uma tábua rasa de todas as noções recebidas? Tocamos aqui no que há de primordial na doutrina saussuriana, num princípio que presume uma intuição total da linguagem, total ao mesmo tempo porque contém o conjunto da sua teoria, e porque abarca a totalidade do seu objeto. Esse princípio é que a linguagem, como quer que se estude, é sempre um objeto duplo formado de duas partes cada uma das quais não tem valor a não ser pela outra.

Aí está, parece-me, o centro da doutrina, o princípio de onde procede todo o aparato de noções e de distinções que forma o *Cours* publicado. Realmente, tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos; tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva:

- dualidade articulatória/acústica;
- dualidade do som e do sentido;
- dualidade do indivíduo e da sociedade;
- dualidade da língua e da fala;
- dualidade do material e do não-substancial;
- dualidade do “memorial” (paradigmático) e do sintagmático;
- dualidade da identidade e da oposição;
- dualidade do sincrônico e do diacrônico, etc.

E, mais uma vez, nenhum dos termos assim opostos tem valor por si mesmo ou remete a uma realidade substancial; cada um deles adquire o seu valor pelo fato de que se opõe ao outro:

“A lei absolutamente final da linguagem consiste, se ousamos dizê-lo, em que não há nada, jamais, que possa residir em *um*

9. C.F.S., 12 (1954), p. 58.

termo; isso é consequência direta do fato de que os símbolos lingüísticos não têm relação com aquilo que devem designar; assim, pois, *a* é impotente para designar algo sem o concurso de *b* e o mesmo ocorre com este, sem o concurso de *a*; ambos só têm valor pela sua diferença recíproca, ou nenhum tem valor, mesmo por uma parte qualquer dele mesmo (suponho “a raiz”, etc.), a não ser por esse mesmo plexo de diferenças eternamente negativas”⁽¹⁰⁾.

“Como a linguagem não oferece, em nenhuma das suas manifestações, uma substância, mas somente *ações* combinadas ou isoladas de forças fisiológicas, psicológicas, mentais; e como apesar disso todas as nossas distinções, toda a nossa terminologia, todas as nossas maneiras de falar são moldadas sobre essa suposição involuntária de uma substância, não podemos recusar-nos, antes de tudo, a reconhecer que a teoria da linguagem terá como tarefa mais essencial deslindar o que resta das nossas primeiras distinções. É-nos impossível aceitar que se tenha o direito de estabelecer uma teoria desprezando esse trabalho de definição, embora essa maneira cômoda tenha parecido até hoje satisfazer o público lingüístico”⁽¹¹⁾.

É claro que se pode tomar como objeto da análise lingüística um fato material, por exemplo um segmento de enunciado ao qual não se prenderia nenhuma significação, considerando-o como simples produção do aparelho vocal, ou mesmo uma vogal isolada. Acreditar que temos aí uma substância é ilusório; é precisamente e apenas por uma operação de abstração e de generalização que podemos delimitar semelhante objeto de estudo. Saussure insiste nisso: é só o ponto de vista que cria essa substância. Todos os aspectos da linguagem que temos como dados são o resultado de operações lógicas que praticamos inconscientemente. Tomemos consciência disso. Abramos os olhos para esta verdade: não há um único aspecto da linguagem que seja um dado fora dos outros e que se possa pôr acima dos outros como anterior e primordial. Daí esta comprovação:

10. C.F.S., 12 (1954), p. 63.

11. *Ibid.*, p. 55 e 56.

“À medida que aprofundamos a matéria proposta para o estudo lingüístico, mais nos convencemos dessa verdade que, seria inútil disfarçá-lo, dá muito o que pensar: o elo que se estabelece entre as coisas preexiste, nesse domínio, às *próprias coisas*, e serve para determiná-las”⁽¹²⁾.

Tese de aparência paradoxal, que ainda hoje pode surpreender. Certos lingüistas censuram a Saussure o comprazer-se em sublinhar paradoxos no funcionamento da linguagem. A linguagem, porém, é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que o não vêem. Quanto mais nos adiantarmos, mais sentiremos esse contraste entre a unicidade como categoria da nossa percepção dos objetos e a dualidade cujo modelo a linguagem impõe à nossa reflexão. Quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar.

Dessas visões do problema procede a doutrina a que os discípulos de Saussure deram forma e que publicaram. Hoje, exegetas escrupulosos entregam-se à necessária tarefa de restaurar no seu conteúdo exato as lições de Saussure, servindo-se de todos os materiais que puderam reencontrar. Graças aos seus cuidados temos uma edição crítica do *Cours de linguistique générale*, que não apenas nos dará uma imagem fiel desse ensinamento transmitido sob a sua forma oral mas permitirá fixar rigorosamente a terminologia saussuriana.

Essa doutrina *enforma* de fato, de um modo ou de outro, toda a lingüística teórica do nosso tempo. A ação que exerceu foi acrescida pelo efeito de convergências entre as idéias saussurianas e as de outros teóricos. Assim, na Rússia, Baudoin de Courtenay e seu discípulo Kruszewski propunham então, de maneira independente, uma nova concepção do fonema. Distinguiam a função lingüística do fonema da sua realização articulatória. Esse ensinamento encontrava em suma, numa escala menor, a distinção saussuriana entre língua e fala, e atribuía ao fonema um valor diferencial. Era o primeiro germe daquilo que se desen-

12. C.F.S., 12 (1954), p. 57.

volveu numa nova disciplina, a fonologia, teoria das funções distintas dos fonemas, teoria das estruturas das suas relações. Quando a fundaram, N. Trubetzkoy e R. Jakobson reconheceram expressamente tanto em Saussure como em Baudouin de Courtenay os seus precursores.

A tendência estruturalista que se firma a partir de 1928, e que deveria, a seguir, ser posta no primeiro plano, tem assim as suas origens em Saussure. Embora este não tenha jamais empregado num sentido doutrinal o termo “estrutura” (palavra que, aliás, por haver servido de bandeira a movimentos muito diferentes, acabou por esvaziar-se de qualquer conteúdo preciso), é certa a filiação a Saussure de todos os que procuram na relação dos fonemas entre si o modelo da estrutura geral dos sistemas lingüísticos.

Talvez seja útil situar através desse prisma uma das escolas estruturalistas, a mais caracterizada nacionalmente, a escola americana, na medida em que traz a autoridade de Bloomfield. Sabemos muito bem que Bloomfield havia escrito uma análise muito elogiosa do *Cours de linguistique générale*, na qual, louvando Saussure pela distinção entre *língua* e *fala*, concluía: “He has given us the theoretical basis for a science of human speech”⁽¹³⁾. Por mais diferente que se tenha tornado a lingüística americana, não é menor o seu elo com Saussure.

Como todos os pensamentos fecundos, a concepção saussuriana da língua trazia conseqüências que não se perceberam logo. Existe, mesmo, uma parte do seu ensinamento que permaneceu meio inerte e improdutiva durante muito tempo. É a parte relativa à língua como sistema de signos e a análise do signo em significante e significado. Havia aí um princípio novo, o da unidade de face dupla. Nestes últimos anos, a noção de signo foi discutida entre os lingüistas: até que ponto as duas faces se correspondem, como se mantêm ou se dissociam a unidade através da diacronia, etc. Muitos pontos da teoria estão ainda por examinar. Haverá por que perguntarmo-nos, principalmente, se a noção de signo pode valer como princípio de análise em todos

13. *Modern Language Journal*, 8 (1924), p. 319.

os níveis. Assinalamos noutro passo que a frase como tal não admite a segmentação em unidades do tipo do signo.

O que desejamos acentuar aqui é o alcance desse princípio do signo instaurado como unidade da língua. O resultado é que a língua se torna num sistema semiótico: “a tarefa do lingüista”, diz Saussure, “consiste em definir o que torna a língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos... Para nós o problema lingüístico é antes de tudo semiológico”⁽¹⁴⁾. Ora, vemos agora propagar-se esse princípio para fora das disciplinas lingüísticas e penetrar nas ciências do homem, que tomam consciência da sua própria semiótica. Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como “língua”. Analistas da sociedade perguntam-se se determinadas estruturas sociais ou, em outro plano, esses discursos complexos que são os mitos não deveriam considerar-se como significantes cujos significados seria preciso procurar. Essas investigações inovadoras levam a crer que o caráter natural da língua, de ser composta de signos, poderia ser comum ao conjunto dos fenômenos sociais que constituem a *cultura*.

Parece-nos que se deveria estabelecer uma distinção fundamental entre duas ordens de fenômenos: de um lado os dados físicos e biológicos, que apresentam uma natureza “simples” (qualquer que seja a sua complexidade) porque pertencem inteiramente ao campo em que se manifestam, e porque todas as suas estruturas se formam e se diversificam em níveis sucessivamente atingidos na ordem das mesmas relações; e, de outro lado, os fenômenos próprios ao meio interumano, que têm essa característica de não poderem jamais ser tomados como dados simples nem definir-se dentro da ordem da sua própria natureza, mas devem sempre ser recebidos como duplos, pelo fato de que se ligam a outra coisa, qualquer que seja o seu “referente”. Um fato de cultura não o é a não ser na medida em que remete a algo diferente. No dia em que uma ciência da cultura tomar forma, fundar-se-á provavelmente sobre esse caráter primordial e elaborará as suas dualidades próprias a partir do modelo que Saussure deu para a língua, sem se submeter necessariamente a ele.

14. *Cours de linguistique générale* 1, p. 34 e 35.

Nenhuma ciência do homem escapará a essa reflexão sobre o seu objeto e sobre o seu lugar no seio de uma ciência geral da cultura, pois o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura.

Que estranho destino esse das idéias, e como parecem às vezes viver pela sua própria vida, revelando ou desmentindo ou recriando a figura do seu criador. Pode-se pensar durante muito tempo sobre esse contraste: a vida temporal de Saussure comparada com o destino das suas idéias. Um homem sozinho dentro do seu pensamento durante quase toda a sua vida, não podendo consentir em ensinar aquilo que julga falso ou ilusório, sentindo que é preciso refundir tudo, cada vez menos tentado a fazê-lo e, finalmente, após muitos desvios que não podem arrancá-lo ao tormento da sua verdade pessoal, comunicando a alguns ouvintes, sobre a natureza da linguagem, idéias que não lhe pareciam jamais suficientemente amadurecidas para serem publicadas. Morre em 1913, pouco conhecido fora do círculo restrito dos seus alunos e de alguns amigos, já quase esquecido pelos seus contemporâneos. Meillet, na bela nota biográfica que então lhe dedica, lamenta que essa vida termine sobre uma obra incompleta: “Após mais de trinta anos, as idéias expressas por Ferdinand de Saussure no seu trabalho de estréia, não esgotaram a sua fecundidade. E, no entanto, os seus discípulos têm a impressão de que ele não ocupou — bem longe disso — na lingüística do seu tempo o lugar que lhe deviam valer os seus dons geniais...”⁽¹⁵⁾. E termina com este lamento pungente: “Ele havia produzido o mais belo livro de gramática comparada que se escreveu, semeado idéias e proposto teorias firmes, posto a sua marca sobre numerosos alunos e, no entanto, não havia cumprido todo o seu destino”⁽¹⁶⁾.

Três anos após a morte de Saussure aparecia o *Cours de linguistique générale*, redigido por Bally e Séchehaye segundo notas dos estudantes. Em 1916, no meio de retinir das armas, quem poderia preocupar-se com um trabalho de lingüística?

1 *Linguistique historique et linguistique générale*, II, p. 174.

1 *Ibid.*, p. 183.

Nunca foi mais verdadeira a palavra de Nietzsche de que os grandes acontecimentos chegam sobre patas de pombos.

Hoje, cinqüenta anos decorreram desde a morte de Saussure, duas gerações nos separam dele, e o que vemos? A lingüística tornou-se numa ciência importante entre as que se ocupam do homem e da sociedade; uma das mais ativas na pesquisa teórica assim como nos seus desenvolvimentos técnicos. Ora, essa lingüística renovada é em Saussure que tem a sua origem, é em Saussure que se reconhece e se reúne. Em todas as correntes que a atravessam, em todas as escolas em que se divide, proclama-se o papel precursor de Saussure. Essa semente de claridade, recolhida por alguns discípulos, tornou-se numa grande luz, que decortina uma paisagem cheia da sua presença.

Dizemos aqui que Saussure pertence para sempre à história do pensamento europeu. Precursor das doutrinas que de cinqüenta anos para cá transformaram a teoria da linguagem; lançou idéias inesquecíveis sobre a faculdade mais alta e mais misteriosa do homem e, ao mesmo tempo, propondo no horizonte da ciência e da filosofia a noção de “signo” como unidade bilateral, contribuiu para o advento do pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura, e para a constituição de uma semiologia geral.

Abarcando com o olhar esse meio século decorrido, podemos dizer que Saussure cumpriu bem o seu destino. Além da sua vida terrena, as suas idéias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa.

II

a comunicação

CAPÍTULO 4

natureza do signo lingüístico⁽¹⁷⁾

É de F. de Saussure que procede a teoria do signo lingüístico atualmente afirmada ou implicada na maioria dos trabalhos de lingüística geral. E é como uma verdade evidente, não ainda explícita, mas incontestada na realidade, que Saussure ensinou que a natureza do signo é *arbitrária*. A fórmula impôs-se imediatamente. Toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo lingüístico. O princípio tem tal alcance que uma reflexão que verse sobre qualquer parte da lingüística o encontra necessariamente. Os fatos de que seja invocado em toda parte e dado sempre por evidente são duas razões para que se procure ao menos compreender em que sentido Saussure o tomou e a natureza das provas que o manifestam.

Essa definição é, no *Cours de linguistique générale*⁽¹⁸⁾, motivada por enunciados muito simples. Chama-se *signo* “o total resultante da associação de um significante [= imagem acústica] e de um significado [= conceito]”... “Assim a idéia de “sœur”, “irmã”, não está ligada por nenhuma relação interna com a seqüência dos sons *s-ø-r* que lhe serve de significante; poderia igualmente bem ser representada por qualquer outra seqüência: provam-no as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado “bœuf”, “boi” tem como significante *b-ø-f* de um lado da fronteira e *o-k-s* (*Ochs*) do outro”

17. *Acta linguistica*, I (1939), Copenhague.

18. Citado aqui segundo a primeira edição, Lausanne-Pis, 1916.

(p. 120). Isso deve estabelecer que “o elo que une o significante ao significado é arbitrário” ou, mais simplesmente, que “o signo lingüístico é arbitrário”. Por “arbitrário”, o autor entende que “é *imotivado*, quer dizer arbitrário em relação ao significado com o qual não tem nenhuma ligação natural na realidade” (p. 103). Esse caráter deve, pois, explicar o próprio fato pelo qual se verifica: a saber, que para uma noção, as expressões variam no tempo e no espaço, e em conseqüência não têm com ela nenhuma relação necessária.

Não sonhamos em discutir essa conclusão em nome de outros princípios ou partindo de definições diferentes. Trata-se de saber se é coerente, e se, admitida a bipartição do signo (e nós a admitimos), se deve em conseqüência caracterizar o signo como arbitrário. Acabamos de ver que Saussure toma o signo lingüístico como constituído por um significante e um significado. Ora — isto é essencial — ele entende por “significado” o *conceito*. Declara literalmente (p. 100), que “o signo lingüístico une não uma coisa e um nome mas um conceito e uma imagem acústica”. Garante, logo depois, que a natureza do signo é arbitrária porque não tem com o significado “nenhuma ligação natural na realidade”. Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade. Saussure cansou-se de dizer que a idéia de “*sœur*” não está ligada ao significante *s-ø-r*, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre *b-ø-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. De fato, se se estabelece em princípio — e com razão — que a língua é *forma*, não substância (p. 163), é preciso admitir — e Saussure o afirmou claramente — que a lingüística é ciência das formas exclusivamente. Tanto mais imperiosa é então a necessidade de deixar a “substância” irmã ou boi fora da compreensão do signo. Ora, é somente se se pensa no animal “boi” na sua particularidade concreta e “substancial” que se tem base para julgar “arbitrária” a relação entre *boi* de um lado, *oks* do

outro, com uma mesma realidade. Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo lingüístico e a natureza fundamental que lhe atribui.

Semelhante anomalia no raciocínio tão cerrado de Saussure não me parece imputável a um afrouxamento da sua atenção crítica. Eu veria antes, aí, um traço distintivo do pensamento histórico e relativista do fim do século XIX, um processo habitual a essa forma de reflexão filosófica que é a inteligência comparativa. Observam-se nos diferentes povos as reações suscitadas por um mesmo fenômeno: a infinita diversidade das atitudes e dos julgamentos leva à consideração de que nada aparentemente é necessário. Da universal dessemelhança, chega-se à universal contingência. A concepção saussuriana está ainda solidária, em certa medida, com esse sistema de pensamento. Decidir que o signo lingüístico é arbitrário porque o mesmo animal se chama *boi* num país, *Ochs*, noutro, equivale a dizer que a noção do luto é “arbitrária” porque tem por símbolo o preto na Europa, o branco na China. Arbitrária, sim, mas somente sob o olhar impassível de Sirius ou para aquele que se limita a comprovar, de fora, a ligação estabelecida entre uma realidade objetiva e um comportamento humano e se condena, assim, a não ver aí senão contingência. É claro que, com relação a uma mesma realidade, todas as denominações têm igual valor; o fato de que existem é, pois, a prova de que nenhuma delas pode pretender o absoluto da denominação em si. Isso é verdadeiro. Isso é até verdadeiro demais — e, portanto, pouco instrutivo. O verdadeiro problema é muito mais profundo. Consiste em reencontrar a estrutura íntima do fenômeno do qual não se percebe senão a aparência exterior e em descrever a sua relação com o conjunto das manifestações de que depende.

Assim quanto ao signo lingüístico. Um dos componentes do signo, a imagem acústica, constitui o seu significante; a outra, o conceito, é o seu significado. Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*. O conceito (“significado”) “boi” é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (“significante”) *boi*. Como poderia ser diferente? Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância. Há entre os

dois uma simbiose tão estreita que o conceito “boi” é como que a alma da imagem acústica *boi*. O espírito não contém formas vazias, conceitos não nomeados. O próprio Saussure diz: “Psicologicamente, excetuando-se a sua expressão por meio das palavras, o nosso pensamento é apenas u’a massa amorfa e indistinta. Filósofos e lingüistas concordaram sempre em reconhecer que, sem o concurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de maneira clara e constante. Tomado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa em que nada é necessariamente delimitado. Não há idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (p. 161). Inversamente, o espírito só acolhe a forma sonora que serve de suporte a uma representação identificável para ele; se não, rejeita-a como desconhecida ou estranha. O significante e o significado, a representação mental e a imagem acústica são, pois, na realidade as duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado. O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. Essa consubstancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo lingüístico. Ainda aqui é o testemunho do próprio Saussure que invocamos, quando diz a respeito da língua: “A língua é ainda comparável a uma folha de papel: o pensamento é a face e o som é o verso; não se pode recortar a face sem recortar ao mesmo tempo o verso; da mesma forma, na língua, não se poderia isolar nem o som do pensamento, nem o pensamento do som; não o conseguiríamos a não ser por uma abstração cujo resultado seria o fazermos ou psicologia pura ou fonologia pura” (p. 163). O que Saussure diz aqui a respeito da língua vale primeiro para o signo lingüístico no qual se afirmam incontestavelmente os caracteres primeiros da língua.

Vemos agora, e podemos delimitar, a zona do “arbitrário”. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Nesse sentido, e somente nesse sentido, é permitido falar de contingência, e ainda assim é menos para dar solução ao problema que para assinalá-lo e afastá-lo provisoriamente. De fato, esse problema não é senão o famoso *φύσει* ou *θέσει* e não pode ser

resolvido a não ser por decreto. É, realmente, transposto em termos lingüísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo; problema que o lingüista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado. Propor a relação como arbitrária é para o lingüista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade (*nomen omen*, tabus de palavra, poder mágico do verbo, etc.). Na verdade, o prisma do sujeito e o do lingüista são tão diferentes a esse respeito que a afirmação do lingüista quanto ao arbitrário das designações não refuta o sentimento contrário do falante. Seja como for, porém, a natureza do signo lingüístico não tem nada que ver com isso, se o definimos como o fez Saussure, pois o próprio dessa definição consiste precisamente em não encarar senão a relação do significante com o significado. O domínio do arbitrário fica assim relegado para fora da compreensão do signo lingüístico.

Assim, é bastante inútil defender o princípio do “arbitrário do signo” contra a objeção que poderia ser tirada das onomatopéias e dos termos expressivos (Saussure, p. 103-104), não apenas porque a sua esfera de emprego é relativamente limitada e porque a expressividade é um efeito essencialmente transitório, subjetivo e freqüentemente secundário, mas sobretudo porque, ainda aqui, qualquer que seja a realidade retratada pela onomatopéia ou pelo termo expressivo, a alusão a essa realidade na maioria dos casos não é imediata e não é admitida a não ser por uma convenção simbólica análoga à que credencia os signos comuns do sistema. Reencontramos, pois, a definição e os caracteres válidos para qualquer signo. O arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou o objeto *material* e não intervém na constituição própria do signo.

Convém considerar agora, rapidamente, algumas conclusões que Saussure tirou do princípio aqui discutido e que repercutem longe. Ele mostra, por exemplo, admiravelmente, que se pode falar ao mesmo tempo da imutabilidade e da mutabilidade do signo: imutabilidade porque, sendo arbitrário, não pode ser dis-

cutido em nome de uma norma razoável; mutabilidade, porque, sendo arbitrário, é sempre susceptível de alterar-se. “Uma língua é radicalmente impotente para defender-se contra os fatores que deslocam de momento a momento a relação do significado com o significante. Essa é uma das conseqüências do arbitrário do signo” (p. 112). O mérito dessa análise não é diminuído em nada, mas ao contrário muito reforçado se se especifica melhor a relação à qual realmente se aplica. Não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto; é, em outras palavras, a *motivação objetiva* da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos. O que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da *significação*, não do signo.

Outro problema, não menos importante, que interessa diretamente à definição do signo, é o de *valor*, em que Saussure pensa encontrar uma confirmação das suas idéias: “a escolha que chama determinado corte acústico para determinada idéia é perfeitamente arbitrária. Se o não fosse, a noção de valor perderia algo do seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. De fato os valores permanecem inteiramente relativos, e eis aí o motivo pelo qual o elo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário” (p. 163). Vale a pena retomar sucessivamente as partes desse raciocínio. A escolha que chama determinado corte acústico para determinada idéia não é absolutamente arbitrária; esse corte acústico não existiria sem a idéia correspondente e vice-versa. Na realidade Saussure pensa sempre, embora fale de “idéia”, na representação do *objeto real* e no caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à *coisa* significada. A prova dessa confusão encontra-se na seguinte frase cujo membro característico sublinho: “Se não fosse assim, a noção de valor perderia algo do seu caráter, pois *conteria um elemento imposto de fora*”. É bem “um elemento imposto de fora”, portanto, a realidade *objetiva* que esse raciocínio toma como eixo de referência. Quando se considera o signo em si mesmo e enquanto portador de um valor, o arbitrário se encontra necessariamente eliminado. De fato — a última proposição é a que encerra mais claramente a sua própria refutação — é bem verdade que os valores permanecem inteiramente “relativos”; mas trata-se de

saber como e em relação a quê. Proponhamos imediatamente isto: o valor é um elemento do signo; se o signo tomado em si mesmo não é arbitrário, como pensamos havê-lo demonstrado, segue-se que o caráter “relativo” do valor não pode depender da natureza “arbitrária” do signo. Uma vez que é preciso abstrairmo-nos da adequação do signo à realidade, com maior razão devemos considerar o valor apenas como um atributo da *forma*, não da substância. Daí, dizermos que os valores são “relativos” significa que são relativos uns aos outros. Ora, não está aí justamente a prova da sua *necessidade*? Trata-se, aqui, não mais do signo isolado mas da língua como sistema de signos e ninguém, tão firmemente como Saussure, concebeu e descreveu a economia sistemática da língua. Quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão *necessário* que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente. A relatividade dos valores é a melhor prova de que dependem estreitamente uns dos outros na sincronia de um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado. Isso se deve a que todos os valores são de oposição e não se definem a não ser pela sua diferença. Opostos, conservam-se em mútua relação de necessidade. Uma oposição é, pela força das coisas, subtendida de necessidade, como a necessidade reforça a oposição. Se a língua é algo além de um conglomerado fortuito de noções erráticas e de sons emitidos ao acaso, é porque há uma necessidade imanente à sua estrutura como a toda estrutura.

Evidencia-se, pois, que a parte de contingência inerente à língua afeta a denominação enquanto símbolo fônico da realidade, e na sua relação com ela. Mas o signo, elemento primordial do sistema lingüístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como *necessária*, sendo esses dois componentes consubstanciais um com o outro. O *caráter absoluto do signo lingüístico* assim entendido comanda, por sua vez, a *necessidade* dialética dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua. Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina consista em engendrar a contradição que a promove. Restaurando-se a verdadeira natureza do signo no condicionamento interno do sistema, reforça-se, além de Saussure, o rigor do pensamento saussuriano.

CAPÍTULO 5

comunicação animal e linguagem humana⁽¹⁹⁾

Aplicada ao mundo animal, a noção de linguagem só tem crédito por um abuso de termos. Sabemos que foi impossível até aqui estabelecer que os animais disponham, mesmo sob uma forma rudimentar, de um modo de expressão que tenha os caracteres e as funções da linguagem humana. Falharam todas as observações sérias praticadas sobre as comunidades animais, todas as tentativas postas em prática mediante técnicas variadas para provocar ou controlar uma forma qualquer de linguagem que se assemelhasse à dos homens. Não parece que os animais que emitem gritos variados manifestem, no momento dessas emissões vocais, comportamentos dos quais possamos inferir que se transmitem mensagens “faladas”. As condições fundamentais de uma comunicação propriamente lingüística parecem faltar no mundo dos animais, mesmo superiores.

A questão apresenta-se de forma diferente para as abelhas ou, pelo menos, devemos encarar o fato de que possa vir a apresentar-se. Tudo leva a crer — e o fato se observa há muito tempo — que as abelhas têm um modo de comunicar-se. A organização prodigiosa das suas colônias, as suas atividades diferenciadas e coordenadas, a sua capacidade de reagir coletivamente diante de situações imprevistas, fazem supor que têm aptidões para trocar verdadeiras mensagens. A atenção dos observadores dirigiu-se particularmente para a maneira pela qual as abelhas são avisadas quando uma dentre elas descobre uma fonte de alimento.

19. Diogène, I (1952).

Uma abelha operária colhedora, encontrando, por exemplo, durante o vôo uma solução açucarada por meio da qual cai numa armadilha, imediatamente se alimenta. Enquanto se alimenta, o experimentador cuida em marcá-la. A abelha volta depois à sua colmeia. Alguns instantes mais tarde, vê-se chegar ao mesmo lugar um grupo de abelhas entre as quais não se encontra a abelha marcada e que vêm todas da mesma colmeia. Esta deve haver prevenido as companheiras. É realmente necessário que estas hajam sido informadas com precisão, pois chegam sem guia ao local, que se encontra, freqüentemente, a grande distância da colmeia e sempre fora da sua vista. Não há erro nem hesitação na localização: se a primeira escolheu uma flor entre outras que poderiam igualmente atraí-la, as abelhas que vêm após a sua volta se atirarão a essa e abandonarão as outras. Aparentemente, a abelha exploradora indicou às companheiras o lugar de onde veio. Mas de que modo?

Esse problema fascinante desafiou por muito tempo os observadores. Deve-se a Karl von Frisch (professor de Zoologia na Universidade de Munique), pelas experiências que realiza há uns trinta anos, o haver estabelecido os princípios de uma solução. As suas pesquisas fizeram conhecer o processo da comunicação entre as abelhas. Observou, numa colmeia transparente, o comportamento da abelha que volta depois de uma descoberta de alimento. É imediatamente rodeada pelas companheiras no meio de grande efervescência, e essas estendem na sua direção as antenas para recolher o pólen de que vem carregada, ou absorvem o néctar que vomita. Depois, seguida das companheiras, executa danças. É este o momento essencial do processo e o próprio ato da comunicação. A abelha entrega-se, de acordo com o caso, a uma de duas danças diferentes. Uma consiste em traçar círculos horizontais da direita à esquerda, depois da esquerda à direita sucessivamente. A outra, acompanhada por uma vibração contínua do abdômen (*wagging-dance*, “dança do ventre”), imita mais ou menos a figura de um 8: a abelha voa reto, depois descreve uma volta completa para a esquerda, novamente voa reto, recomeça uma volta completa para a direita, e assim por diante. Após as danças, uma ou mais abelhas deixam a colmeia e partem diretamente para a fonte que a primeira havia visitado, e depois

de saciar-se, voltam à colmeia onde, por sua vez, se entregam às mesmas danças, o que provoca novas partidas, de modo que depois de algumas idas e vindas, centenas de abelhas já acorrem ao local onde a primeira descobriu o alimento. A dança em círculos e a dança em oito evidenciam-se, pois, como verdadeiras mensagens pelas quais a descoberta é assinalada à colmeia. Faltava encontrar a diferença entre as duas danças. K. von Frisch pensou que versasse sobre a natureza do alimento: a dança circular anunciaria o néctar, a dança em oito, o pólen. Esses dados, com a sua interpretação, apresentados em 1923, são hoje noções correntes e já vulgarizadas⁽²⁰⁾. Compreende-se que hajam suscitado vivo interesse. Mesmo demonstradas, porém, não nos permitem falar de uma verdadeira linguagem.

Esses aspectos estão agora completamente renovados pelas experiências que Karl von Frisch realizou depois, ampliando e retificando as suas primeiras observações. Tornou-as conhecidas em 1948 em publicações técnicas e, resumidas muito claramente, em 1950 num pequeno volume que reproduz conferências feitas nos Estados Unidos⁽²¹⁾. Após milhares de experiências de uma paciência e de uma engenhosidade verdadeiramente admiráveis, conseguiu determinar a significação das danças. A novidade fundamental consiste em que se reportam não, como ele o havia inicialmente pensado, à natureza do achado mas à distância que separa esse achado da colmeia. A dança em círculo anuncia que o local do alimento deve ser procurado a pequena distância, num raio de cem metros aproximadamente ao redor da colmeia. As abelhas saem então e se espalham ao redor da colmeia até que a tenham encontrado. A outra dança, que a operária colhedora executa vibrando e descrevendo oitos (*wagging-dance*), indica que o ponto está situado a uma distância superior, além de

20. Assim Maurice Mathis, *Le peuple des abeilles*, p. 70: "O doutor K. von Frisch havia descoberto... o comportamento da abelha fisgada à sua volta à colmeia. Segundo a natureza do achado a explorar, mel ou pólen, a abelha fisgada executará sobre os bolos de cera uma verdadeira dança de demonstração, girando em círculo para uma substância açucarada, descrevendo oitos para o pólen".

21. Karl von Frisch, *Bees, their vision, chemical senses and language*, Ithaca, N. Y., Cornell University Press, 1950.

cem metros e até seis quilômetros. Essa mensagem comporta duas indicações distintas — uma sobre a distância, outra sobre a direção. A distância está implícita pelo número de figuras desenhadas num tempo determinado; varia sempre na razão inversa da sua frequência. Por exemplo, a abelha descreve nove a dez "oitos" completos em quinze segundos quando a distância é de cem metros, sete para duzentos metros, quatro e meio para um quilômetro, e dois somente para seis quilômetros. Quanto maior é a distância, mais lenta é a dança. Quanto à direção em que se deve procurar o achado, é o eixo do "oito" que assinala, em direção ao sol; segundo se incline para a direita ou para a esquerda, esse eixo indica o ângulo que o local da descoberta forma com o sol. As abelhas são capazes de orientar-se mesmo com o tempo encoberto, em virtude de uma sensibilidade particular à luz polarizada. Na prática, há ligeiras variações de uma abelha a outra ou de uma colmeia a outra na avaliação da distância, mas não na escolha de uma ou de outra dança. Esses resultados são o produto de aproximadamente quatro mil experiências, que outros zoólogos, a princípio céticos, repetiram na Europa e nos Estados Unidos, e finalmente confirmaram⁽²²⁾. Temos agora o meio de nos assegurarmos de que é mesmo a dança, nas suas duas modalidades, que serve às abelhas para informar às companheiras sobre os seus achados e guiá-las por meio de indicações sobre a direção e a distância. As abelhas, percebendo o odor da colhedora ou absorvendo o néctar que engoliu, descobrem além do mais a natureza do achado. Empreendem por sua vez o seu vôo e atingem com certeza o local. O observador pode, a partir daí, segundo o tipo e o ritmo da dança, prever o comportamento da colmeia e verificar as indicações transmitidas. *até aqui*

A importância dessas descobertas para os estudos de psicologia animal não precisa ser sublinhada. Gostaríamos de insistir aqui sobre um aspecto menos visível do problema em que K. von Frisch — preocupado em descrever objetivamente as suas experiências — não tocou. Estamos pela primeira vez em situação de especificar com alguma precisão o modo de comunicação

22. Ver a introdução de Donald R. Griffin ao livro de K. von Frisch, p. VII.

empregado numa colônia de insetos; e pela primeira vez podemos imaginar o funcionamento de uma “linguagem” animal. Pode ser útil assinalar de leve aquilo em que ela é ou não é uma linguagem, e o modo como essas observações sobre as abelhas ajudam a definir, por semelhança ou por contraste, a linguagem humana.

As abelhas mostram-se capazes de produzir e de compreender uma verdadeira mensagem, que encerra inúmeros dados. Podem, pois, registrar relações de posição e de distância; podem conservá-las na “memória”; podem comunicá-las simbolizando-as por diversos comportamentos somáticos. O fato notável consiste inicialmente em que manifestam aptidão para simbolizar: há, mesmo, uma correspondência “convencional” entre seu comportamento e o dado que traduz. Essa correspondência é percebida pelas outras abelhas nos termos em que lhes é transmitida e se torna em motor de ação. Até aqui encontramos, nas abelhas, as próprias condições sem as quais nenhuma linguagem é possível — a capacidade de formular e de interpretar um “signo” que remete a uma certa “realidade”, a memória da experiência e a aptidão para decompô-la.

A mensagem transmitida contém três dados, os únicos identificáveis até aqui: a existência de uma fonte de alimento, a sua distância e a sua direção. Esses elementos poderiam ordenar-se de maneira um pouco diferente. A dança em círculo indica simplesmente a presença do achado, determinando que está a pequena distância. Funda-se sobre o princípio mecânico do “tudo ou nada”. A outra dança formula verdadeiramente uma comunicação; desta vez, é a existência do alimento que está implícita nos dois dados (distância, direção) expressamente enunciados. Vêm-se aqui muitos pontos de semelhança com a linguagem humana. Esses processos põem em ação um simbolismo verdadeiro embora rudimentar, pelo qual dados objetivos são transpostos em gestos formalizados, que comportam elementos variáveis e de “significação” constante. Além disso, a situação e a função são as de uma linguagem, no sentido de que o sistema é válido no interior de uma comunidade determinada e de que cada membro dessa comunidade tem aptidões para empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos.

As diferenças são, porém, consideráveis e ajudam a tomar consciência do que caracteriza realmente a linguagem humana. A primeira, essencial, está em que a mensagem das abelhas consiste inteiramente na dança, sem intervenção de um aparelho “vocal”, enquanto não há linguagem sem voz. Daí surge outra diferença, que é de ordem física. A comunicação nas abelhas, não sendo vocal mas gestual, efetua-se necessariamente em condições que permitem percepção visual, sob a luz do dia; não pode ocorrer na obscuridade. A linguagem humana não conhece essa limitação.

Uma diferença capital aparece também na situação em que se dá a comunicação. A mensagem das abelhas não provoca nenhuma resposta do ambiente mas apenas uma certa conduta, que não é uma resposta. Isso significa que as abelhas não conhecem o diálogo, que é a condição da linguagem humana. Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana. Isso revela um novo contraste. Porque não há diálogo para as abelhas, a comunicação se refere apenas a um certo dado objetivo. Não pode haver comunicação relativa a um dado “lingüístico”; não só por não haver resposta, sendo a resposta uma reação lingüística a outra manifestação lingüística; mas também no sentido de que a mensagem de uma abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela mesma os fatos que a primeira anuncia. Não se comprovou que uma abelha vá, por exemplo, levar a outra colmeia a mensagem que recebeu na sua, o que seria uma forma de transmissão ou de retransmissão. Vê-se a diferença da linguagem humana, em que, no diálogo, a referência à experiência objetiva e a reação à manifestação lingüística se misturam livremente, ao infinito. A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem. Cada uma das que, alertadas pela dança da primeira, saem e vão alimentar-se no ponto indicado, reproduz quando volta a mesma informação, não a partir da primeira mensagem, mas a partir da realidade que acaba de comprovar. Ora, o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é o típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição lingüística.

Se considerarmos agora o conteúdo da mensagem, será fácil observarmos que se refere sempre e somente a um dado, o alimento, e que as únicas variantes que comporta são relativas a dados especiais. É evidente o contraste com o ilimitado dos conteúdos da linguagem humana. Além disso, a conduta que significa a mensagem das abelhas denota um simbolismo particular que consiste num decalque da situação objetiva, da única situação que possibilita uma mensagem, sem nenhuma variação ou transposição possível. Ora, na linguagem humana, o símbolo em geral não configura os dados das experiências, no sentido de que não há relação necessária entre a referência objetiva e a forma lingüística. Haveria muitas distinções para fazer aqui sob o aspecto do simbolismo humano, cuja natureza e cujo funcionamento foram pouco estudados. A diferença, porém, subsiste.

Um último caráter da comunicação das abelhas a opõe fortemente às línguas humanas. A mensagem das abelhas não se deixa analisar. Não lhes podemos ver senão um conteúdo global, ligando-se a única diferença à posição espacial do objeto relatado. É impossível, porém, decompor esse conteúdo nos seus elementos formadores, nos seus "morfemas", de maneira a fazer corresponder cada um desses morfemas a um elemento do enunciado. A linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações — de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer tudo. Uma análise mais aprofundada da linguagem mostra que esses morfemas, elementos de significação, se resolvem, por sua vez, em fonemas, elementos articulatórios destituídos de significação, ainda menos numerosos, cuja reunião seletiva e distintiva fornece as unidades significantes. Esses fonemas "vazios", organizados em sistemas, formam a base de todas as línguas. Está claro que a linguagem das abelhas não permite isolar semelhantes constituintes; não se reduz a elementos identificáveis e distintivos.

O conjunto dessas observações faz surgir a diferença essencial entre os processos de comunicação descobertos entre as abelhas e a nossa linguagem. Essa diferença resume-se no termo que

nos parece o mais apropriado para definir o modo de comunicação empregado pelas abelhas; não é uma linguagem, é um código de sinais. Todos os caracteres resultam disso: a fixidez do conteúdo, a invariabilidade da mensagem, a referência a uma única situação, a natureza indecomponível do enunciado, a sua transmissão unilateral. É no entanto significativo o fato de que esse código, única forma de "linguagem" que se pôde até hoje descobrir entre os animais, seja próprio de insetos que vivem em sociedade. É também a sociedade que é a condição da linguagem. Esclarecer indiretamente as condições da linguagem humana e do simbolismo que supõe não é o menor interesse das descobertas de K. von Frisch — além das revelações que nos trazem sobre o mundo dos insetos. É possível que o progresso das pesquisas nos faça penetrar mais fundo na compreensão dos impulsos e das modalidades desse tipo de comunicação, mas o haver estabelecido que ele existe e qual é e como funciona já significa que veremos melhor onde começa a linguagem e como se delimita o homem⁽²³⁾.

23. [1965]. Para uma visão de conjunto das pesquisas recentes sobre a comunicação animal e sobre a linguagem das abelhas em particular, ver um artigo de T. A. Sebeok, publicado em *Science*, 1965, p. 1006 ss.

CAPÍTULO 6

categorias de pensamento e categorias de língua⁽²⁴⁾

Fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano. Na sua diversidade, esses usos têm entretanto dois caracteres em comum. Um consiste em que a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente; excetuado o caso de estudo propriamente lingüístico, não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar. O outro consiste em que, por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos. Daí procede esta convicção, largamente divulgada e ela própria inconsciente como tudo o que diz respeito à linguagem, de que pensar e falar são duas atividades distintas por essência, que se conjugam pela necessidade prática da comunicação, mas que têm cada uma o seu domínio e as suas possibilidades independentes, consistindo as da língua nos recursos oferecidos ao espírito para o que chamamos a expressão do pensamento. Esse é o problema que encaramos sumariamente aqui, sobretudo para esclarecer algumas ambigüidades pelas quais a própria natureza da linguagem é responsável.

Seguramente a linguagem, na medida em que é falada, emprega-se para comboiar “o que queremos dizer”. Mas isso a que

24. *Les études philosophiques*, n.º 4 (out.-dez. 1958), Paris, P.U.F.

chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for que o designemos) é um conteúdo de pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc. Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas. Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua forma ao conteúdo de pensamento. Para tornar-se transmissível, esse conteúdo deve ser distribuído entre morfemas de certas classes, organizadas numa certa ordem, etc. Enfim, esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros. De outro modo o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere. A forma lingüística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica. Isso quer dizer que a questão de saber se o pensamento pode dispensar a língua ou contorná-la como um obstáculo, por menos que se analisem rigorosamente os dados em pauta, aparece destituída de sentido.

Entretanto, não existe ainda, aí, senão uma relação de fato. Apresentar esses dois termos, *pensamento* e *língua*, como solidários e mutuamente necessários não nos indica a forma pela qual são solidários, nem a razão por que os julgaríamos indispensáveis um ao outro. Entre um pensamento que não se pode materializar a não ser na língua e uma língua que não tem outra função a não ser “significar”, quereríamos estabelecer uma relação específica, pois é evidente que os termos confrontados não são simétricos. Falar de continente e conteúdo é simplificar. A imagem não deve enganar. Estritamente falando, o pensamento

não é u'a matéria à qual a língua emprestaria forma, pois em nenhum momento esse "continente" pode ser imaginado vazio do seu "conteúdo", nem o "conteúdo" como independente do seu "continente".

A questão, pois, vem a ser a seguinte. Mesmo admitindo que o pensamento não pode ser captado a não ser formado e atualizado na língua, teremos o meio de reconhecer no pensamento caracteres que lhe sejam próprios e que não devam nada à expressão lingüística? Podemos descrever a língua em si mesma. Seria necessário também atingir diretamente o pensamento. Se fosse possível definir o pensamento por meio de traços que lhe pertençam exclusivamente, veríamos ao mesmo tempo como se ajusta ele à língua e de que natureza são as suas relações.

Parece útil abordar o problema por via das "categorias" que aparecem como mediadoras. Não apresentam o mesmo aspecto segundo sejam categorias de pensamento ou categorias de língua. Essa própria discordância poderia esclarecer-nos sobre a sua respectiva natureza. Por exemplo, discernimos imediatamente que o pensamento pode especificar livremente as suas categorias, instaurar novas, enquanto as categorias lingüísticas, atributos de um sistema que cada locutor recebe e conserva, não são modificáveis segundo o capricho de cada um; vemos esta outra diferença: que o pensamento pode pretender apresentar categorias universais, mas que as categorias lingüísticas são sempre categorias de uma língua particular. À primeira vista, isso confirmaria a posição superior e independente do pensamento em relação à língua.

Não podemos continuar, entretanto, depois de tantos estudos, a apresentar o problema em termos assim gerais. Precisamos entrar no concreto de uma situação histórica, escutar as categorias de um pensamento e de uma língua definidos. Somente com essa condição evitaríamos as tomadas de posição arbitrárias e as soluções especulativas. Ora, temos a sorte de dispor de dados que se diria estarem prontos para o nosso exame, elaborados e apresentados de maneira objetiva, integrados num conjunto conhecido: são as categorias de Aristóteles. Ser-nos-á permitido considerar essas categorias sem preocupação de tecnicidade filosófica, simplesmente como o inventário das propriedades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e conse-

qüentemente como a lista dos conceitos *a priori* que, segundo ele, organizam a experiência. É um documento de grande valor para o nosso objetivo.

Lembremos em primeiro lugar o texto essencial, que dá a mais completa lista dessas propriedades — dez no total — (*Categorias*, cap. IV⁽²⁵⁾):

"Cada uma das expressões que não entram numa combinação significa: a *substância*; ou *quanto*; ou *qual*; ou *relativamente a que*; ou *onde*; ou *quando*; ou *estar em posição*; ou *estar em estado*; ou *fazer*; ou *sofrer*. "Substância", por exemplo, em geral, "homem"; "cavalo"; — "quanto", por exemplo, "de dois côvados; de três côvados"; — "qual", por exemplo, "branco; instruído"; — "relativamente a que", por exemplo, "duplo; meio; maior"; — "onde", por exemplo, "no Ginásio; no mercado"; — "quando", por exemplo, "ontem; no ano passado"; — "estar em posição", por exemplo, "está deitado; está sentado"; — "estar em estado", por exemplo, "está calçado; está armado"; — "fazer", por exemplo, "corta; queima"; — "sofrer", por exemplo, "é cortado; é queimado".

Aristóteles apresenta assim a totalidade dos predicados que se podem afirmar do ser, e visa a definir a conotação lógica de cada um deles. Ora, parece-nos — e tentaremos demonstrá-lo — que essas distinções são em primeiro lugar categorias de língua e que de fato Aristóteles, raciocinando de maneira absoluta, reconhece simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa. Por menos que se preste atenção ao enunciado das categorias e aos exemplos que as ilustram, essa interpretação, aparentemente ainda não proposta, se verifica sem grandes comentários. Passaremos em revista, sucessivamente, os dez termos.

Quer se traduza *οὐσία* por "substância" ou por "essência" pouco importa aqui. É a categoria que dá à pergunta "o quê?" a resposta "homem" ou "cavalo", portanto espécimes da classe lingüística dos nomes, indicando objetos, quer sejam conceitos ou

25. Era inútil reproduzir o texto original, uma vez que todos os termos gregos são citados a seguir. Traduzimos este passo literalmente, para comunicar o teor geral antes da análise dos pormenores.

indivíduos. Voltaremos um pouco mais tarde ao termo *οὐσία* para denotar esse predicado.

Os dois termos seguintes, *ποσόν* e *ποιόν*, fazem par. Referem-se ao “ser-quantésimo”, donde o abstrato *ποσότης*, “quantidade”, e ao “ser-qual”, donde o abstrato *ποιότης*, “qualidade”. O primeiro não visa propriamente o “número”, que não passa de uma das variedades do *ποσόν*, mas mais geralmente a tudo o que é susceptível de medida; a teoria distingue assim as “quantidades” discretas, como o número ou a linguagem, e “quantidades” contínuas, como as retas, ou o tempo ou o espaço. A categoria do *ποιόν* engloba a “qualidade” sem aceção de espécies. Quanto aos três seguintes, *πρός τι*, *ποῦ*, *ποτέ*, equivalem sem ambigüidade à “relação”, ao “lugar” e ao “tempo”.

Demoremos a nossa atenção sobre essas seis categorias na sua natureza e no seu agrupamento. Parece-nos que esses predicados correspondem não a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua. A noção de *οὐσία* indica a classe dos substantivos. A *ποσόν* e *ποιόν*, citados juntos, correspondem não só a classe dos adjetivos em geral, mas especialmente dois tipos de adjetivos que o grego associa estreitamente. É desde os primeiros textos, e antes do despertar da reflexão filosófica, que o grego juntava ou opunha os dois adjetivos *πόσοι* e *ποῖοι* com as formas correlativas *ὅσος οἶος* assim como *τόσος* e *τοῖος*⁽²⁶⁾. Eram formações bem enraizadas em grego, derivadas uma e outra de temas pronominais e das quais a segunda foi produtiva: além de *οἶος*, *ποῖος*, *τοῖος*, temos *ἄλλοιός ὁμοῖος*. Assim, é bem dentro do sistema das formas da língua que se fundam esses dois predicados necessários. Se passamos ao *πρός τι*, encontramos ainda por detrás da “relação” uma propriedade fundamental dos adjetivos gregos, a de fornecer um comparativo (*μείζον*, dado aliás como exemplo) que é a forma “relativa” por função. Os dois outros exemplos, *διπλάσιον*, *ἡμισυ* marcam a “relação” de maneira diferente: é o conceito de “duplo” ou de “meio” que é relativo por definição, enquanto é a forma de *μείζον* que indica a “relação”. Quanto a *ποῦ*, “onde”, e *ποτέ*,

26. Não consideramos aqui a diferença de acentuação entre a série relativa e a série interrogativa. Trata-se de um fato secundário.

“quando”, implicam respectivamente as classes das denominações espaciais e temporais, e ainda aqui os conceitos são modelados sobre caracteres dessas denominações em grego: não só *ποῦ* e *ποτέ* se mantêm pela simetria da sua formação reproduzida em *οὔ ὅτε*, *τοῦ τότε*, mas fazem parte de uma classe que compreende ainda outros advérbios (do tipo de *ἐχθές*, *πέρυσιν*) ou expressões casuais que utilizam a forma do locativo (como *ἐν Λυκείῳ*, *ἐν ἀγορᾷ*). Não é, pois, sem razão que essas categorias se encontram enumeradas e agrupadas como são. As seis primeiras referem-se todas a formas *nominais*. É na particularidade da morfologia grega que encontram a sua unidade.

Sob a mesma consideração, as quatro seguintes formam também um conjunto: são todas categorias *verbais*. São para nós tanto mais interessantes quanto a natureza de duas delas não parece haver sido corretamente reconhecida.

As duas últimas são imediatamente claras: *ποιεῖν*, “fazer”, com os exemplos *τέμνει*, *καίει*, “corta, queima”; *πάσχειν*, “sofrer”, com *τέμνεται*, *καίεται*, “é cortado, é queimado”, manifestam as duas categorias do ativo e do passivo, e desta vez os próprios exemplos são escolhidos de maneira a sublinhar a oposição *lingüística*: é essa oposição morfológica de duas “vozes” estabelecidas em grande número de verbos gregos que transparece nos conceitos polares de *ποιεῖν* e de *πάσχειν*.

E o que foi feito das duas primeiras categorias, *κείσθαι* e *ἔχειν*? A própria tradução não parece fixada: alguns tomam *ἔχειν* como “ter”. Qual pode ser o interesse de uma categoria como a da “posição” (*κείσθαι*)? Será um predicado tão geral como o “ativo” e o “passivo”? Será apenas da mesma natureza? E que dizer do *ἔχειν* com exemplos como “está calçado, está armado”? Os intérpretes de Aristóteles parecem considerar essas duas categorias como episódicas; o filósofo as formula apenas para esgotar todas as predicções aplicáveis a um homem. “Aristóteles”, diz Gomperz, “imagina um homem de pé, diante dele, no Ginásio, por exemplo, e passa sucessivamente em revista as perguntas e as respostas que se poderiam fazer sobre ele. Todos os predicados que se podem ligar a esse sujeito caem sob um ou outro dos dez artigos desde a pergunta suprema — “qual é o objeto percebido aqui?” — até perguntas subalternas relativas

à simples aparência exterior, como: “o que é que ele tem como calçados ou como armas?” A enumeração é concebida para compreender o máximo de predicados que se podem atribuir a uma coisa ou a um ser...⁽²⁷⁾ Essa é, tanto quanto podemos ver, a opinião dos eruditos. A acreditarmos neles, o filósofo distinguia muito mal a importância do acessório, e até mesmo dava a essas duas noções julgadas secundárias a precedência sobre uma distinção como a do ativo e do passivo.

Ainda aqui, as noções nos parecem ter um fundamento lingüístico. Tomemos em primeiro lugar o *κείσθαι*. A que pode responder uma categoria lógica do *κείσθαι*? A resposta está nos exemplos citados: *ἀνάκειται*, “está deitado”; *κάθεται*, “está sentado”. São dois espécimes de verbos médios. Sob o aspecto da língua, essa é uma noção essencial. Contrariamente ao que nos pareceria, o médio é mais importante que o passivo que dele deriva. No sistema verbal do grego antigo, tal como se mantém ainda na época clássica, a verdadeira distinção é a do ativo e do médio⁽²⁸⁾. Um pensador grego podia, com razão, pôr no absoluto um predicado que se enunciava por uma classe específica de verbos — os que são apenas médios (os *media tantum*), e indicam entre outras a “posição”, a “atitude”. Igualmente irreduzível no ativo e no passivo, o médio denotava u’a maneira de ser tão característica quanto os outros dois.

O mesmo se dá com o predicado dito *ἔχειν*. Não se deve tomar no sentido habitual de *ἔχειν*, “ter”, um “ter” de posse material. O que existe de particular e, à primeira vista, desorientador, nessa categoria é focalizado pelos exemplos — *ὑποδέεται*, “está calçado”, *ὀπλίσται*, “está armado” —, e Aristóteles insiste quando volta ao assunto (no cap. IX do *Tratado*); retoma a propósito de *ἔχειν* os mesmos exemplos, desta vez no infinitivo: *τὸ ὑποδέεσθαι*, *τὸ ὀπλίεσθαι*. A chave da interpretação está na natureza dessas formas verbais: *ὑποδέεται* e *ὀπλίσται* são *perfeitos*. São mesmo, estritamente falando, perfeitos médios. Mas

a característica do médio já é assumida, como acabamos de ver, por *κείσθαι*, e os dois verbos que o testemunham, *ἀνάκειται* e *κάθεται*, diga-se de passagem, não têm perfeito. No predicado *ἔχειν*, e nas duas formas escolhidas para ilustrá-lo, é a categoria do perfeito que se põe em evidência. O sentido de *ἔχειν* — ao mesmo tempo “ter” e, em emprego absoluto, “estar num estado determinado” — harmoniza-se perfeitamente com a diátese do perfeito. Sem entrar num comentário que facilmente se alongaria, consideremos apenas que para fazer sobressair o valor do perfeito na tradução das formas citadas, deveremos incluir a noção de “ter”; elas se tornarão, então: *ὑποδέεται*, “tem os calçados nos pés”; *ὀπλίσται*, “tem as armas sobre si”. Observemos ainda que essas duas categorias, tais como as compreendemos, se seguem na enumeração e parecem formar um par, exatamente como *ποιεῖν* e *πάσχειν* que se seguem. Há, de fato, entre o perfeito e o médio gregos, diversas relações ao mesmo tempo formais e funcionais, que, herdadas do indo-europeu, formaram um sistema complexo; por exemplo, uma forma *γέγονα*, perfeito ativo, faz par com o presente médio *γίγνομαι*. Essas relações criaram inúmeras dificuldades para os gramáticos gregos da escola estóica: ora definiram o perfeito como um tempo distinto — *ο παρακείμενος* ou o *τέλειος* —; ora o alinharam com o médio na classe chamada *μεσότης*, intermediária entre o ativo e o passivo. É certo, em todo caso, que o perfeito não se insere no sistema temporal do grego e permanece à parte, indicando, conforme o caso, um modo da temporalidade ou u’a maneira de ser do sujeito. A esse título, concebe-se, tendo em vista o número de noções que só se exprimem em grego sob a forma do perfeito, que Aristóteles o tenha tornado num modo específico do ser, o estado (ou *habitus*) do sujeito.

Pode-se agora transcrever em termos de língua a lista das dez categorias. Cada uma delas é apresentada pela sua designação e seguida do seu equivalente: *οὐσία* (“substância”), substantivo; *ποσόν*, *ποιόν* (“qual; em que número”), adjetivos derivados de pronome, do tipo do lat. *qualis* e *quantus*; *πρός τι* (“relativamente a que”), adjetivo comparativo; *ποῦ* (“onde”), *ποτε* (“quando”), advérbios de lugar e de tempo; *κείσθαι* (“estar disposto”), médio;

27. Citado com outras opiniões semelhantes e aprovado por H. P. Cooke na introdução da sua edição das *Catégories*, Loeb Classical Library.

28. Sobre essa questão, ver um artigo do *Journal de psychologie*, 1950, p. 121 ss., reproduzido adiante, cap. 14.

ἔχειν (“estar em estado”), perfeito; ποιεῖν (“fazer”), ativo; πάσχειν (“sofrer”), passivo.

Ao elaborar essa tábua das “categorias”, Aristóteles tinha em vista arrolar todos os predicados possíveis da proposição, sob a condição de que cada termo fosse significante no estado isolado, não encaixado numa *συμπλοκή*, num sintagma, diríamos. Tomou inconscientemente por critério a necessidade empírica de uma *expressão* distinta para cada um dos predicados. Dedicava-se, pois, a reconhecer, sem o querer, as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, uma vez que é pelas suas diferenças que essas formas e essas classes têm uma significação lingüística. Pensava definir os atributos dos objetos; não apresenta senão seres lingüísticos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las.

Temos assim uma resposta para a questão apresentada no início e que nos levou a esta análise. Perguntávamo-nos de que natureza eram as relações entre categorias de pensamento e categorias de língua. Na medida em que as categorias de Aristóteles se reconhecem válidas para o pensamento, revelam-se como a transposição das categorias de língua. É o que se pode *dizer* que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito. Essa tábua dos predicados informa-nos, pois, antes de tudo, sobre a estrutura das classes de uma língua particular.

Segue-se que o que Aristóteles nos dá como uma tabela de condições gerais e permanentes é apenas a projeção conceptual de um determinado estado lingüístico. Pode-se até estender essa observação. Além dos termos aristotélicos, acima dessa categorização, se desdobra a noção de “ser” que envolve tudo. Sem ser ele mesmo um predicado, o “ser” é a condição de todos os predicados. Todas as modalidades do “ser-tal”, do “estado”, todas as idéias possíveis do “tempo”, etc. dependem da noção de “ser”. Ora, ainda aqui, é uma propriedade lingüística muito específica que esse conceito reflete. O grego não somente possui um verbo “ser” (o que não é de modo nenhum uma necessidade de toda língua), mas fez desse verbo empregos absolutamente

singulares. Encarregou-o de uma função lógica, a de cópula (o próprio Aristóteles já observava que nessa função o verbo não significa nada propriamente, que opera simplesmente uma *synthesis*) e, por isso, esse verbo recebeu uma extensão mais ampla que qualquer outro. Em suma, “ser” pode tornar-se, graças ao artigo, numa noção nominal tratada como uma coisa; possibilita a variedade, por exemplo, o seu particípio presente, ele próprio substantivado e de muitas espécies (τὸ ὄν; οἱ ὄντες; τὰ ὄντα); pode servir de predicado a si mesmo — como na locução τὸ τί ἦν εἶναι, que designa a essência conceptual de uma coisa —, sem falar na espantosa diversidade dos predicados particulares com os quais pode construir-se, mediante as formas casuais e as preposições... Não terminaríamos de inventariar essa riqueza de empregos; trata-se, no entanto, de dados de língua, de sintaxe de derivação. Sublinhemo-lo, pois é numa situação lingüística assim caracterizada que pôde nascer e desdobrar-se toda a metafísica grega do “ser”, as magníficas imagens do poema de Parmênides e a dialética do *Sofista*. A língua não orientou evidentemente a definição metafísica do “ser” — cada pensador grego tem a sua —, mas permitiu fazer do “ser” uma noção objetivável, que a reflexão filosófica podia manejar, analisar, situar como qualquer outro conceito.

Perceberemos melhor que se trata aqui, antes de tudo, de um fato de língua, ao considerarmos o comportamento dessa mesma noção numa língua diferente. Há vantagem em escolher, para opô-la ao grego, uma língua de tipo totalmente diferente, pois é justamente pela organização interna dessas categorias que os tipos lingüísticos diferem mais. Precisemos somente que o que aqui comparamos são os fatos de expressão lingüística, não desenvolvimentos conceptuais.

Na língua *ewe* (falada no Togo), que escolhemos para essa confrontação, a noção de “ser” ou o que assim denominaríamos se reparte entre muitos verbos⁽²⁹⁾.

Há em primeiro lugar um verbo *nyé* que, diríamos, marca a identidade do sujeito e do predicado; enuncia “ser quem,

29. Encontram-se os pormenores dos fatos em D. Westermann, *Grammatik der Ewe-Sprache*, § 110-111; *Wörterbuch der Ewe-Sprache*, I, p. 321 e 384.

ser o que". O fato curioso é que esse *nyé* se comporta como verbo transitivo e rege um como complemento no acusativo, o que é para nós um predicado de identidade.

Um segundo verbo é *le*, que exprime propriamente a "existência": *Mawu le*, "Deus existe". Mas tem também um emprego predicativo; *le* emprega-se com predicados de situação, de localização, "estar num lugar, num estado, num tempo, numa qualidade": *e-le nyuie*, "ele está bem"; *e-le a fi*, "ele está aqui"; *e-le ho me*, "ele está em casa". Toda determinação espacial e temporal exprime-se assim por *le*. Ora, em todos esses empregos, *le* só existe num único tempo, o aoristo, que preenche as funções de um tempo narrativo passado e também de um perfeito presente. Se a frase predicativa que comporta o *le* deve ser posta noutra tempo, como o futuro ou o habitual, *le* é substituído pelo verbo transitivo *no*, "permanecer, ficar"; isso quer dizer que, de acordo com o tempo empregado, são necessários dois verbos distintos, *le* intransitivo ou *no* transitivo, para expressar a mesma noção.

Um verbo *wo*, "fazer, cumprir, produzir um efeito", com certos nomes de matéria comporta-se como o nosso "ser" seguido de um adjetivo de matéria: *wo* com *ke*, "areia", dá *wo ke*, "estar areento"; com *tsi*, "água": *wo tsi*, "estar úmido"; com *kpe*, "pedra": *wo kpe*, "estar cheio de pedras". O que apresentamos como um "ser" de natureza é em *ewe* um "fazer", como o francês *il "fait" du vent*, "está ventando".

Quando o predicado é um termo de função, de dignidade, o verbo é *du*; assim, *du fia*, "ser rei".

Enfim, com certos predicados de qualidade física, de estado, "ser" exprime-se por *di*: por exemplo *di ku*, "estar magro", *di fo*, "ser devedor".

Têm-se, assim, praticamente cinco verbos distintos para corresponder aproximativamente às funções do nosso verbo "ser". Não se trata de uma divisão de uma mesma área semântica em cinco porções, mas de uma distribuição que acarreta uma combinação diferente, até mesmo nas noções vizinhas. Por exemplo, as duas noções de "ser" e de "ter" são para nós tão distintas quanto os termos que as enunciaram. Ora, em *ewe*, um dos verbos citados, *le*, verbo de existência, unido a *asi*, "na mão", forma uma locução, *le asi*, literalmente "estar na

mão", que é o equivalente mais usual do nosso "ter": *ga le asi-nye* (lit. "dinheiro está na minha mão"), "tenho dinheiro".

Essa descrição de estado de coisas em *ewe* comporta uma parte de artifício. Faz-se pelo prisma da nossa língua e não, como se deveria, nos quadros da própria língua. No interior da morfologia ou da sintaxe *ewe*, nada aproxima esses cinco verbos entre eles. É com relação aos nossos próprios usos linguísticos que lhes descobrimos qualquer coisa em comum. Mas aí está justamente a vantagem dessa comparação "egocentrista"; esclarece-nos sobre nós mesmos; mostra-nos, nessa variedade de empregos de "ser" em grego, um fato próprio das línguas indo-europeias, e de nenhum modo uma situação universal nem uma condição necessária. Seguramente, os pensadores gregos, por sua vez, agiram sobre a língua, enriqueceram as significações, criaram novas formas. Foi, certamente, de uma reflexão filosófica sobre o "ser" que surgiu o substantivo abstrato derivado de *éivai*; vemo-lo criar-se ao longo da história: em primeiro lugar como *κασία* no pitagorismo dórico e em Platão, depois como *οὐσία*, que se impôs. Tudo o que se quer mostrar aqui é que a estrutura lingüística do grego predisponha a noção de "ser" a uma vocação filosófica. Ao contrário, a língua *ewe* oferece-nos apenas uma noção estreita dos empregos particularizados. Não saberíamos dizer que lugar ocupa o "ser" na metafísica *ewe*, mas *a priori* a noção deve articular-se de maneira inteiramente diferente.

Faz parte da natureza da linguagem o prestar-se a duas ilusões em sentido oposto. Por ser assimilável, por consistir-se de um número sempre limitado de elementos, a língua dá a impressão de ser apenas um dos intermediários possíveis do pensamento, que, livre, auto-suficiente, individual, emprega a linguagem como instrumento seu. De fato, se tentamos atingir os quadros próprios do pensamento, só nos apoderamos das categorias da língua. A outra ilusão é o inverso. O fato de que a língua seja um conjunto ordenado, de que revele um plano, incita a procurar no sistema formal da língua o decalque de uma "lógica" que seria inerente ao espírito e, pois, exterior e anterior à língua. Na verdade só se constróem assim ingenuidades ou tautologias.

Sem dúvida, não é fortuito o fato de que a epistemologia moderna não tente constituir uma tábua das categorias. É mais

produtivo conceber o espírito como virtualidade que como quadro, como dinamismo que como estrutura. É inegável que, submetido às exigências dos métodos científicos, o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência. Nesse sentido, torna-se independente, não da língua, mas das estruturas lingüísticas particulares. O pensamento chinês pode muito bem haver inventado categorias tão específicas como o *tao*, o *yin* e o *yan*; nem por isso é menos capaz de assimilar os conceitos da dialética materialista ou da mecânica quântica sem que a estrutura da língua chinesa a isso se oponha. Nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito. O vôo do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua.

CAPÍTULO 7

observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana⁽³⁰⁾

Na medida em que a psicanálise quer apresentar-se como ciência, temos base para pedir-lhe contas do seu método, dos seus meios, do seu propósito, e de compará-los com os das “ciências” reconhecidas. Quem pretende discernir os processos de raciocínio sobre os quais repousa o método analítico é levado a uma comprovação singular. Da perturbação comprovada até a cura, tudo se passa como se não houvesse em jogo nada de material. Não se pratica nada que se preste a uma verificação objetiva. Não se estabelece, de uma indução à seguinte, essa relação de causalidade visível que se procura num raciocínio científico. Quando, ao contrário do psicanalista, o psiquiatra tenta reduzir a perturbação a uma lesão, a sua tentativa tem pelo menos a aparência clássica de uma pesquisa que remonta à “causa” para tratá-la. Nada de semelhante na técnica analítica. Para quem não conhece a análise a não ser nas relações dadas por Freud (o que é o caso do autor destas páginas) e considera menos a eficácia prática — que aqui não está em jogo — do que a natureza dos fenômenos e as relações que lhes atribuímos,

30. *La psychanalyse*, I (1956).

As referências aos textos de Freud serão feitas sob as seguintes abreviações: *G. W.* com o número do volume para os *Gesammelte Werke*, edição cronológica dos textos alemães, publicada em Londres, Imago Publishing; *S. E.* para o texto inglês da *Standard edition* em curso de publicação em Londres por Hogarth Press; *C. P.* para o texto inglês dos *Collected papers*, Londres, Hogarth Press. As traduções francesas encontram-se nas edições P.U.F., salvo indicação contrária.

a psicanálise parece distinguir-se de qualquer outra disciplina. Principalmente nisto: o analista opera sobre o que o sujeito lhe diz. Considera-o nos discursos que este lhe dirige, examina-o no seu comportamento locutório, “fabulador”, e através desses discursos se configura lentamente para ele outro discurso que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente. Da descoberta desse complexo depende o sucesso da cura, que testemunha, por sua vez, que a indução estava correta. Assim, do paciente ao analista e do analista ao paciente o processo inteiro opera-se por intermédio da linguagem.

Essa é a relação que merece a atenção e que distingue propriamente esse tipo de análise. Ensina, parece-nos, que o conjunto dos sintomas de diversa natureza que o analista encontra e escruta sucessivamente é o produto de uma *motivação* inicial no paciente, inconsciente antes de tudo, freqüentemente transposta para outras motivações, conscientes, estas, e geralmente falaciosas. A partir dessa motivação, que se trata de revelar, todas as condutas do paciente se esclarecem e se encadeiam até a perturbação que, aos olhos do analista, é ao mesmo tempo o seu resultado e o seu substituto simbólico. Percebemos aqui, portanto, um traço essencial do método analítico: os “fenômenos” são governados por uma *relação de motivação*, que substitui o que as ciências da natureza definem como uma relação de causalidade. Parece-nos que, se os analistas admitirem essa idéia, o *status científico* da sua disciplina, na sua particularidade própria, e o caráter específico do seu método serão mais bem estabelecidos.

Há um indício nítido de que a motivação desempenha aqui a função de “causa”. Sabemos que a operação do analista é inteiramente regressiva e visa a provocar a emergência, na lembrança e na fala do paciente, do dado de fato em torno do qual se ordenará daí em diante a exegese analítica do processo mórbido. O analista, portanto, está à procura de um dado “histórico” enterrado, ignorado na memória do sujeito, quer este deva ou não consentir em “reconhecê-lo” e identificar-se com ele. Poder-se-ia, então, objetar que esse ressurgimento de um fato vivido, de uma experiência biográfica, equivale justamente à descoberta de uma “causa”. Vê-se imediatamente, porém, que o fato biográfico não pode carregar sozinho o peso de uma conexão causal.

Em primeiro lugar, porque o analista não pode conhecê-lo sem a ajuda do paciente, que é o único a saber “o que lhe aconteceu”. Mesmo que o pudesse, não saberia que valor atribuir ao fato. Suponhamos mesmo que, num universo utópico, o analista possa reconhecer, em testemunhos objetivos, o vestígio de *todos* os acontecimentos que compõem a biografia do paciente: conseguiria ainda pouca coisa e não, salvo um acidente feliz, o essencial. De fato, se ele precisa de que o paciente lhe conte tudo — mesmo que se expresse ao acaso e sem propósito definido — não é para reconhecer um fato empírico que não haja sido registrado em parte nenhuma a não ser na memória do paciente: é porque os acontecimentos empíricos não têm realidade para o analista a não ser no — e pelo — “discurso”, que lhes confere a autenticidade da experiência, sem consideração da sua realidade histórica, e mesmo (é preciso dizer: sobretudo) que o discurso evite, transponha ou invente a biografia que o sujeito se atribui. Precisamente porque o analista quer desvendar as motivações mais que reconhecer os acontecimentos. A dimensão constitutiva dessa biografia consiste no fato de ser verbalizada e, assim, assumida por aquele que fala de si mesmo; a sua expressão é a da linguagem; a relação do analista ao sujeito, a do diálogo.

Tudo anuncia aqui o advento de uma técnica que faz da linguagem o seu campo de ação e o instrumento privilegiado da sua eficiência. Surge então uma questão fundamental: qual é essa “linguagem” que age tanto quanto exprime? É idêntica à que se emprega fora da análise? É a mesma apenas para os dois parceiros? Na sua brilhante tese sobre a função e o campo da palavra e da linguagem na psicanálise, o doutor Lacan diz sobre o método analítico (p. 103): “Os seus meios são os da palavra na medida em que essa confere às funções do indivíduo um sentido; o seu domínio é o do discurso concreto enquanto realidade transindividual do sujeito; as suas operações são as da história, na medida em que essa constitui a emergência da verdade no real”. Pode-se, a partir dessas definições justas e, em primeiro lugar, da distinção introduzida entre os meios e o domínio, tentar delimitar as modalidades da “linguagem” que estão em jogo.

Em primeira instância, encontramos o universo da palavra, que é o da subjetividade. Ao longo das análises freudianas, percebe-se que o sujeito se serve da palavra e do discurso para “representar-se” a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o “outro” a comprovar. O seu discurso é apelo e recurso, solicitação às vezes veemente ao outro, através do discurso, onde se coloca desesperadamente, recurso com frequência mentiroso ao outro para individualizar-se aos próprios olhos. Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e dessa forma se capta a si mesmo, se confronta, se instaura tal como aspira a ser, e finalmente se historiza nessa história incompleta ou falsificada. A linguagem, assim, é utilizada aqui como palavra, convertida nessa expressão da subjetividade iminente e evasiva que constitui a condição do diálogo. A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior — e por intermédio — da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua.

Para o analista, a antinomia estabelece-se num plano totalmente diferente e se reveste de outro sentido. Ele deve estar atento ao conteúdo do discurso; mas não menos, e sobretudo, às rupturas do discurso. Se o conteúdo o informa sobre a representação que o sujeito se faz da situação e sobre a posição que aí se atribui, procura, através desse conteúdo, um novo conteúdo, o da motivação inconsciente que decorre do complexo sepultado. Além do simbolismo inerente à linguagem, perceberá um simbolismo específico que se constituirá, sem o conhecimento do sujeito, tanto a partir do que omite como a partir do que enuncia. Na história em que o sujeito se coloca, o analista provocará a emergência de outra história, que explicará a motivação. Assim, tomará o discurso como intermediário de outra “linguagem”,

que tem as suas regras, os seus símbolos e a sua “sintaxe” próprios, e que remete às estruturas profundas do psiquismo.

Ao assinalarmos essas distinções, que exigiriam inúmeros desenvolvimentos mas que só o analista poderia precisar e matizar, queríamos sobretudo esclarecer certas confusões que poderiam estabelecer-se num domínio no qual já é difícil saber do que se fala quando se estuda a linguagem “ingênuo” e no qual as preocupações da análise introduzem uma nova dificuldade. Freud lançou luzes decisivas sobre a atividade verbal tal como se revela nas suas fraquezas, nos seus aspectos de jogo, na sua livre divagação quando se suspende o poder de censura. Toda a força anárquica que refreia ou sublima a linguagem normalizada, tem a sua origem no inconsciente. Freud observou também a profunda afinidade entre essas formas da linguagem e a natureza das associações que se estabelecem no sonho — outra expressão das motivações inconscientes. Era levado assim a refletir sobre o funcionamento da linguagem nas suas relações com as estruturas infraconscientes do psiquismo e a perguntar-se se os conflitos que definem esse psiquismo não teriam imprimido a sua marca nas próprias formas da linguagem.

Apresentou o problema num artigo publicado em 1910 e intitulado *Sobre os sentidos opostos nas palavras primitivas*. Há, no ponto de partida, uma observação essencial da sua *Traumdeutung* sobre a insensibilidade à contradição que caracteriza a lógica do sonho: “A maneira como o sonho exprime as categorias da oposição e da contradição é particularmente chocante: não as exprime, parece ignorar o não. Prima em reunir os contrários e representá-los num só objeto. Representa freqüentemente, também, um elemento qualquer pelo seu contrário, de modo que não se pode saber se um elemento do sonho, susceptível de contradição, trai um conteúdo positivo ou negativo no pensamento do sonho”. Ora, Freud pensou encontrar num estudo de K. Abel a prova de que “a maneira precipitada de proceder, habitual à elaboração do sonho, é igualmente própria das mais antigas línguas conhecidas”. Depois de apresentar alguns exemplos, pôde concluir: “A concordância entre as particularidades da elaboração do sonho que destacamos no início deste artigo e as do uso lingüístico, descobertas pelo filósofo nas línguas mais antigas,

aparece-nos como uma confirmação da nossa concepção da expressão do pensamento no sonho, concepção segundo a qual essa expressão teria um caráter regressivo, arcaico. Impõe-se então a nós, psiquiatras, a idéia de que compreenderíamos melhor e traduziríamos mais facilmente a linguagem do sonho se estivéssemos mais instruídos sobre a evolução da linguagem⁽³¹⁾.

A autoridade de Freud corre o risco de fazer passar por estabelecida essa demonstração, e em todo caso de propagar a idéia de que haveria aí uma sugestão de pesquisas fecundas. Ter-se-ia descoberto uma analogia entre o processo do sonho e a semântica das línguas “primitivas”, nas quais um mesmo termo enunciaria uma coisa e igualmente o seu contrário. O caminho pareceria aberto a uma investigação que procuraria as estruturas comuns à linguagem coletiva e ao psiquismo individual. Diante dessas perspectivas, não é inútil assinalar que razões de fato tiram todo crédito às especulações etimológicas de Karl Abel que seduziram Freud. Temos aqui já não manifestações psicopatológicas da linguagem mas dados concretos, gerais, verificáveis, oferecidos por línguas históricas.

Não é por acaso que nenhum lingüista qualificado, nem na época em que Abel escrevia (já os havia em 1884), nem depois, conservou esse *Gergensinn der Urworte*, quer no seu método quer nas suas conclusões. É que, se se pretende restabelecer o curso da história semântica das palavras e reconstituí-lhes a pré-história, o primeiro princípio do método consiste em considerar os dados de forma e de sentido, sucessivamente atestados em cada época da história até a data mais antiga, e em não encerrar uma reconstituição a não ser a partir do último ponto que a nossa pesquisa pode atingir. Esse princípio determina outro, relativo à técnica comparativa, que consiste em submeter as comparações entre línguas a correspondências regulares. K. Abel opera sem preocupação com essas regras e reúne tudo o que se parece. De uma semelhança entre uma palavra alemã e uma palavra inglesa ou latina, de sentido diferente ou contrário, conclui por uma relação original por “sentidos opostos”, negligenciando

31. *Essais de psychanalyse appliquée*, Gallimard, 1933, p. 59-67, C. P., IV, p. 184-191. G. W., VIII, p. 214-221.

todas as fases intermediárias que explicariam a divergência, quando há parentesco efetivo, ou arruinariam a possibilidade de um parentesco provando que são de origem diferente. É fácil mostrar que nenhuma das provas alegadas por Abel pode ser conservada. Para não alongar a discussão, limitar-nos-emos aos exemplos tomados às línguas ocidentais que poderiam perturbar leitores não lingüistas.

Abel fornece uma série de correspondências entre inglês e alemão, que Freud realçou como mostrando sentidos opostos de uma língua a outra, entre os quais se comprovaria uma “transformação fonética com vistas à separação dos contrários”. Sem insistir por ora no grave erro de raciocínio que se esconde nessa simples observação, contentemo-nos em retificar essas aproximações. O antigo advérbio alemão *bass*, “bem”, aparenta-se a *besser*, mas não tem qualquer relação com *bös*, “mau”, da mesma forma que no inglês arcaico *bat*, “bom, melhor”, não tem relação com *badde* (hoje *bad*), “mau”. O inglês *cleave*, “fender”, responde em alemão não a *kleben*, “colar”, como diz Abel, mas a *klieden*, “fender” (cf. *Kluft*). O inglês *lock*, “fechar”, não se opõe ao alemão *Lücke*, *Loch*, mas ao contrário ajusta-se, pois o sentido antigo de *Loch* é “trincheira, lugar fechado e escondido”. O alemão *stumm* significa exatamente “paralisado (da língua)” e se liga a *stammeln*, *stemmen* e nada tem de comum com *Stimme*, que já na sua mais antiga forma significa “voz”, gótico *stibna*. Da mesma forma em latim *clam*, “secretamente”, liga-se a *celare*, “esconder”, mas de modo nenhum a *clamare*, etc. Uma segunda série de provas, igualmente errôneas, é tirada por Abel de certas expressões que se tomam em sentidos opostos na mesma língua. Esse seria o duplo sentido do latim *sacer*, “sagrado” e “maldito”. Aqui, a ambivalência da noção não deveria mais espantar depois que tantos estudos sobre a fenomenologia do sagrado lhe banalizaram a dualidade natural: na Idade Média, um rei e um leproso eram ambos, ao pé da letra, “intocáveis”, mas isso não quer dizer que *sacer* encerre dois sentidos contraditórios; foram as condições da cultura que determinaram, em face do objeto “sagrado”, duas atitudes opostas. A dupla significação que se atribui ao latim *altus*, como “alto” e “profundo”, se deve à ilusão que nos faz tomar as categorias da nossa própria língua como necessárias e universais. Em francês mesmo, fala-se da “profundi-

dade” do céu ou da “profundidade” do mar. Mais precisamente, a noção de *altus* avalia-se em latim como a direção de baixo para cima, quer dizer subindo do fundo do poço ou subindo do pé da árvore, sem consideração da posição do observador, enquanto, em francês, *profundo* se define em direções opostas a partir do observador em direção ao fundo, quer seja o fundo do poço ou o fundo do céu. Não há nada de “original” nessas maneiras variadas de construir lingüisticamente as nossas representações. Não é mais “nas origens da linguagem” que se deve procurar a explicação do inglês *with-out*, porém, modestamente, nos inícios do inglês. Contrariamente ao que pensou Abel e alguns ainda pensam, *with-out* não encerra as expressões contraditórias “com sem”; o sentido próprio de *with* é aqui “contra” (cf. *with-stand*) e marca impulso ou esforço numa direção qualquer. Daí *with-in* “na direção do interior”, e *with-out*, “na direção do exterior”, donde “fora, sem”. Para compreender que o alemão *wider* significa “contra” e *wieder* (com uma simples variação de grafia) significa “em troca”, basta pensar no mesmo contraste aparente de *re-* em francês, entre *re-pousser*, “repelir”, e *re-venir*, “voltar”. Não há nenhum mistério em tudo isso e a aplicação de regras elementares dissipa essas miragens.

Esvai-se, porém, assim a possibilidade de uma homologia entre as operações do sonho e os processos das “línguas primitivas”. A questão tem aqui dois aspectos. Um concerne à “lógica” da linguagem. Enquanto instituição coletiva e tradicional, toda língua tem as suas anomalias, os seus ilogismos, que traduzem uma dissimetria inerente à natureza do signo lingüístico. Não é menos verdade que a língua é um sistema, que obedece a um plano específico, e que é articulada por um conjunto de relações susceptíveis de certa formalização. O trabalho lento mas incessante que se opera no interior de uma língua não se opera ao acaso; tem por objeto as relações ou as oposições que são ou não são necessárias, de modo a renovar ou a multiplicar as distinções úteis a todos os níveis da expressão. A organização semântica da língua não escapa a esse caráter sistemático. Por ser a língua um instrumento de organização do mundo e da sociedade, aplica-se a um mundo considerado como “real” e reflete um mundo “real”. Aqui, porém, cada língua é específica e

configura o mundo à sua própria maneira. As distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetidas de imediato a uma avaliação universal. A esse respeito, as línguas antigas ou arcaicas não são nem mais nem menos singulares do que as que falamos; têm somente a singularidade que atribuímos aos objetos pouco familiares. As suas categorias, orientadas diferentemente das nossas, têm apesar disso a sua coerência. É, pois, *a priori* improvável — e o exame cuidadoso o confirma — que essas línguas, por mais arcaicas que as suponhamos, escapem ao “princípio de contradição”, designando com uma mesma expressão duas noções mutuamente exclusivas ou apenas contraditórias. Na verdade, esperamos ainda ver surgirem exemplos sérios. Supondo que exista uma língua na qual “grande” e “pequeno” se digam identicamente, há de ser uma língua em que a distinção entre “grande” e “pequeno” não tenha literalmente sentido e na qual a categoria da dimensão não exista, e não uma língua que admitisse uma expressão contraditória da dimensão. A pretensão de procurar nela essa distinção e de não a encontrar realizada demonstraria a insensibilidade à contradição não na língua mas no pesquisador, pois é realmente um objetivo contraditório imputar ao mesmo tempo a uma língua o conhecimento de duas noções enquanto contrárias e a expressão dessas noções enquanto idênticas.

Acontece o mesmo com a lógica particular do sonho. Se caracterizamos o desenrolar do sonho pela liberdade total das suas associações e pela impossibilidade de admitir uma impossibilidade, é em primeiro lugar porque o expomos e o analisamos nos quadros da linguagem, e porque o próprio da linguagem consiste em exprimir apenas o que é possível exprimir. Isto não é uma tautologia. Uma linguagem é, em primeiro lugar, uma categorização, uma criação de objetos e de relações entre esses objetos. Imaginar um estágio da linguagem, por mais “original” que se queira, mas apesar disso real e “histórico”, em que um certo objeto seria *denominado* como sendo ele próprio e ao mesmo tempo qualquer outro, e em que a relação *expressa* seria a relação de contradição permanente — a relação não relacionante —, em que tudo seria ele mesmo e outro que não ele — portanto

nem ele mesmo nem outro — é imaginar uma pura quimera. Na medida em que podemos servir-nos do testemunho das línguas “primitivas” para remontar às origens da experiência lingüística, devemos encarar, ao contrário, a extrema complexidade da classificação e a multiplicidade das categorias. Tudo parece afastar-nos de uma correlação “vívida” entre a lógica onírica e a lógica de uma língua real. Notemos também, de passagem, que justamente nas sociedades “primitivas”, longe de reproduzir a língua a aparência do sonho, é o sonho que se reduz às categorias da língua, na medida em que o interpretamos em relação com situações atuais e mediante um jogo de equivalências que o submetem a uma verdadeira racionalização lingüística⁽³²⁾.

O que Freud perguntou em vão à linguagem “histórica” teria podido, em certa medida, perguntar ao mito ou à poesia. Certas formas de poesia podem aparentar-se ao sonho e sugerir o mesmo modo de estruturação, introduzir nas formas normais da linguagem essa indeterminação do sentido que o sonho projeta nas nossas atividades. Nesse caso, paradoxalmente, é no surrealismo poético — que Freud, no dizer de Breton, não compreendia — que ele teria podido encontrar algo do que procurava a esmo na linguagem organizada.

Essas confusões parecem nascer, em Freud, do seu constante recurso às “origens”: origens da arte, da religião, da sociedade, da linguagem... Freud transpõe constantemente o que lhe parece “primitivo” no homem em um primitivo de origem, pois é exatamente na história deste mundo que ele projeta aquilo a que se poderia chamar uma cronologia do psiquismo humano. Será legítimo? O que a ontogênese permite ao analista apresentar como arquetipal só o é em relação ao que o deforma ou o reprime. Se se faz dessa repressão algo que é geneticamente coextensivo à sociedade, não se pode imaginar uma situação de sociedade sem conflito mais que um conflito fora da sociedade. Róheim descobriu o complexo de Édipo nas sociedades mais “primitivas”. Se esse complexo é inerente à sociedade como tal,

32. Cf. *Science des rêves*, cap. II, p. 75, n.º 1: “. . . As chaves dos sonhos orientais . . . explicam o sentido dos elementos do sonho de acordo com a assonância ou a semelhança das palavras . . .” *G. W.*, II-III, p. 103, *S. E.*, IX, p. 99.

um Édipo livre de desposar a mãe é uma contradição nos termos. E, nesse caso, o que há de nuclear no psiquismo humano é justamente o conflito. Nesse caso a noção de “original” não tem mais nenhum sentido.

Uma vez que pomos a linguagem organizada em correspondência com o psiquismo elementar, introduz-se no raciocínio um dado novo que rompe a simetria que pensávamos estabelecer. O próprio Freud, sem o saber, deu a prova disso no seu engenhoso ensaio sobre a negação⁽³³⁾. Reduz a polaridade da afirmação e da negação lingüísticas ao mecanismo biopsíquico da admissão em si ou da rejeição para fora de si, ligado à apreciação do bom e do mau. O animal, porém, também é capaz dessa avaliação que o leva a admitir em si ou a rejeitar para fora de si. A característica da negação lingüística consiste em que ela pode anular apenas o que é enunciado, que deve apresentá-lo explicitamente para suprimi-lo, e que um julgamento de não-existência tem necessariamente também o *status* formal de um julgamento de existência. Assim, a negação é em primeiro lugar admissão. Totalmente diferente é a prévia recusa de admissão a que se chama *recalque*. O próprio Freud enunciou muito bem o que a negação manifesta: “Um conteúdo recalçado de representação ou de pensamento pode introduzir-se na consciência com a condição de que se faça *negar*. A negação é u’a maneira de tomar consciência do que se recalca e mesmo, propriamente, uma supressão do recalque, sem ser, entretanto, uma admissão daquilo que se recalca . . . O resultado é uma espécie de admissão intelectual daquilo que se recalca, subsistindo apesar disso o essencial do recalque”. Não vemos, aqui, que o fator lingüístico é decisivo nesse processo complexo, e que a negação é de certo modo constitutiva do conteúdo negado e, portanto, da emergência desse conteúdo na consciência e da supressão do recalque? O que, então, subsiste do recalque não é mais que uma repugnância em identificar-se com esse conteúdo, mas o sujeito não tem mais poder sobre a existência desse conteúdo. Ainda aqui o seu discurso pode prodigalizar as contestações mas não abolir a pro-

33. *G. W.*, XIV, p. 11-15. *C. P.*, V, p. 181-185.

priedade fundamental da linguagem, que consiste em implicar em que “algo” corresponde àquilo que se enuncia — algo e não “nada”.

Chegamos aqui ao problema essencial do qual todas essas discussões e o conjunto dos processos analíticos atestam a instância: o do simbolismo. Toda a psicanálise se funda sobre uma teoria do símbolo. Ora, a linguagem é apenas simbolismo. As diferenças entre os dois simbolismos ilustram e resumem todas as que sucessivamente indicamos. As profundas análises que Freud fez do simbolismo do inconsciente esclarecem também os diferentes caminhos pelos quais se realiza o simbolismo da linguagem. Ao dizermos que a linguagem é simbólica, enunciamos ainda apenas a sua propriedade mais manifesta. É preciso acrescentar que a linguagem se realiza necessariamente numa língua, e então surge uma diferença, que define para o homem o simbolismo lingüístico: consiste em que ela é *aprendida*, é coextensiva à aquisição que o homem faz do mundo e da inteligência, com os quais acaba por unificar-se. Segue-se que os principais desses símbolos e a sua sintaxe não se separam, para ele, das coisas e da experiência que delas adquire; deve tornar-se o seu senhor à medida que as descobre como realidades. Para aquele que abarca na sua diversidade esses símbolos atualizados nos termos das línguas, evidencia-se logo que a relação desses símbolos com as coisas que eles parecem encobrir se deixa apenas comprovar, não justificar. Quanto a esse simbolismo que se realiza em signos infinitamente diversos, combinados em sistemas formais tão numerosos e distintos quantos são as línguas, o simbolismo do inconsciente descoberto por Freud oferece caracteres absolutamente específicos e diferentes. Alguns devem ser sublinhados. Em primeiro lugar, a sua universalidade. Segundo os estudos feitos sobre os sonhos ou as neuroses, parece que os símbolos que os traduzem constituem um “vocabulário” comum a todos os povos sem aceção de língua, pelo fato, evidentemente, de que não são nem aprendidos nem reconhecidos como tais por aqueles que os produzem. Além disso, a relação entre esses símbolos e o que eles relatam pode definir-se pela riqueza dos significantes e pela unicidade do significado, importando isso em que o conteúdo é recalcado e não se liberta a não ser encoberto pelas imagens.

Em compensação, ao contrário do signo lingüístico, esses significantes múltiplos e esse significado único são constantemente ligados por uma relação de “motivação”. Observaremos finalmente que a “sintaxe” na qual se encadeiam esses símbolos inconscientes não obedece a nenhuma exigência lógica ou, melhor, conhece apenas uma dimensão — a da sucessão que, como viu Freud, significa também causalidade.

Estamos, pois, na presença de uma “linguagem” tão particular que há o maior interesse em distingui-la daquilo que assim designamos. É sublinhando essas discordâncias que se pode melhor situá-la no registro das expressões lingüísticas. “Essa simbólica”, diz Freud, “não é específica do sonho; encontramos-a em toda a imagística inconsciente, em todas as representações coletivas, principalmente populares: no folclore, nos mitos, nas lendas, nos ditados, nos provérbios, nos trocadilhos correntes; ela é, mesmo, mais completa aí que no sonho.” Isso é, realmente, apresentar o nível do fenômeno. Na área em que se revela essa simbólica inconsciente, poder-se-ia dizer que ela é ao mesmo tempo infra- e supralingüística. Infralingüística, tem a sua fonte numa região mais profunda que aquela em que a educação instala o mecanismo lingüístico. Utiliza signos que não se decompõem e que comportam numerosas variantes individuais, elas próprias susceptíveis de crescerem recorrendo ao domínio comum da cultura ou à experiência pessoal. É supralingüística pelo fato de utilizar signos extremamente condensados, que, na linguagem organizada, corresponderiam mais a grandes unidades do discurso que a unidades mínimas. E entre esses signos estabelece-se uma relação dinâmica de intencionalidade que se reduz a uma constante motivação (a “realização de um desejo recalcado”) e que segue os desvios mais singulares.

Voltamos assim ao “discurso”. A continuarmos essas comparações, tomaríamos o caminho de fecundas comparações entre a simbólica do inconsciente e certos processos típicos da subjetividade manifestada no discurso. Pode-se, ao nível da linguagem, precisar: trata-se dos processos *estilísticos* do discurso. De fato é no estilo, mais que na língua, que veríamos um termo de comparação com as propriedades que Freud desvendou como sinaléticas da “linguagem” onírica. Ficamos impressionados com as

analogias que aqui se esboçam. O inconsciente emprega uma verdadeira “retórica” que, como o estilo, tem as suas “figuras”, e o velho catálogo dos tropos proporcionaria um inventário apropriado aos dois registros da expressão. Encontram-se aí, num e noutra, todos os processos de substituição engendrados pelo tabu: o eufemismo, a alusão, a antífrase, a preterição, a litotes. A natureza do conteúdo evidenciará todas as modalidades da metáfora, pois é de uma conversão metafórica que os símbolos do inconsciente tiram o seu sentido e ao mesmo tempo a sua dificuldade. Empregam também aquilo a que a velha retórica chama metonímia (continente por conteúdo), e a sinédoque (parte pelo todo); e, se a “sintaxe” dos encadeamentos simbólicos evoca um processo de estilo entre todos, trata-se da elipse. Em suma, à medida que estabelecermos um inventário das imagens simbólicas no mito, nos sonhos, etc., veremos provavelmente mais claro nas estruturas dinâmicas do estilo e nos seus componentes afetivos. O que há de intencional na motivação governa obscuramente a maneira pela qual o inventor de um estilo configura a matéria comum e, à sua maneira, se liberta dela. Na verdade, aquilo a que chamamos inconsciente é responsável pela maneira como o indivíduo constrói a sua pessoa, afirma, recalca ou ignora isto motivando aquilo.

III

estruturas e análises

CAPÍTULO 8

“*estrutura*” em *lingüística*⁽³⁴⁾

O termo *estrutura* tomou em *lingüística*, ao longo destes vinte últimos anos, uma extensão considerável desde que adquiriu um valor doutrinal e de certo modo programático. Aliás, já não é tanto *estrutura* que acabou por evidenciar-se como o termo essencial para qualificar a *lingüística*, mas o adjetivo *estrutural*. Rapidamente *estrutural* acarretou *estruturalismo* e *estruturalista*. Criou-se assim um conjunto de designações⁽³⁵⁾ que outras disciplinas tomam emprestadas agora à *lingüística* para adaptá-las aos seus próprios valores⁽³⁶⁾. Não se pode percorrer hoje o sumário de uma revista de *lingüística* sem encontrar um desses termos, freqüentemente no próprio título do artigo. Podemos admitir sem dificuldade que a preocupação de ser “moderno” não esteja sempre ausente dessa difusão e que certas declarações “estruturalistas” encubram trabalhos de novidade ou de interesse discutível. O objetivo da presente nota não consiste em denunciar o abuso, mas em explicar o uso. Não se trata de designar à *lingüística* “estrutural” o seu campo e os seus limites, mas de fazer compreender a que correspondia a preocupação da *estrutura* e

34. *Sens et usages du terme “structure” dans les sciences humaines et sociales*, Haia, Mouton & Co., 1962.

35. Entretanto, nenhum desses termos figura ainda no *Lexique de la terminologie linguistique* 3 de J. Marouzeau, Paris, 1951. Ver um sumário histórico, bastante geral, em J. R. Firth, “Structural linguistics”, *Transactions of the Philological Society*, 1955, p. 83-103.

36. Nem *structureur* nem *structuration* são correntes em *lingüística*.

que sentido tinha esse termo entre os lingüistas que, em primeiro lugar, o tomaram numa acepção precisa⁽³⁷⁾.

O princípio da “estrutura” como objeto de estudo foi afirmado, um pouco antes de 1930, por um pequeno grupo de lingüistas que se propunham reagir assim contra a concepção exclusivamente histórica da língua, contra uma lingüística que dissociava a língua em elementos isolados e se ocupava em seguir-lhes as transformações. Todos concordam em que esse movimento tem a sua origem no ensinamento de Ferdinand de Saussure em Genebra, tal como foi recolhido pelos seus alunos e publicado sob o título de *Cours de linguistique générale*⁽³⁸⁾. Chamou-se a Saussure, com razão, o precursor do estruturalismo moderno⁽³⁹⁾. Ele o é, seguramente, exceto num ponto. É importante notar, para uma descrição exata desse movimento de idéias que não se deve simplificar, que Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos a noção essencial é a de *sistema*. A novidade da sua doutrina está aí, nessa idéia — rica de implicações e que se levou muito tempo para discernir e desenvolver — de que a língua forma um sistema. É assim que o *Cours* a apresenta, em formulações que é preciso lembrar: “A língua é um sistema que só conhece a sua própria ordem” (p. 43); “A língua, sistema de signos arbitrários” (p. 106); “A língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas na sua solidariedade sincrônica” (p. 124). E, sobretudo, Saussure enuncia a primazia do sistema sobre os

37. Só consideramos aqui os trabalhos em *lingua francesca*; é tanto mais necessário insistir porque essa terminologia é hoje internacional mas não encerra exatamente as mesmas noções numa língua e noutra. Ver o fim deste artigo. Não consideraremos o emprego não técnico do termo *structure* em certos lingüistas, por exemplo, J. Vendryes, *Le langage*, 1923, p. 361 e 408: “La structure grammaticale”.

38. Lembremos que esse livro, publicado em 1916, é uma publicação póstuma. Citamo-lo aqui segundo a 4.ª edição, Paris, 1949. Sobre a gênese da redação, ver R. Godel, *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*, Genebra, 1957.

39. “Precursor da fonologia de Praga e do estruturalismo moderno” (B. Malmberg, “Saussure et la phonétique moderne”, *Cahiers F. de Saussure*, 12, 1954, p. 17). Ver também A. J. Greimas, “L’actualité du saussurisme”, *Le français moderne*, 1956, p. 191 ss.

elementos que o compõem: “É uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema de que faz parte; seria crer que se pode começar pelos termos e construir o sistema somando-os, quando ao contrário é do todo solidário que é preciso partir para obter por análise os elementos que ele encerra” (p. 157). Esta última frase contém em embrião todo o essencial da concepção “estrutural”. É sempre, porém, ao sistema que se refere Saussure.

Essa noção era familiar aos alunos parisienses de Saussure⁽⁴⁰⁾; muito antes da elaboração do *Cours de linguistique générale*, Meillet a enunciou inúmeras vezes, sem deixar de relacioná-la com o ensinamento do mestre, de quem dizia que “durante toda a sua vida, o que procurou determinar foi o *sistema* das línguas que estudava”⁽⁴¹⁾. Quando Meillet diz que “cada língua é um sistema rigorosamente organizado, em que tudo se liga”⁽⁴²⁾, é para atribuir a Saussure o mérito de o haver mostrado no sistema do vocalismo indo-europeu. Volta inúmeras vezes ao mesmo ponto: “Nunca é legítimo explicar um pormenor sem consideração do sistema geral da língua em que aparece”⁽⁴³⁾; “Uma língua constitui um sistema complexo de meio de expressão, sistema no qual tudo se liga . . .”⁽⁴⁴⁾ Igualmente Grammont louvava Saussure por haver mostrado “que cada língua forma um sistema no qual tudo se liga, em que os fatos e os fenômenos se comandam uns aos outros, e não podem ser nem isolados nem contraditórios”⁽⁴⁵⁾. Ao tratar das “leis fonéticas”, proclama: “Não há mudança fonética isolada . . . O conjunto das articulações de uma língua constitui na verdade um sistema no qual tudo se liga, no qual tudo está em estreita dependência. O resultado é que se u’a modificação se produz numa parte do sistema, há

40. Saussure (1857-1913) ensinou em Paris, na *École des Hautes Études*, de 1881 a 1891.

41. Meillet, *Linguistique historique et linguistique générale*, II (1936), p. 222.

42. *Ibid.*, p. 158.

43. *Linguistique historique et linguistique générale*, I (1921), p. 11.

44. *Ibid.*, p. 16.

45. Grammont, *Traité de phonétique*, 1933, p. 153.

probabilidades de que todo o conjunto do sistema seja atingido, pois é necessário que permaneça coerente”⁽⁴⁶⁾.

Assim, a noção da língua como sistema havia muito que era admitida pelos que haviam recebido o ensinamento de Saussure, primeiro em gramática comparada, depois em lingüística geral⁽⁴⁷⁾. Se se acrescentam estes dois outros princípios, igualmente saussurianos, de que a língua é forma, não substância, e de que as unidades da língua não podem definir-se a não ser pelas suas relações, indicam-se os fundamentos da doutrina que iria, alguns anos mais tarde, pôr em evidência a *estrutura* dos sistemas lingüísticos.

Essa doutrina encontra a sua primeira expressão nas proposições redigidas em francês que três lingüistas russos, R. Jakobson, S. Karcevsky, N. Trubetzkoy, enviavam em 1928 ao 1.º Congresso Internacional de lingüistas em Haia com vistas a estudar os sistemas de fonemas⁽⁴⁸⁾. Esses inovadores deviam eles próprios designar aqueles que consideravam como seus precursores — Saussure de um lado, Baudoin de Courtenay, de outro. As suas idéias já haviam tomado forma autônoma e, desde 1929, as formulavam em língua francesa nas teses publicadas em Praga para o 1.º Congresso dos filólogos eslavos⁽⁴⁹⁾. Essas teses anônimas, que constituíam verdadeiro manifesto, inauguravam a atividade do Círculo lingüístico de Praga. É aí que aparece o termo *estrutura*, com o valor que muitos exemplos ilustrarão. O título enuncia “Problemas de método decorrentes da concepção da língua como sistema”; no subtítulo: “... comparação estrutural e comparação genética”. Preconiza-se “um método próprio para permitir descobrir-se as leis de estrutura dos sistemas lingüísticos e da evolução destes”⁽⁵⁰⁾. A noção de “estrutura” está intimamente ligada à de “relação” no interior do sistema: “O conteúdo sensorial desses elementos fonológicos é menos essencial que as suas relações recíprocas no seio do sistema (*princípio*

estrutural do sistema fonológico)”⁽⁵¹⁾. Donde esta regra de método: “É preciso caracterizar o sistema fonológico... especificando obrigatoriamente as relações que existem entre os citados fonemas, quer dizer, traçando o esquema de estrutura da língua considerada”⁽⁵²⁾. Esses princípios aplicam-se a todas as partes da língua, mesmo às “categorias de palavras, sistema cuja extensão, precisão e estrutura interior (relações recíprocas dos elementos) devem estudar-se para cada língua em particular”⁽⁵³⁾. “Não se pode determinar o lugar de uma palavra num sistema lexical a não ser após haver estudado a *estrutura* do dito sistema”⁽⁵⁴⁾. Na coleção que contém essas teses, muitos outros artigos de lingüistas tchecos (Mathesius, Havránek), escritos em francês também, contêm a palavra *estrutura*⁽⁵⁵⁾. Notaremos nas citações mais explícitas que *estrutura* se determina como “estrutura de um sistema”. Esse é bem o sentido do termo, tal como Trubetzkoy o retoma um pouco mais tarde num artigo em francês sobre a fonologia⁽⁵⁶⁾: “Definir um fonema é indicar o seu lugar no sistema fonológico, o que só é possível quando se leva em conta a estrutura desse sistema... A fonologia, universalista pela própria natureza, parte do sistema como de um todo orgânico, cuja estrutura estuda”⁽⁵⁷⁾. Segue-se que muitos sistemas podem e devem ser confrontados: “Aplicando os princípios da fonologia a muitas línguas, todas diferentes, para pôr em evidência os seus sistemas fonológicos, e estudando a estrutura desses sistemas, não demo-

46. Grammont, *Traité de phonétique*, 1933, p. 167.

47. É também da doutrina saussuriana que deriva a autoridade do estudo de G. Guillaume, “La langue est-elle ou n'est-elle pas un système?”, *Cahiers de linguistique structurale de l'Université de Québec*, I, (1952).

48. *Actes du I^{er} Congrès international de linguistes*, 1928, p. 36-39 e 86.

49. *Travaux du Cercle linguistique de Prague*, I, Praga, 1929.

50. *Ibid.*, p. 8.

51. *Travaux du Cercle linguistique de Prague*, I, Praga, 1929, p. 10.

52. *Ibid.*, p. 10-11.

53. *Ibid.*, p. 12.

54. *Ibid.*, p. 26.

55. Os lingüistas citados participaram amplamente da atividade do Círculo lingüístico de Praga, por iniciativa de V. Mathesius em particular, o que faz com que esse movimento seja frequentemente designado como a “escola de Praga”. Para lembrar-lhe a história, a coleção dos *Travaux du Cercle linguistique de Prague* será uma das fontes essenciais. Ver em particular R. Jakobson, “La scuola linguistica di Praga”, *La cultura*, XII, (1933), p. 633-641; “Die Arbeit der sogenannten Prager Schule”, *Bulletin du Cercle linguistique de Copenhague*, III (1938), p. 6-8; Introdução aos *Principes de phonologie* de N. S. Trubetzkoy, trad. fr., Paris, 1949, p. XXV-XXVII.

56. N. Trubetzkoy, “La phonologie actuelle”, *Psychologie du langage*, Paris, 1933, p. 227-246.

57. *Ibid.*, p. 233.

ramos a observar que certas combinações de correlações se encontram nas mais diversas línguas, enquanto outras não existem em parte nenhuma. Essas são leis da estrutura dos sistemas fonológicos”...⁽⁵⁸⁾ “Um sistema fonológico não é a soma mecânica de fonemas isolados, mas um todo orgânico cujos fonemas são os membros e cuja estrutura é submetida a leis”⁽⁵⁹⁾. Daí estar o desenvolvimento da fonologia de acordo com o das ciências da natureza: “A fonologia atual caracteriza-se sobretudo pelo seu estruturalismo e seu universalismo sistemático... A época em que vivemos caracteriza-se pela tendência de todas as disciplinas científicas para substituir o atomismo pelo estruturalismo e o individualismo pelo universalismo (no sentido filosófico desses termos, bem entendido). Essa tendência pode observar-se em física, em química, em biologia, em psicologia, em ciência econômica, etc. A fonologia atual não está, pois, isolada. Faz parte de um movimento científico mais amplo”⁽⁶⁰⁾.

Trata-se, pois, propondo-se a língua como sistema, de analisar-lhe a *estrutura*. Cada sistema, sendo formado de unidades que se condicionam mutuamente, distingue-se dos outros sistemas pela organização interna dessas unidades, organização que lhe constitui a estrutura⁽⁶¹⁾. Certas combinações são frequentes; outras, mais raras; outras enfim, teoricamente possíveis, não se realizam nunca. Encarar a língua (ou cada parte de uma língua — fonética, morfologia, etc.) como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e descrever é adotar o ângulo “estruturalista”⁽⁶²⁾.

58. N. Trubetzkoy, “La phonologie actuelle”, *Psychologie du Langage*, Paris, 1933, p. 243.

59. *Ibid.*, p. 245.

60. *Ibid.*, p. 245-6.

61. Os dois termos *système* e *structure* estão postos em relação diferente no artigo de A. Mirambel, “Structure et dualisme de système en grec moderne”, *Journal de psychologie*, 1952, p. 30 ss. E diferente ainda em W. S. Allen, “Structure and System in the Abaza Verbal complex”, *Transactions of the Philological Society*, 1956, p. 127-176.

62. Essa atitude com relação à língua foi estudada numa perspectiva filosófica por Ernst Cassirer, “Structuralism in modern linguistics”, *Word*, I (1945), p. 99 ss. Sobre a situação da lingüística estrutural frente às outras ciências humanas, ver A. G. Haudricourt, “Méthode scientifique et linguistique structurale”, *L'Année sociologique*, 1959, p. 31-48.

Essa visão dos primeiros fonologistas, que se apoiavam em descrições precisas de sistemas fonológicos variados, havia ganho, em poucos anos, adeptos em número suficiente, mesmo fora do Círculo lingüístico de Praga, para que se tornasse possível fundar em Copenhague, em 1939, uma revista, *Acta linguistica*, que se intitulava *Revue internationale de linguistique structurale*. Numa declaração liminar, escrita em francês, o lingüista dinamarquês Viggo Bröndal justificava a orientação da revista pela importância que a “estrutura” havia conquistado em lingüística. A propósito, referia-se à definição da palavra *estrutura* por Lalande, “para designar, por oposição a uma simples combinação de elementos, um todo formado de fenômenos solidários tais que cada um depende dos outros e não pode ser o que é a não ser pela sua relação com eles”⁽⁶³⁾. Sublinhava, assim, o paralelismo entre a lingüística estrutural e a psicologia da *Gestalt*, invocando a definição da *Gestalttheorie* dada por Claparède⁽⁶⁴⁾: “Essa concepção consiste em considerar os fenômenos não mais como uma soma de elementos que é preciso antes de tudo isolar, analisar, dissecar, mas como conjuntos (*Zusammenhänge*) que constituem unidades autônomas, que manifestam uma solidariedade interna e têm leis próprias. Daí decorre que a maneira de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto e das leis que o regem”⁽⁶⁵⁾.

Retomando, após o desaparecimento de V. Bröndal, a direção das *Acta linguistica*, Louis Hjelmslev define novamente, em 1944, o domínio da lingüística estrutural: “Compreende-se por *lingüística estrutural* um conjunto de *pesquisas* que se apóiam numa *hipótese* segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo *essencialmente* uma *entidade autônoma de dependências internas* ou, numa palavra, uma *estrutura*... A análise dessa entidade permite destacar constantemente partes que se condicionam reciprocamente, cada uma das quais depende de determinadas outras e não seria concebível nem definível sem essas outras partes. Ela reduz o seu objeto a uma rede

63. Lalande, *Vocabulaire de philosophie*, III, v. *Structure*.

64. *Ibid.*, III, v. *Forme*.

65. Bröndal, *Acta linguistica*, I (1939), p. 2-10. Artigo reimpresso nos seus *Essais de linguistique générale*, Copenhague, 1943, p. 90 ss.

de dependências, considerando-se os fatos lingüísticos como existindo em razão um do outro”⁽⁶⁶⁾.

Esses foram os inícios de *estrutura* e *estrutural* como termos técnicos. Hoje, o próprio desenvolvimento dos estudos lingüísticos⁽⁶⁷⁾ tende a cindir o “estruturalismo” em interpretações tão diversas que alguém que defenda essa doutrina não teme escrever que “sob o rótulo comum e enganador de *estruturalismo* se encontram escolas de inspiração e de tendências muito divergentes... O emprego bastante geral de certos termos como *fonema* e mesmo *estrutura* contribui freqüentemente para camuflar diferenças profundas”⁽⁶⁸⁾. Uma dessas diferenças — sem dúvida a mais notável — é a que se pode comprovar entre o uso americano do termo *estrutura* e as definições acima lembradas⁽⁶⁹⁾.

Para nos limitarmos ao emprego que geralmente se faz da palavra *estrutura* na lingüística européia de língua francesa, sublinharemos alguns traços susceptíveis de constituir uma definição mínima. O princípio fundamental é que a língua constitui um sistema do qual todas as partes são unidas por uma relação de solidariedade e de dependência. Esse sistema organiza unidades, que são os signos articulados, que se diferenciam e se delimitam mutuamente. A doutrina estruturalista ensina a predominância do sistema sobre os elementos, visa a destacar a estrutura do sistema através das relações dos elementos, tanto na cadeia falada como nos paradigmas formais, e mostra o caráter orgânico das mudanças às quais a língua é submetida.

66. *Acta linguistica*, IV, fasc. 3 (1944), p. v. As mesmas noções foram desenvolvidas por L. Hjelmslev num artigo intitulado “Structural analysis of language”, *Studia linguistica* (1947), p. 60 ss. Cf. ainda os *Proceedings of the VIIIth International Congress of linguists*, Oslo, 1958, p. 636 ss.

67. Procurar uma visão de conjunto no nosso artigo “Tendências recentes em linguistique générale”, *Journal de psychologie*, 1954, p. 130 ss. (capítulo 1 deste trabalho).

68. A. Martinet, *Économie des changements phonétiques*, Berna, 1955, p. 11.

69. Interessante confrontação das opiniões é feita por A. Martinet, “Structural Linguistics”, em *Anthropology today*, Chicago, ed. Kroeber, 1953, p. 574 ss. Encontrar-se-ão agora várias definições compiladas por Eric P. Hamp, *A glossary of American technical linguistic usage*, Utrecht-Antuérpia, 1957, v. *Structure*.

CAPÍTULO 9

a classificação das línguas⁽⁷⁰⁾

Uma conferência não pode pretender nem abarcar todas as questões nem fundar um novo método sobre um tema que pediria um livro inteiro para ser exposto e discutido de um modo adequado à sua importância. Propomo-nos simplesmente passar em revista as teorias que prevalecem hoje, mostrar a que princípios obedecem, e que resultados podem obter. O problema geral da classificação das línguas decompõe-se em certo número de problemas particulares que variam em natureza segundo o tipo de classificação visado. Esses problemas particulares têm, porém, em comum o fato de que, formulados com rigor, cada um deles põe em questão ao mesmo tempo a totalidade da classificação e a totalidade da língua que se deve classificar. Isso basta para fazer medir a importância da empresa, as dificuldades que lhe são inerentes e também a distância que se estabelecerá entre o fim almejado e os meios de que dispomos para atingi-lo.

A primeira classificação com que os lingüistas se preocuparam é a que distribui as línguas em supostas famílias oriundas de um protótipo comum. É a classificação genética. Vêm-se os primeiros ensaios a partir do Renascimento, quando a imprensa permitiu fazer conhecer as línguas de povos vizinhos ou longínquos. As observações sobre a semelhança dessas línguas levaram muito depressa a reuni-las em famílias, menos numerosas que as línguas atuais e cujas diferenças se explicavam mediante refe-

70. Extrato das *Conférences de l'Institut de linguistique de l'Université de Paris*, XI, 1952-1953.

rência a mitos originais. Com a descoberta do sânscrito e o início da gramática comparada, o método de classificação racionaliza-se e, sem abandonar inteiramente a idéia de monogênese das línguas, define com crescente precisão as condições às quais deve satisfazer o estabelecimento de uma relação genética. Hoje, os lingüistas estenderam ao conjunto das línguas os processos verificados pela análise das línguas indo-européias. Agruparam a maioria dos idiomas em classes genéticas. Uma obra que descreva as línguas do mundo não pode absolutamente encontrar outro quadro que não esse. E se se abandonou toda hipótese glotogônica, se se medem melhor os limites do conhecível e do demonstrável, não se renunciou, entretanto, nem a procurar as relações entre as línguas de regiões mal exploradas, por exemplo, as da América do Sul, nem a tentar agrupar em unidades maiores famílias inteiras, o indo-europeu e o semítico, etc. Não foi, portanto, a ciência das línguas que permitiu propor as bases de uma classificação, mas, ao contrário, foi a partir de uma classificação, por mais ingênua e confusa que fosse, que a ciência das línguas se elaborou progressivamente. As semelhanças comprovadas entre as línguas antigas ou modernas da Europa foram o dado primário que levou a uma teoria dessas semelhanças.

Essa observação explica, em certa medida, conflitos que nascem em torno desse método de classificação. De fato, foi no seio de uma lingüística inteiramente genética e histórica que se desenvolveu, há alguns decênios, uma lingüística geral. Por querer hoje libertar-se da perspectiva histórica e fazer prevalecer o estudo sincrônico das línguas, essa lingüística geral é às vezes levada a tomar posição contra o princípio genético da classificação em favor de outros métodos. Seria interessante perguntarmo-nos em que medida essas diferenças doutrinárias afetam o problema que consideramos.

Seja qual for, uma classificação deve começar por propor os seus critérios. Os da classificação genética são de natureza histórica. Visam a explicar as similitudes e também as diferenças que se comprovam — e outras menos aparentes — entre as línguas de uma determinada área, pela demonstração da sua origem comum. O lingüista, procedendo a partir do dado, emprega um método comparativo e indutivo. Se dispõe de testemunhos

antigos, inteligíveis e bastante extensos, visa a restaurar uma continuidade entre os estados sucessivos de uma língua ou de um conjunto de línguas. Dessa continuidade, pode-se frequentemente inferir que línguas hoje distintas derivam de uma língua única. Consistem as provas desse parentesco em similitudes regulares, definidas por correspondências entre formas completas, morfemas, fonemas. As correspondências são por sua vez ordenadas em séries, tanto mais numerosas quanto o parentesco é mais próximo. Para que essas correspondências sejam comprovantes, é preciso poder estabelecer que não se devem nem a coincidências de acaso, nem a empréstimos de uma a outra das línguas consideradas ou de ambas as línguas a uma fonte comum nem ao efeito de convergências. As provas serão decisivas se puderem agrupar-se em feixes. Assim a correspondência entre lat. *est* : *sunt*, al. *ist* : *sind*, fr. *e* : *sō*, etc. supõe ao mesmo tempo equações fonéticas, a mesma estrutura morfológica, a mesma alternância, as mesmas classes de formas verbais e o mesmo sentido, e cada uma dessas identidades poderia subdividir-se em certo número de traços igualmente concordantes, cada um dos quais, por sua vez, evocaria paralelos em outras formas dessas línguas. Em suma, o que se tem aí é uma reunião de condições tão específicas que surge a pressuposição de parentesco.

Esse método é bem conhecido e foi provado no estabelecimento de mais de uma família. Fez-se a prova de que pode igualmente aplicar-se a línguas sem história, cujo parentesco se comprova hoje, seja qual for a estrutura de que dependem. Belo exemplo foi dado por Bloomfield na comparação das quatro principais línguas do grupo algonquino central, fox, ojibway, cree, menomini. Sobre a base de correspondências regulares, Bloomfield havia estabelecido o desenvolvimento de cinco grupos consonânticos diferentes, de segundo elemento *k* nessas línguas, e reconstituído em algonquino central primitivo os protótipos *čk šk xk hk nk*. Uma correspondência, porém, limitada à forma *č* *vermelho* causava dificuldade: era representada em fox por *meškusiwa*, ojibway *miškuzi*, cree *mihkusiw*, menomini *mehkōn*, com *šk* fox e ojibway correspondendo anormalmente a *hk* cree e menomini. Por essa razão, havia postulado um grupo distinto *čk* proto-algonquino. Foi somente a seguir que teve ocasião de estudar um

dialeto cree do Manitoba, em que a forma em questão aparecia como *mihtkusiw* com um grupo *-htk-* distinto de *-hk-*, justificando assim, um tanto tarde, o *-çk-* suposto por razões teóricas⁽⁷¹⁾. A regularidade das correspondências fonéticas e a possibilidade de prever certas evoluções não se limitam a nenhum tipo de línguas nem a nenhuma região. Não há, pois, razão para imaginar que línguas “exóticas” ou “primitivas” exigem outros critérios de comparação que não os das línguas indo-européias ou semíticas.

A demonstração de um parentesco de origem supõe um trabalho, freqüentemente longo e penoso, de *identificação* aplicado a todos os níveis da análise: fonemas isolados, depois ligados, morfemas, significantes complexos, construções inteiras. O processo está ligado à consideração da *substância* concreta dos elementos comparados: para justificar a aproximação de lat. *fere-* e de sânscr. *bhara-*, devo explicar por que o latim tem justamente *f* onde o sânscrito tem justamente *bh*. Nenhuma demonstração de parentesco escapa a essa obrigação, e uma classificação faz a soma de um grande número dessas identificações substanciais para atribuir o seu lugar a cada língua. Ainda aqui as condições valem em toda parte e são necessárias à demonstração.

Não podemos, porém, instituir condições universais quanto à *forma* que tomará uma classificação aplicada a línguas cujo parentesco pode ser provado. A imagem que temos de uma família genética e a posição que designamos às línguas agrupadas em determinada família refletem, na realidade — e é bom ter consciência disso — o modelo de uma classificação particular, a das línguas indo-européias. Pode-se concordar sem esforço em que é a mais completa e, para as nossas exigências atuais, a mais satisfatória. Os lingüistas procuram, conscientemente ou não, imitar esse modelo cada vez que tentam definir os agrupamentos de línguas menos conhecidas e tanto melhor se, por isso, são incitados a mostrar-se cada vez mais rigorosos. Em primeiro lugar, porém, não é certo que os critérios empregados para o indo-europeu tenham todos valor universal. Um dos argumentos

71. Bloomfield, *Language*, I, p. 30, e IV, p. 99; também no seu livro *Language*, p. 359-360.

mais fortes para estabelecer a unidade indo-européia foi a similitude dos numerais, que permanecem ainda hoje reconhecíveis, após mais de vinte e cinco séculos. Mas a estabilidade desses nomes liga-se talvez a causas específicas, como o desenvolvimento da atividade econômica e das trocas, comprovado no mundo indo-europeu já numa data muito recuada, mais que a razões “naturais” ou universais. Na verdade, acontece que nomes de números se emprestem, ou mesmo que a série inteira dos numerais seja substituída, por razões de comodidade ou outras⁽⁷²⁾.

A seguir, e sobretudo, não é certo que o modelo construído para o indo-europeu seja o tipo constante da classificação genética. O que há de particular no indo-europeu é que todas as línguas participam em graus sensivelmente iguais do tipo comum. Mesmo considerando-se a parte das inovações, a distribuição dos traços essenciais da estrutura do conjunto é sensivelmente paralela nas línguas da mesma antigüidade, como se confirmou no caso do hitita e como se poderia presumir a partir do pouco que se sabe de línguas como o frígio ou o gaulês. Vejamos agora como se repartem os caracteres comuns às línguas de uma família, portanto bem estabelecida, o banto. Divide-se a área banto em zonas geográficas, compreendendo cada zona grupos de línguas que partilham certos traços fonéticos e gramaticais; nesses grupos, distinguem-se certos agregados que se subdividem em dialetos. A classificação é inteiramente provisória, fundada sobre uma documentação muito desigual. Tomemo-la tal como é, com algumas características que distinguem essas zonas⁽⁷³⁾:

Zona noroeste: prefixos monossilábicos; flexão verbal menos desenvolvida que as outras; prefixos nominais de forma particular;

Zona norte: prefixos nominais dissilábicos; formação locativa de tipo prefixal; grande riqueza em formações prefixais aumentativas;

72. Ver, no mesmo sentido, as observações de Swadesh, *I.J.A.L.*, XIX (1953), p. 31 ss.

73. Utilizo aqui algumas das indicações esparsas no excelente sumário de Clément M. Doke, *Bantu* (International African Institute, 1945). Ver, para mais pormenores, Malcolm Guthrie, *The classification of the Bantu languages*, 1948, cujas conclusões não são, essencialmente, diferentes.

Zona do Congo: prefixos em geral monossilábicos; harmonia vocálica; desenvolvimento de derivados verbais com composição não usual de sufixos; sistema tonal geralmente complicado;

Zona central: prefixos monossilábicos e dissilábicos; classes nominais para aumentativo, diminutivo, locativo; grande desenvolvimento de derivados verbais; grande desenvolvimento de ideófonos; sistema de três tons;

Zona oriental: fonética relativamente simples: sistema de três tons; formas verbais simplificadas; formação locativa intermediária entre prefixação e sufixação;

Zona nordeste: mesmas características, com morfologia mais simplificada sob a influência do árabe;

Zona centro-este: faz a transição entre as zonas central e oriental;

Zona sudeste: prefixos monossilábicos e dissilábicos; locativo e diminutivo sufixados; sistema tonal complicado; fonética complicada com implosivas, fricativas laterais e às vezes cliques;

Zona centro-sul: transição entre as zonas central e sudeste, com alguma semelhança com a zona centro-este: sistema de três tons; fenômenos fonéticos particulares, implosivas, africadas; prefixos nominais monossilábicos com vogal inicial latente;

Zonas oeste e centro-oeste: *buffer type*, “tipo pára-choque”, entre as zonas oeste e central, com traços da zona do Congo; assimilação vocálica extrema; subdivisão das classes nominais em animada e inanimada.

Semelhante tabela, mesmo reduzida a algumas indicações muito esquemáticas, mostra que no interior da área se passa de uma zona a outra por transições em que certos caracteres se acentuam num sentido determinado. Podem ordenar-se esses caracteres em séries de uma zona a outra: prefixos monossilábicos, depois dissilábicos, com regiões onde coexistem os dois tipos; desenvolvimento dos ideófonos; sistema de três tons, depois de tons múltiplos. Sejam quais forem as complexidades estruturais de que esses traços apresentam apenas um aspecto parcial, parece que, desde as línguas “semibantos” do Sudão até o zulu, cada zona se define pela sua relação com a zona vizinha mais que por referência a uma estrutura comum.

Mais característica ainda quanto a isso evidencia-se a ligação das grandes unidades lingüísticas no extremo oriente⁽⁷⁴⁾: do chinês ao tibetano, do tibetano ao birmane, depois às línguas de Salwah (palaung, wa, riang) ao mon-khmer, até a Oceânia, discernimos, sem poder ainda definir exatamente, conexões de caráter serial, tendo cada unidade intermediária certas relações com a precedente e outras com a seguinte, de sorte que, de uma a outra, nos afastamos muito do tipo inicial, guardando todas essas línguas, apesar disso, um “ar de família”. Os botânicos conhecem bem esse “parentesco por encadeamento”, e é possível que esse tipo de classificação seja o único utilizável entre as grandes unidades que são o termo atual das nossas reconstruções.

Se tivesse de ser assim, veríamos acentuarem-se certas fraquezas inerentes à classificação genética. Para que esta seja integral, e uma vez que é por natureza histórica, é preciso que disponha de todos os membros do conjunto em todas as fases da sua evolução. Na verdade, sabemos que o estado dos nossos conhecimentos torna muito freqüentemente irrisória essa exigência. É só para uma fraca minoria de línguas que dispomos de uma documentação um tanto antiga, e quão deficiente, muitas vezes. Além do mais, acontece que famílias inteiras tenham desaparecido com exceção de um só membro, que se torna inclassificável: poderia ser o caso do sumeriano. Mesmo onde temos uma história contínua e testemunhos bastante abundantes — como na família indo-européia —, pelo fato de essa história prosseguir ainda, podemos imaginar que num certo estágio futuro da evolução, o pertencimento das línguas à sua família genética não se possa definir a não ser em termos de história para cada uma delas, e não mais em termos de relações entre elas. Seguramente, o que permite as nossas classificações é a evolução bastante lenta das línguas e o fato de que não mudam de modo idêntico em todas as suas partes. Daí a manutenção desses resíduos arcaicos que facilitam a reconstrução dos protótipos. Entretanto, mesmo esses vestígios podem com o tempo eliminar-se e então já não resta, ao nível das línguas atuais, marca nenhuma de identificação

74. Ver, por último, o estudo de R. Shafer sobre o austro-asiático, *B.S.L.*, XLVIII (1952), p. 111 ss.

possível. A classificação não se assegura dos seus critérios a não ser que disponha, ao menos para algumas dessas línguas, de estados mais antigos. Onde falta essa tradição, porém, o lingüista encontra-se na situação em que estaria se devesse pronunciar-se sobre a possibilidade de um parentesco entre o irlandês, o albanês e o bengali, supostos num estado ainda mais adiantado da sua evolução. E quando, além do mais, abarcamos pela imaginação a enorme porção da história lingüística da humanidade, que escapa para todo o sempre ao nosso domínio e da qual, apesar de tudo, a distribuição atual das línguas é o resultado, descobrimos sem dificuldade os limites das nossas presentes classificações e também do nosso poder de classificar. Todas as ciências que procedem do dado empírico para constituir uma genética evolutiva estão nesse ponto. A sistematização das plantas não está mais bem repartida que a das línguas. E se introduzimos para as línguas a noção de “parentesco por encadeamento”, de que os botânicos se servem, não dissimulamos o fato de que ela é sobretudo um meio de encobrir a nossa impotência para restaurar as formas intermediárias e as conexões articuladas que organizariam o dado atual. Felizmente, na prática, essa consideração nem sempre perturba a constituição de grupos lingüísticos de relações estreitas e não deve impedir-nos de procurar sistematicamente juntar esses grupos em unidades mais amplas. O que sobretudo queremos sublinhar é que uma classificação genética só tem valor, pela força dos fatos, entre duas datas. A distância entre essas duas datas depende quase tanto do rigor da análise como das condições objetivas dos nossos conhecimentos.

Poderá dar-se a esse rigor uma expressão matemática? Tem-se, às vezes, tentado tomar o número de concordâncias entre duas línguas como medida da probabilidade do seu parentesco e aplicar o cálculo das probabilidades a um tratamento numérico dessas concordâncias para decidir o grau e mesmo a existência de um parentesco genético. B. Collinder empregou esse método para pesquisar se o urálico é ou não aparentado ao altaico. Mas precisou concluir que a escolha entre parentesco, de um lado, afinidade ou empréstimo, de outro, permanece “inacessível ao

cálculo”⁽⁷⁵⁾. Igualmente decepcionante foi a aplicação da estatística à determinação das relações entre o hitita e as outras línguas indo-européias; os autores dessa tentativa, Kroeber e Chrétien, reconheceram, eles próprios, que os resultados eram estranhos e inaceitáveis⁽⁷⁶⁾. É claro que operando com aproximações concebidas como grandezas matemáticas e, conseqüentemente, considerando que o hitita não pode ser *a priori* senão um membro extraviado ou aberrante de uma família lingüística já estabelecida uma vez por todas, nós nos fechamos, de antemão, o caminho. Nem o número de aproximações que fundam um parentesco genético nem o número de línguas que participam desse parentesco pode constituir os dados fixos de um cálculo. É preciso, pois, esperar comprovarem-se graus variáveis de parentesco entre os membros das grandes famílias lingüísticas, exatamente como se comprovam entre os membros das pequenas unidades dialetais. É preciso também prever que a configuração de um parentesco pode sempre modificar-se após algumas descobertas. O exemplo do hitita é, precisamente, o que melhor ilustra as condições teóricas do problema. Como o hitita difere sob muitos aspectos do indo-europeu tradicional, Sturtevant decidiu que essa língua só lateralmente era aparentada ao indo-europeu, com o qual constituiria uma família nova, denominada “indo-hitita”. Isso significava tomar como uma entidade natural o indo-europeu de Brugmann e relegar a uma condição especial as línguas não exatamente conformes ao modelo clássico. Devemos, ao contrário, integrar o hitita num indo-europeu cuja definição e cujas relações internas serão transformadas por essa nova contribuição. Como adiante indicaremos, a estrutura lógica das relações genéticas não permite prever o número dos elementos de um conjunto. O único meio de conservar para a classificação genética um sentido lingüístico será considerar as “famílias” como abertas e as suas relações como sujeitas sempre a revisão.

75. B. Collinder, “La parenté linguistique et le calcul des probabilités”, *Uppsala Universitets Arsskrift*, 1948, 13, p. 24.

76. Kroeber et Chrétien, *Language*, XV, p. 69; cf. Reed et Spicer, *ibid.*, XXVIII, p. 348 ss.

Toda classificação genética, ao mesmo tempo em que propõe e gradua o parentesco entre certas línguas, determina um certo tipo que lhes é comum. As identificações materiais entre as formas e os elementos das formas acabam por destacar uma estrutura formal e gramatical própria da família definida. Daí se segue que uma classificação genética é também tipológica. As semelhanças do tipo podem mesmo ser mais aparentes que as das formas. Nasce, aqui, uma questão: qual o valor do critério tipológico na classificação? Mais precisamente: pode-se fundar uma classificação genética apenas sobre os critérios tipológicos? É a questão que nos proporemos diante da interpretação dada por N. Trubetzkoy ao problema indo-europeu, num artigo sugestivo e muito pouco notado⁽⁷⁷⁾.

Trubetzkoy pergunta-se: em que reconhecemos que uma língua é indo-européia? Mostra-se muito cético quanto às “concordâncias materiais” que realçariam na língua em questão e noutras para demonstrar o seu parentesco. Não devemos, diz substancialmente, exagerar o valor desse critério, pois não estamos de acordo nem sobre o número nem sobre a natureza das correspondências que decidiriam se uma língua pertence ao indo-europeu, e não há nenhuma que seja indispensável para provar esse parentesco. Atribui muito maior importância a um conjunto de seis caracteres estruturais que enumera e justifica pormenorizadamente. Cada um desses traços estruturais, diz, encontra-se também em línguas não indo-européias; mas só as línguas indo-européias apresentam os seis ao mesmo tempo.

É essa parte da demonstração que gostaríamos de examinar mais de perto, por causa da sua evidente importância teórica e prática. Há aqui duas questões que é preciso considerar separadamente. 1.^a Esses seis caracteres aparecem juntos apenas no indo-europeu? 2.^a Seriam, sozinhos, suficientes para fundar a noção de indo-europeu?

A primeira questão é de fato. A resposta será afirmativa se — e apenas se — nenhuma outra família lingüística possuir os seis caracteres citados por Trubetzkoy como próprios das lín-

77. Trubetzkoy, “Gedanken über das Indogermanenproblem”, *Acta linguistica*, I (1939), p. 81 ss.

guas indo-européias. Para essa verificação, tomamos ao acaso um espécime de uma língua seguramente não indo-européia. A língua escolhida foi o takelma, língua indígena do Oregon, para o qual dispomos de uma descrição excelente e facilmente acessível, feita por Edward Sapir⁽⁷⁸⁾ (1922). Vamos, pois, enumerar esses traços nos termos em que Trubetzkoy os define, indicando para cada um deles a situação do takelma:

1. Não há harmonia vocálica (Es besteht keinerlei Vokalharmonie).

Também em takelma, a harmonia vocálica não é objeto de qualquer menção.

2. O consonantismo da inicial não é mais pobre que o do interior ou da final (Der Konsonantismus des Anlauts ist nicht ärmer als der des Inlauts und des Auslauts).

Em takelma, depois de haver dado a tabela completa das consoantes, Sapir nota expressamente (§ 12): “Every one of the consonants tabulated may occur initially”. A única restrição que assinala relativamente à ausência de ^{-cw} é anulada por ele mesmo quando acrescenta que ^{cw} não existe a não ser em combinação com *k* e que, portanto, só *k^{cw}* é um fonema. O consonantismo inicial não comporta, pois, em takelma, nenhuma deficiência.

3. A palavra não deve necessariamente começar pela be-raiz (as Wort muss nicht unbedingt mit der Wurzel ginnen).

O takelma conhece tanto a prefixação como a infixação e a sufixação (exemplos, Sapir, § 27, p. 55).

4. As formas não são constituídas apenas por afixos, mas também por alternâncias vocálicas no interior dos morfemas radicais (Die Formbildung geschieht nicht nur durch Affixe, sondern auch durch vokalische Alternationem innerhalb der Stammorpheme).

Na descrição do takelma, há um longo parágrafo (p. 59-62) consagrado ao “vowel-ablaut” de valor morfológico.

5. Além das alternâncias vocálicas, as alternâncias consonânticas livres desempenham também um papel morfológico (Ausser den vokalischen spielen auch freie konsonantische Alternationem eine morphologische Rolle).

78. Sapir, “The Takelma language of South-Western Oregon”, *Handbook of Amer. Ind. language*, II.

Em takelma, “consonant-ablaut, a rare method of word-formation, plays a rather important part in the tense-formation (aorist and non-aorist) of many verbs” (Sapir, § 32, p. 62).

6/O sujeito de um verbo transitivo é tratado como o sujeito de um verbo intransitivo (Das Subjekt eines transitiven Verbums erfährt dieselbe Behandlung wie das Subjekt eines intransitiven Verbums).

O princípio verifica-se literalmente em takelma: *yap'a wili k'emēi*, lit. “people house they-make-it” = “as pessoas (*yap'a*) constroem uma casa”; *gidi alxali yap'a*, “thereon they-sit people” = “as pessoas sentam-se ali”, com a mesma forma *yap'a* nas duas construções⁽⁷⁹⁾.

Vê-se, pois, que o takelma possui juntos os seis traços cuja reunião constituía, aos olhos de Trubetzkoy, a marca distintiva do tipo indo-europeu. É provável que uma pesquisa extensa levasse a encontrar casos análogos em outras famílias. A definição dada por Trubetzkoy é, em todo caso, refutada pelos fatos. É claro que para ele se tratava sobretudo de encontrar as marcas estruturais mínimas que pudessem distinguir o indo-europeu dos grupos vizinhos: semítico, caucásico, ugro-finico. Nesses limites, os critérios parecem justificados. Não o são, porém, se se confronta o indo-europeu com todos os outros tipos lingüísticos. Nesse caso, seriam necessárias características mais numerosas e mais específicas.

A segunda questão era se se podia definir o indo-europeu sobre a base única de um conjunto de caracteres tipológicos. Trubetzkoy não chegou até aí; reconhece que correspondências materiais permanecem necessárias, mesmo que sejam pouco numerosas. Só podemos aprová-lo. De outro modo nos atiraríamos em dificuldades sem saída. Queiramos ou não, termos como *indo-europeu*, *semítico*, etc. denotam ao mesmo tempo a filiação histórica de determinadas línguas e o seu parentesco tipológico.

79. Exemplos tomados ao texto takelma, Sapir, p. 294-295. É bom observar que o takelma admite alguns afixos nominais, mas não tem flexão nominal e além disso pratica amplamente a incorporação dos pronomes sujeito e objeto. Tratava-se, apenas, no entanto, de mostrar que o critério sintático de Trubetzkoy se aplicava também aqui.

Não podemos, pois, ao mesmo tempo conservar o quadro histórico e justificá-lo exclusivamente por uma definição a-histórica. As línguas caracterizadas historicamente como indo-européias têm, realmente, a mais, certos traços de estrutura em comum. Mas a conjunção desses traços fora da história não basta para definir uma língua como indo-européia. O que significa dizer que uma classificação genética não se transpõe para uma classificação tipológica e vice-versa.

Não se entenda mal a intenção da crítica acima apresentada. Visa uma afirmação por demais categórica de Trubetzkoy, não o fundo do seu pensamento. Queremos apenas que se distingam bem as duas noções usualmente associadas no termo *parentesco lingüístico*. O parentesco de estrutura pode resultar de uma origem comum; pode igualmente provir de desenvolvimentos realizados independentemente por várias línguas, mesmo fora de qualquer relação genética. Como bem o disse R. Jakobson⁽⁸⁰⁾ a propósito das afinidades fonológicas que freqüentemente se esboçam entre línguas simplesmente contíguas, “a similitude de estrutura é independente da relação genética das línguas em questão e pode indiferentemente reunir línguas da mesma origem ou de ascendência diferente. A similitude de estrutura não se opõe, pois, mas se superpõe ao *parentesco originário* das línguas”. O interesse dos agrupamentos de afinidade consiste justamente em que associam, com freqüência, numa mesma área línguas geneticamente diferentes. Assim, o parentesco genético não impede a formação de novos agrupamentos de afinidades; mas a formação de agrupamentos de afinidades não abole o parentesco genético. Importa ver, apesar disso, que a distinção entre filiação e afinidade só é possível nas condições da nossa observação atual. Um agrupamento de afinidade, se se estabeleceu pré-historicamente, evidenciar-se-á historicamente como um indicio de parentesco genético. Ainda aqui a noção de classificação genética encontra os seus limites.

Tão fortes e nítidas se evidenciam as diferenças de tipo entre as línguas do mundo que os lingüistas têm pensado, há muito

80. No seu artigo sobre as afinidades fonológicas, reproduzido como apêndice aos *Princípios de phonologie de Trubetzkoy*, trad. Cantineau, p. 353.

tempo, em caracterizar as famílias de línguas por uma definição tipológica. Essas classificações, fundadas sobre a estrutura morfológica, representam um esforço em direção de uma sistematização racional. Desde Humboldt e freqüentemente dentro do seu espírito, pois é sobretudo na Alemanha que teorias dessa ordem têm sido edificadas, tentou-se ilustrar a diversidade das línguas por meio de alguns tipos principais. Finck⁽⁸¹⁾ foi o principal representante dessa tendência que conta ainda com adeptos eminentes⁽⁸²⁾. Sabemos que Finck distinguia oito tipos principais, representados por uma língua característica e assim definidos: subordinante (turco); incorporante (groenlandês); seriante, *anreihend* (subiya, banto); isolante-radical, *wurzelisolierend* (chinês); isolante-temático, *stammisolierend* (samoano); flexional-radical, *wurzel-flektierend* (árabe); flexional-temático, *stammflektierend* (grego); flexional de grupo, *gruppenflektierend* (georgiano). Cada uma dessas definições diz realmente algo sobre o tipo registrado e pode situar sumariamente cada uma das línguas em questão. Entretanto, um quadro assim não é nem completo nem sistemático nem rigoroso. Não registra nenhum dos tipos tão diversos e tão complexos das línguas ameríndias nem das línguas sudanesas, que participariam ao mesmo tempo de várias categorias; também não leva em conta processos diferentes que podem realizar uma mesma estrutura aparente, criando, por exemplo, a ilusão de um parentesco de tipo entre o chinês e o inglês. Além disso, os mesmos termos servem para características que não têm o mesmo sentido: como podemos falar de “raízes” ao mesmo tempo para o chinês e para o árabe? E como se definiria então uma “raiz” para o esquimó? Em suma, essas distinções não parecem articular-se numa teoria unitária que legitimaria e ordenaria caracteres tão homogêneos, como raiz, incorporação, sufixo, tema, série, flexão, grupo, alguns dos quais concernem à natureza dos morfemas, outros à sua disposição.

81. F. N. Finck, *Die Haupttypen des Sprachbaus* 3, 1936.

82. As categorias de Finck são utilizadas, mas com enriquecimentos e flexibilidades notáveis, nos escritos de dois lingüistas originais, J. Lohmann e E. Lewy. Cf. sobretudo, deste último, “Der Bau der europäischen Sprachen”, *Proceedings of the R. Irisch Academy*, 1942.

As línguas são conjuntos tão complexos que se pode classificá-las em função de um grande número de critérios. Uma tipologia consistente e compreensiva deverá levar em conta várias ordens de distinções, e hierarquizar os traços morfológicos que delas dependem. É a que visa a classificação mais elaborada até hoje proposta, a de Sapir⁽⁸³⁾. Com profunda intuição da estrutura lingüística e larga experiência das línguas mais singulares que existem, as da América indígena, Sapir construiu uma classificação dos tipos lingüísticos a partir de um critério triplo: tipos de “conceitos” expressos; “técnica” prevalente; grau de “síntese”.

Encara em primeiro lugar a natureza dos “conceitos” e lhes reconhece quatro grupos: I, conceitos de base (objetos, ações, qualidades, expressos por palavras independentes); II, conceitos derivacionais, menos concretos, como a afixação de elementos não radicais a um dos elementos radicais, mas sem modificar o sentido do enunciado; III, conceitos relacionais concretos (número, gênero, etc.); IV, conceitos relacionais abstratos (relações puramente “formais” que constróem a sintaxe). Os grupos I e IV devem encontrar-se em toda parte. Os dois outros (II e III) podem apresentar-se ou faltar, juntos ou separadamente. Isso permite estabelecer quatro tipos de línguas.

A. Línguas que possuem somente os grupos I e IV: línguas sem afixação (*simple pure-relational languages*).

B. Línguas que possuem os conceitos dos grupos I, II e IV: uso de uma sintaxe puramente relacional, mas também da afixação e da modificação interna dos radicais (*complex pure-relational languages*).

C. Línguas que exprimem os conceitos dos grupos II e III: relações sintáticas garantidas por elementos antes concretos, mas sem que os elementos radicais se submetam à afixação ou à modificação interna (*simple mixed-relational languages*).

D. Línguas que exprimem os conceitos I, II e III: relações sintáticas “mistas” como em C, mas com possibilidade de modificar o sentido dos elementos radicais por afixação ou modificação interna (*complex mixed-relational languages*). Aqui se alinham as línguas flexionais e muitas línguas “aglutinantes”.

83. Sapir, *Language*, 1921, cap. VI.

Em cada uma dessas quatro classes, introduz-se uma divisão quádrupla, segundo a “técnica” empregada pela língua: a) isolante, b) aglutinante, c) fusional, d) simbólica (alternâncias vocálicas), podendo cada uma submeter-se a uma avaliação.

Finalmente, apreciar-se-á o grau de “síntese” realizado nas unidades da língua empregando-se qualificações como: analítica, sintética, polissintética.

O resultado dessas operações evidencia-se na tabela em que Sapir alinhou algumas línguas do mundo com o seu *status* próprio. Vê-se assim que o chinês representa o grupo A (*simple pure-relational*): sistema relacional abstrato, “técnica” isolante, analítica. O turco figura no grupo B (*complex pure-relational*): utilização da afixação “técnica” aglutinante, sintética. No grupo C, só encontramos o banto (para o francês, Sapir hesita entre C e D), fracamente aglutinante e sintético. O grupo D (*complex mixed-relational*) compreende, de um lado, o latim, o grego e o sânscrito, ao mesmo tempo fusionais e ligeiramente aglutinantes na derivação, mas com uma tintura de simbolismo e um caráter sintético; de outro lado, o árabe e o hebraico, como tipo simbólico-fusional e sintético; finalmente, o chinuque, fusional-aglutinante e levemente polissintético.

Sapir tinha um sentimento vivo da realidade lingüística para apresentar essa classificação como definitiva. Atribui-lhe expressamente um caráter experimental e provisório. Tomemo-la com todas as reservas que ele mesmo pedia. Indubitavelmente, cumpriu-se um grande progresso com relação às antigas divisões, sumárias e inoperantes, em flexional, incorporante, etc. O mérito dessa teoria é duplo: 1.º é mais complexa que todas as precedentes, isto é, mais fiel à imensa complexidade dos organismos lingüísticos; temos aqui uma combinação hábil de três séries de critérios superpostos; 2.º entre esses critérios, institui-se uma hierarquia, que se conforma à ordem de permanência dos caracteres descritos. Observa-se, de fato, que estes não se submetem igualmente à mudança. O “grau de síntese” é que é atingido em primeiro lugar pela evolução (passagem do sintético ao analítico); a “técnica” (natureza fusional ou aglutinativa das combinações morfológicas) é muito mais estável e, finalmente, o “tipo conceitual” mostra uma persistência notável. Podemos, pois, com van-

tagem, recorrer a esse processo de classificação para evocar com alguma precisão os traços salientes de uma morfologia. A dificuldade, porém, está no manejo dessa classificação, menos pela sua complicação que por causa da apreciação subjetiva que comporta em muitos casos. O lingüista deve decidir — sobre que indícios? — se uma língua é antes isso que aquilo, por exemplo, se o cambodjano é mais “fusional” que o polinésio. O limite entre os grupos C e D permanece indeciso, e o próprio Sapir o reconhece. Nessas gradações através dos tipos mistos, é penoso reconhecer os critérios constantes que garantiriam uma definição permanente. E Sapir bem o percebeu: “Depois de tudo”, diz, “as línguas são estruturas históricas extremamente complexas. É menos importante alojar cada língua num compartimento bem nítido que haver desenvolvido um método flexível que nos permita situá-la, sob dois ou três aspectos independentes, com relação a outra língua”⁽⁸⁴⁾.

Se mesmo essa classificação, a mais compreensiva e a mais refinada de todas, só imperfeitamente satisfaz às exigências de um método exaustivo, devemos abandonar a esperança de forjar uma que corresponda? Será preciso resignarmos-nos a contar tantos tipos quantas são as famílias genéticas, isto é, interdizermo-nos de classificar de outra forma que não em termos históricos? Teremos probabilidades de ver melhor o que devemos atingir se discernirmos em que os sistemas propostos são falhos. Se comparamos uma a outra duas línguas de origem diferente que essas teorias alinham juntas, sentimos bem que uma analogia na maneira de construir as formas permanece um traço superficial enquanto a estrutura profunda não é posta em evidência. A razão está em que a análise recai sobre as formas empíricas e sobre organizações empíricas. Sapir distingue com razão a “técnica” de certos processos morfológicos, isto é, a forma material sob a qual se apresentam, do “sistema relacional”. Se essa “técnica”, porém, é fácil de definir e reconhecer de uma língua a outra ao menos em certo número de casos (por exemplo, se a língua usa ou não alternâncias vocálicas significativas ou se os afixos

84. Op. cit., p. 149.

são distintos ou fusionados), acontece exatamente o contrário com o "tipo relacional", muito mais difícil de definir e sobretudo de transpor, porque a descrição é necessariamente interpretação. Tudo depende aí da intuição do lingüista e da maneira pela qual ele "sente" a língua.

O meio de nos livrarmos dessa dificuldade fundamental não consistirá em escolhermos critérios cada vez mais pormenorizados e cada vez menos aplicáveis mas, bem ao contrário, em reconhecermos em primeiro lugar que a forma é apenas a possibilidade da estrutura e, pois, em elaborarmos uma teoria geral da estrutura lingüística. É claro que procederemos a partir da experiência, mas para chegar a um conjunto de definições constantes que visem, de um lado, os elementos das estruturas, e de outro, as suas relações. Se chegarmos a formular proposições constantes sobre a natureza, o número e os encadeamentos dos elementos constitutivos de uma estrutura lingüística, teremos conseguido o meio de ordenar em esquemas uniformes as estruturas das línguas reais. A classificação se fará então em termos idênticos e muito provavelmente não haverá nenhuma semelhança com as classificações atuais.

Indiquemos duas condições para esse trabalho, uma quanto ao método de abordagem, outra quanto ao quadro de exposição.

Será preciso recorrer, para uma formulação adequada das definições, aos processos da lógica, que parecem ser os únicos apropriados às exigências de um método rigoroso. É claro que há várias lógicas, mais ou menos formalizadas, das quais mesmo as mais simplificadas parecem ainda, aos lingüistas, pouco utilizáveis para as suas operações específicas. Observemos, porém, que mesmo a classificação genética atual, no seu empirismo, já está enformada de lógica e que a primeira coisa a fazer é tomar consciência disso, para explicitá-la e melhorá-la. Na simples enumeração dos estados sucessivos pelos quais nos elevamos de uma língua atual ao seu protótipo histórico, podemos reconhecer uma construção lógica paralela à que sustenta as classificações zoológicas. Eis, muito sumariamente, alguns princípios lógicos que se podem destacar de uma tabela clássica semelhante à das línguas indo-européias escalonadas historicamente.

Tomemos a relação entre o provençal e o indo-europeu. Decompõe-se analiticamente em: provençal < galo-romance < romance comum < itálico < indo-europeu, para nos limitarmos às grandes divisões. Cada um desses termos, porém, acima da língua individual que se deve classificar, designa uma classe de línguas e essas classes dispõem-se hierarquicamente em unidades superiores e inferiores, cada uma compreendendo a unidade inferior e sendo compreendida na unidade superior, segundo uma relação de encaixamento sucessivo. A sua ordenação é comandada pela extensão e compreensão respectivas. Evidencia-se, então, que o termo individual, o provençal, tem a mais fraca extensão e a compreensão máxima, e contrasta assim com o indo-europeu, que tem a extensão máxima e a compreensão mais fraca. Entre esses dois extremos dispõe-se uma série de classes cuja extensão e compreensão variam sempre em razão inversa, pois cada classe possui, além dos seus caracteres próprios, todos os que herdou da classe superior. Uma classe intermediária terá mais caracteres que a mais extensa que a precede, e menos que a mais intensa que a segue. Seria interessante, diga-se de passagem, reconstruir em termos lingüísticos, sobre esse modelo explícito, a filiação do provençal ao indo-europeu, determinando o que o provençal tem a mais que o galo-romance comum, depois o que o galo-romance comum tem a mais que o romance comum, etc.

Percebemos, dispondo assim as relações genéticas, certos caracteres lógicos que parecem definir o seu arranjo. Em primeiro lugar, cada membro individual (idioma) faz parte do conjunto das classes hierárquicas e pertence a cada uma delas em nível diferente. Pelo fato de termos o provençal em relação com o galo-romance, o implicamos como romance, como latim, etc. Em segundo lugar, cada uma dessas classes sucessivas é ao mesmo tempo inclusiva e inclusa. Inclui a que a segue e está inclusa na que a precede, entre os dois termos extremos da classe última e da língua individual que se classifica: o romance inclui o galo-romance e está incluído no itálico. Em terceiro lugar, entre as classes definidas por um mesmo grau hierárquico, não existe nenhuma relação tal que o conhecimento de uma permita o conhecimento da outra. Comprovar e caracterizar línguas itálicas não oferece nenhuma noção quanto à natureza nem mesmo quan-

to à existência das línguas eslavas. Essas classes não podem comandar-se, nada tendo em comum. Em quarto lugar, e conseqüentemente, as classes de um conjunto do mesmo nível não podem jamais ser exatamente complementares, uma vez que que nenhuma delas esclarece sobre a totalidade da qual faz parte. Pode-se, portanto, esperar sempre que novas classes de línguas se acrescentem às de um dado nível. Finalmente, assim como cada língua não emprega senão uma parte das combinações que permitiria o seu sistema fonemático e morfemático, assim cada classe, mesmo supondo-se que seja integralmente conhecida, não contém mais que uma parte das línguas que poderiam haver sido realizadas. As classes de línguas, sob esse aspecto, não são jamais exaustivas. Daí decorre ser impossível uma previsão quanto à existência ou à não-existência de uma classe desta ou daquela estrutura. Donde esta nova conseqüência de que cada classe se caracterizará em face das outras de mesmo nível por uma soma de traços respectivamente ausentes ou presentes: conjuntos complexos, como o itálico e o céltico, definir-se-ão somente pelo fato de que determinado traço de um esteja ausente do outro, e vice-versa.

Essas considerações sumárias dão uma idéia da maneira como se poderia construir o modelo lógico de uma classificação mesmo empírica, como a das famílias lingüísticas. Na verdade a organização lógica que se entrevê não parece poder possibilitar uma formalização muito desenvolvida, não mais, aliás, que a das espécies zoológicas e botânicas, que é da mesma natureza.

Poderíamos esperar mais — embora aqui a tarefa seja muito mais árdua e a perspectiva mais longínqua — de uma classificação que recaia, desta vez, sobre os elementos da estrutura lingüística no sentido acima indicado. A condição inicial de semelhante empresa consistiria em abandonar esse princípio, não formulado e que pesa tanto mais sobre grande parte da lingüística atual quanto parece confundir-se com a evidência, de que não há lingüística a não ser do dado, que a linguagem está contida integralmente nas suas manifestações efetuadas. Se assim fosse, o caminho estaria definitivamente fechado a toda investigação profunda sobre a natureza e as manifestações da linguagem. O dado lingüístico é um resultado e é preciso procurar-lhe a origem. Uma

reflexão algo atenta sobre a maneira pela qual uma língua — pela qual toda língua — se constrói ensina que cada língua tem para resolver um certo número de problemas, que se reduzem todos à questão central da “significação”. As formas gramaticais traduzem, com um simbolismo que é a marca distintiva da linguagem, a resposta dada a esses problemas; estudando essas formas, a sua seleção, o seu agrupamento, a sua organização próprios, podemos induzir a natureza e a forma do problema intralingüístico a que respondem. Todo esse processo é inconsciente, difícil de atingir, mas essencial. Por exemplo, há um traço de estrutura característico nas línguas bantas e em muitas outras ainda: as “classes nominais”. Podemos contentar-nos em descrever a organização material, ou podemos procurar-lhes a origem. Muitos estudos lhes foram consagrados. Só nos interessará aqui uma questão que ainda não foi proposta, a da função de semelhante estrutura. Ora, podemos mostrar, e tentaremos fazê-lo, que todos os sistemas variados de “classes nominais” são funcionalmente análogos aos diversos modos de expressão do “número gramatical” em outros tipos de línguas, e que os processos lingüísticos materializados em formas muito dessemelhantes devem classificar-se juntos, quanto à sua função. É preciso, ainda, começar a ver além da forma material e não fazer apoiar-se toda a lingüística na descrição das formas lingüísticas. Se as organizações materiais que a lingüística descritiva comprova e analisa puderem ser progressivamente reduzidas às diversas figuras de um mesmo jogo e explicadas por referência a um certo número de princípios definidos, teremos ganho uma base para uma classificação racional dos elementos, das formas, e finalmente dos conjuntos lingüísticos. Nada nos impede de pensar, se prolongarmos com alguma complacência essa perspectiva, que os lingüistas saberão então reconhecer nas estruturas lingüísticas leis de transformação como as que permitem, nos esquemas operacionais da lógica simbólica, passar de uma estrutura a uma estrutura derivada e definir relações constantes. É uma visão longínqua, seguramente; são antes temas de reflexão que receitas práticas. Uma coisa é certa: uma vez que uma classificação integral significa um conhecimento integral, é através de uma compreensão sempre mais profunda e de uma definição

sempre mais estrita dos signos lingüísticos que progrediremos em direção a uma classificação racional. A distância que precisamos percorrer tem menos importância que a direção para a qual devemos orientar-nos.

CAPÍTULO 10

os níveis da análise lingüística⁽⁸⁵⁾

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato lingüístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. A grande mudança sobrevinda em lingüística está precisamente nisto: reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separável do método próprio para defini-lo. Devemos, pois, diante da extrema complexidade da linguagem, visar a propor uma ordem ao mesmo tempo nos fenômenos estudados, de maneira a classificá-los segundo um princípio racional, e nos métodos de análise, para construir uma descrição coerente, organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios.

A noção de *nível* parece-nos essencial na determinação do procedimento de análise. Só ela é própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo. O domínio no qual a estudaremos é o da língua como sistema orgânico de signos lingüísticos.

85. *Proceedings of the 9th International Congress of linguists*, Cambridge, Mass., 1962, Mouton & Co., 1964.

O procedimento inteiro da análise tende a delimitar os *elementos* através das relações que os unem. Essa análise consiste em duas operações que se comandam uma à outra e das quais todas as outras dependem: 1.ª a segmentação; 2.ª a substituição.

Seja qual for a extensão do texto considerado, é preciso, em primeiro lugar, segmentá-lo em porções cada vez mais reduzidas até os elementos não decomponíveis. Paralelamente, identificam-se esses elementos por meio das substituições que admitem. Chega-se, por exemplo, a segmentar fr. *raison*, “razão”, em [r] – [ɛ] – [z] – [õ], em que se podem operar as seguintes substituições: [s] em vez de [r] (*saison*, “estação”); [a] em vez de [ɛ] (*rasons*, “raspemos”); [y] em vez de [z] (*rayon*, “raio”); [ẽ] em vez de [õ] (*raisin*, “uva”). Essas substituições podem ser arroladas: a classe dos substitutos possíveis de [r] em [rezõ] compreende [b], [s], [m], [t], [v]. Se aplicamos a cada um dos três outros elementos de [rezõ] o mesmo procedimento, erigimos um repertório de todas as substituições admissíveis, cada uma delas destacando por sua vez um segmento identificável em outros signos. Progressivamente, de um signo a outro, destaca-se a totalidade dos elementos e para cada um deles a totalidade das substituições possíveis. É esse, em resumo, o método de distribuição: consiste em definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com os outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com os outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática).

Observemos imediatamente uma diferença entre as duas operações, no campo da sua aplicação. Segmentação e substituição não têm o mesmo alcance. Os elementos identificam-se em função de outros segmentos com os quais estão em relação de capacidade de substituição. A substituição, porém, pode operar também sobre elementos não segmentáveis. Se os elementos segmentáveis mínimos se identificam como *fonemas*, a análise pode ir além e isolar no interior do fonema *traços distintivos*. Esses traços distintivos do fonema, porém, já não são segmentáveis, embora identificáveis e substituíveis. Em [d'] reconhecem-se quatro traços distintivos: oclusão, dentalidade, sonoridade, aspi-

ração. Nenhum deles pode realizar-se por si mesmo fora da articulação fonética em que se apresenta. Não podemos, também, determinar-lhes uma ordem sintagmática; a oclusão é inseparável da dentalidade, e o sopro da sonoridade. Cada um deles admite, apesar disso, uma substituição. A oclusão pode ser substituída por uma fricção; a dentalidade pela labialidade; a aspiração pela glotalidade, etc. Chegamos assim a distinguir duas classes de elementos mínimos: os que são ao mesmo tempo segmentáveis e substituíveis, os fonemas; e os que são apenas substituíveis, os traços distintivos dos fonemas. Pelo fato de não serem segmentáveis, os traços distintivos não podem constituir classes sintagmáticas; mas pelo fato de serem substituíveis, constituem classes paradigmáticas. A análise pode, assim, reconhecer e distinguir um nível fonemático, em que se praticam as duas operações de segmentação e de substituição, e um nível hipofonemático, o dos traços distintivos, não segmentáveis, que dependem apenas da substituição. Aí se detém a análise lingüística. Mais além, os dados fornecidos pelas recentes técnicas instrumentais pertencem à fisiologia ou à acústica — são infralingüísticos.

Atingimos assim, pelos processos descritos, os dois níveis inferiores da análise, o das entidades segmentáveis mínimas, os fonemas, o nível *fonemático*, e o dos traços distintivos, que propomos chamarem-se *merismas* (gr. *mérisma*, *-atos*, “delimitação, parte, pedaço”), o nível *merismático*.

Definimos empiricamente a sua relação segundo a sua posição mútua, como a de dois níveis sucessivamente atingidos, produzindo a combinação dos merismas o fonema ou decompondo-se o fonema em merismas. Qual é, porém, a condição *lingüística* dessa relação? Encontrá-la-emos se levarmos mais longe a análise e, uma vez que não podemos mais descer, visando o nível superior. Precisamos então operar sobre porções mais longas de textos e procurar o modo de realizar as operações de segmentação e de substituição quando não mais se tratê de obter as menores unidades possíveis, mas unidades mais extensas.

Suponhamos que numa cadeia ingl. [li:vɪŋθiŋz] “leaving things (as they are)”, tenhamos identificado em diferentes posições as três unidades fonemáticas [i], [θ], [ŋ]. Tentamos ver se essas unidades nos permitem delimitar uma unidade superior

que as conteria. Procedendo por exaustão lógica, encaramos as seis combinações possíveis dessas três unidades: [iθη], [iηθ], [θiη], [θηi], [ηiθ], [ηθi]. Vemos então que duas dessas combinações estão efetivamente presentes na cadeia, mas realizadas de tal maneira que têm dois fonemas em comum, e que devemos escolher uma e excluir a outra: em [li:viηθiηz] será ou bem [ηθi], ou bem [θiη]. A resposta não deixa dúvida: rejeitaremos [ηθi] e elegeremos [θiη] na ordem de nova unidade /θiη/. De onde vem a autoridade dessa decisão? Da condição lingüística do *sentido* ao qual deve satisfazer a delimitação da nova unidade de nível superior: [θiη] tem um sentido, [ηθi] não tem. A isso se acrescenta o critério distribucional que obtemos num ponto ou noutro da análise na presente fase, quando recai sobre um número suficiente de textos extensos: [η] não se admite em posição inicial e a seqüência [ηθ] é impossível, enquanto [η] faz parte da classe dos fonemas finais e [θi] e [iη] se admitem igualmente.

O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico. Dizemos realmente a respeito de todos os níveis: o fonema só tem valor como discriminador de signos lingüísticos, e o traço distintivo, por sua vez, como discriminador dos fonemas. A língua não poderia funcionar de outra maneira. Todas as operações que se devem praticar no seio dessa cadeia supõem a mesma condição. A porção [ηθi] não é admissível em nenhum nível; não pode nem ser substituída por nenhuma outra nem substituir nenhuma outra, nem ser reconhecida como forma livre, nem ser posta em relação sintagmática complementar às outras porções do enunciado; e o que acabamos de dizer sobre [ηθi] vale também para uma porção cortada no que o precede, por exemplo, [i:vi] ou o que o segue [ηz]. Não são possíveis nem segmentação nem substituição. Ao contrário, a análise guiada pelo sentido destacará duas unidades em [θiηz], uma; signo livre /θiη/, a outra [z] que se reconhecerá ulteriormente como variante do signo conjunto /-s/. Em vez de zigzaguear com o "sentido" e de imaginar processos complicados — e inoperantes — para deixá-lo fora do jogo retendo somente os traços formais, é pre-

ferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise lingüística.

É necessário somente ver como o sentido intervém nas nossas operações e de que nível de análise ele depende.

Sobressai dessas análises sumárias que segmentação e substituição não podem aplicar-se a quaisquer porções da cadeia falada. Na verdade, nada nos permitiria definir a distribuição de um fonema, as suas latitudes combinatórias da ordem sintagmática e paradigmática, portanto a própria realidade de um fonema, se não nos referíssemos sempre a uma *unidade particular* do nível superior que o contém. Essa é uma condição essencial, cujo alcance indicaremos adiante. Vemos então que esse nível não é algo de exterior à análise; está *na* análise; o nível é um operador. Se o fonema se define, é como constituinte de uma unidade mais alta, o morfema. A função discriminadora do fonema tem por fundamento a sua inclusão numa unidade particular, que, pelo fato de incluir o fonema, depende de um nível superior.

Sublinhemos, pois, o seguinte: uma unidade lingüística só será recebida como tal se se puder identificar *em* uma unidade mais alta. A técnica da análise distribucional não põe em evidência esse tipo de relação entre níveis diferentes.

Do fonema passa-se assim ao nível do *signo*, identificando-se este, segundo o caso, a uma forma livre ou a uma forma conjunta (morfema). Para a comodidade da nossa análise, podemos negligenciar essa diferença e classificar os signos como uma só espécie, que coincidirá praticamente com a *palavra*. Permitam-nos, sempre para a comodidade, conservar esse termo desacreditado — e insubstituível.

A palavra tem uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza. Por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro entra, a título de unidade significante e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior. Essas duas propriedades devem ser um tanto precisadas.

Ao dizer que a palavra se decompõe em unidades fonemáticas, devemos sublinhar que essa decomposição se efetua mesmo quando a palavra é monofonemática. Por exemplo, acontece que em francês todos os fonemas vocálicos coincidem materialmente

com um signo autônomo da língua. Melhor dizendo: certos significantes do francês se realizam num fonema único que é uma vogal. A análise desses significantes não possibilitará menos a decomposição: é a operação necessária para chegar a uma unidade de nível inferior. Assim, fr. *a* ou *à* — “tem”; preposição “a” — analisa-se em /a/; fr. *est* [“é”] analisa-se em /e/; — fr. *ait*, “tenha”, em /ɛ/; fr. *y* — “ai”, etc.; “a ele, nele”, etc. — e *hie*, “marreta”, em /i/; fr. *eau*, “água”, em /o/; fr. *eu*, “teve”, em /y/; fr. *où*, “onde”, em /u/; fr. *eux*, “eles”, em /ø/. O mesmo ocorre em russo, em que há unidades que têm um significante monofonemático, que pode ser vocálico ou consonântico; as conjunções *a*, *i*; as preposições *o*; *u* e *k*; *s*; *v*.

As relações são menos fáceis de definir na situação inversa, entre a palavra e a unidade de nível superior. De fato, essa unidade não é uma palavra mais longa ou mais complexa: depende de outra ordem de noções, é uma frase. A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. A palavra pode assim definir-se como a menor unidade significante livre susceptível de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas. Na prática, a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático, que constitui enunciados empíricos. As relações paradigmáticas têm menos importância quando se trata de uma palavra em função da frase. É diferente quando se estuda a palavra como lexema, no estado isolado. Devemos então incluir numa unidade todas as formas flexionais, etc.

Sempre para precisar a natureza das relações entre a palavra e a frase, será necessário estabelecer uma distinção entre palavras *autônomas*, que funcionam como constituintes de frases (são a grande maioria) e palavras *sin-nomas* que só podem entrar em frases acrescentadas a outras palavras; assim, fr. *le* (*la*...) [“o” (“a”...)], *ce* (*cette*...) [“esse” (essa”...)]]; *mon* (*ton*...) [“meu” (“teu”...)] ou *de*, *à*, *dans* [“de, a, dentro”] e *chez* [“na” casa [de]”]; mas não todas as preposições: cf. fr. pop. *c’est fait pour*, “para”;

je travaille avec, “com”; *je pars sans*, “sem”. Essa distinção entre “palavras autônomas” e “palavras sin-nomas” não coincide com a que se faz desde Marty entre “auto-semânticas” e “sinsemânticas”. Nas “sinsemânticas” encontram-se alinhados, por exemplo, os verbos auxiliares, que são para nós “autônomos”, já por serem verbos e sobretudo por entrarem diretamente na constituição das frases.

Com as palavras, depois com grupos de palavras, formamos frases. É a comprovação empírica do nível ulterior, atingido numa progressão que parece linear. Na verdade, uma situação totalmente diferente apresentar-se-á aqui.

Para compreender melhor a natureza da mudança que ocorre quando passamos da palavra à frase, é preciso ver como se articulam as unidades segundo os seus níveis e explicitar várias conseqüências importantes das relações que elas mantêm. A transição de um nível ao seguinte põe em jogo propriedades singulares e despercebidas. Pelo fato de serem discretas, as entidades linguísticas admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes. Essas relações devem ser bem distinguidas. Entre os elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*; entre elementos de nível diferente, são *integrativas*. Só estas últimas precisam ser comentadas.

Quando se decompõe uma unidade, obtêm-se não unidades de nível inferior, mas segmentos formais da unidade em questão. Se se reduz o fr. /om/ *homme*, “homem”, a [ɔ] — [m], têm-se apenas dois segmentos. Nada nos garante, ainda, que [ɔ] e [m] sejam unidades fonemáticas. Para ter certeza, será preciso recorrer à /ɔt/ *hotte*, “cesto”, /ɔs/ *os*, “osso”, de um lado, e a /om/ *heaume*, “elmo”, /ym/ *hume*, “chupa”. Eis aí duas operações complementares de sentido oposto. Um signo é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como “parte integrante” da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante*. Assim /s/ tem o *status* de um fonema porque funciona

como integrante de /-al/ em *salle*, “sala”, de /-o/ em *seau*, “balde”, de /-vil/ em *civil*, etc. Em virtude da mesma relação transposta para o nível superior, /sal/ é um signo porque funciona como integrante de: — *à manger*, “sala de jantar”; — *de bains*, “banheiro”; /so/ é um signo porque funciona como integrante de: — *à charbon*, “balde para carvão”; *un — d’eau*, “um balde d’água”; e /sivil/ é um signo porque funciona como integrante de: — *ou militaire*, “civil ou militar”; *état —*, “estado civil”; *guerre —*, “guerra civil”. O modelo da “relação integrante” é o da “função proposicional” de Russell⁽⁸⁶⁾.

Qual é, no sistema dos signos da língua, o alcance dessa distinção entre constituinte e integrante? Funciona entre dois limites. O limite superior é traçado pela frase, que comporta constituintes mas que, como adiante se mostra, não pode integrar nenhuma unidade mais alta. O limite inferior é o do “merisma” que, traço distintivo do fonema, não comporta ele próprio nenhum constituinte de natureza lingüística. A frase só se define, portanto, pelos seus constituintes; o merisma só se define como integrante. Entre os dois, destaca-se claramente um nível intermediário, o dos signos, autônomos ou sin-nomos, palavras ou morfemas, que ao mesmo tempo contêm constituintes e funcionam como integrantes. Tal é a natureza dessas relações.

Qual é finalmente a função que se pode determinar para essa distinção entre constituinte e integrante? É uma função de importância fundamental. Pensamos encontrar aqui o princípio racional que governa, nas unidades dos diferentes níveis, a relação entre FORMA e SENTIDO.

Eis que surge o problema que persegue toda a lingüística moderna, a relação *forma : sentido*, que muitos lingüistas queriam reduzir à noção única da forma, sem porém conseguir libertar-se do seu correlato, o sentido. O que não se tentou para

86. B. Russell, *Introduction à la philosophie mathématique*, trad. fr., p. 188: “Uma função proposicional é uma expressão que contém um ou vários constituintes indeterminados, de tal modo que, logo que lhes são atribuídos valores, a expressão se torna numa proposição ... *x é humano* é uma função proposicional, enquanto *x* permanece indeterminado, não é nem verdadeira nem falsa; mas, logo que se atribui um sentido a *x*, ela se torna numa proposição verdadeira ou falsa”.

evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam.

Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos *constituente e integrante*.

Quando reduzimos uma unidade aos seus constituintes, reduzimo-ia aos seus elementos *formais*. Como acima dissemos, a análise de uma unidade não leva automaticamente a outras unidades. Mesmo na unidade mais alta, a frase, a dissociação em constituintes só evidencia uma estrutura formal, como acontece cada vez que um todo é fracionado em partes. Pode-se encontrar algo de análogo na escrita, que nos ajuda a formar essa representação. Com relação à unidade da palavra escrita, as letras que a compõem, tomadas uma a uma, são apenas segmentos materiais, que não retêm nenhuma porção da unidade. Se compomos SÁBADO pela reunião de seis cubos que têm cada um uma letra, o cubo S, o cubo A, etc. não são portadores nem da sexta parte nem de qualquer fração da *palavra* como tal. Assim, operando uma análise de unidades lingüísticas, isolamos constituintes somente formais.

Que é preciso para que nesses constituintes formais reconhecamos, se for o caso, unidades de um nível definido? É necessário praticar a operação em sentido inverso e ver se esses constituintes têm função integrante no nível superior. Tudo se resume nisso: a dissociação leva-nos à constituição formal; a integração leva-nos às unidades significantes. O fonema, discriminador, é o integrante, com outros fonemas, de unidades significantes que o contêm. Esses signos, por sua vez, incluem-se-ão como integrantes em unidades mais altas que são enformadas de significação. As operações da análise vão, em direções opostas, ao encontro ou da forma ou do sentido das mesmas entidades lingüísticas.

Podemos, assim, formular as seguintes definições:

A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.

O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior.

Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua⁽⁸⁷⁾. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis lingüísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem.

A noção de sentido, porém, tem ainda outro aspecto. Talvez seja por não os havermos distinguido que o problema do sentido tomou uma opacidade tão espessa.

Na língua organizada em signos, o sentido de uma unidade é o fato de que ela tem um sentido, de que é *significante*. O que equivale a identificá-la pela sua capacidade de exercer uma “função proposicional”. Essa é a condição necessária e suficiente para que reconheçamos essa unidade como *significante*. Numa análise mais exigente, teríamos de enumerar as “funções” que essa unidade está apta a exercer, e — em suma — deveríamos citá-las todas. Semelhante inventário seria bastante limitado para *méson*, ou *crisópraso*, imenso para *coisa* ou *um*; pouco importa; obedeceria sempre ao mesmo princípio de identificação pela capacidade de integração. Em todos os casos estaríamos em posição de dizer se determinado segmento da língua “tem um sentido” ou não.

Um problema totalmente diferente consistiria em perguntar: *qual é esse sentido?* Aqui “sentido” se toma numa acepção completamente diferente.

Quando se diz que determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que

87. Ferdinand de Saussure parece haver concebido também o “sentido” como um componente interno da forma lingüística, embora não se exprima a não ser por meio de uma comparação destinada a refutar outra comparação: “Freqüentemente se comparou essa unidade de duas faces [a associação do *significante* e do *significado*] com a unidade de pessoa humana, composta de corpo e alma. A aproximação é pouco satisfatória. Poderíamos pensar com mais justeza num composto químico, a água por exemplo; é uma combinação de hidrogênio e oxigênio; tomado à parte, cada um desses elementos não tem nenhuma das propriedades da água” (*Cours* 2, p. 145).

esse elemento possui, enquanto *significante*, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável para os locutores nativos, de quem essa língua é a língua. Esse “sentido” é implícito, inerente ao sistema lingüístico e às suas partes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com “objetos” gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção lingüística. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua. Ora, dizer *qual é o referendum*, descrevê-lo, caracterizá-lo especificamente é uma tarefa distinta, freqüentemente difícil, que não tem nada de comum com o manejo correto da língua. Não podemos estender-nos aqui sobre todas as conseqüências que essa distinção traz. Basta havê-la apresentado para delimitar a noção do “sentido”, na medida em que ele difere da “designação”. Um e outra são necessários. E os encontramos, distintos mas associados, ao nível da *frase*.

Esse é o último nível que a nossa análise atinge, o da *frase*, de que dissemos acima que não representava simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado. Com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio.

O que é novo aqui, em primeiro lugar, é o critério que determina esse tipo de enunciado. Podemos segmentar a frase, não podemos empregá-la para integrar. Não há função proposicional que uma proposição possa executar. Uma frase não pode, pois, servir de integrante a outro tipo de unidade. Isso se prende antes de tudo ao caráter distintivo entre todos, inerente à frase, de ser um *predicado*. Todos os outros caracteres que se podem reconhecer-lhe são secundários com relação a esse. O número de signos que entram numa frase é indiferente; sabemos que um único signo basta para constituir um predicado. Igualmente a presença de um “sujeito” junto de um predicado não é indispensável: o termo predicativo da proposição basta-se a si mesmo uma vez que é em realidade o determinante do “sujeito”. A “sin-

taxe" da proposição não é mais que o código gramatical que lhe organiza a disposição. As entonações na sua variedade não têm valor universal e continuam a ser de apreciação subjetiva. Só o caráter predicativo da proposição pode, assim, valer como critério. Situaremos a proposição ao nível *categoremático*⁽⁸⁸⁾.

Que encontramos, porém, nesse nível? Até aqui a denominação do nível relacionava-se com a unidade lingüística relevante. O nível fonemático é o do fonema; há realmente fonemas concretos, que podem ser isolados, combinados, enumerados. E os *categoremas*? Existem *categoremas*? O predicado é uma propriedade fundamental da frase, não é uma unidade de frase. Não há muitas modalidades de predicação. E nada se mudaria nessa comprovação se se substituísse "*categorema*" por "*frase-ma*"⁽⁸⁹⁾. A frase não é uma classe formal que teria por unidades "*frase-mas*" delimitados e *oponíveis entre eles*. Os tipos de frases que se poderiam distinguir reduzem-se todos a um único, a proposição predicativa, e não existe frase fora da predicação. É preciso, portanto, reconhecer que o nível *categoremático* comporta somente uma forma específica de enunciado lingüístico, a proposição; esta não constitui uma classe de unidades distintivas. É por isso que a proposição não pode entrar como parte numa totalidade de ordem mais elevada. Uma proposição pode apenas preceder ou seguir outra proposição, numa relação de seqüência. Um grupo de proposições não constitui uma unidade de uma ordem superior à proposição. Não há nível lingüístico além do nível *categoremático*.

Pelo fato de não constituir uma classe de unidades distintivas, que seriam membros virtuais de unidades superiores, como o são os fonemas ou os morfemas, a frase distingue-se naturalmente das outras entidades lingüísticas. O fundamento dessa diferença consiste em que a frase contém signos, mas é ela mesma um signo. Uma vez reconhecido isso, evidencia-se claramente o contraste entre os conjuntos de signos que encontramos nos níveis inferiores e as entidades do nível presente.

88. Gr. *katēgórēma* = lat. *praedicatum*.

89. Uma vez que se criou *lexema* sobre o gr. *léxis*, nada impediria de criar *frase-ma* sobre o gr. *phrasis*, "frase".

Os fonemas, os morfemas, as palavras (*lexemas*) podem contar-se; existem em número finito. As frases, não.

Os fonemas, os morfemas, as palavras (*lexemas*) têm uma distribuição no seu nível respectivo, um emprego no nível superior. As frases não têm nem distribuição nem emprego.

Um inventário dos empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário dos empregos de uma frase não poderia nem mesmo começar.

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.

Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas lingüísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva.

A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. Encontramos a confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apóiam igualmente na predicação. Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor.

A frase é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível — o que ela não é, como vimos. É, porém, uma unidade completa, que traz ao

mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a “referência”.

Vemos nessa dupla propriedade da frase a condição que a torna analisável para o próprio locutor, a começar pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações. O que se torna mais ou menos sensível para ele é a diversidade infinita dos conteúdos transmitidos, em contraste com o pequeno número de elementos empregados. Daí, destacará ele inconscientemente, à medida que o sistema se lhe tornar familiar, uma noção totalmente empírica do signo, que assim se poderia definir no seio da frase: o signo é a unidade mínima da frase susceptível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico.

O locutor pode não ir mais longe; tomou consciência do signo sob a espécie da “palavra”. Fez um início de análise lingüística a partir da frase e no exercício do discurso. Quando o lingüista, por sua vez, tenta reconhecer os níveis da análise, é levado por uma operação inversa — partindo das unidades elementares — a fixar na frase o nível último. É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*.

CAPÍTULO 11

o sistema sublógico das preposições em latim⁽⁹⁰⁾

No seu importante trabalho sobre *A categoria dos casos* (I, p. 127 ss.), Louis Hjelmslev apresentou as grandes linhas do “sistema sublógico” que subentende a distinção dos casos-em geral e que permite construir o conjunto das relações casuais de um estado idiossincrônico. Esse sistema sublógico comporta três dimensões, cada uma das quais suscetível de várias modalidades: 1.^a direção (aproximação-afastamento); 2.^a coerência-incoerência; 3.^a subjetividade-objetividade. Na sua análise, Hjelmslev, embora preocupado unicamente com os casos, não pôde deixar de considerar ao mesmo tempo, ao menos de maneira lateral, as preposições; e com razão, tão estreita é a relação funcional entre as duas categorias. É preciso insistir sobre este ponto: cada preposição de um determinado idioma esboça, nos seus diversos empregos, uma certa figura na qual se coordenam o seu sentido e as suas funções e que precisamos reconstituir se queremos dar uma definição coerente do conjunto das suas particularidades semânticas e gramaticais. Essa figura é comandada pelo mesmo sistema sublógico que governa as funções casuais. É evidente que uma descrição guiada por esse princípio deve abarcar, para conseguir a sua força demonstrativa, a totalidade das preposições e a totalidade das relações casuais de um estado de língua. Pode-se, apesar disso, esboçá-la sobre alguns

90. Extrato dos “Travaux du Cercle linguistique de Copenhague”, vol. V, *Recherches structurales*, 1949.

fatos particulares, resumindo aqui uma pesquisa independente que visa antes de tudo a mostrar que semelhante descrição permite resolver os problemas concretos que o emprego de uma preposição apresenta⁹¹.

Para indicar a posição “diante de”, o latim tem duas preposições, *pro* e *prae*. Os latinistas⁹² lhes dão um sentido mais ou menos semelhante, que pode bastar para as necessidades imediatas da tradução, mas que dissimula a sua verdadeira relação lingüística. A diferença profunda que as separa encontra-se aí apagada. É preciso delimitar exatamente essa diferença para definir-lhes a respectiva configuração.

1.º *Pro* não significa tanto “diante de” quanto “fora, no exterior”; é um “para a frente” realizado por um movimento de saída ou de expulsão para fora de um lugar supostamente interior ou coberto (cf. *prodeo*, *progenies*); 2.º esse movimento cria separação entre a posição inicial e a posição *pro*; é por isso que *pro*, indicando o que acaba de pôr-se “diante do” ponto de partida, pode marcar, segundo o caso, cobertura, proteção, defesa, ou equivalência, permuta, substituição; 3.º o próprio sentido desse movimento cria entre o ponto de partida e o ponto *pro* uma relação objetiva, que não corre o risco de inverter-se se mudar a posição do observador.

Por todos esses traços, *pro* distingue-se de *prae*, que é preciso considerar mais de perto. Discernem-se em *prae* os seguintes caracteres: 1.º indica não a posição “diante” mas “na frente” de um objeto; 2.º esse objeto é sempre concebido como *contínuo*, de sorte que *prae* especifica a porção anterior do objeto em função da que é posterior; 3.º a relação estabelecida por *prae* implica em que o sujeito é considerado como constituindo ou ocupando a parte posterior; daí parte o movimento *prae*, em direção ao que está na frente, em ponta, em antecipação ou em excesso, mas sempre sem solução de continuidade da parte posterior, posição “normal”, para a frente, posição “extrema”.

91. Não distinguimos aqui preposições e preverbios.

92. Ver particularmente Bruno Kranz, *De particularum “pro” et “prae” in prisca latinitate ui atque usu*, Diss. Breslau, 1907, e J. B. Hofmann, *Lat. synt.*, p. 532 ss.

É fácil verificar essa definição nos empregos mais comuns. Em expressões como *i prae, iam ego te sequar*, “vai na frente, eu já te seguirei” (*Pl., Cist., 773*) ou *praefert cautas subsequiturque manus*, “estende com precaução as mãos e segue-as” (*Ov., Fasti, II, 336*) é de certa forma uma necessidade interna que faz surgir *sequi* após *prae*: uma vez enunciado *prae*, o objeto é figurado como contínuo, e o resto deve “seguir”; não pode — sendo contínuo — deixar de seguir. Bastará passarmos em revista alguns compostos nominais e verbais para nos certificarmos de que essa relação é constante: *prae-eo*, “estar à frente” (com a condição de que a tropa siga); *prae-ire uerbis*, “preceder pela palavra consagrada, dizer em primeiro lugar a fórmula que outro deve repetir”; *praecipio*, “aceitar antecipadamente disposições (que serão seguidas)”; *praecingo*, “cingir pela frente”; *praecido*, *-seco*, *-trunco*, “cortar pela frente, pela extremidade”; *praefringere bracchium*, “quebrar o braço (a extremidade do corpo num acidente que implica o corpo inteiro)”; *prae-acuo*, “aguçar a ponta”; *praerupta saxa*, “rochedos rompidos na extremidade (e acabando sobre um precipício)”; *praehendo*, “agarrar na extremidade” (*praehendere pallio, auriculis*, com continuidade entre a parte agarrada e o resto do objeto); *praedico*, *-diuino*, *-sagio*, *-scio*, “... com antecedência” (antecipando o acontecimento ou precedendo os outros); *praeripio*, “tirar da extremidade de ...”; *huc mihi uenisti sponsam praeriptum meam*, “para roubá-la na minha cara” (*Pl., Cas., 102*); *praescribo*, “escrever primeiro (o que outro deve escrever)”, donde “prescrever”; *praebeo*, lit. “segurar na extremidade de si mesmo” (cf. *prae se gerere*), “oferecer (algo que se tem no corpo)”; *praebere collum*; daí *praebia*, “amuletos no pescoço das crianças”; lit. “coisas que se tem na frente de si (para desviar a má sorte)”; *praefari carmen*, “preludiar por um *carmen* (a cerimônia que se segue)”; e também *praefari*, “lançar uma palavra (de excusas) antes do que se vai dizer (de inconveniente)”; entre os compostos nominais: *praenomen*, “o que vem antes do *nomen* (que deve necessariamente seguir)”; *praefurnium*, “o que precede o *furnus*, entrada do forno”; *praecox*, *-maturus*, “que está maduro antes da hora, que antecede a hora (normal) da maturidade”; *praeceps*, “primeiro a cabeça (o resto segue)”; *praegnans*, lit. “no estado que precede a parturição, cuja parturição está garantida

com antecedência e deve seguir-se”, isto é, “prenhe”; *praepes*, lit. “que antecede o seu próprio vôo (pássaro), que se precipita num vôo rápido”, etc.

Um adjetivo merece ser considerado à parte: é *praesens*. Apresenta um problema de sentido cuja solução escapou a bons filólogos. *Praesens* é evidentemente independente de *praesum*. Para remediar a falta de participio tirado de *esse*, correspondente ao grego *ἔσθις*, o latim forjou, em composição, formas em *-sens*, como *absens* de *absum*. Portanto, ao lado de *adsum* se esperaria **adsens*. Só se encontra, porém, *praesens*, dotado do sentido que deveria caber a **adsens*. Por quê? J. Wackernagel, não podendo descobrir nenhuma razão interna para essa anomalia, pensou que *praesens* teria sido criado para decalcar o gr. *παρών*⁽⁹³⁾. Entretanto, além do fato de que *prae* não é simétrico do gr. *παρά*, a hipótese deixa sem resposta a questão essencial: enquanto **adsens* era chamado pela proporção *absum : absens/adsum : x*, que razão levou a escolher *prae*-? A solução só pode encontrar-se no próprio sentido de *prae*. É preciso, porém, começar por restaurar a significação exata de *praesens*, que não é a do uso clássico. Vê-se isso num passo como Pl., *Pseud.*, 502, em que se comparam dois males: *illud malum aderat, istuc aberat longius; illud era praesens, huic erant dieculae*. A ligação de *adesse* e de *praesens* sobressai claramente, mas também a sua diferença. Por *praesens* entende-se não propriamente “o que está aí”, mas “o que está na minha frente”, portanto “imminente, urgente”, mais ou menos com a imagem do ingl. *ahead*; o que está *praesens* não sofre demora (*dieculae*), não se separa, por um intervalo, do momento em que se fala. Citemos ainda: *iam praesentior res erat*, “o perigo tornava-se mais imminente” (Liv., II, 36, 5); *praesens pecunia*, “dinheiro contado”, lit. “que está na extremidade, que é dado sem demora, imediato”; *praesens poena*, “punição imediata” (Cic., *Nat. Deor.*, II, 59); *praesens (tempus), in praesenti*, “momento que deve vir imediatamente”. Conseqüentemente, *praesens* aplica-se a tudo o que está “sob os olhos, visível, imediatamente presente” e pode sem pleonásmo acrescentar-se a *adesse*, como no texto citado

93. Wackernagel, *Jahr b. d. Schweizer Gymnasiallehrervereins*, XLVII (1919), p. 166 ss., seguido por Hofmann, op. cit.

de Plauto ou em: *praesens adsum* (Pl., Cic.); *lupus praesens esuriens adest* (Pl., *Stich.*, 577); *belua ad id solum quod adest praesens est se accomodat*, “o que está presente e sob os olhos” (Cic., *Off.*, I, 4). Foi possível, portanto, e muito cedo, transpor esse valor etimológico forte para locuções *praesente testibus*, *praesente amicis* (Pompon., *Com.*, 47, 168), em que *praesente*, tornando-se quase uma preposição, não apenas significa “*qui adest, παρόν*”, mas “que está sob os olhos, imediatamente atual”. Vemos como *praesens*, pelos seus empregos, tornava inútil a criação de **adsens* sem haver sido o seu equivalente exato, e como se associou logo a *adesse*. Sobretudo, a significação própria de *praesens* confirma a definição de *prae*, e isso é o que importa aqui.

Até aqui, foi relativamente fácil verificar nos compostos o sentido geral conferido a *prae*. A verdadeira dificuldade começa quando queremos explicar os empregos causal e comparativo da preposição. São duas categorias independentes uma da outra e representadas todas duas desde o latim mais antigo. Sabemos que *prae* é adequado para indicar a causa: *cor Ulixi frixit praē pauore*, “o coração de Ulisses gelou de pavor” (Liv. Andr., *Od*, 16). Pode também marcar uma comparação: *uidebant omnes prae illo parui futuros* (Nep., *Eum.*, 10). Temos aqui empregos de *prae* que *pro* não apresenta e cuja origem só se poderia buscar no próprio sentido de *prae*. A sua gênese, porém, não aparece à primeira vista e é preciso dizer que nenhuma das interpretações fornecidas até agora ajuda, por pouco que seja, a compreendê-la. B. Kranz crê resolver o assunto imaginando que o *prae* causal equivaleria a *prae(sente)*, o que é a própria inverossimilhança. Segundo Brugmann, é preciso partir do sentido local: “Etwas stellt sich vor etwas wird dadurch Anlass und Motiv für etwas”⁽⁹⁴⁾. Não se vê aqui o erro a que leva uma definição ambígua? Que quer dizer “*vor etwas*”? Acreditar-se-ia que *prae* pode significar a anterioridade de um acontecimento com relação a outro e, pois, a causa; mas isso é impossível. O erro do raciocínio mostra-se logo que o aplicamos à tradução de um exemplo concreto. Eis em Plauto: *prae laetitia lacrimae prosiliunt mihi* “de alegria as minhas lágrimas brotam”. Diríamos que “algo” se coloca “diante”

94. Brugmann, *Grundr.* 2, II, p. 881, § 692 B.

da alegria? É isso, no entanto, o que pediria a explicação de Brugmann. Esta suporia em latim “choro *diante* da alegria” para dizer “choro de alegria”. Em que língua alguém já se exprimiu assim? Não somente é estranho, mas é uma contradição lógica, pois se *prae gaudio* significasse “diante da alegria”, seria preciso admitir que “diante da alegria” equivale a “em consequência da alegria” e que uma proposição que enuncia a causa serve para marcar a consequência. Em outras palavras, se *prae gaudio* quer dizer “diante da alegria” e *prae* indica o que vem antes e é a causa, segue-se que em *prae gaudio lacrimae prosiliunt mihi*, as lágrimas vêm antes da alegria e a provocam. Eis o resultado de uma explicação que decorre de uma idéia errônea e acaba na confusão. É, pois, impossível julgar, com J. B. Hofmann, que o sentido causal de *prae* desenvolveu-se “aus lokaler-temporaler Grundlage”. Tampouco se resolveu a questão do *prae* de comparação supondo-se que *prae*, “diante de”, pôde chegar a “defronte de, em comparação com”. Ainda uma vez, o erro instala-se no raciocínio, a favor dessa tradução ambígua “diante de”. Repetimos que *prae* nunca significa “diante de” no sentido de “em face” e implicando comparação de um objeto com outro, pela razão maior de que, esboçando a continuidade e, pois, a unicidade do objeto, não poderia confrontar dois objetos distintos. Toda interpretação que negligencia esse dado fundamental passa ao lado do problema.

Afastadas essas pseudo-soluções, a solução deve decorrer das condições propostas para a significação geral da preposição. O *prae* causal e o *prae* comparativo devem explicar-se juntos pelo mesmo esquema sublógico que está na base dos empregos comuns de *prae*. Em que limites *prae* é susceptível de enunciar uma causa? Todo latinista sabe que *prae* não pode substituir *ob*, *erga* ou *causā* nas suas funções ordinárias. Seria impossível substituir *ob eam causam* por *prae ea causa*. Como então se especifica a função de *prae*? Leiamos na sua totalidade os exemplos que Plauto oferece:

prae laetitia lacrimae prosiliunt mihi (*Stich.*, 466);
neque miser me commouere possum *prae* formidine (*Amph.*, 337);

ego miser uix asto *prae* formidine (*Capt.*, 637);
prae lassitudine opus est ut lauem (*Truc.*, 328);
prae maerore adeo miser atque aegritudine consenui (*Stich.*, 215);
terrore meo occidistis *prae* metu (*Amph.*, 1066);
prae metu ubi sim nescio (*Cas.*, 413);
prae timore in genua in undas coincidit (*Rud.*, 174);
omnia corusca *prae* tremore fabulor (*Rud.*, 526).

Vê-se imediatamente que esse emprego obedece a condições estritas: 1.^a *prae* causal tem sempre por complemento um termo de sentimento (*laetitia*, *formido*, *lassitudo*, *maeror*, *metus*, *terror*, *tremor*, *timor*); 2.^a esse termo de sentimento afeta sempre o sujeito do verbo, de sorte que a condição enunciada por *prae* está em relação interna e “subjativa” com o processo verbal, sendo sempre o sujeito do processo o possuidor do sentimento. Quando *prae* marca uma causa, essa causa não é objetivamente posta fora do sujeito e relacionada com um fator exterior, mas reside num certo sentimento próprio do sujeito e, mais exatamente, se prende a um certo grau desse sentimento. Na verdade, todos os exemplos fazem sobressair o grau extremo do sentimento experimentado pelo sujeito. Essa é a explicação de *prae*, que significa literalmente “na beirada, na ponta” da afeição encarada, portanto “no extremo”. E é bem esse o sentido que convém em toda parte: *prae laetitia lacrimae prosiliunt mihi*, “no extremo da minha alegria, as minhas lágrimas brotam”; *cor Vlixī frīxit prae pauore*, “o coração de Ulisses gelou, no extremo do pavor”, etc. Podem alinhar-se todos os exemplos que se encontram nos autores e nenhum constitui exceção: *uiuere non quit prae macie*, “não pode viver, no extremo da magreza” (*Lucr.*, IV, 1166); *prae iracundia non sum apud me*, “no extremo da minha cólera, não estou em mim” (*Ter.*, *Heaut.*, 920); *prae amore excludi hunc foras*, “por excesso de amor o puseste para fora” (*Eun.*, 98); *oblitae prae gaudii decoris*, “esquecidas das conveniências no extremo da sua alegria” (*Liv.*, IV, 40); *in proelio prae ignauia tubae sonitum perferre non potes*, “no combate, no extremo da covardia, não podes suportar o som da trombeta” (*Rhet. ad Her.*, IV, XV, 21); *ex imis pulmonibus prae cura spiritus ducebat* (*id.*, IV, 45); *nec diuini humaniue*

iuris quicquam prae impotenti ira est seruatum (Liv., XXXI, 24); *uix sibimet ipsi prae necopinato gaudio credentes* (id., XXXIX, 49), etc. Encontra-se sempre o mesmo valor “paroxístico”, e este é apenas um caso particular do sentido geral de *prae*. Indicando o movimento em direção da parte anterior e avançada de um contínuo, *prae* deixa de certa forma o resto do objeto em posição de inferioridade; é, por isso que predominam as expressões negativas: *non me commouere possum prae formidine*, “no extremo do meu horror não posso mover-me”. Assim, é por engano que se fala aqui de um sentido “causal”. *Prae* não faz intervir uma causa objetiva; marca somente um ponto extremo, um excesso, que tem por consequência uma certa disposição, geralmente negativa, do sujeito.

Ao mesmo tempo surge a possibilidade de explicar *prae* comparativo. O importante apenas é fazer valer, antes de tudo, o que Riemann, que saibamos é o único a observar⁽⁹⁵⁾ — que, “em regra geral, o complemento de *prae* designa, dos dois termos, o que é superior ao outro”. Prosseguindo daqui, compreendemos facilmente a relação entre esse emprego e o precedente, por exemplo, nesta frase de César: *Gallis prae magnitudine corporum suorum breuitas nostra contemptui est*, “para os gauleses, a nossa pequena estatura ao lado da sua alta estatura é motivo de desprezo” (B.G., II, 30, 4). É também da noção de “extremo” que resulta a função comparativa de *prae*, pois *prae magnitudine* significa “no extremo do seu tamanho = tão grande é o seu tamanho (que nós lhe parecemos pequenos)”. Estendendo o seu emprego, *prae* poderá então acrescentar-se a qualquer espécie de nome ou mesmo de pronome para pôr em relevo uma superioridade; *omnium unguentum prae tuo nauteast* (Pl., *Curc.*, 99); *sol occaecatust prae huius corporis candoribus* (Pl., *Men.*, 181); *pithecium est prae illa* (Pl., *Mil.*, 989); *te... uolo adsimulare prae illius forma quasi spernas tuam* (id., 1170); *solem prae multitudine iaculorum non uidebitis* (Cic.); *omnia prae diuitiis humona spernunt* (Liv., III, 26, 7). E finalmente chegamos à realização da expressão comparativa: *non sum dignus prae te* (Pl., *Mil.*, 1140). Tudo isso decorre da condição própria de *prae* e na realidade só difere

95. Riemann, *Synt. lat.*, p. 195, n. 1.

do (pretense) *prae* causal por um traço: enquanto, na categoria precedente, *prae* governava uma palavra abstrata denotando a situação do sujeito, aqui, por um alargamento de emprego, *prae* se relaciona com um objeto exterior ao sujeito. Em consequência, dois termos são postos paralelamente. Partindo de *prae gaudio loqui nequit*, “no extremo da sua alegria não pode falar”, chegamos a *prae condoribus tuis sol occaecatust*, “no extremo do teu brilho, o sol é ofuscado”, e finalmente a *prae te pitheciumst*, “junto de ti, ela é u’a macaca”.

Todos os empregos de *prae* estão contidos assim dentro de uma definição constante. Quisemos mostrar, com um exemplo, que, no estudo das preposições, sejam quais forem o idioma e a época considerados, uma nova técnica da descrição é necessária, e se torna possível, para reconstituir a estrutura de cada uma das preposições e integrar essas estruturas num sistema geral. A tarefa acarreta a obrigação de reinterpretar os dados adquiridos e refundir as categorias estabelecidas.

CAPÍTULO 12

para a análise das funções casuais: o genitivo latino⁽⁹⁶⁾

Entre os estudos publicados nestes últimos anos sobre a sintaxe dos casos, um dos mais notáveis é o que A. W. de Groot dedicou ao genitivo latino⁽⁹⁷⁾. Tanto pela firme preocupação em construir uma descrição estritamente estrutural, o que no pensamento do autor significa estritamente “gramatical”⁽⁹⁸⁾, quanto pela abundância de exemplos e de esclarecimentos teóricos, esse estudo contribuirá não apenas para reformar as categorias desusadas que atravancam ainda muitos manuais mas também para mostrar como a própria descrição sintática pode reformar-se.

Para denunciar as confusões que reinam nas classificações tradicionais, A. W. de Groot passa em revista os quase trinta empregos distintos do genitivo aí registrados. Após discuti-los, rejeita a maioria, e com razão. A sua conclusão consiste em que o latim tem oito empregos gramaticais regulares do genitivo. São assim, esses oito empregos que uma teoria estruturalista do genitivo latino admite como válidos. É interessante ver quais são e como se justificam. Ei-los, tais como o autor os dá, distribuídos em cinco categorias:

96. *Lingua*, vol. XI (1962), Amsterdam.

97. A. W. de Groot, “Classification of the uses of a case illustrated on the genitive in Latin”, *Lingua*, VI (1956), p. 8-65.

98. *Ibid.*, p. 8: “A structural description is a description of grammar in terms of grammar”.

- I. Nome ou grupo de nomes adjuntos a um nome
 - A. Genitivo próprio: *eloquentia hominis* [= “eloquência do homem”].
 - B. Genitivo de qualidade: *homo magnae eloquentiae* [= “homem de grande eloquência”].
- II. Adjunto a um “substantival” (pronome, adjetivo, etc.)
 - C. Genitivo de um conjunto de pessoas: *reliqui peditum* [= “restantes dos soldados”].
- III. Conjunto (“complemento”) de uma cópula
 - D. Genitivo do tipo de pessoa: *sapientis est aperte odisse* [= “estar abertamente descontente é (próprio) do sábio”].
- IV. Adjunto a um verbo (não a uma cópula)
 - E. Genitivo do projeto: *Aegyptum proficiscitur cognoscendae antiquitatis* [= “parte para o Egito para conhecer a antigüidade”].
 - F. Genitivo de localidade: *Romae consules creabantur* [= “os cônsules de Roma eram nomeados”].
- IVa. Adjunto a um particípio presente
 - G. Genitivo com um particípio presente: *laboris fugiens* [= “fugindo do trabalho”].
- V. Independente
 - H. Genitivo de exclamação: *mercimoni lepidi!* [= “ah! que mercadoria boa!”].

Esse resultado tem particular interesse pelo próprio fato de que, por princípio, o autor elimina todas as modalidades extragramaticais do genitivo e só conserva os empregos que satisfazem a critérios puramente “gramaticais”. Entretanto vemos também que, ao fim dessa discussão sistemática, existe uma situação muito complexa, para descrever, pois, sem mesmo nos retardarmos nos empregos “regulares” que o autor ordena à parte, devemos admitir que o genitivo latino assume nada menos de oito empregos diferentes e irreduzíveis, todos “regulares”, isto é, “livremente produtivos”⁽⁹⁹⁾.

99. *Ibid.*, p. 22: “Pode-se dizer que uma categoria regular é “freely productive”.

Somos então tentados a levar o exame um pouco mais longe — partindo das conclusões de A. W. de Groot —, para ver se todos os critérios são válidos, se não deveríamos propor certos outros e se, em consequência, não se poderia obter uma simplificação na classificação desses empregos. Uma redução do seu número é seguramente realizável.

Aquilo a que se chama *genitivo de localidade* encobre o “locativo” da sintaxe tradicional, isto é, o tipo *Romae* [= “em Roma”], *Dyrrachii* [= “em Dirráquio (Durazzo)”]. A classificação desse caso como genitivo corresponde a um critério morfológico. A distribuição das formas, porém, é muito particular, restrita ao mesmo tempo na classe de palavras (nomes próprios de lugares), na classe semântica (nomes de cidades e de ilhas; com os nomes de países o emprego é tardio, ou acarretado por simetria, como *Romae Numidiaque*, em Salústio), e na classe flexional (temas em -o- e em -ā-). Essas limitações são tão específicas que põem em questão a legitimidade do critério morfológico para a atribuição desse emprego. O traço que aqui nos parece essencial consiste em que esse genitivo, denominado *genitivo de localidade* só aparece nos *nomes próprios* de localidade, e mesmo numa porção bem delimitada desses nomes próprios, sob condições precisas de forma flexional e de designação. Estamos, aqui, diante de um sistema lexical distinto, o dos nomes próprios de lugar, e não mais diante de uma simples modalidade de genitivo. É dentro do sistema dos nomes próprios que poderemos avaliar e definir a natureza desse emprego. É também dentro desse sistema que se proporá a questão dos conflitos, das trocas ou das extensões entre o genitivo e o ablativo; aqui complementares. Será necessário separar os nomes de lugar, propriamente, dos outros nomes próprios (nomes de pessoas, de povos) e, com maior razão, dos nomes ordinários, e descrever separadamente as funções dos casos para cada uma dessas espécies de nomes. Não temos nenhuma razão para presumir que os casos funcionem de igual maneira em todas essas espécies. Há, mesmo, toda razão para pensarmos que funcionam diferentemente nos nomes de lugares e nos substantivos. 1.º O “genitivo” do tipo *Romae* está bem confinado a uma classe lexical, uma vez que não tem homólogo nas classes dos substantivos; não se encontra na época

clássica para os nomes de continentes, de montanhas, etc. 2.º A relação *Thais Menandri* que, nos nomes de pessoas, pode indicar Tais a) filha, b) mãe, c) esposa, d) companheira, e) escrava de Menandro⁽¹⁰⁰⁾ não se pode transpor entre dois substantivos, sejam quais forem, etc. Daí na apreciação do “genitivo de localidade”, o duplo critério do pertencimento lexical e da distribuição complementar genitivo/ablativo, ao qual se acrescenta a restrição na área de emprego, deve prevalecer sobre o da concordância formal em *Romae* e *rosae*. O “genitivo de localidade” não pode encontrar lugar numa classificação dos empregos do genitivo, mas somente (ou, em todo caso, em primeiro lugar) no sistema casual dos topônimos.

O “genitivo de exclamação” — tipo *mercimoni lepidi!* — ocupa na enumeração uma situação singular por vários motivos. É o único genitivo “independente” que não é o determinante de nenhum outro termo de um enunciado, uma vez que constitui por si só u’a maneira de enunciado. Além do mais, ele mesmo é constantemente determinado por um adjetivo, o que é uma restrição de emprego. Não se aplica a uma pessoa, o que é uma nova restrição. Finalmente e sobretudo, tem um valor “expressivo” que o próprio de Groot define: “expression of an emotional attitude of the speaker to something, perhaps always a non-person”⁽¹⁰¹⁾. É difícil enquadrar semelhante emprego com a função, essencialmente relacional, do genitivo. A tudo isso se acrescenta, para levar ao cúmulo essas anomalias, outro traço que lhe reduz o alcance: o fato de ser extremamente raro esse “genitivo de exclamação”. Em toda a latinidade, citam-se apenas seis ou sete exemplos, dos quais apenas dois em Plauto (em quem, no entanto, abundam as locuções exclamativas), dois ou três em poetas eruditos (um, incerto, em Catulo; um em Propércio; um em Lucano) e dois em autores cristãos. Na nossa opinião, Riemann havia apreciado corretamente essa situação, ao escrever:

“O genitivo exclamativo, tão comum em grego para marcar a *causa* desse ou daquele movimento da alma que se traduz por uma interjeição (*φει, τοῦ, ἀνδρός* = “Ah! que homem!”), por

100. De Groot, p. 32.

101. *Ibid.*, p. 56.

uma apóstrofe aos deuses (*ὦ Πόσειδον, δεινῶν λόγων* = “Posidão, que terríveis palavras!”), etc., não se encontra, por assim dizer, em latim. Podemos citar Plauto, *Most.*, 912: “*Di immortales, mercimoni lepidi!*” e alguns exemplos poéticos, sem dúvida imitados do grego. O genitivo está, aí, sempre acompanhado de um adjetivo⁽¹⁰²⁾.

Essa construção, muito rara, transposta do grego, jamais constituiu um emprego regular e produtivo do genitivo latino. No máximo, poderemos consigná-lo entre os empregos ocasionais, a título de variante estilística do acusativo.

A natureza exata do “genitivo de projeto”⁽¹⁰³⁾ exigiria um exame pormenorizado. O critério da comparação pré-histórica é indevidamente introduzido aqui; apoiamos-nos em fatos umbros para declarar herdada em latim a construção do tipo *Aegyptum proficiscitur cognoscendae antiquitatis*. Mesmo, porém, nesse terreno, se poderia discutir ainda. O umbro não é do pré-latim. Além disso, a sintaxe do exemplo único das *Tábuas Eugubinas* VI a 8, *ocrer peihaner*, “arcis piandae” [= “para fender a cidadela”], é diversamente interpretada; uns accitam⁽¹⁰⁴⁾, outros rejeitam⁽¹⁰⁵⁾ aproximação com a construção latina. É preferível deixar de lado o umbro e considerar particularmente o latim. Não podemos aqui abstrair-nos da limitação do emprego no gerundivo e num sintagma nome + adjetivo em *-ndus*; nem da dependência em que se encontra esse sintagma em face de um verbo que, pelo seu sentido, implica o “projeto”. Como é que uma forma casual exprimiria por si mesma e sozinha um valor como a “intenção”? Na realidade, é do conjunto dos constituintes sintáticos que circundam esse genitivo, e também da própria função do adjetivo em *-ndus* que resulta esse valor. A isso se acrescem, numa medida mais ampla do que parece à primeira vista, fatores semânticos. Tomemos Terêncio, *Ad.*, 270, que é preciso citar completamente: *ueeor coram in os te laudare amplius/ne id assentandi magis quo habeam gratum facere existumes*, “temo louvar-te mais, estando

102. *Synt. lat.* 7, p. 135.

103. *Genitive of purpose*, op. cit., p. 46.

104. J. W. Poultney, *The Bronze Tables of Iguvium*, 1959, § 153 i, p. 154.

105. G. Devoto, *Tabulae Iguvinae* 2, p. 519.

na tua presença, por medo de que creias que o faço por lisonja mais que por gratidão”. O valor de “intenção” que se atribui ao genitivo *assentandi*⁽¹⁰⁶⁾ é induzido ao mesmo tempo pelo antecedente *facere* e pelo membro simétrico, desta vez explícito, *quo* (= *ut* ou *quia*) *habeam*. Cita-se ainda Liv., IX, 45, 18: *ut Marrucini mitterent Roman oratores pacis petendae* [= “que os marrucinos enviassem a Roma oradores para pedir a paz”]. É preciso considerar aqui *mittere*, que orienta o sintagma *pacis petendae* para uma função de “fim”, e talvez mais ainda *oratores* pois, na língua antiga, *orator* é um termo que por razão semântica atrai um determinante nominal no genitivo: *foederum, pacis, belli, indutiarum oratores fetiales* [= “oradores feciais de tratados, de paz, de guerra, de tréguas”]⁽¹⁰⁷⁾. Um *orator* tem a missão de pedir ou de propor algo em nome dos que o enviam; é necessariamente “orator alicuius rei”. É por isso que se pode dizer, simplesmente, *orator pacis*, “embaixador encarregado de pedir a paz”; por exemplo, Liv., IX, 43: *ad senatum pacis oratores missi* = “enviados ao senado oradores encarregados de pedir a paz”. Daí o exemplo dado acima — *ut mitterent Roman oratores pacis petendae* — poderia nem mesmo conter a construção em questão, se se juntasse num sintagma de determinação *oratores pacis petendae*, alargamento de *oratores pacis*.

De maneira ainda mais geral, deve ligar-se num mesmo exame a construção do genitivo + gerundivo ou adjetivo em *-ndus* e a que depende de *esse* numa construção como *cetera minuendi luctus sunt*, “as outras (disposições legais) são destinadas a diminuir o luto” (Cic.), em que o sintagma predicado no genitivo com *esse* depende da expressão do “pertencimento” (cf.

106. O comentário desse exemplo em De Groot, op. cit., p. 46-47, faz de *id* o regime de *assentandi*: “O caso indefinido de um pronome substantivo neutro com o genitivo de um gerundivo, *id assentandi* ... [p. 47]. Conseqüentemente, *id assentandi* pode, em certo sentido, considerar-se como o equivalente de *eius rei assentandi*; não há, entretanto, exemplos desta última construção, nem exemplos de *assentari* com um nome objeto, *assentari aliquam rem*”. Na realidade *id* não é e não poderia ser o regime de *assentandi*; a frase seria ininteligível; é preciso, evidentemente, construir *id* com *facere*.

107. Cic., *Leges*, II, 9.

abaixo). Há inúmeros exemplos, em locuções simples ou complexas, de genitivos que dependem uns de antecedentes sintáticos imediatos, outros de construções predicativas e que se avizinham da construção estudada aqui⁽¹⁰⁸⁾. É aí, mesmo que não façamos intervir uma imitação da forma grega τού + infinitivo, que alinharemos o “genitivo de projeto”. Nas condições muito restritivas nas quais se apresenta, não podemos considerá-lo um emprego autônomo do genitivo; se fizermos abstração do gerundivo ou do participio em *-ndus*, reconheceremos simplesmente um genitivo de dependência.

Sobre o “genitivo do tipo de pessoa”, proposto por A. W. de Groot (p. 43 ss.) como denotando uma qualidade típica de uma classe de pessoas, observaremos que é próprio de uma só classe de expressões: *pauperis est numerare pecus* [= “é típico do pobre contar o gado”]; — *est miserorum ut inuideant bonis* [= “é típico dos miseráveis que invejam os homens de bem”]; — *constat uirorum esse fortium toleranter dolorem pati* [= “consta ser típico dos homens fortes tolerar a dor com paciência”]; — *Gallicae consuetudinis est...* [= “é típico do costume gaulês...”], etc. O traço semântico (“qualidade típica de uma classe de pessoas”) não é um dado primário; parece-nos um produto da construção predicativa do genitivo, que é o traço principal. Isso nos põe no caminho de uma outra interpretação. O genitivo predicado de *esse* denota o “pertencimento”: *haec aedes regis est*, “esta casa pertence ao rei”⁽¹⁰⁹⁾. Se o nome como sujeito é substituído por um infinitivo, obtém-se *hominis est (errare)*: “pertence ao homem, é o próprio do homem...” Vemos, pois, nesse emprego uma subclasse da “predicação de pertencimento”, em que a variação sintática (infinitivo como sujeito) não muda nada no traço distintivo, o emprego do genitivo, que permanece o mesmo. Ora, esse genitivo predicativo construído como *esse* não é, ele mesmo, nada mais que um derivado sintático do genitivo dito “possessi-

vo”: é o emprego normal do genitivo *aedes regis* que torna possível a construção *haec aedes regis est*; a relação estabelecida entre *aedes* e *regis* subsiste paralela quando, do sintagma determinativo *aedes regis* passamos ao enunciado assertivo *haec aedes regis est*, e daí a *pauperis est numerare pecus*, variante desse enunciado.

Também não vemos razão suficiente para propor como distintivo ur. “genitive of the set of persons”, que, aliás, só foi sugerido com reserva⁽¹¹⁰⁾, uma vez que não apresenta nenhum traço gramatical que o distinga do genitivo normal. Entre *arbor horti* e *primus equitum, plerique hominum* [= “árvore do jardim, primeiro dos cavaleiros, a maioria dos homens”], a diferença é somente lexical, uma vez que a escolha de *umus* (*duo*, etc.) ou de *plerique* (*multi*, etc.) faz prever que o determinante denotará um “set of persons” (sendo a restrição às “pessoas” em relação às “coisas” um fato de uso, não de gramática). No máximo, no interior dos empregos “normais” do genitivo, veremos num subgrupo esses sintagmas cujo membro determinado é um pronome, um numeral ou um adjetivo de posição, para distingui-los dos sintagmas com dois membros substantivos.

Encontramos um problema totalmente diferente com o genitivo que determina um participio presente — *laboris fugiens, cupiens nuptiarum, negligens religionis*, etc. — A. W. de Groot distingue com razão esse genitivo com participio presente do genitivo com adjetivo⁽¹¹¹⁾. A ligação do verbo é inclusive — devemos insistir — um traço distintivo desse emprego. Vemos nessa ligação uma função essencial. Esse tipo de sintagma deve ser separado de todos os outros, e posto num plano distinto. O que lhe confere o seu caráter específico é, na realidade, o fato de dar uma “versão” nominal de uma construção verbal transitiva; *fugiens laboris* provém de *fugere laborem* [= “fugir ao esforço”]; *negligens religionis* < *neglegere religionem* [= “negligenciar a religião”]; *cupiens nuptiarum* < *cupere nuptias* [= “desejar as núpcias”]. Devemos, porém, ir mais longe. É preciso pôr com *negligens religionis* o

108. Ver particularmente A. Ernout, *Philologica*, p. 217 ss., que dá uma boa coleção de exemplos. Cf. também Ernout-Thomas, *Syntaxe latine*, p. 225-226.

109. O pertencimento, cujo caso é o genitivo, deve distinguir-se cuidadosamente da posse, cujo predicado vem no dativo; cf. *Archiv Orientalní*, XVII (1949), p. 44-45.

110. De Groot, p. 42: “se estou certo em tomar isto como uma categoria gramatical separada...”

111. *Ibid.*, p. 52.

sintagma *neglegentia religionis*; o nome abstrato *neglegentia* está na mesma situação que *neglegens* com relação ao verbo e é determinado pelo mesmo genitivo. Poderemos dizer, então, que nesse emprego, diferente de todos os outros, a função do genitivo consiste em transpor para a dependência nominal a relação de um acusativo regido por um verbo transitivo. É, pois, um *genitivo de transposição*, que uma solidariedade de um tipo particular une a um caso totalmente distinto, mas aqui homólogo, o acusativo, em virtude das suas respectivas funções. Rigorosamente falando, não é apenas o genitivo que é o produto de uma transposição, mas o sintagma inteiro: participio (ou nome de ação) + + genitivo; o termo *genitivo de transposição* deve entender-se com essa reserva. Esse genitivo é diferente de todos os outros empregos justamente por ser resultante de um outro caso transposto, pelo fato de que uma recção verbal se tornou numa determinação nominal. Por estarem essas duas classes de nomes (participios presentes e nome de ação) sob a dependência do verbo — e não o inverso — os sintagmas que eles constituem com o genitivo devem ser interpretados como derivados por transposição da recção do verbo pessoal: *tolerans frigoris* e *tolerantia frigoris* só são possíveis a partir de *tolerare frigus* [= “tolerar o frio”]. Temos, pois, de reconhecer aqui o genitivo numa função específica, que resulta da conversão da forma verbal pessoal em forma nominal de participio ou de substantivo abstrato.

Desde, porém, que englobamos nesse emprego os substantivos verbais, não há nenhuma razão para nos limitarmos aos que são tirados de verbos transitivos. Os substantivos verbais de verbos intransitivos devem ser igualmente incluídos, e o seu determinante no genitivo deverá igualmente ser interpretado em razão da forma casual homóloga do sintagma verbal. Ora, desta vez a forma casual transposta para o genitivo não é mais um acusativo, mas um nominativo: *adventus consulis* provém de *consul aduenit* [= “o cônsul chega”]; — *ortus solis*, de *sol oritur* [= “o sol nasce”]. O genitivo determinante transpõe, aqui, não um acusativo regime porém um nominativo sujeito.

Daí resulta uma conseqüência dupla. Nesse emprego do genitivo confluem dois casos opostos: o acusativo regime de um verbo transitivo e o nominativo sujeito de um verbo intransitivo.

A oposição *nominativo : acusativo*, fundamental no sintagma verbal, é neutralizada formal e sintaticamente no genitivo determinante nominal. Reflete-se, porém, na distinção lógico-semântica de “genitivo subjetivo” e “genitivo objetivo”: *patientia animi* < < *animus patitur* [= “paciência da alma < a alma sofre”]; *patientia doloris* < *pati dolorem* [= “paciência à dor < sofrer a dor”].

Em segundo lugar, somos levados a pensar que esse genitivo resultante de um nominativo ou de um acusativo transposto dá o “modelo” da relação do genitivo em geral. O membro determinado do sintagma nominal nos exemplos precedentes provém da forma verbal transposta; mas, uma vez constituído esse esquema de determinação internominal, a situação de membro determinado do sintagma pode ser assumida por qualquer substantivo, e não mais, apenas, pelos que resultam de uma forma verbal convertida. Partimos de sintagmas de conversão como *ludus pueri* < *puer ludit* [= “brinquedo do menino < o menino brinca”]; — *risus pueri* < *puer ridet* [= “riso do menino < o menino ri”]; a relação pode, então, estender-se a *somnus pueri* [= “sono do menino”], depois a *mos pueri* [= “costume do menino”] e finalmente a *liber pueri* [= “livro do menino”]. Consideramos todos os empregos do genitivo como sendo gerados por essa relação de base, que é de natureza puramente sintática, e que subordina, numa hierarquia funcional, o genitivo ao nominativo e ao acusativo.

Vemos finalmente que, dentro da concepção aqui esboçada, a função do genitivo se define como resultante de uma transposição de um sintagma verbal em sintagma nominal; o genitivo é o caso que transpõe sozinho entre dois nomes a função que pertence ou ao nominativo ou ao acusativo no enunciado de verbo pessoal. Todos os outros empregos do genitivo são, como tentamos mostrar acima, derivados desse — subclasses de valor semântico particular ou modalidades de natureza estilística. E o “sentido” particular atribuído a cada um desses empregos deriva, ele também, do valor gramatical de “dependência” ou de “determinação” inerente à função sintática primordial do genitivo.

IV

funções sintáticas

CAPÍTULO 13

a frase nominal⁽¹¹²⁾

Desde o memorável artigo em que A. Meillet (*M.S.L.*, XIV) definiu a situação da frase nominal no indo-europeu, dando-lhe assim o seu primeiro *status* lingüístico, vários estudos, relativos sobretudo às línguas indo-européias antigas, contribuíram para a descrição histórica desse tipo de enunciado. Caracterizada sumariamente, a frase nominal comporta um predicado nominal, sem verbo nem cópula, e é considerada como a expressão normal do indo-europeu nos casos em que uma forma verbal eventual estaria na terceira pessoa do presente do indicativo de “ser”. Essas definições foram amplamente utilizadas, mesmo fora do domínio indo-europeu, mas sem possibilitar um estudo paralelo das condições que tornaram possível essa situação lingüística. Na verdade, a teoria desse fenômeno sintático altamente singular está longe de ter progredido na medida em que se descobria a extensão das suas manifestações.

Esse tipo de frase não se limita a uma família ou a certas famílias de línguas. Aquelas nas quais foi assinalado são apenas as primeiras de uma lista que se poderia, agora, alongar consideravelmente. A frase nominal encontra-se não apenas em indo-europeu, semítico, ugro-finico, banto mas ainda nas línguas mais diversas: sumeriana, egípcia, caucasiana, altaica, dravídica, indonésia, siberiana, ameríndia, etc. É, inclusive, tão geral que, para medir-lhe estatística ou geograficamente a extensão, seria melhor

112: *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, XLVI (1950), fasc. 1, n.º 132.

enumerar as línguas flexionais que não a conhecem (como as línguas indo-européias ocidentais de hoje) do que enumerar aquelas em que aparece. Não saberíamos como descrevê-la de igual maneira em toda parte. Comporta modalidades que seria necessário distinguir. Permanece o fato de que as estruturas lingüísticas mais variadas admitem ou exigem que, em certas condições, um predicado verbal não seja expresso ou que um predicado nominal seja suficiente. A que necessidade, então, estará ligada a frase nominal para que tantas línguas diferentes a produzam paralelamente, e como é possível — a questão parecerá estranha, mas a estranheza está nos fatos — que o verbo de existência tenha, entre todos os verbos, esse privilégio de estar presente num enunciado no qual não figura? Por menos que aprofundemos o problema, somos obrigados a encarar no seu conjunto as relações do verbo e do nome e, depois, a natureza particular do verbo “ser”.

Sobre a diferença entre verbo e nome, freqüentemente debatida⁽¹¹³⁾, as definições propostas se reduzem em geral a uma das duas que seguem: o verbo indica um processo; o nome, um objeto; ou ainda: o verbo implica o tempo; o nome não implica. Não somos o primeiro a insistir sobre o que essas definições têm uma e outra de inaceitável para um lingüista. Precisamos mostrar em poucas palavras por quê.

Uma oposição entre “processo” e “objeto” não pode ter em lingüística nem validade universal, nem critério constante, nem mesmo sentido claro. A razão está em que noções como processo ou objeto não reproduzem os caracteres objetivos da realidade mas resultam de uma expressão já lingüística da realidade, e essa expressão só pode ser particular. Não são propriedades intrínsecas da natureza que a linguagem registraria, são categorias formadas em certas línguas e que foram projetadas sobre a natureza. A distinção entre processo e objeto só se impõe àquele que raciocina a partir das classificações da sua língua nativa, que ele transforma em dados universais; e inclusive esse, interrogado sobre o fundamento dessa distinção, virá logo a reconhecer que,

113. Por último, em vários artigos de *Journal de psychologie*, 1950, (fascículo intitulado *Grammaire et psychologie*).

se “cavalo” é um objeto e “correr” um processo, é porque um é um nome, o outro, um verbo. Uma definição que procure uma justificativa “natural” para a maneira pela qual um idioma particular organiza as suas noções, é condenada a girar em círculo. Aliás, é suficiente aplicá-la a idiomas de um tipo diferente para ver que a relação entre objeto e processo pode inverter-se e mesmo abolir-se, permanecendo as mesmas as relações gramaticais. Em hupa (Oregon), empregam-se como nomes formas verbais ativas ou passivas na terceira pessoa: *nañya*, “ele desce”, é a palavra para “chuva”; *nilliñ*, “ele escorre”, designa o “riacho”; *naxōwilloi*, “está atado ao redor dele”, denomina a “cinto”, etc.⁽¹¹⁴⁾. Em zuñi, o nome *yātokä*, “sol”, é uma forma verbal de *yāto-*, “atravessar”⁽¹¹⁵⁾. Inversamente, podem constituir-se formas verbais sobre noções que não correspondem àquilo a que chamaríamos processos. Em siuslaw (Oregon), partículas como *wahá*, “de novo”, *yā²xa*, “muito”, conjugam-se verbalmente⁽¹¹⁶⁾. A conjugação dos adjetivos, dos pronomes interrogativos e sobretudo dos numerais caracteriza um grande número de línguas ameríndias. Como, então, identificar lingüisticamente objetos e processos?

Conviria repetir essas observações a propósito da outra definição, a que faz da expressão do tempo o traço distintivo do verbo. Ninguém negará que a forma verbal, em várias famílias de línguas, denota, entre outras categorias, a do tempo. Não se segue daí que o tempo seja uma expressão necessária do verbo. Há línguas como o hopi em que o verbo não implica absolutamente nenhuma modalidade temporal, mas tão-somente modos aspectuais⁽¹¹⁷⁾, e outras como o tübatulabal (do mesmo grupo uto-asteca que o hopi) em que a expressão mais clara do passado pertence não ao verbo mas ao nome: *hani:l*, “a casa”; *hani-pi:l*, “a casa no passado” (= “o que era uma casa e não o é mais”)⁽¹¹⁸⁾. As línguas não flexivas não são as únicas a empregar expressões

114. Cf. Goddard, *Handb. of the Amer. Ind. Lang.*, I, p. 109, § 23.

115. Bunzel, *H.A.I.L.*, III, p. 496.

116. Frachtenberg, *H.A.I.L.*, II, p. 604.

117. Cf. Whorf, *Ling. struct. of native Amer.*, p. 165.

118. Voegelin, *Tübatulabal grammar*, p. 164.

temporais não verbais. Mesmo nos casos em que existe um verbo, esse pode não ter função temporal e o tempo pode exprimir-se de outra maneira que não por meio de um verbo.

É igualmente incontestável que não podemos fundar essa diferença do nome e do verbo sobre a análise empírica dos fatos de morfologia. A maneira pela qual nome e verbo se distinguem num idioma (por morfemas específicos ou pelas suas latitudes combinatórias, etc.) ou o fato de que noutro não se distinguem formalmente não fornece nenhum critério sobre o que constitui a sua diferença e não permite nem mesmo dizer se existe necessariamente alguma. Se pudéssemos descrever uma a uma todas as morfologias, comprovaríamos somente que verbo e nome são aqui distintos, lá não, com um certo número de modalidades intermediárias. Os fatos não esclareceriam a razão dessa diferença — quando se manifesta —, nem a sua natureza.

É evidente, portanto, que, para caracterizar particularmente, e sem consideração do tipo lingüístico, a oposição entre o verbo e o nome, não podemos utilizar nem noções como objeto e processo, nem categorias como tempo, nem diferenças morfológicas. O critério entretanto existe e é de ordem sintática. Prende-se à função do verbo do enunciado.

Definiremos o verbo como o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito. Para nos livrarmos do perigo de uma definição circular, indiquemos logo que um enunciado assertivo finito possui ao menos dois caracteres formais independentes: 1.º é produzido entre duas pausas; 2.º tem uma entonação específica, “final”, que se opõe em cada idioma a outras entonações igualmente específicas (suspensiva, interrogativa, exclamativa, etc.)

A função verbal, como a propomos, permanece em certa medida independente da forma verbal, embora, muitas vezes, as duas coincidam. Trata-se justamente de restabelecer na sua relação exata essa função e essa forma. No seio do enunciado assertivo, a função verbal é dupla: função coesiva, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; função assertiva, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade. A primeira função não precisa ser definida de outro modo. Igualmente importante, embora sobre um

outro plano, é a função assertiva. Uma asserção finita, pelo próprio fato de ser uma asserção, implica uma referência do enunciado a uma ordem diferente, que é a ordem da realidade. À relação gramatical que une os membros do enunciado acrescenta-se implicitamente um “isso é” que liga a organização lingüística ao sistema da realidade. O conteúdo do enunciado é dado como conforme à ordem das coisas. Assim, a estrutura sintática da asserção finita permite distinguir dois planos: o plano da coesão gramatical, em que o verbo serve de elemento coerente, e o plano da asserção de realidade, em que o verbo recebe a sua função de elemento assertivo. O verbo, num enunciado assertivo finito, possui essa dupla capacidade.

É importante sublinhar que essa definição se apóia na função sintática essencial do verbo, não na sua forma material. A função verbal é assegurada, sejam quais forem os caracteres morfológicos da forma verbal. É um traço notável em si mesmo o fato de que, por exemplo, em húngaro, a forma de conjugação objetiva *varo-m*, “eu o espero”, seja susceptível de se sobrepor à forma nominal possessiva *karo-m*, “o meu braço”, e *kere-d*, “tu lhe pedes”, a *vere-d*, “o teu sangue”; mas a similitude da forma verbal objetiva e da forma nominal possessiva não deve obscurecer o fato de que apenas *varom* e *kered* podem constituir asserções finitas, mas não *karom* nem *vered*, e isso é suficiente para distinguir as formas verbais das que o não são. Além disso, não é necessário que um idioma disponha de um verbo morfológicamente diferenciado para que essa função verbal se efetue, uma vez que toda língua, seja qual for a sua estrutura, é capaz de produzir asserções finitas. Segue-se que a distinção morfológica do verbo e do nome é secundária com relação à distinção sintática. Na hierarquia das funções, o fato primeiro consiste em que somente certas formas são aptas para fundamentar asserções finitas. Pode acontecer, e freqüentemente acontece, que essas formas sejam *além disso* caracterizadas por índices morfológicos. A distinção do verbo e do nome emerge então no plano formal e a forma verbal torna-se susceptível de uma definição estritamente morfológica. É a situação das línguas nas quais verbo e nome têm estruturas diferentes e nas quais a função verbal, tal como a entendemos, tem por suporte uma forma verbal. Essa função,

porém, não tem necessidade de uma forma especificamente verbal para manifestar-se no enunciado.

Podemos, então, descrever mais precisamente a estrutura funcional da forma verbal no enunciado assertivo. Compreende dois elementos, um explícito e variável, o outro implícito e invariável. A variável é a forma verbal como dado material: variável na expressão semântica, variável no número e na natureza das modalidades que encerra, tempo, pessoa, aspecto, etc. Essa variável é a sede de uma invariante, inerente ao enunciado assertivo: a afirmação de conformidade entre o conjunto gramatical e o fato afirmado. É a união de uma variável e de uma invariante que fundamenta a forma verbal na sua função de forma assertiva de um enunciado finito.

Qual é a relação entre essa propriedade sintática e a forma verbal morfologicamente caracterizada? Convém fazer aqui uma distinção entre a dimensão das formas e a sua natureza. Um enunciado assertivo mínimo pode ter a mesma dimensão de um elemento sintático mínimo, mas esse elemento sintático mínimo não é, de antemão, especificado quanto à sua natureza. Em latim, o enunciado assertivo *dixi* [= “eu disse”] pode ser considerado como mínimo. Por outro lado, *dixi* é um elemento sintático mínimo, no sentido em que não se pode definir uma unidade sintática inferior num sintagma em que entre *dixi*. O resultado é que o enunciado mínimo *dixi* é idêntico ao elemento sintático mínimo *dixi*. Ora, acontece que, em latim, a asserção *dixi*, equidimensional à unidade sintática *dixi*, coincide ao mesmo tempo com a forma verbal *dixi*. Entretanto, não é necessário, para a constituição de um enunciado assertivo de um único termo, que esse termo coincida, como no exemplo citado, com uma forma de natureza verbal. Noutras línguas poderá coincidir com uma forma nominal.

Precisemos, em primeiro lugar, este ponto. Em ilocano (Filipinas)⁽¹¹⁹⁾ há o adjetivo *mabisin*, “esfomeado”. Por outro lado, um enunciado assertivo pode compreender, nas duas primeiras pessoas, uma forma nominal com afixo pronominal: *ari'-ak*, “rei-eu” (= “eu sou rei”); *mabisin-ak*, “esfomeado-eu” (= “estou

esfomeado”). Ora, na terceira pessoa, que é de signo pronominal zero, esse mesmo enunciado se formulará: *mabisin*, “ele está esfomeado”. Eis aí, pois, a asserção mínima *mabisin*, “ele está esfomeado” idêntica não mais a uma forma verbal mas a uma forma nominal, o adjetivo *mabisin*, “esfomeado”. Igualmente também em tibatulabal, a forma nominal *tá-twál*, “o homem”, é susceptível de funcionar como enunciado assertivo numa oposição em que apenas varia o índice de pessoa: *tá-twál-gi*, “o homem-eu” (= “eu sou o homem”), *tá-twál*, “o homem[-ele]” (= “ele é o homem”). Ou com uma forma nominal munida do sufixo do passado: *tikapiḡanán-gi*, “comedor passado-eu” (= “eu sou o que comeu”); *tikapiḡanán*, “comedor passado[-ele]” (= “ele é o que comeu”)⁽¹²⁰⁾. Também aqui o enunciado assertivo mínimo coincide com um elemento sintático que, do ângulo da morfologia, é da classe dos nomes. Uma forma caracterizada como nominal morfologicamente assume uma função sintaticamente verbal.

Desse modo, nos introduzimos no problema próprio da frase nominal.

Ao considerarmos até aqui o verbo, a sua natureza e a sua função, deixamos deliberadamente fora de questão o verbo “ser”. Ao abordarmos agora a análise da frase nominal, continuamos a excluí-lo. É importante realmente, se quisermos dissipar as sombras que se acumularam sobre o problema, separar inteiramente o estudo da frase nominal e o da frase de verbo “ser”. São duas expressões distintas, que se juntam em certas línguas, mas não em toda parte nem necessariamente. Uma frase de verbo “ser” é uma frase verbal, paralela a todas as frases verbais. Não poderia, sob pena de contradição, ser tomada por uma modalidade de frase nominal. Um enunciado é ou nominal ou verbal. Rejeitaremos, pois, como geradoras de confusão, as expressões como *frase nominal pura* ou *frase nominal de verbo “ser”*.

A frase nominal comporta uma variedade que uma descrição completa deveria distinguir cuidadosamente. A situação da frase nominal é diferente segundo a língua considerada possui ou não um verbo “ser” e, por conseguinte, a frase nominal repre-

119. Cf. Bloomfield, *Language*, XVIII, 1942, p. 196.

120. Cf. Voegelin, op. cit., p. 149, 162.

sente uma expressão possível ou uma expressão necessária. Convi-ria igualmente distinguir, de acordo com as línguas, a área da frase nominal: restrita à terceira pessoa ou admitida a todas as pessoas. Outro traço importante consiste em saber se a frase nominal se forma livremente ou se depende de uma ordem fixa no enunciado. Este último caso é o das línguas em que um sintagma de dois elementos se caracteriza como predicativo ou como atributivo segundo a sua seqüência. A asserção finita resulta sempre, aí, de uma dissociação assinalada por uma pausa entre sujeito e predicado, e pela ordem inversa da ordem que a atribuição exige: ant. irl. *infer maith*, “o bom homem”, mas *maith infer*, “o homem é bom”; turco *qirmizi ev*, “a casa vermelha”, mas *ev qirmizi*, “a casa é vermelha”; húng. *a meleg viz*, “a água quente”, mas *a viz meleg*, “a água está quente”⁽¹²¹⁾; coos (Oregon) *tsáyux tåník* (adj. + nome), “o pequeno riacho”, mas *tåník tsáyux*, “o riacho é pequeno”⁽¹²²⁾, etc. Acontece, além disso, que a própria frase nominal comporta duas modalidades, com uma distinção de forma, não porém de sentido, ligada à seqüência dos elementos. Poder-se-ia dizer em grego antigo *ἄριστον μὲν ὕδωρ* (que é forma atestada) ou *ὑδωρ μὲν ἄριστον* sem que mudem quer o sentido quer a natureza do enunciado, mais que a forma dos elementos. Em húngaro *a haz magas*, “a casa (é) grande”, pode enunciar-se também *magas a haz* “grande (é) a casa”. Em tagalog (Filipinas)⁽¹²³⁾, embora sejam lícitas as duas ordens, distinguem-se pela ausência ou pela presença de uma partícula. Pode-se dizer *sumúsulat aṅ báta*, “writing (is) the child”, *mabaít aṅ báta* “boa (é) a criança”, ou igualmente bem *aṅ báta ay sumúsulat* (pronunciado *aṅ báta y sumúsulat*), *aṅ báta ay mabaít* (pronunciado *aṅ báta y mabaít*), sem diferença de sentido. Mas a segunda forma é assinalada pela partícula átona *ay* que caracteriza a expressão assertiva, enquanto a partícula *aṅ* (de fato idêntica ao artigo) transforma a mesma seqüência em sintagma

atributivo: desse modo *aṅ báta y mabaít*, “a criança é boa”, se diferencia de *aṅ báta ṅ mabaít*, “a criança que é boa, a criança boa”. Haveria assim muitas distinções para marcar.

Sem restrição dessas particularidades, o problema da frase nominal pode ser proposto nos seus termos lingüísticos por referência à definição do verbo dada acima. Convém, somente, no interesse de uma descrição coerente, que nos limitemos a um tipo de línguas. Escolheremos aqui o tipo indo-europeu antigo, que não é, aliás, muito diferente de certos outros, principalmente do ugro-fínico.

Diremos que a frase nominal no indo-europeu constitui um enunciado assertivo finito, paralelo na sua estrutura a qualquer outro que tenha a mesma definição sintática. O termo de função verbal compõe-se igualmente de dois elementos: um, invariante, implícito, que dá ao enunciado força de asserção; o outro, variável e explícito, que é dessa vez uma forma da classe morfológica dos nomes. Essa é a única diferença em relação ao enunciado cuja função verbal repousa sobre uma forma da classe dos verbos. Essa diferença tem por objeto a morfologia, não a função. De fato, quanto à função os dois tipos se equivalem. Podemos equacionar, de um lado: *omnia praeclara — rara* (ou *omnia praeclara — quattuor* ou *omnia praeclara — eadem*) e de outro lado: *omnia praeclara — pereunt*, sem que sobressaia uma diferença na estrutura do enunciado nem na sua qualidade assertiva. Não vemos nada — exceto a força do hábito — que nos obrigue a considerar *omnia praeclara — rara* [= “tudo o que reluz (é) raro”] como diferente de, ou como menos “regular” que, *omnia praeclara — pereunt* [= “tudo o que reluz — perece”]. Uma vez que nos decidimos a considerá-los como do mesmo tipo, e portanto como paralelamente justificados, discernimos melhor em que diferem, segundo resida a função verbal numa forma de classe verbal ou numa forma de classe nominal.

A diferença resulta das propriedades que pertencem a cada uma dessas classes. Na frase nominal, o elemento assertivo, sendo nominal, *não é* susceptível das determinações que a forma verbal tem em si: modalidades temporais, pessoais, etc. A asserção terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu

121. Sobre as condições da frase nominal no ugro-fínico, além do artigo de R. Gauthiot, *M.S.L.*, XV, p. 201-236, ver o de T. A. Sebeok, *Language*, XIX (1943), p. 320-327. Cf. também A. Sauvageot, *Lingua*, I (1948), p. 225 ss.

122. Cf. Frachtenberg, *H.A.I.L.*, II, p. 414.

123. Bloomfield, *Tagalog texts*, II, p. 153, § 89.

conteúdo semântico. Uma segunda consequência consiste em que essa asserção nominal também não pode participar da propriedade essencial de uma asserção verbal, que consiste em pôr o tempo do acontecimento em relação com o tempo do discurso sobre o acontecimento. A frase nominal em indo-europeu afirma uma certa "qualidade" (no sentido mais geral) como própria do sujeito do enunciado, mas fora de qualquer determinação temporal, ou outra, e fora de qualquer relação com o locutor.

Se propusermos a definição sobre essas bases, afastaremos ao mesmo tempo várias noções correntemente ensinadas a respeito desse tipo de enunciado. Evidencia-se, em primeiro lugar, que a frase nominal não poderia ser considerada como privada de verbo. É tão completa quanto qualquer enunciado verbal. Não poderíamos, também, tomá-la por uma frase de cópula zero, pois não há como estabelecer, no indo-europeu, entre frase nominal e frase verbal de "ser" uma relação de forma zero a forma plena. Na nossa interpretação, *omnis homo – mortalis* [= "todo homem (é) mortal"] torna-se simétrico a *omnis homo – moritur* [= "todo homem – morre"] e não é a "forma de cópula zero" de *omnis homo mortalis est*. Há realmente oposição entre *omnis homo mortalis* e *omnis homo mortalis est*; mas é de natureza, não de grau. Do ângulo do indo-europeu, são dois enunciados de tipo distinto, como tentaremos mostrar adiante. Não adotaremos tampouco o termo *proposição equacional* para todas as modalidades da frase nominal. Será melhor limitá-lo aos casos em que dois termos da mesma classe são postos em equação, o que nas línguas indo-européias só se produz fora das locuções tradicionais (*the sooner the better*; *Ehestand*, *Wehestand*, etc.). No caso contrário, não há verdadeiramente equação entre o sujeito e o termo nominal de função verbal.

Resta completar essas indicações examinando, com relação à frase nominal, a situação do verbo "ser". Devemos insistir fortemente sobre a necessidade de rejeitar toda implicação de um "ser" lexical na análise da frase nominal, e de reformar hábitos de tradução impostos pela estrutura diferente das línguas ocidentais modernas. Uma interpretação estrita da frase nominal só pode começar quando nos liberamos dessa servidão e reconhecemos o verbo *esti* no indo-europeu como um verbo paralelo

aos outros. Ele o é, não somente por conter todas as marcas morfológicas da sua classe e por preencher a mesma função sintática, mas também porque deve ter tido um sentido lexical definido, antes de cair – ao termo de um longo desenvolvimento histórico – na ordem de cópula. Já não é possível atingir diretamente esse sentido, mas o fato de que **bhū-*, "estender, crescer", forneceu uma parte das formas de **es-* permite entrevê-lo. Em todo caso, mesmo interpretando-o como "existir, ter consistência real" (cf. o sentido de "verdade" ligado aos adjetivos, ant. isl. *sanur*, lat. *sons*, sânscr. *satya-*), o definimos suficientemente pela sua função de intransitivo susceptível de ser empregado quer absolutamente, quer acompanhado de um adjetivo aposto; de sorte que *esti* absoluto ou *esti* + adj. funciona como um grande número de verbos intransitivos nessa dupla posição (como: *sembler*, "parecer", *paraître*, "evidenciar-se", *croître*, "crescer", *se tenir*, "conservar-se", *gésir*, "jazer", *jaillir*, "jorrar", *tomber*, "cair", etc.) O lat. *est mundus* [= "o mundo existe"] se superpõe a *stat mundus* [= "o mundo está de pé"], *fit mundus* [= "faz-se o mundo"]. E em *mundus immensus est*, a forma *est* pode ser substituída por *uidetur* [= "parece"], *dicitur* [= "se diz"], *apparet* [= "aparece"]... Há equivalência sintática entre *puer studiosus est* [= "o menino é estudioso"] e *puer praeceps cadit* [= "o menino cai de cabeça"]. Devemos restituir ao verbo "ser" a sua força plena e a sua função autêntica para medir a distância entre uma asserção nominal e uma asserção com "ser". Do ângulo do indo-europeu, a segunda não é uma variante mais clara ou mais plena da primeira, nem a primeira uma forma deficiente da segunda. São ambas possíveis, mas não para a mesma expressão. Uma asserção nominal, completa em si mesma, põe o enunciado fora de qualquer localização temporal ou modal e fora da subjetividade do locutor. Uma asserção verbal, em que **esti* está no mesmo plano que **esmi* ou **essi* ou que qualquer outra forma temporal do mesmo verbo, introduz no enunciado todas as determinações verbais e o situa em razão do locutor.

Essas observações permanecerão teóricas se não as confrontarmos com os dados de uma língua histórica. Não poderemos julgá-las válidas a não ser que dêem uma imagem exata das

relações reais e, ao mesmo tempo, ajudem a melhor compreendê-las. Escolhemos para essa prova necessária o grego antigo, por causa da variedade dos testemunhos e também por permitir um controle fácil das nossas observações.

No grego, como no indo-irânico ou no latim, os dois tipos de enunciado coexistem e nós os tomamos na sua coexistência, sem procurar tirá-los um do outro por um *processus* genético de que não há nenhuma prova. A questão está em analisar essa dupla expressão, e de ver se ela significa emprego livre e arbitrário ou se reflete uma diferença, e qual. Insistiu-se neste ponto sobre a dessemelhança dos dois enunciados, para mostrar que não afirmam de maneira igual. Essa distinção, fundada sobre razões teóricas, responderá ao uso que o grego faz respectivamente da frase nominal e da frase com *ἔστι*? A verificação terá por objeto dois textos extensos, igualmente antigos, igualmente característicos; um espécime de uma poesia elevada, as *Píticas* de Píndaro; o outro da prosa narrativa, a *História* de Heródoto. Nesses dois testemunhos, tão diferentes no tom, no estilo e no conteúdo, procuraremos ver se a frase nominal serve para especificar certas expressões ou se é simplesmente a forma ocasional de um enunciado que teria podido igualmente compreender um verbo explícito.

Eis, para as *Píticas* de Píndaro, uma lista completa das frases nominais:

κωσιφορήτοις δ' ἀνδράσι πρῶτα χάρις ... πομπαῖον ἐλθεῖν ὄδρον, “quando os homens embarcam, a primeira graça que desejam é um vento favorável” (I, 33);

χάρμα δ' οὐκ ἀλλότριον νικαφορία πατέρος, “a alegria que causa o triunfo de um pai não permanece estranha a um filho” (I, 59);

τὸ δὲ παθεῖν εὖ πρῶτον ἀέθλων εὖ δ' ἀκούειν δευτέρα μοῖρα, “a felicidade é o primeiro bem a conquistar; a boa fama vem em segundo lugar” (I, 99);

τὸ πλουτεῖν δὲ σὺν τύχῃ πότμου σοφίας ἄριστον, “a riqueza associada à felicidade de ser sábio, eis o melhor quinhão para o homem” (II, 56);

καλὸς τοι πίθων παρὰ παισίν, αἰεὶ καλός, “o símio parece belo às crianças, sempre belo” (II, 71);

ἄλλοτε δ' ἀλλοῖαι πνοαὶ ὑψιπετᾶν ἀνέμων, “os ventos que sopram nas alturas mudam incessantemente” (III, 104);

μία βοῦς Κρηθεὶ τε μάτηρ καὶ θρασυμήδει Σαλμωνεῖ, “a mesma vitela é a mãe de Creteu e do audacioso Salmoneu” (IV, 142; o fato é enunciado como verdadeiro, para fundamentar um acordo entre os descendentes das duas personagens);

ῥᾶδιον μὲν γὰρ πόλιν σεῖσαι καὶ ἀφᾶροτέροις, “é fácil abalar uma cidade; os vilões mais fracos são capazes” (IV, 272);

ὁ πλοῦτος εὐρυσθενής, ὅταν τις κτλ., “a riqueza é todo poderosa, quando...” (V, 1);

κάλλιστον αἰ μεγαλοπόλιες Ἀθᾶναι προσίμιον... κρηπῖδ' αἰοιδᾶν... βαλέσθαι, “o prelúdio mais belo é a grande cidade de Atenas para lançar a base de um canto...” (VII, 1);

κέρδος δὲ φίλτατον, ἐκόντος εἰ τις ἐκ δόμων φέροι, “o melhor ganho é o que se traz de uma casa cujo senhor o cede” (VIII, 14);

τί δέ τις; τί δ' οὐ τις; σκιᾶς ὄναρ ἄνθρωπος, “o que é cada um de nós? O que não é? O homem é o sonho de uma sombra” (VIII, 95);

ὠκεῖα δ' ἐπειγομένων ἤδη θεῶν πρᾶξις ὁδοί τε βραχεῖαι, “quando os deuses têm um desejo, o seu cumprimento é rápido e os caminhos são curtos” (IX, 67);

ἀρεταὶ δ' αἰεὶ μεγάλαι πολύμοθοι, “as grandes virtudes são sempre eloqüentes” (IX, 76);

κωφὸς ἀνὴρ τις, ὃ Ἡρακλεῖ στόμα μὴ περιζάλλει, “um homem teria de ser mudo para não consagrar a sua boca ao louvor de Hércules” (IX, 86);

ὁ χάλκεος οὐρανὸς οὐ ποτ' ἀμξατὸς αὐτῷ, “o céu de bronze permanece inacessível para ele” (X, 27; provérbio, não narração);

τὰ δ' εἰς ἐνιασοτὸν ἀτέκμαρτον προνοῆσαι, “o que acontecerá num ano nenhum indício pode revelar” (X, 63);

τὸ δὲ νέαις ἀλόχοις ἔχθιστον ἀμπλάμιον, “esse crime é o mais terrível para jovens esposas” (XI, 26);

τὸ δὲ μόρσιμον οὐ παρφυκτόν, “o destino permanece inevitável” (XII, 30).

A só enumeração desses exemplos delimita o emprego da frase nominal: 1.º liga-se sempre ao discurso direto; 2.º serve sempre a asserções de caráter geral, na verdade sentenciosas¹²⁴. Isso significa que, por contraste, somente a frase verbal (com *ἔστι*) convém à narração de um fato, à descrição de u'a maneira de ser ou de uma situação. A frase nominal visa a convencer enunciando uma "verdade geral"; supõe o discurso e o diálogo; não comunica um dado de fato, mas propõe uma relação intemporal e permanente que age como um argumento de autoridade. Se quiséssemos outra prova de que esse é realmente o domínio da frase nominal, encontrá-la-íamos nos *Trabalhos* de Hesíodo, onde abundam exemplos como: *ἔργον δ' οὐδὲν ὄνειδος ἀεργίῃ δέ τ' ὄνειδος*, "o trabalho não é um opróbrio; não fazer nada é que é um opróbrio" (310); *χρήματα δ' οὐχ ἀρπακτά, θεόσδοτα πολλὸν ἀμείνω*, "a riqueza não se deve arrebatar; dada pelo céu é bem preferível" (320); *πῆμα κακὸς γείτων*, "um mau vizinho é uma calamidade" (346), etc. A obra toda é uma admoestação pessoal, uma longa série de conselhos e de críticas, onde se inserem, em frase nominal, verdades permanentes que se querem impor. Jamais, porém, a frase nominal é empregada para descrever um fato na sua particularidade.

Consideremos o uso e a proporção das frases nominais num texto de prosa narrativa. Heródoto conta acontecimentos, descreve países e costumes. O que abunda nele é a frase com *ἔστι*, que informa objetivamente sobre situações de fato, do tipo de: *τὸ δὲ Πανιώνιον ἔστι τῆς Μυκάλης χῶρος ἰρός ἢ δὲ Μυκάλη ἔστι τῆς ἠπείρου ἀκρῆ* [= "Paniônio é um local sagrado ao norte de Mícale; Mícale é um promontório na terra firme"] (I, 148). Frases semelhantes apresentam-se a todo instante no historiador, porque ele é historiador; o dicionário de Powell registra 507 exemplos de *ἔστι* nessa função. O que é que encontramos em matéria de frases nominais? Uma leitura extensa (mas não exaustiva) nos deu menos de dez exemplos, que figuram *todos* em

124. O fato de que a frase nominal exprime freqüentemente "verdades gerais" já foi observado; cf. Meillet, *M.S.L.*, XIV, p. 16, e Meillet-Vendryes, *Traité de gramm. comp.*, 2.ª ed., p. 595. § 871. Tentamos dar uma base a essa comprovação empírica, que é a própria estrutura do enunciado.

discursos reportados e que são todos "verdades gerais": *οὕτω δὲ καὶ ἀνθρώπου κατάστασις*, "essa é também a condição do homem" (II, 173); *ἄξιος μὲν Αἰγυπτίων οὗτος γε ὁ θεός*, "é bem digno dos egípcios esse deus!" (III, 29); *ἀγαθὸν τοι πρόνοον εἶναι, σοφὸν δὲ ἢ προμηθίῃ*, "é bom pensar no futuro, a providência é sabedoria" (III, 36); *φιλοτιμίῃ κτῆμα σκαιόν* ... *τυραννίς χρῆμα σφαλερόν*, "o amor próprio é tolice; ... a tirania é coisa escorregadia" (III, 52); *δηλοῖ καὶ οὗτος ὡς ἡ μοναρχίῃ κράτιστον*, "ele próprio mostra que a monarquia é o que há de melhor" (III, 82); *ἐνθα γὰρ σοφίης δεῖ, βίης ἔργον οὐδὲν*, "aí onde a habilidade é necessária a ação da violência não vale nada" (III, 127); *ἴση γε ἢ χάρις* ... "(desse pequeno dom) a graça é igual (à de um grande dom)" (III, 140); *ὄλβιος οὗτος ἀνὴρ ὅς* ... "feliz o homem que..." (V, 92; oráculo métrico); *αὐτόματον γὰρ οὐδὲν*, "pois nada se faz por si mesmo" (VII, 9γ). A raridade dessas frases e o seu caráter estereotipado ilustram o contraste entre a poesia sentenciosa e a prosa narrativa; a frase nominal só aparece onde intervém o discurso direto e para enunciar uma asserção de tipo "proverbial". Quando, porém, um historiador quer dizer que "a Creta é uma ilha", não escreve **ἡ Κρήτη νῆσος*; só convém *ἡ Κρήτη νῆσός ἐστι*.

A partir dessas comprovações, fundadas em textos de gênero diferente, podemos apreciar melhor o uso homérico, em que a frase nominal e a frase com *ἔστι* coexistem em proporções quase iguais. Essa coexistência seria inexplicável se não estivesse fundamentada nas diferenças que acabam de ser indicadas. Na verdade, considerados o caráter compósito da obra e as necessidades métricas, a distribuição das frases nominais e das frases verbais obedece em Homero às razões mencionadas. Não podemos proceder aqui a uma verificação exaustiva, mesmo para uma porção de texto. A questão mereceria ser tratada em conjunto para a epopéia inteira. Será suficiente, aqui, justificar por meio de alguns exemplos a distinção dos dois tipos.

Não há nenhuma dificuldade para nos assegurarmos de que em Homero a frase nominal aparece somente em discursos, não nas partes narrativas ou descritivas, e de que exprime asserções de valor permanente, não situações ocasionais. O tipo é: *οὐκ ἀγαθὸν πολυκοιρανίῃ* [= "ter muitos chefes não é bom"] (B 204) ou ainda *Ζεὺς δ' ἀρετὴν ἀνδρεσσιν ὑφέλλει τε μινμιώθει τε* | *ἴππων*

κεν ἐθέλησιν ὁ γὰρ κάρτιστος ἅπαντων [= “a coragem é Zeus que, entre os homens, a faz crescer ou diminuir, à sua vontade, pois (é) o mais forte de todos”] (Y 242); *ἀργαλέος γὰρ Ὀλύμπιος ἀντιφέρεσθαι* [= “pois (é) difícil enfrentar um deus do Olimpo”] (A 589). Nunca é demais observar que a frase nominal homérica aparece freqüentemente em relação *causal*, sublinhada por γάρ, com o contexto. A enunciação assim formulada, por causa do próprio caráter permanente do seu conteúdo, é apta para servir de referência, ou de justificação, quando se quer criar uma convicção. Essa é a razão das cláusulas tão freqüentes ὡς γὰρ ἄμεινον [= “como (é) melhor”] — τὸ γὰρ ἄμεινον [= “o melhor”] — ὁ περ σέο πολλὸν ἄμεινον [= “que no entanto (é) bem melhor que tu”] (H, 114); ἀλλά πίθεσθε καὶ ὕμεις, ἐπεὶ πείθεσθαι ἄμεινον [= “ouvi também vós, pois ouvir (é) o melhor”] (A, 274) — ὁ γὰρ αὐτε βίη οὐ πατρὸς ἄμεινων [= “que, pela força, (é) superior ao próprio pai”] (A, 404) — φιλοφροσύνη γὰρ ἄμεινων [= “pois o sentimento da amizade (é) o melhor”] (I, 256), etc. ou κρείσσων γὰρ βασιλεύς [= “pois o rei (é) o mais forte”] (A, 80) — ληιστοὶ γὰρ βόες ... κητοὶ τρίποδες, ἀνδρὸς δὲ ψυχῆ... οὔτε ληιστὴ κτλ. [= “pois se pilham bois... se compram tripodes, mas a vida de um homem... nem (é) pilhável, etc.”] (I, 406) — στρεπτοὶ δὲ τε καὶ θεοὶ αὐτοὶ [= “os próprios deuses (são) abrandáveis”] (I, 497) — ἡ δ’ Ἄτη σθενάρη τε καὶ ἀρτίπος [= a Fatalidade (é) poderosa e ágil”] (I, 505) — οὔπω πάντες ὁμοῖ ἀνερες ἐν πολέμῳ [= “de modo nenhum todos os homens (são) iguais na guerra”] (Z, 270). É por isso também que se têm em grego tantas locuções do tipo χρῆ [= “é preciso”] ou com adjetivos neutros, δῆλον [= “evidente”], χαλεπὸν [= “difícil”], θαυμαστὸν [= “admirável”], que se fixaram como asserções nominais de valor intemporal e absoluto. Ao contrário, a frase com ἐστὶ visa situações atuais: ἠπειλήσα μῦθον ὃ δὴ τετελεσμένος ἐστὶ [= “lançou uma ameaça, hoje cumprida”] (A, 388; cumpriu-se efetivamente) — εἰ δ’ οὕτω τοῦτ’ ἐστίν... “se é efetivamente assim” (A, 564) — ἀλλ’ ὃ γε φέρτερός ἐστιν, ἐπεὶ πλεόνεσσιν ἀνάσσει [= “mas ele é mais poderoso, pois comanda mais homens.”]; o fato de que comanda o maior número de homens mostra que é, na realidade, superior (A, 281) — ἀφρήτωρ ἀθέμιστος, ἀνέστιός ἐκεῖνος | ὅς... [= “sem laços, sem lei, sem lar é aquele | que...”] descreve a situação real daquele que, etc.

(I, 63) — ὁ δ’ ἀγῆνωρ ἐστὶ καὶ ἄλλως, “ele já é bem orgulhoso sem isso” (I, 699).

Mesmo contraste com a expressão da posse. Com a frase nominal, essa posse é dada como permanente e absoluta: Ἰση μοῖρα μένοντι, καὶ εἰ μάλα τις πολεμίζοι | ἐν δὲ ἰῆ τιμῆ ἡμὲν κακὸς ἡδὲ καὶ ἐσθλὸς [= “a parte (é) igual para o que fica e para o que combate com todas as suas forças; numa só honra (estão) ou o covarde ou também o bravo”] (I, 318) — οὐ γὰρ ἐμοὶ ψυχῆς ἀντάξιον [= “pois não (é) para mim equivalente à vida”] (I, 401) — οὐ γὰρ πῶ τοι μοῖρα θανέειν [= “pois a tua parte ainda não (é) morrer”] (H, 52) — σοὶ τὸ γέρας πολὺ μείζων (A, 167, atribuição de direito e permanente [= “para ti a parte de honra (é) muito maior”]. A expressão verbal, porém, indica uma posse atual: τῶν δ’ ἄλλων ἃ μοι ἐστί, “do que me pertence” (A, 300) — ἐστί δέ μοι μάλα πολλὰ [= “posso bens inumeráveis”] (I, 364) — οὐδ’ εἴ μοι δοίη ὅσσά τε οἱ νῦν ἐστί, “mesmo se ele me desse tudo o que possuo neste momento” (I, 380) — μήτηρ δέ μοι ἐστ’ Ἀφροδίτη (Y, 209), etc.

Um estudo exaustivo da frase nominal em Homero, que seria necessário, matizaria sem dúvida essas distinções, levando em consideração as fórmulas, as variantes, as imitações. O princípio da distribuição permaneceria, ele mesmo, intato.

Esse princípio resulta claramente dos textos mostrados. A frase nominal e a frase com ἐστί não afirmam de maneira igual e não pertencem ao mesmo registro. A primeira é do discurso; a segunda, da narração. Uma propõe um absoluto; a outra descreve uma situação. Esses dois traços são solidários e dependem juntos do fato de que, no enunciado, a função assertiva repousa sobre uma forma nominal ou sobre uma forma verbal. A ligação estrutural dessas condições sobressai plenamente. A frase nominal, sendo adequada para asserções absolutas, tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, das pessoas e da circunstância, uma verdade proferida como tal. É por isso que a frase nominal convém tão bem a essas enunciações, nas quais, aliás, tende a confinar-se — sentenças ou provérbios — — depois de haver conhecido maior flexibilidade.

Nas outras línguas indo-européias antigas, as condições são as mesmas; cf. lat. *triste lupus stabulis* [= “(é coisa) triste o lobo para os estábulos”]; *uarium et mutabile semper femina* [= “(é coisa) sempre vária e mutável a mulher”], etc. O contraste dos dois tipos em sânscrito poderia ser ilustrado pelo de *tvám varuṇah*, “és Varuna”, homologia absoluta estabelecida entre Agni, a quem se dirige o discurso, e Varuna a quem o primeiro é identificado, e a fórmula *tat tvam asi*, “hoc tu es”, que ensina ao homem a sua condição atual. A frase nominal em védico é a expressão por excelência da *definição* intemporal. Se, no irânico antigo, a frase nominal abunda nos Gāthās, em que não há por assim dizer nenhum exemplo da frase com *asti*, é por causa do caráter dos Gāthās: catecismo severo, série de afirmações de verdade e de definições implacáveis, lembrete autoritário dos princípios revelados. Nos trechos épicos e narrativos dos *Yāžts*, ao contrário, a frase verbal com *asti* retoma os seus direitos.

A descrição da frase nominal indo-européia deve, pois, renovar-se inteiramente no quadro aqui esboçado⁽¹²⁵⁾. Omitimos

125. O leitor que comparar as nossas observações com a importante exposição de L. Hjelmslev sobre “Le verbe et la phrase nominale” publicada em *Mélanges J. Marouzeau*, Paris, 1948, p. 253-281, poderá comprovar entre as duas demonstrações, alguns pontos de acordo e uma divergência grave, que precisamos limitar-nos a expor brevemente. Estamos de acordo quanto a tomar o termo *phrase nominale* no seu sentido estrito. Além disso, a definição final de Hjelmslev — “é verbo uma conjunção de proposição” (op. cit., p. 281) — não difere de uma das duas propriedades pelas quais caracterizamos o verbo; entretanto a outra, a função assertiva, parece-nos igualmente necessária. O ponto crítico na demonstração de Hjelmslev parece-nos ser a comutação pela qual destaca, no conteúdo de *omnia praeclara rara*, três elementos implícitos: *infectum*, presente e indicativo. “A prova, diz, é fornecida pelo fato de que, logo que se quiser substituir o *infectum* pelo outro aspecto, o presente por um outro tempo, ou o indicativo por um outro modo, a expressão mudaria necessária e automaticamente. Essa é justamente a operação que o sentido da frase nominal parece interdizer-nos. Hjelmslev sustenta que, entre a frase nominal *omnia praeclara rara* e uma frase verbal como *omnia praeclara sunt rara*, há apenas uma diferença de ênfase ou de relevo (p. 265). Tentamos, ao contrário, estabelecer que se trata de dois tipos de funções distintas. Conseqüentemente, não há comutação possível entre um e outro, e se torna ilegítimo procurar uma expressão implícita de tempo, de modo e de aspecto num enunciado nominal que por natureza é não-temporal, não-modal, não-aspectual.

muitos pormenores para sublinhar diferenças de natureza e de valor, porque um estudo desse fenômeno sintático, como de todo fato lingüístico, deve começar por uma definição da sua *diferença*. Enquanto esse tipo de enunciado foi considerado como uma frase verbal de verbo deficiente, a sua natureza específica não podia sobressair. É preciso pô-lo em paralelo e em contraste com o enunciado verbal para ver que há aqui dois modos de enunciação distintos. Uma vez que se lhe introduz uma forma verbal, a frase nominal perde o seu valor próprio, que reside na *não-variabilidade* da relação implicada entre o enunciado lingüístico e a ordem das coisas. Se a frase nominal pode definir uma “verdade geral”, é porque exclui toda forma verbal que particularizaria a expressão; e quanto a isso *ἔστί* é tão particular quanto *εἰμί* [= “sou”], quanto *ἦν* [= “era”] ou quanto *ἔσται* [= “será”]. Uma vez livres da tirania inconsciente das nossas categorias modernas e da tentação de projetá-las nas línguas que as ignoram, não tardamos a reconhecer no indo-europeu antigo uma distinção que, por outro lado, tudo concorre para manifestar.

Uma confirmação independente disso é dada, para o irlandês, na excelente descrição da fala do Kerry por L. Sjoestedt. Encontra-se aí, sobre o valor próprio da frase nominal, a mais justa apreciação: “O valor da frase nominal evidencia-se quando a colocamos em contraste com a frase de verbo de existência. A frase nominal é uma equação qualitativa que estabelece uma equivalência (total ou parcial, segundo a extensão relativa do sujeito e do predicado) entre dois elementos nominais. A frase com *táim* exprime um estado e as modalidades desse estado. Assim, o predicado da frase nominal, mesmo quando é adjetivo, tem um valor essencial e exprime uma parte integrante do ser do sujeito, enquanto o complemento do verbo de existência tem apenas um valor circunstancial e exprime um acidente (ainda que permanente) da maneira de ser do sujeito”⁽¹²⁶⁾.

Pelo fato de haver sido geralmente apagada essa distinção, não se poderia concluir que não pode ressurgir. Até mesmo numa língua moderna em que a frase nominal é abolida em

126. M. L. Sjoestedt, *Description d'un parler irlandais du Kerry*, Paris, 1938, p. 116, § 154.

proveito da frase verbal, introduz-se, às vezes, no próprio seio do verbo "ser" uma diferenciação. É o caso do espanhol com a clássica distinção entre *ser* e *estar*. Não é fortuito, sem dúvida, o fato de que a distinção entre *ser*, ser de essência, e *estar*, ser de existência ou de circunstância, coincide em ampla medida com a que indicamos entre a frase nominal e a frase verbal para um estado lingüístico muito mais antigo. Mesmo que não haja continuidade histórica entre as duas expressões, podemos ver no fato espanhol a manifestação renovada de um traço que marcou profundamente a sintaxe indo-européia. O emprego concorrente de dois tipos de asserção, sob formas diversas, constitui uma das soluções mais instrutivas para um problema que se apresentou em muitas línguas e, por vezes, em vários momentos da sua evolução.

CAPÍTULO 14

ativo e médio no verbo⁽¹²⁷⁾

A distinção entre ativo e passivo pode fornecer um exemplo de uma categoria verbal própria para desencaminhar os nossos hábitos de pensamento: parece necessária — e muitas línguas a ignoram; simples — e temos grandes dificuldades em interpretá-la; simétrica — e abunda em expressões discordantes. Nas nossas próprias línguas, nas quais essa distinção parece impor-se como uma determinação fundamental do pensamento, ela é tão pouco essencial ao sistema verbal indo-europeu que a vemos formar-se no decurso de uma história que não é tão antiga. Em lugar de uma oposição entre ativo e passivo, temos no indo-europeu histórico uma divisão tripla — ativo, médio, passivo —, que reflete ainda a nossa terminologia: entre a *ἐνέργεια* (= ativo) e o *πάθος* (= passivo), os gramáticos gregos instituíram uma classe intermediária, "médica" (*μεσότης*), que pareceria fazer a transição entre as duas outras, supostamente primitivas. A doutrina helênica, porém, não faz senão transpor em conceitos a particularidade de um certo estado de língua. Essa simetria das três "vozes" nada tem de orgânico. É claro que se presta a um estudo de sincronia lingüística, mas para um dado período da história do grego. No desenvolvimento geral das línguas indo-européias, os comparatistas estabeleceram há muito tempo que o passivo é uma modalidade do médio, do qual procede e com o qual guarda laços estreitos mesmo depois de constituir-se em categoria distinta. O estado indo-europeu do verbo caracteriza-se,

127. *Journal de psychologie*, jan-fev. 1950, P.U.F.

assim, por uma oposição de duas diáteses somente, ativa e média, segundo a denominação tradicional.

É, então, evidente que a significação dessa oposição deve ser, dentro da categorização do verbo, totalmente outra do que se poderia imaginar, partindo de uma língua em que reina somente a oposição entre o ativo e o passivo. Não se trata de considerar a distinção “ativo-médio” como mais ou menos autêntica que a distinção “ativo-passivo”. Uma e outra são comandadas pelas necessidades de um sistema lingüístico, e o primeiro ponto está em reconhecer essas necessidades, inclusive a de um período intermediário em que médio e passivo coexistem. A tomarmos, porém, a evolução nas suas duas extremidades, vemos que uma forma verbal ativa se opõe em primeiro lugar a uma forma média, depois a uma forma passiva. Nesses dois tipos de oposição, estamos diante de categorias diferentes, e mesmo o termo que lhes é comum, o “ativo”, não pode ter, oposto ao “médio”, o mesmo sentido que tem se se opõe ao “passivo”. O contraste que nos é familiar entre ativo e passivo pode figurar-se — de forma um tanto grosseira, mas isso é suficiente, aqui — como o da ação agida e da ação sofrida. Em compensação, que sentido atribuiremos à distinção entre ativo e médio? É o problema que examinaremos sumariamente.

Convém medir bem a importância e a situação dessa categoria entre as que se exprimem no verbo. Toda forma verbal finita pertence necessariamente a uma ou outra diátese, e mesmo certas formas nominais do verbo (infinitivos, participios) igualmente se submetem. Equivale a dizer que tempo, modo, pessoa, número têm uma expressão diferente no ativo e no médio. Estamos realmente diante de uma categoria fundamental, que se liga, no verbo indo-europeu, às outras determinações morfológicas. O que caracteriza propriamente o verbo indo-europeu é o fato de só fazer referência ao sujeito, não ao objeto. Ao contrário do verbo das línguas caucasianas ou ameríndias, por exemplo, este não inclui nenhum índice que assinala o termo (ou o objeto) do processo. É impossível assim, diante de uma forma verbal isolada, dizer se é transitiva ou intransitiva, positiva ou negativa no seu contexto, se comporta um regime nominal ou pronominal, singular ou plural, pessoal ou não, etc. Tudo é apresentado e

ordenado com relação ao sujeito. Entretanto, as categorias verbais que se unem não são todas igualmente específicas: a pessoa se marca também no pronome; o número, no pronome e no nome. Restam, pois, o modo, o tempo e, acima de tudo, a “voz”, que é a diátese fundamental do sujeito no verbo; denota uma certa atitude do sujeito relativamente ao processo, e por meio dessa atitude esse processo se encontra determinado no seu princípio.

Sobre o sentido geral do meio, todos os lingüistas concordam mais ou menos. Rejeitando a definição dos gramáticos gregos, fundamo-nos hoje a distinção que Pāṇini, com admirável discernimento para o seu tempo, estabeleceu entre o *parasmaipada*, “palavra para uma outra” (= ativo), e o *ātmanepada*, “palavra para si” (= médio). Se a tomamos literalmente, vemos que de fato destaca oposições como as que cita o gramático hindu: sânsr. *yajati*, “ele sacrifica (para outro, enquanto sacerdote)” e *yajate*, “ele sacrifica (para si mesmo, como ofertante)”⁽¹²⁸⁾. Não poderíamos duvidar de que essa definição corresponde, grosso modo, à realidade. Falta, porém, que se aplique tal qual a todos os fatos, mesmo em sânscrito, e que analise as acepções bastante diversas do médio. Quando se abarca o conjunto das línguas indo-européias, os fatos surgem às vezes tão difíceis de apreender, que, para cobri-los todos, devemos contentar-nos com uma fórmula bastante vaga, que se encontra mais ou menos idêntica em todos os comparatistas: o médio indicaria somente uma certa relação da ação com o sujeito, ou um “interesse” do sujeito na ação. Parece que não se pode precisar mais, a não ser mostrando empregos especializados, em que o médio favoriza uma acepção restrita; que é ou possessiva ou reflexiva ou recíproca, etc. Somos assim levados de uma definição muito geral a exemplos muito particulares, divididos em pequenos grupos e já diversificados. Têm certo ponto em comum, essa referência ao *ātman*, ao “para si” de Pāṇini, mas escapa ainda à natureza lingüística dessa referência, sem a qual o sentido da diátese corre o risco de não ser mais que um fantasma.

128. Utilizamos neste artigo, de propósito, os exemplos que são citados em todos os trabalhos de gramática comparada.

Essa situação dá à categoria da “voz” algo de singular. Não é o caso de nos admirarmos de que as outras categorias verbais — modo, tempo, pessoa, número — admitam definições bastante precisas enquanto a categoria básica — a diátese verbal — não se deixa delimitar com algum rigor? Ou será que ela já se obliterava antes da constituição dos dialetos? É pouco provável, a julgar pela constância do uso e das numerosas correspondências que se estabelecem de uma língua a outra na distribuição das formas. Devemos, então, perguntar-nos por onde abordar o problema e quais são os fatos mais próprios para ilustrar essa distinção da “voz”.

Os lingüistas concordaram até hoje em julgar, explicitamente ou não, que o médio se devia definir a partir das formas — e são numerosas — que admitem as duas séries de desinências, como sânscr. *yajati* e *yajate*, gr. *ποιεῖ* e *ποιεῖται*. O princípio é irreprensível, mas só atinge acepções já restritas, ou uma significação de conjunto bastante frouxa. Entretanto, esse método não é o único possível, pois a faculdade de receber as desinências ativas ou as desinências médias, por mais geral que seja, não é inerente às formas verbais. Há um certo número de verbos que possuem apenas uma série de desinências; uns são ativos somente, os outros, somente médios. Ninguém ignora essas classes dos *actiua tantum* e dos *media tantum*, mas os deixamos à margem das descrições¹²⁹. Não são, no entanto, nem raros nem insignificantes. Para lembrar apenas uma prova, temos nos depoentes do latim uma classe inteira de *media tantum*. Podemos presumir que esses verbos de diátese única eram tão caracterizados ou como ativos ou como médios que não podiam admitir a dupla diátese a que os outros verbos eram susceptíveis. Ao menos a título de experiência, devemos procurar saber por que permaneceram irreduzíveis. Não temos mais, então, a possibilidade de confrontar as duas formas de um mesmo verbo. É necessário

129. Que eu saiba, só Delbrück, *Vergl. Synt.*, II, p. 412 ss., os põe na base da sua descrição. No entanto, dividiu os fatos em pequenas categorias semânticas em vez de visar a uma definição geral. Procedendo assim, não acarretamos a afirmação de que esses verbos de diátese única preservam necessariamente um estado mais antigo que os verbos de diátese dupla.

proceder por comparação de duas classes de verbos diferentes, para ver o que torna cada uma inadequada à diátese da outra.

Disponemos de certo número de fatos seguros, graças à comparação. Enumeraremos concisamente os principais verbos representados em cada uma das duas classes.

I. — São somente ativos: ser (sânscr. *asti*, gr. *ἔστι*); ir (sânscr. *gachati*, gr. *βαίνει*); viver (sânscr. *jvati*, lat. *uiuit*); escorrer (sânscr. *sravati*, gr. *πεῖ*); rastejar (sânscr. *sarpati*, gr. *έρπει*); recuar (sânscr. *bhujati*, gr. *φάγει*); soprar (falando do vento, sânscr. *vāti*, gr. *ἄησ'*); comer (sânscr. *atti*, gr. *έδει*); beber (sânscr. *pibati*, lat. *bibit*); dar (sânscr. *dadāti*, lat. *dat*).

II. — São somente médios: nascer (gr. *γίγνομαι*, lat. *nascor*); morrer (sânscr. *mriyate*, *marate*, lat. *morior*); seguir, ligar-se a um movimento (sânscr. *sacate*, lat. *sequor*); ser senhor (av. *xšayete*, gr. *κτάομαι*, e sânscr. *patyate*, lat. *potior*); estar deitado (sânscr. *śete*, gr. *κειμαι*); estar sentado (sânscr. *āste*, gr. *ἤμαι*); voltar para um lugar familiar (sânscr. *nasate*, gr. *véομαι*); desfrutar, ter proveito (sânscr. *bhuñkte*, lat. *fungor*, cf. *fruor*); sofrer, suportar (lat. *patior*, cf. gr. *πένομαι*); sentir uma agitação mental (sânscr. *manyate*, gr. *μαίνομαι*); tomar medidas (lat. *medeor*, *meditor*, gr. *μήδομαι*); falar (lat. *loquor*, *for*, cf. gr. *φάτο*), etc. Limitamo-nos nessa classe e na outra a realçar os verbos cujo acordo em ao menos duas línguas garante a diátese antiga e que a conservam no uso histórico. Seria fácil alongar a lista com a ajuda de verbos que são, em cada língua, especificamente médios, como sânscr. *vardhate*, “crescer”; *cyavate* (cf. gr. *σάομαι*), “abalar-se”; *prathate*, “alargar-se”; ou gr. *δύναμαι*, *βούλομαι*, *ἔραμαι*, *ἔλλπομαι* *αἰδομαι*, *αἰζομαι* [= “poder querer, amar, esperar, ter pudor, temer”], etc.

Dessa confrontação se destaca de maneira bem clara o princípio de uma distinção propriamente lingüística, referente à relação entre o sujeito e o processo. No ativo, os verbos denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele. No médio, que é a diátese que se definirá por oposição, o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede; o sujeito está no interior do processo.

Essa definição vale sem consideração da natureza semântica dos verbos examinados; verbos de estado e verbos de ação estão igualmente representados nas duas classes. Não se trata, portanto,

absolutamente de fazer coincidir a diferença entre o ativo e o médio com a diferença entre os verbos de ação e os verbos de estado. Outra confusão que se deve evitar é a que poderia nascer da representação “instintiva” que formamos de certas noções. Pode parecer-nos surpreendente, por exemplo, que “ser” pertença aos *actiua tantum*, da mesma forma que “comer”. Esse é um fato, porém, e precisamos conformar com ele a nossa interpretação: “ser” é no indo-europeu, como “ir” ou “escorrer”, um processo em que a participação do sujeito não é requerida. Em face dessa definição que não pode ser exata a não ser na medida em que é negativa, a do médio contém traços positivos. Aqui o sujeito é o lugar do processo, mesmo se esse processo, como no caso do lat. *fruor* ou do sânscr. *manyate*, exige um objeto; o sujeito é centro ao mesmo tempo que ator do processo; cumpre algo que se cumpre nele, nascer, dormir, fazer, imaginar, crescer, etc. É bem interior ao processo do qual é agente. Daí, suponhamos que um verbo tipicamente médio como o gr. *κοιμάται*, “ele dorme”, seja dotado secundariamente de uma forma ativa. O resultado, na relação do sujeito com o processo, será uma mudança tal que o sujeito, tornando-se exterior ao processo, será o seu agente, e que o processo, não tendo mais o sujeito como lugar, será transferido para outro termo que se tornará no seu objeto. O médio se converterá em transitivo. É o que se produz quando *κοιμάται*, “ele dorme”, fornece *κοιμᾶ*, “ele adormece (alguém)”; ou quando o sânscr. *vardhate*, “ele cresce”, passa a *vardhati*, “ele aumenta (algo)”. A transitividade é o produto necessário dessa conversão do médio a ativo. Assim se constituem, a partir do médio, ativos que se denominam transitivos ou causativos ou factitivos e que se caracterizam sempre pelo fato de que o sujeito, posto fora do processo, o comanda a partir daí como ator, e que o processo, em vez de ter o sujeito por sede, deve tomar um objeto como fim: *ἔλπομαι*, “eu espero” > *ἔλπω*, “produzo esperança (num outro)”; *ὀρχέομαι*, “eu danço” > *ὀρχέω*, “faço dançar (um outro)”.

Se, agora, voltarmos aos verbos de dupla diátese, que são de longe os mais numerosos, comprovaremos que a definição analisa aqui também a oposição *ativo : médio*. Desta vez, porém, é pelas formas do mesmo verbo e na mesma expressão semântica que o contraste se estabelece. O ativo, então, não é mais somente

a ausência do médio, é realmente um ativo, uma produção de ato, revelando mais claramente ainda a posição *exterior* do sujeito relativamente ao processo; e o médio servirá para definir o sujeito como *interior* ao processo: *δῶρα φέρει*, “ele carrega presentes”: *δῶρα φέρεται*, “ele carrega presentes que o implicam a ele mesmo (= ele carrega presentes que recebeu)”; — *νόμους τιθέναι*, estabelecer leis”: *νόμους τιθέσθαι*, “estabelecer leis incluindo-se (= dar-se leis)”; — *λύνει τὸν ἵππον*, “ele solta o cavalo”; *λύεται τὸν ἵππον*, “ele solta o cavalo afetando-se por esse fato” (donde ressalta que esse cavalo é o *dele*); — *πόλεμον ποιεῖται*, “ele faz a guerra da qual participa”, etc. Pode-se diversificar o quanto se queira o jogo dessas oposições, e o grego usou delas com extraordinária flexibilidade; elas voltam sempre definitivamente a situar as posições do sujeito em face do processo, segundo ele seja aí exterior ou interior, e a qualificá-lo enquanto agente, segundo ele efetue, no ativo, ou efetue afetando-se, no médio. Parece que essa formulação corresponde tanto à significação das formas como às exigências de uma definição, ao mesmo tempo que nos dispensa de recorrer à noção, difícil de apreender e, aliás, extralingüística, de “interesse” do sujeito no processo.

Essa redução a um critério puramente lingüístico do conteúdo da oposição acarreta várias conseqüências. Uma tem de ser indicada aqui. A presente definição, se tiver valor, deverá conduzir a uma nova interpretação do passivo, na própria medida em que o passivo dependê do “médio” do qual representa historicamente uma transformação, que, por sua vez, contribui para transformar o sistema que o acolhe. Esse, porém, é um problema que não pode ser discutido por alto. Para permanecermos dentro dos seus limites, devemos indicar o lugar ocupado por essa diátese no sistema verbal indo-europeu e os fins para os quais é empregada.

Tão forte é a sugestão que emana da terminologia tradicional que é difícil imaginar como necessária uma oposição que funcione entre uma forma “ativa” e uma forma “média”. Mesmo o lingüista pode ter a impressão de que semelhante distinção permanece incompleta, exa, um tanto bizarra e, em todo caso, gratuita quanto à simetria reputada inteligível e satisfatória entre o “ativo” e o “passivo”. Se, porém, conviermos em substituir aos termos

ativo e médio as noções de “diátese externa” e “diátese interna”, essa categoria encontrará mais facilmente a sua necessidade no grupo das que a forma verbal encerra. A diátese associa-se às marcas da pessoa e do número para caracterizar a desinência verbal. Temos, assim, reunidas num mesmo elemento, um conjunto de três referências que, cada uma à sua maneira, situam o sujeito relativamente ao processo e cujo agrupamento define aquilo a que se poderia chamar o campo posicional do sujeito: a pessoa, segundo o sujeito entre na relação de pessoa “eu-tu” ou seja “não-pessoa” (na terminologia usual, *terceira pessoa*)⁽¹³⁰⁾; o número, segundo seja individual ou plural; finalmente a diátese, segundo seja exterior ou interior ao processo. Essas três categorias fundidas num elemento único e constante, a desinência, distinguem-se das oposições modais, que se marcam na estrutura do tema verbal. Há, assim, solidariedade dos morfemas com as funções semânticas que encerram, mas ao mesmo tempo há distribuição e equilíbrio das funções semânticas através da estrutura delicada da forma verbal: as que pertencem à desinência (portanto também a diátese) indicam a relação do sujeito com o processo, enquanto as variações modais e temporais próprias do tema afetam a própria representação do processo, independentemente da situação do sujeito.

Para que essa distinção das diáteses tenha tido no indo-europeu uma importância igual à da pessoa e à do número, é preciso que tenha permitido realizar oposições semânticas que não tinham outra expressão possível. Comprova-se, de fato, que as línguas de tipo antigo tiraram partido da diátese para vários fins. Um é a oposição, notada por Pāṇini, entre o “para outro” e o “para si”, nas formas, acima citadas do tipo sânscr. *yajati* e *yajate*. Nessa distinção absolutamente concreta e que conta com bom número de exemplos, vemos não mais a fórmula geral da categoria mas somente uma das maneiras pelas quais foi utilizada. Há outras, igualmente reais: por exemplo, a possibilidade de obter certas modalidades do reflexivo, para assinalar processos que afetam fisicamente o sujeito, sem que, no entanto, o sujeito

130. Essa distinção está justificada num artigo do *Bull. Soc. Ling.*, XLIII (1946), p. 1 ss. V. adiante o cap. 18.

se tome a si mesmo por objeto; noções análogas às do fr. *s'emparer de, se saisir de*, “apoderar-se de”, “apanhar”, capazes de se matizar de maneira diversa. Finalmente, as línguas efetuaram, com a ajuda dessa diátese, oposições lexicais de noções polares nas quais um mesmo verbo, pelo jogo das desinências, podia significar ou “tomar” ou “dar”: sânscr. *dati*, “ele dá”: *ādāte*, “ele recebe”; gr. *μισθοῶν*, “dar em aluguel”: *μισθοῦσθαι*, “tomar em aluguel”; — *δανείζειν*, “emprestar”: *δανείζεσθαι*, “tomar emprestado”; lat. *licet* “(o objeto) é posto em leilão”: *licetur*, “(o homem) arremata em leilão”. Noções importantes quando as relações humanas se fundam sobre a reciprocidade das prestações privadas ou públicas, numa sociedade onde é preciso competir para obter.

Assim se organiza em “língua” e em “palavra” uma categoria verbal da qual tentamos esboçar, com a ajuda de critérios lingüísticos, a estrutura e a função semânticas, partindo das oposições que as manifestam. Está dentro da natureza dos fatos lingüísticos, uma vez que são signos, o fato de se realizarem em oposições e somente assim significarem.

CAPÍTULO 15

a construção passiva do perfeito transitivo⁽¹³¹⁾

Depois do estudo freqüentemente citado em que H. Schuchardt proclamava “o caráter passivo do transitivo nas línguas caucasianas”⁽¹³²⁾, a interpretação das construções transitivas por uma expressão passiva pareceu encontrar confirmação num número sempre crescente de línguas das mais diversas famílias⁽¹³³⁾. Chegou-se mesmo a imaginar que o passivo deve ter sido a expressão necessária do verbo transitivo a um certo estágio do desenvolvimento das línguas flexionais. Esse problema muito vasto liga-se à análise dos fatos de sintaxe e de recção que são próprios, em inúmeras línguas, ao emprego de um caso “transitivo” (ergativo, etc.), distinto do caso do sujeito, e que tem por função realizar a construção transitiva. Ao mesmo tempo, porém, na própria medida em que a descrição lingüística tenta dar-se um corpo de definições constantes e rigorosas, enfrentamos graves dificuldades para caracterizar objetivamente a estrutura de categorias como o passivo e o transitivo⁽¹³⁴⁾. Precisamos desejar uma revisão

131. *Bulletin de la Société Linguistique de Paris*, XLVIII (1952), fasc. 1.

132. H. Schuchardt, *Ueber den passiven Charakter des Transitivs in den kaukasischen Sprachen* (SB. Wien. Akad., vol. 133, 1895).

133. Encontra-se um sumário no artigo de Hans Schnorr von Carolsfeld, *Transitivum und Intransitivum*, I. F., LII (1933), p. 1-31.

134. Ver, por exemplo, o recente estudo de H. Hendriksen, *The active and the passive*, em *Uppsala Univers. Arsskrift*, 1948, 13, p. 61 ss.

geral dessas noções e igualmente dos fatos de língua aos quais se aplicaram.

Gostaríamos, aqui, de escrever um prelúdio a essa discussão, examinando o problema sob o aspecto que tomou no indo-europeu. Admite-se geralmente que ao menos duas das línguas indo-europeias antigas mostram uma expressão passiva no verbo transitivo, e esse testemunho foi invocado em apoio de desenvolvimentos semelhantes fora do indo-europeu. Tentamos esclarecer verdadeiramente os fatos e propomos uma explicação totalmente outra.

Foi em 1893 que W. Geiger afirmou, no título de um artigo que marcou época, “a construção passiva do pretérito transitivo em irânico”⁽¹³⁵⁾. Apoiava-se sobre um fato que foi desde então constantemente invocado no mesmo sentido: a expressão do antigo persa *ima tya manā krtam*, “eis o que eu fiz”, lit. “o que foi feito por mim”, para estabelecer através da história inteira do irânico até os falares modernos que o pretérito havia tido desde a origem, e havia guardado sempre, uma construção passiva. Sabemos que a expressão do antigo persa determinou a forma do pretérito transitivo e do pronome no médio persa no qual *man kart* continua *manā krtam* e prepara o pretérito do persa *man kardam*, que voltou a ser ativo e transitivo pela adjunção de desinências pessoais. Já faz meio século que essa teoria se impôs e que as descrições dos dialetos antigos ou modernos do irânico⁽¹³⁶⁾ se referem, para a análise das formas do pretérito transitivo, a uma construção originalmente ou atualmente passiva⁽¹³⁷⁾.

Como o antigo persa é o testemunho mais nítido dessa construção, a análise deve dirigir-se às formas persas para considerá-las no seu conjunto. Apenas, levaremos em consideração uma retificação importante: não se trata de um “pretérito” mas de um

135. W. Geiger, *Die Passivkonstruktion des Präteritums transitiver Verba im Iranischen*, in *Festgruss an Rudolf von Roth*, 1893, p. 1 ss.

136. Inclusive a nossa *Grammaire du vieux-perse* 2, p. 124.

137. Por exemplo, G. Morgenstierne, *N.T.S.*, XII, 1940, p. 107, n.º 4, para a explicação do pretérito transitivo em pashtu.

perfeito, ou antes de um torneio que, no antigo persa, serve para suprir o perfeito antigo⁽¹³⁸⁾.

Damos a seguir, apesar da sua pouca variedade, a totalidade dos exemplos persas utilizáveis:

ima tya manā krtam, “eis o que eu fiz” (B. I, 27; IV, 1, 49);
utāmai y vasiy astiy krtam, “ainda fiz muito (muitas coisas)” (B. IV, 46);

tya manā krtam (B. IV, 49; rest. NRb 56), *tyamai y krtam* (NRb 48; X. Pers. b 23; d 19), “o que eu fiz”;

avašām avā⁽¹³⁹⁾ naiy astiy krtam yaθā manā... krtam, “eles não fizeram tanto quanto eu fiz” (B. IV, 51);

avaθāšām hamaranam krtam, “assim se empenharam em luta” (B. II, 27, 36, 42, 47, 56, 62, 98; III, 8, 19, 40, 47, 63, 69);

tya manā krtam utā tyamai y pissa krtam, “o que eu fiz e o que o meu pai fez” (X. Pers. a 19-20; c 13-14);

tya manā krtam idā utā tyamai y apataram krtam, “o que eu fiz aqui e o que fiz fora” (X. Pers. b 23);

tyataiy gaušaya [xšnūtam]⁽¹⁴⁰⁾, “o que ouviste com as tuas orelhas” (D. NRb 53).

Nuns trinta exemplos, temos uma notável constância de emprego, que se deve antes de tudo ao caráter formular do texto. Nessa enumeração, quer seja o sujeito representado por um nome ou por um pronome de forma plena (*manā*) ou enclítica (*-mai y*, *-tai y*, *-šām*), a forma casual permanece a mesma. O agente é denotado pelo genitivo-dativo.

Uma questão, porém, se propõe a essa altura. Qual o critério segundo o qual reconheceremos que essa construção é passiva? Poderemos considerar que uma construção cujo agente está no genitivo-dativo e cujo verbo está representado pelo adjetivo verbal se define, por isso mesmo, como passiva? Para tirar a prova indiscutível, seria preciso reconhecer essa construção num enun-

138. *Gramm. du v. p. 2*, p. 122 ss.

139. A forma e o sentido do ant. persa *avā*, “tanto”, estão justificados numa nota do *B.S.L.*, XLVII (1951), p. 31.

140. A reconstituição do participio presta-se a discussão, e outras formas podem ser encaradas. Em todo caso é preciso um participio, e só a construção é o que importa aqui.

ciado cujo caráter passivo estivesse assegurado pelo emprego de uma forma verbal da classe morfológica dos passivos. Devemos, então, procurar saber como uma forma verbal provida das marcas do passivo se constrói no antigo persa, e em particular, como se enuncia então a forma do ator.

Os textos persas contêm dois exemplos de construção com verbo passivo:

tyašām hačāma aθahya, “o que por mim lhes era ordenado” (B. I, 19-20; NRa 20; X. Pers. h 18);

yaθāšām hačāma aθahya, “como por mim lhes era ordenado” (B. I, 23-24).

Eis uma construção passiva assegurada pela morfologia da forma verbal. A diferença da construção do perfeito logo se evidencia. O ator é enunciado aqui não pelo genitivo-dativo mas pelo ablativo com *hačā*. Assim, *tyašām hačāma aθahya* traduz-se literalmente “quod-illis a-me iubebatur”. Essa é a única estrutura sintática que se tem o direito de atribuir ao passivo em persa⁽¹⁴¹⁾. Isso é suficiente para arruinar a noção tradicional de que o perfeito *tya manā krtam* seria uma expressão passiva. Essa diferença na forma casual do pronome, *manā* de um lado, *hačāma* de outro, mostra que o perfeito se deve interpretar como uma categoria própria, e que, em todo caso, é distinto do passivo.

Uma vez que a particularidade do perfeito consiste em comportar o nome do ator no genitivo-dativo, convém, para uma inteligência correta da construção, definir aqui, independentemente do problema considerado, a função normal do genitivo-dativo. O emprego para a determinação nominal (*manā pitā*, “meu pai”) não nos reterá. Mais interessante é a função do dativo que aparece na enclítica *-šām* dos exemplos citados: “(o que) a *eles* (era ordenado)”. O fato mais notável, porém, consiste em que o genitivo-dativo, com uma forma de “ser”, serve para denotar o predicado de posse: *utātai y yāvā tauhmā ahati y*, “por todo o

141. É curioso que esses exemplos, os únicos que esclarecem sobre a construção do passivo, não sejam nem mencionados em Kent, *Old Persian*, § 275, parágrafo muito pobre em que trata do passivo.

tempo em que tiveres sementes”⁽¹⁴²⁾ (B. IV, 74, 78); *utātaiy tauhmā vasiy biyā*, “e possas tu ter muita semente” (B. IV, 75); *dārayava[h] auš puššā aniyaičiy ahantā*, lit. “para Dario havia outros filhos, Dario (não Darii) alii filii erant” (X. Pers. f 28), quer dizer, “Dario tinha outros filhos”⁽¹⁴³⁾; *avahyā ka(n)būjiyayhā brātā brdiya nāma āha*, “esse Cambises tinha um irmão chamado Brdiya” (B. I, 29-30). Será útil lembrar aqui que, como o estabeleceu Meillet⁽¹⁴⁴⁾, as línguas indo-européias por muito tempo só conheceram a forma *est mihi aliquid* [= “algo existe para mim”] para exprimir a relação de posse, e que o verbo “ter” é de aquisição recente em toda parte. O antigo persa conforma-se com o uso antigo dizendo **manā pušša astiy*, “mihi filius est”⁽¹⁴⁵⁾, para significar “tenho um filho”.

Dessa observação resulta a explicação do perfeito. Temos duas construções exatamente superponíveis, uma possessiva, **manā pušša astiy*, a outra de perfeito, *manā krtam astiy*. Esse completo paralelismo revela o sentido do perfeito persa, que é *possessivo*. Porque, da mesma forma que *manā pušša astiy*, “mihi filius est”, equivale a “habeo filium”, assim também *manā krtam astiy* deve entender-se “mihi factum est”, equivalente a “habeo factum” [= “foi feito por mim — tenho feito”]. Foi sobre o modelo da construção possessiva que se conformou o perfeito, e o seu sentido é indubitavelmente possessivo, uma vez que reproduz, com outra construção, o sentido literal do tipo *habeo factum*. A similitude das expressões evidencia-se assim que as superpomos:

142. Para a tradução do *tau[h]mā*, cf. B.S.L. XLVII, p. 37.

143. A trad. de Kent — “other sons of Darius there were” (*Old Persian*. 150) — só é literal na aparência. Kent menosprezou o verdadeiro sentido da frase, por não haver visto que o genitivo-dativo tem aqui uma função de predicado. É o nome de Dario que é o cerne do desenvolvimento: “Dario tinha outros filhos além de mim, mas foi a mim que concedeu a preeminência”. Mesma observação para a tradução de B. I., 29-30: “of that Cambyses there was a brother”.

144. A. Meillet, “Le développement du verbe avoir”, *Antidôron*... J. Wackernagel, 1924, p. 9-13.

145. A expressão foi tirada, para a comodidade da demonstração do último exemplo persa citado. Manteve-se, aliás, no médio persa: *ēn zan kē-š yak pust ast*, “essa mulher que tem um filho” (*H.R.*, II, p. 91).

**manā pušša astiy*, “mihi filius est” = “habeo filium”;
manā krtam astiy, “mihi factum est” = “habeo factum”.

A interpretação do perfeito persa encontra-se transformada. É um perfeito *ativo* de expressão *possessiva*, que realiza desde o antigo irânico ocidental o tipo perifrástico que se pensava ser uma inovação tardia, limitada ao irânico médio oriental (cf. adiante, neste capítulo).

Podemos ter como assente que a pretendida construção “passiva” do perfeito transitivo nasceu de uma interpretação errônea dos testemunhos persas. Por azar, essa definição inexata viciou as descrições e levou a menosprezar o verdadeiro valor e o interesse real dessa forma através de toda a história. A análise dos fatos do irânico médio e moderno deverá ser retomada a partir dessa comprovação, que restaura a unidade do desenvolvimento irânico e o integra na evolução paralela de outras línguas indo-européias.

Estamos agora em condições de abordar um problema totalmente diferente em aparência, cuja única relação com o precedente parece consistir no fato de concernir também ao perfeito, mas numa outra língua. Trata-se do perfeito transitivo em armênio clássico, que também foi explicado como atestando uma construção passiva. Não é somente por terem recebido a mesma solução que os dois problemas se assemelham.—

Uma distinção rigorosa separa em armênio o perfeito transitivo do perfeito intransitivo. Encontrar-se-á uma boa descrição dos dois tipos no trabalho de S. Lyonnet, *Le parfait en arménien classique*, 1933. Os dois têm em comum o fato de se enunciarem por uma construção perifrástica. Diferem, porém, pela forma casual do nome do ator. O perfeito intransitivo comporta o seguinte esquema: sujeito no nominativo + participio invariável em *-eal* + “ser”. Assim o perfeito em *es cneal em* significa literalmente “ego natus sum”, na mesma ordem; ou ainda *žamanak haseal ē*, “o tempo chegou”; *Yisus ekeal er*, “Jesus tinha vindo”, etc. Nada nessa sintaxe chama um comentário; tudo está conforme às normas das línguas que têm uma forma perifrástica do perfeito intransitivo.

No perfeito transitivo, a construção permanece paralela e se compõe dos mesmos elementos. A diferença está em que, desta vez, o sujeito não está mais no nominativo, mas no *genitivo*, com uma recção transitiva do objeto no acusativo: *nora bereal ē*, “ele levou” (com *nora*, “dele”); *ēr nora hraman areal*, “ele havia recebido o decreto”; *zayn nšan arareal ēr nora*, “ele havia realizado esse milagre” (*nora* gen.; *z-ayn nšan* ac.); *zinc' gorc gorceal ē k'o*, “que fizeste?”, lit. “que ação (ac.) tens tu (*k'o* gen.) agido?”; *oroc' tesimal ēr zna*, “os que o haviam visto” (lit. *oroc*, “dos”, gen.); *zpayn im ač'awk' tesimal ē*, “vi o *payn* com os meus olhos” (*im*, “de mim”, gen.)

A estranheza dessa construção do perfeito transitivo contrasta com o esquema tão regular do intransitivo. Tudo é paralelo, exceto que o sujeito, cuja função “ativa” deveria ser sublinhada numa forma transitiva, se enuncia no genitivo. Há, aqui, não somente uma discordância inexplicável em relação com o perfeito intransitivo mas uma construção insólita de que nenhuma outra língua indo-européia parece ter equivalente. Na verdade, após longos debates, esse perfeito permanece enigmático.

Não insistiremos mais hoje na hipótese de uma ação das línguas caucasianas sobre o armênio, que A. Meillet havia tentado, por não encontrarmos nada de comparável no resto do indo-europeu⁽¹⁴⁶⁾. Um preeminente especialista, G. Deeters, mostrou por meio de um exame cuidadoso que os fatos caucasianos⁽¹⁴⁷⁾ (trata-se da “construção passiva do verbo transitivo” credenciada por Schuchardt), mais precisamente kartveles, nada têm de comum com a construção armênia e não podem contribuir para elucidá-la⁽¹⁴⁸⁾. “Essa construção”, diz, “seria tão insólita numa língua caucasiana como numa língua indo-européia”⁽¹⁴⁹⁾. Ao mesmo tempo, porém, Meillet propunha uma explicação que analisava o emprego do genitivo sujeito por uma nova interpretação da forma em *-eal*. Essa forma não seria o participio, como no perfeito

146. Meillet, *M.S.L.*, XI, p. 385, e *Esquisse*, p. 68.

147. A única exposição de conjunto, que sabemos, continua sendo a de Ditt, *Einführung*, p. 63 ss.

148. G. Deeters, *Armenisch und Südkaukasisch*, 1927, p. 77 ss.

149. Op. cit., p. 113.

intransitivo, mas um antigo nome de ação em **-lo-*, de sorte que *nora bereal ē*, “ele levou”, significaria literalmente: “existe (*ē*) levar (*bereal*) dele (*nora*)”⁽¹⁵⁰⁾. A dificuldade se eliminaria assim e a anomalia do genitivo sujeito se resolveria num genitivo predicado.

A essa visão, proposta em 1903 e que Meillet sustentou até o fim, se aliaram todos os que tiveram de tratar o problema e até os mais recentes exegetas do verbo armênio⁽¹⁵¹⁾. Apesar disso, mesmo adotando-a, alguns discerniram ao menos uma das objeções que poderiam surgir. Por que o mesmo torneio não se empregou no perfeito intransitivo? Se se disse “há levar de mim” por “levei”, poder-se-ia igualmente dizer “há vir de mim” por “vim”. Ora, o armênio diz literalmente “vim”. Outra dificuldade, conexa a essa, aparece no destino dado à forma em *-eal*. Seria preciso admitir que *-eal* é participio no perfeito intransitivo, mas nome de ação no perfeito transitivo e somente aí, sem que tampouco se possa discernir uma razão para essa distribuição. Isso lança o problema na pré-história das formas em *-l* e principalmente do infinitivo, cuja relação com esse nome de ação em *-eal* se torna muito obscura. Finalmente o sentido do perfeito não fica tampouco explicado aí: “há levar de mim” deveria significar “eu levo” ou “estou levando” mais que “levei”. O desvio sintático que essa explicação impõe deixa a construção armênia tão isolada e estranha quanto o era. Não vemos saída para essas dificuldades.

Uma teoria aceitável deve resolver o problema conservando cada um dos elementos da construção na função normal que a sintaxe armênia lhe atribui. Os termos essenciais são o genitivo do nome ou do pronome do ator, e a forma nominal em *-eal*. Esta é em armênio uma forma de participio, nada além disso, participio intransitivo (*ekeal*, “vindo”) ou passivo (*bereal*, “levado”). Não podemos desviar-nos dessa comprovação. O genitivo do sujeito-ator deverá também tomar-se como um genitivo, numa

150. Meillet, *Esquisse* 1, p. 68; *Esquisse* 2, p. 128.

151. Brugmann, *Grundr.* 2, II, p. 502; Pedersen, *K.Z.*, XL, p. 151 ss. e *Tocharisch*, 1941, p. 46; Schuchardt, *W.Z.K.M.*, XIX, p. 208 ss.; Deeters, *Arm. und Südkaukas.*, 1927, p. 79; Mariès, *Rev. ét. arm.*, X (1930), p. 176; Lyonnet, *Le parfait en arménien classique*, 1933, p. 68.

das funções que esse caso preenche normalmente. Aqui está o centro do problema.

Convém lembrarmo-nos de que a flexão nominal armênia tem uma só forma para o genitivo e o dativo; esses dois casos só se distinguem no singular da flexão pronominal. Ora, o armênio emprega o genitivo com “ser” como *predicado de posse*. Há nos textos clássicos grande número de exemplos alguns dos quais eis aqui:

Lc 3, 11: *oyr ic'en erku handerjk'*, lit. “(aquele) de quem (*oyr*) são duas túnicas”, “aquele que tem duas túnicas, *ὁ ἔχων δύο χιτῶνας*” — Mt 22, 28: *oyr yewtanc'n elic'i na kin*, lit. “de qual (*oyr*) dos sete será a mulher?”, “qual dos sete terá a mulher? *τίος τῶν ἐπτὰ ἔσται γυνή;*” — Lc 6, 32: *zinc' šnorh ē jer*, lit. “que gratidão é de vós (*jer*)?”, “que gratidão tendes? *ποιὰ ὑμῶν χάρις ἐστίν;*” — Lc 7, 41: *erku partapank' ēin urumn p'oxatui*, lit. “dois devedores eram de certo (*urumn*, gen. de *omn* indef.) credor”, “um credor tinha dois devedores, *δύο χρεοφειλέται ἦσαν δανιστῆ τινι;*” — Mt 21, 28: *arn mioj ēin erku ordik'*, lit. “de um homem (*arn*) eram dois filhos”, “um homem tinha dois filhos, *ἄνθρωπος εἶχε δύο τέκνα;*” — Mc 12, 6: *apa ordi mi ēr iwr sireli*, lit. “ainda um filho era de si (*iwr*) caro”, “ele tinha ainda um filho caro, *ἔτι ἕνα εἶχεν υἱὸν ἀγαπητόν;*” — Lc 16, 28: *en im and elbark' hing*, lit. “pois de mim (*im*) são cinco irmãos”, “pois tenho cinco irmãos, *ἔχω γὰρ πέντε ἀδελφούς;*” — Jo 8, 41: *mi ē hayr mer astuac*, lit. “um pai é de nós (*mer*)”, “temos um só pai, Deus, *ἕνα πατέρα ἔχομεν τὸν θεόν*”. É inútil citar mais textos para confirmar a função possessiva desse genitivo predicado⁽¹⁵²⁾.

Voltemos agora ao perfeito transitivo e, deixando ao participio em *-eal* o sentido passivo que deve ter, tomemos o genitivo sujeito no emprego possessivo que acabamos de ilustrar. A construção *nora ē gorceal* se traduzirá “eius est factum”, o que é simplesmente o equivalente armênio usual de uma expressão

152. Encontrar-se-ão também outros exemplos em Meillet, *M.S.L.*, XII, p. 411, e no estudo de G. Cuendet sobre a tradução do grego *χεῖν* em armênio clássico, *Rev. ét. indo-europ.*, I (1938), p. 390 ss.

possessiva⁽¹⁵³⁾; de igual maneira se diz *nora ē handerj*, “eius est uestimentum”, permanecendo paralela a construção do nome ou do participio. Superpondo-se as duas construções, pomos em evidência uma estrutura idêntica, de que resulta o sentido próprio do perfeito transitivo:

nora ē handerj, “eius est uestimentum = habet uestimentum”;
nora ē gorceal, “eius est factum = habet factum”.

O perfeito transitivo não é, pois, nem imitado de um tipo estrangeiro nem de forma anômala. É uma expressão *possessiva* construída mesmo em armênio sobre um modelo idiomático para dar aquilo que era aparentemente o sentido próprio do perfeito transitivo. Não somente a forma perde a sua estranheza, mas adquire desde então um interesse particular, tanto para a definição do perfeito em geral quanto para a história do verbo armênio.

A originalidade sintática desse perfeito consiste em ver, desde o início da tradição, uma recção transitiva cuja marca é a partícula *z-*; por exemplo, *oroc' teseal ēr z-na*, “os que o haviam visto, *οἱ θεωροῦντες αὐτόν*” (Jo 9, 8). Em outras palavras, *z-gorceal ē nora*, “ele cumpriu a obra”, significa não “eius facta est opera” mas “eius factum est operam”. Uma vez que “eius factum est” é o equivalente de “habet factum”, nada há de surpreendente em que “eius factum est” adote a recção transitiva do antigo *fecit* que ele substitui em armênio, e em que comporte um objeto determinado. É a prova de que o perfeito transitivo, a despeito da sua forma perifrástica, funcionava como forma simples, e de que estava bem estabelecido. É verossímil, embora impossível de demonstrar, que o tipo “eius factum est operam” tenha sido precedido por uma construção como “eius facta est opera”. Em todo caso, em data histórica, o perfeito transitivo tem o comportamento sintático de uma forma simples transitiva em relação ao seu objeto.

Examinamos em duas línguas diferentes a expressão “passiva” do perfeito transitivo. Nos dois casos a pretendida construção

153. [Estas páginas estavam impressas quando percebi que J. Lohmann, K.Z., LXIII (1936), p. 51 ss., havia chegado à mesma interpretação do perfeito armênio por outras vias, partindo dos fatos georgianos.]

“passiva” se resolve numa expressão possessiva, que aparece como a própria marca do perfeito transitivo. Cada um dos dois desenvolvimentos tem a sua razão de ser na sua própria história. Não há nem relação entre eles nem influência de um sobre o outro. O acordo do irânico e do armênio é tanto mais notável pelo fato de terem atingido o mesmo resultado por vias e em datas diferentes.

A consequência imediata dessa análise consiste em que, em vez de uma singularidade incompreensível, como em armênio, ou de uma gratuita transposição sintática, como no antigo persa, encontramos nas duas línguas uma construção bem conhecida: o perfeito transitivo enuncia-se com a ajuda de “ter” ou de um substituto de “ter”. O antigo persa e o armênio se ordenam assim no conjunto das línguas que recorreram ao auxiliar “ter” para criar ou recriar um perfeito, desde o hitita até as línguas ocidentais modernas⁽¹⁵⁴⁾.

Na perspectiva do irânico, fatos conhecidos há muito tempo assumem um valor diferente. Era uma curiosidade do sogdiano, reencontrada a seguir em chorasmiano⁽¹⁵⁵⁾, a expressão do perfeito com *dār-*, “ter”. Não sabíamos como explicar o fato de que dois dialetos do médio irânico oriental, bastante vizinhos entre eles, houvessem chegado à mesma expressão do perfeito com “ter” que as línguas ocidentais adquiriram. O ponto de partida da inovação escapava-nos. Vemos agora que o desenvolvimento em questão é apenas uma das manifestações de um processo mais vasto e mais antigo que engloba também o irânico ocidental sob a forma do antigo persa. Foi no antigo persa que começou a evolução do perfeito para uma expressão possessiva e perifrástica. É provável que o sogdiano antigo ou qualquer outro dialeto antigo do irânico oriental houvesse esboçado a mesma evolução,

154. Um quadro desse desenvolvimento foi traçado por J. Vendryes, *Mélanges J. van Ginneken*, 1937, p. 85-92 (artigo reimpresso na sua obra *Choix d'études linguistiques et celtiques*, 1952, p. 102-109).

155. A formação do perfeito em chorasmiano, paralela à do sogdiano, foi indicada por W. Henning, *Z.D.M.G.*, 1936, p. *33*. Cf. Também A. A. Freiman, *Xorezmiiskii Yazyk*, 1951, p. 41 e 112. No cottonense, é o auxiliar *ian-*, “fazer”, que constitui o perfeito transitivo. Cf. Konow, *Primer of Khotanese Saka*, 1949, p. 50.

da qual temos uma fase mais recente no sogdiano e no chorasmiiano históricos (que são dialetos da época média). O antigo persa diz “*mihi factum est*”; o sogdiano diz “*habeo factum*”. Essa é a diferença toda. As duas construções significam a mesma coisa, exatamente como existe apenas uma diferença de data entre o lat. *mihi cognitum est* e *habeo cognitum*. Haverá ocasião de renovarmos a descrição do médio irânico ocidental com relação à sintaxe do perfeito⁽¹⁵⁶⁾, mostrando como se transitivou cada vez mais claramente para a determinação do objeto depois para a refacção das desinências pessoais.

O que se passou no armênio ilustra a convergência da evolução no domínio de todo o indo-europeu, mesmo na língua que parecia haver-se mais fortemente desviado da norma antiga. A construção na qual se via uma anomalia importante da sintaxe armênia tornou-se uma das que, ao contrário, revelam em armênio a persistência da herança indo-européia. De fato, se o armênio e o antigo persa devem agora contar-se no número das línguas que converteram o perfeito antigo em expressão da ação “possuída” pelo ator, e se esse desenvolvimento se evidencia definitivamente como um dos traços essenciais do sistema verbal renovado, é porque havia conexão estreita e relação necessária de sucessão entre a forma simples do perfeito indo-europeu e a forma possessiva e descritiva que a substituiu em tantas línguas.

O essencial está em ver bem a importância dessa expressão possessiva no perfeito e a variedade das formas nas quais pode manifestar-se — ou dissimular-se. O fato de que essa construção possessiva tenha sido, por tanto tempo, interpretada como “passiva” é a prova das dificuldades que freqüentemente se enfrentam ao julgar uma língua por ela mesma sem a transpor para os quadros de uma estrutura familiar. A combinação de uma forma de “ser” com o particípio passado e a forma do sujeito num caso indireto caracterizam a expressão passiva nas línguas da maioria dos lingüistas; o perfeito, pelo fato de enunciar-se com a ajuda dos mesmos elementos, foi imediatamente considerado como passivo. Não é somente na análise fonemática que o lingüista deve saber desligar-se dos esquemas que lhe são impostos pelos seus próprios hábitos lingüísticos.

156. Encontrar-se-ão os fatos essenciais, quanto ao médio persa, em W. Henning, *Z.I.I.*, IX (1933), p. 242 ss.; quanto ao médio parta em A. Ghilain, *Essai sur la langue parthe*, 1939, p. 119 ss.

CAPÍTULO 16

“ser” e “ter” nas suas funções lingüísticas⁽¹⁵⁷⁾

O estudo das frases de verbo “ser” é obscurecido pela dificuldade, realmente pela impossibilidade, de propor uma definição satisfatória da natureza e das funções do verbo “ser”. Em primeiro lugar, “ser” é um verbo? Se é, por que falta tão freqüentemente? E se não é verbo, de onde vem o fato de que lhe assume o *status* e as formas, mesmo permanecendo aquilo a que se chama um “verbo-substantivo”? O fato de que exista uma “frase nominal”, caracterizada pela ausência do verbo, e de que seja um fenômeno universal parece contraditório com o fato, também muito geral, de que tenha por equivalente uma frase de verbo “ser”. Os dados parecem escapar à análise, e todo o problema está, ainda, tão pobremente elaborado que não se encontra nada em que seja possível apoiar-se. A causa está provavelmente no fato de que raciocinamos, ao menos implicitamente, como se o aparecimento de um verbo “ser” se seguisse lógica e cronologicamente a um estado lingüístico desprovido de tal verbo. Esse raciocínio linear, porém, se choca de todos os lados com os desmentidos da realidade lingüística, sem no entanto satisfazer a nenhuma exigência teórica.

Na base da análise, tanto histórica quanto descritiva, é preciso propor dois termos distintos, que se confundem quando se fala de “ser”; um é a “cópula”, marca gramatical de identidade;

o outro, um verbo de exercício pleno. *Os dois coexistiram* e podem sempre coexistir, sendo completamente diferentes. Em muitas línguas, porém, fusionaram-se. O problema de “ser” reduz-se, assim, a um processo não de sucessão cronológica mas de coexistência dialética entre dois termos, duas funções, duas construções.

A asserção de identidade entre dois termos tem por expressão a frase nominal. Tentamos anteriormente⁽¹⁵⁸⁾ caracterizar os traços gerais desse tipo de enunciado e não temos nada de essencial para acrescentar, a não ser para melhor opor a frase nominal a uma frase que comporta o verbo “ser”, e para insistir no que as distingue.

Quando se fala de um verbo “ser”, é preciso precisar se se trata da noção gramatical ou da noção lexical. Foi por não se haver feito essa distinção que o problema se tornou insolúvel e que nem mesmo se conseguiu propô-lo claramente. Há, de fato, uma noção lexical cuja expressão verbal é tão autêntica, tão antiga quanto qualquer outra, e que pode ter o seu pleno exercício sem jamais usurpar a função da “cópula”. É necessário, apenas devolver-lhe a sua realidade e a sua autonomia. No indo-europeu, esse lexema é representado por **es-*, que será melhor evitar traduzir por “ser” para não perpetuar a confusão da qual tentamos sair. O seu sentido é “ter existência, ser em realidade”, e essa “existência”, essa “realidade” se definem como o que é autêntico, é consistente, verdadeiro. Essa noção particulariza-se de maneira reveladora nas formas nominais derivadas: lat. *sons*, “culpado”, termo jurídico que se aplica ao “sendo”, ao “que é realmente (o autor do delito)”; sânscr. *sant-*, av. *hant-*, “existente, atual, bom, verdadeiro”, superlativo *sattama-*, av. *hastama-*, “o melhor”; *satya-*, av. *haiθya-*, “verdadeiro”; *sattva-*, “existência; entidade; firmeza”; ant. isl. *sannr*, “verdadeiro”; gr. *τὰ ὄντα*, “verdade; posse”. Na história particular das diversas línguas indo-européias, **es-* foi por vezes substituído, mas o novo lexema conserva o mesmo sentido. É o caso do tocariano, que diz *nes-*, do irlandês, que diz *ta-* (*atta-*). Notemos de passagem que o irl. *ta-* com o dativo pronominal, lit. “estar em”, fornece a expressão de “ter”: *ni-t-ta*, “tu não tens”. Uma das funções semânticas de **es-*, ou

157. *Bulletin de la Société de linguistique*, LV (1960).

158. *Ibid.*, XLVI (1950), p. 19 ss.: e, acima, cap. 13.

dos seus substitutos, foi de fato permitir a construção de “estar em” por “ter”.

Completamente diferente é a situação da “cópula”, num enunciado que estabeleça a identidade entre dois termos nominais. Aqui a expressão mais geral não comporta nenhum verbo. É a “frase nominal”, tal como é representada hoje, por exemplo, em russo ou húngaro, em que um morfema-zero, a pausa, assegura a junção entre os dois termos e lhes afirma a identidade, seja qual for pelo prisma da lógica a modalidade dessa identidade: equação formal (“Roma é a capital da Itália”), inclusão de classe (“o cão é um mamífero”), participação num conjunto (“Pierre é francês”), etc.

O que importa ver bem é que não há nenhuma relação de natureza nem de necessidade entre uma noção verbal “existir, estar realmente aí” e a função de “cópula”. Não precisamos perguntar-nos como é possível que o verbo “ser” possa faltar ou ser omitido. Isso é raciocinar ao inverso. A verdadeira interrogação será, ao contrário, como é que existe um verbo “ser” dando expressão verbal e consistência lexical a uma relação lógica num enunciado assertivo.

Na realidade, as nossas línguas familiares nos iludem quanto a isso. A criação de “ser” servindo para predicar a identidade de dois termos não estava inscrita numa fatalidade lingüística. Em inúmeras línguas, em diversas épocas da história, a função conjunta, geralmente assegurada por uma pausa entre os termos, como em russo, tendeu a realizar-se num signo positivo, num morfema. Não houve, porém, solução única e necessária. Empregavam-se vários processos: a criação ou adaptação de uma forma verbal é apenas um dos processos. Consideraremos em poucas palavras os principais.

O semítico antigo não tem, como se sabe, verbo “ser”. É suficiente justapor os termos nominais do enunciado para obter uma frase nominal, com um traço suplementar, provável, mas desprovido de expressão gráfica, que é a pausa entre os termos. O exemplo do húngaro, do russo, etc. dá a essa pausa o valor de um elemento do enunciado; é, inclusive, o signo da predicação. Parece que em toda parte onde a estrutura da língua permite constituir um enunciado predicativo pela justaposição de duas

formas nominais numa ordem livre, devemos admitir uma pausa que as separe. Sob essa condição, as formas nominais asseguram a predicação. Assim em aramaico: *malḳūteh malḳūt ‘alam*, “a sua realeza (é) uma realeza eterna”; *arḥateh din*, “os seus caminhos (são) a justiça”; *hu šalmā rešeh di-dhāb tab*, “essa estátua, a sua cabeça (é) de ouro puro”. Podemos, porém, dar à função de predicação um signo preciso: é o pronome dito de terceira do singular, que serve de “cópula”; insere-se então entre o sujeito e o predicado: *‘elāhkōn hū ‘elah ‘elāhtn*, “o vosso deus, ele (= é) o deus dos deuses”. Isso ocorre mesmo quando o sujeito está na primeira ou na segunda pessoa: *‘anaḥnā himmō ‘abdōht dī-‘elāh-šmayyā w’ ar’ā*, “nós somos os servos do deus do céu e da terra” (*Esdras V, 11*), lit. “nós eles os seus servos do deus...”. Vê-se, nesse exemplo, além do mais, um acordo de número entre o pronome-cópula e o sujeito. No singular diríamos literalmente: “Eu ele seu servidor (= eu sou o seu servidor)”; daí, no plural, “nós eles os seus servidores (= nós somos os seus servidores)” com *himmō*, pronome masculino plural.

É o mesmo esquema que se encontra em árabe⁽¹⁵⁹⁾: uma frase nominal em que o sujeito, em geral determinado, precede o predicado, em geral indeterminado: *Zaidun ‘alimun*, “Zaíd é sábio”. Pode acrescentar-se uma determinação do sujeito sem que se mude a forma sintática: *‘abuhu musinun*, “o seu pai é idoso”, como também *Zaidun ‘abuhu musinun*, “Zaíd, o seu pai é idoso (= o pai de Zaíd é idoso)”. Ora, quando o sujeito e o predicado são ambos determinados, pode inserir-se o pronome *huwa*, “ele”, entre os dois: *allahu huwa ‘lhayyu*, “Deus ele (= é) o vivo”.

Nas línguas turcas, a construção do enunciado predicativo é essencialmente a da frase nominal: um sintagma formado, por exemplo, de um nome e de um adjetivo ou de um pronome e de um adjetivo é suficiente para constituir esse enunciado. Entretanto, a predicação é freqüentemente dotada de um signo distinto, que não é senão um pronome, pessoal ou demonstrativo, acrescentado a um termo ou a um sintagma nominal. O tipo nos dialetos orientais é: *mān yaš mān*, “eu sou jovem”, *sān yaš sän*,

159. Cf. Brockelmann, *Arab. Gramm.* 11, § 100-102.

“tu és jovem” (lit. “eu jovem eu, tu jovem tu”). Essa construção aparece desde o antigo turco e persiste amplamente nos dialetos conservadores; pode dizer-se que a expressão “normal” da relação predicativa na terceira pessoa do singular consiste no emprego do pronome *ol*, “ele, o”, posposto a um termo nominal: antigo turco *ädgü ol*, “ele é bom (bom ele)”; *mājin ol*, “ele é meu (de mim ele)”; *körümçi ol*, “ele é adivinho (vidente ele)”; médio turco oriental *bu qußbra ...nñj ol*, “esse túmulo é o de X.”; turco khwarezmiano *bu `alam kitab ol*, “esse mundo é um livro”; altaico *ol bay ol*, “ele é rico (ele rico ele)”; baškir *Xäsän yadıwsi ul*, “Hasan é escritor”; etc. Foi bem tarde e localmente que se criou um verbo “ser”; o osmanli especializou em cópula a terceira do singular *dir* (*dur*), de *durmaq*, “stare”⁽¹⁶⁰⁾, sem aliás abolir o uso do pronome-cópula ou da frase nominal.

Essa valorização sintática do pronome em função de cópula é um fenômeno cujo alcance geral é preciso sublinhar. Vemos aqui que dois tipos lingüísticos inteiramente diferentes podem encontrar-se na criação de uma mesma estrutura sintática, por uma convergência da qual o pronome é o instrumento. Esta situação, idêntica no semítico e no turco, dá a idéia de que a mesma solução pode apresentar-se ainda noutras línguas, cada vez que a frase nominal de dois membros deve — por algum meio formal, que não prosódico — realizar-se como um enunciado assertivo, e compreender um termo novo que sirva de signo de asserção. O pronome é esse signo. Podemos agora trazer a confirmação de um terceiro tipo lingüístico que efetuou pelo mesmo processo uma forma independente de frase nominal. Essa criação ocorreu no próprio indo-europeu, mais precisamente numa parte das línguas irânicas.

Primeiro em sogdiano. Além do verbo “ser” (*’sty*, *βwt*, *’skwty*), o pronome *’γw*, “ele, o”, que pode inclusive servir de artigo, cumpre a função de uma cópula em fim de frase: *tk’ wšδ ZYmy... ZKH’ z’wn δγwth’ γw kt’r ZY z’tk*, “examinai se a criança é uma filha ou um filho” (VJ. 24 ss.); *γwyz’ kw nyγ’ γw*, “(a lei) é extre-

160. Ver abundantes exemplos em J. Dénj, *Grammaire de la langue turque*, § 549 ss., 1175; e no trabalho coletivo *Philologiae Turcicae fundamenta*, I, 1959, p. 104, 111, 125, 207 etc.

mamente profunda” (Dhu. 77, cf. 222); *mwrk’ tn’ γw*, “ele morreu” (R. I, fragm. IIa, 14); *KZNH γrβ’ nt’ YKZY’ pw’ stnyh’ γw*, “a fim de que eles compreendam como é a impermanência” (Vim. 119); observaremos o emprego alternativo de *βwt* e de *’γw* no seguinte texto: *’YK’ w’tδ’r pw’ ’y’m γw ms pwt’n’ k’ ĆWRH pw’ ’y’m βwt’ ’YK’ w’tδ’r pw’ kyr’n’ γw ms pwt’n’ k’ kwtr’ pw’ kyr’n’ βwt*, “como o ser é (*γw*) ilimitado, o gotra do Buda é (*βwt*) também ilimitado” (Dhu. 57 ss.): a situação típica do “ser” é enunciada pelo pronome, a situação contingente por *βwt*. Encontrariamos sem dificuldade nos textos búdicos todos os exemplos que quiséssemos de *’γw* assim construído⁽¹⁶¹⁾. Esse traço persistiu em *yagnābī*, em que o pronome *ax* é ao mesmo tempo demonstrativo e cópula⁽¹⁶²⁾: de um lado, como pronome, *ax odām avvow*, “esse homem veio”; de outro, sob a forma do afixo *-x*, em cópula: *inčem ku-x*, “onde está a minha mulher?”; *xūrāki māk kam-x*, “a nossa provisão é pequena”.

Do sogdiano ao *yagnābī*, o emprego foi historicamente contínuo. Entretanto, essa função do demonstrativo pode ser reconhecida em dois outros dialetos irânicos, o pashtu e o osseto. Em pashtu, no presente de “ser”, as duas primeiras pessoas *yam*, *yē* contrastam com a terceira *dai*, fem. *da*, pl. *dī*, cujas formas não podem ter nenhuma relação com o antigo verbo *ah-*. Trata-se, de fato, do pronome *dai* (irânico antigo *ta-*), flexionado como adjetivo, que foi introduzido no paradigma do presente de “ser” aproveitando-se de uma flexão perifrástica como a do presente passivo de “fazer”: 1.º *karai yam*, “eu fui feito”; 2.º *karai yē*, “tu foste feito”, mas 3.º *karai dai*, “ele foi feito” (lit. “feito ele”), fem. *karē da*, lit. “feita ela”, pl. *karī ī*, lit. “feitos eles”. Finalmente, ficou demonstrado noutros passos que a forma osseta *ū*, terceira sing. do presente de “ser” representa o pronome *ū*, empregado igualmente⁽¹⁶³⁾. Eis aí, portanto, três línguas irânicas que chegaram,

161. Já havíamos assinalado esse emprego do pronome no sogdiano e no *yagnābī* (*Grammaire sogdienne*, II, p. 67-68), mas sem poder explicá-lo.

162. Exemplos em Adreev-Pescereva, *Jagnobskie Teksty*, p. 227 b, 354 a; cf. também *Grundr. der iran. Philologie*, II, p. 342 (§ 94, 3). Sob a influência do persa, *yagn. -x* é às vezes reforçado por *ast*.

163. Cf. os nossos *Études sur la langue ossète*, 1959, p. 74-75, onde se anuncia a presente demonstração.

por uma evolução espontânea, independentemente uma da outra, à mesma estrutura sintática, de aparência tão pouco indo-europeia, que se fixou além disso em semítico e em turco.

Outra solução consistiu no emprego de uma forma verbal, diferente, porém, da que enuncia a existência. Há exemplos claros, como no latim tardio, em que *esse* assume o papel de cópula quando a noção de existência passa a *existire, extare*⁽¹⁶⁴⁾; como no irlandês, em que, na terceira sing., *is* se opõe a *tá* (com pre-verbio *atta*). Há, pois, no irlandês, dois paradigmas completos e distintos. Para a forma equativa no presente: 1. *am*, 2. *at*, 3. *is*, pl. 1. *d-em*, 2. *adib*, 3. *it*. Para o verbo de existência: 1. *tau*, *tó*, 2. *tái*, 3. *tá*, pl. 1. *táam*, 2. *taaid*, *taid*, 3. *taat*. Não é importante o fato de que, em virtude da etimologia, o irlandês continue *esti*. No sistema irlandês atual⁽¹⁶⁵⁾, a oposição de *is* e *ta* mantém a distinção das duas noções. Igualmente no cuchítico⁽¹⁶⁶⁾. De um lado, um verbo de existência *nes-*, por exemplo, *nesäm ytärye tne samsärmem... läklentamem tsälpätsis*, “há (*nesäm*) um caminho (*ytärye*) aqui para ser libertado (*tsälpätsis*) do *samsära* e dos sofrimentos”; de outro lado, *ste* (terceira sing.), pl. *stare*, susceptível de receber pronomes sufixados, para a relação de identidade: *äyor saimä ste*, “o dom (*äyor*) é um refúgio (*saimä*)”; *ceym ršäki ñissa špälmem stare*, “esses *ršis* são (*stare*) melhores (*špälmem*) que eu (*ñissa*)”. Quase não é necessário lembrar os dois verbos *ser* e *estar* do espanhol. Vemos que essas línguas manifestam, à custa de uma renovação lexical, a persistência dessa distinção. Não deveríamos crer que essa distinção e o problema linguístico ao qual corresponde sejam próprios do indo-europeu. Encontram-se em domínios muito diferentes. F. Martini, estendendo às línguas indochinesas as nossas observações sobre a frase nominal, pôde destacar no siamês e no cambodjano a mesma distribuição⁽¹⁶⁷⁾. Reconheceu-a no siamês, entre *khu* que serve para identificar e *pèn*, “existir, estar vivo”; em cambodjano, entre *gi*

164. Para os pormenores, cf. Ernout, *B.S.L.*, L (1954), p. 25 ss.

165. L. Sjøestedt, *Description d'un parler du Kerry*, p. 132 ss.

166. Krause, *Westiocharische Grammatik*, I, 1952, p. 61, § 64.

167. *B.S.L.*, LII (1956), p. 289-306.

cópula e *jā* “existir, (ser) bom, verdadeiro”. Concordância tanto mais notável pelo fato de que, aqui, somente o comportamento sintático das formas permite defini-las como verbais⁽¹⁶⁸⁾.

Finalmente, uma última solução impôs-se na maioria das línguas indo-europeias. É a generalização de **es-* tanto na função de cópula como na de verbo de existência. A distinção está para sempre abolida. O estado é, então, o do francês atual em que se pode dizer tanto *cela est*, “isso existe”, como *cela est bon*, “isso é bom”, sem que *être*, “ser”, e *exister*, “existir”, se delimitem mutuamente. Não há mais nada, nessa situação, que corresponda à oposição lexical do esp. *ser/estar*, nem à que o russo exprime de um lado por meio de *-O-jestī*/, e de outro pela variação casual do predicado, nominativo/instrumental. Em compensação, a redução dessas duas categorias à unidade simplifica o jogo das flexões temporais instaurando um conjunto de paradigmas mais regulares. Chega-se assim a dar um suporte lexical ao que era apenas uma relação gramatical, e “ser” se torna num lexema, susceptível tanto de enunciar a existência como de afirmar a identidade.

Que *ter* possa ser um auxiliar tanto quanto *ser* é o que causa estranheza. Tudo parece separar os dois verbos, e nada deixa ver por que devem funcionar paralelamente. Era necessário criar em diversas línguas um segundo auxiliar, quando, por exemplo, o russo ou o persa tem apenas um? Além disso, esse segundo auxiliar, *ter*, ao contrário do outro, tem um verdadeiro sentido, que os lexicógrafos se encarregam de definir: tem, fora da sua função de auxiliar, uma construção livre que é a de um verbo ativo semelhante a todos os outros, com uma recção transitiva de objeto. Na verdade, quanto mais o examinamos, mais a sua situação de auxiliar parece difícil de justificar. Experimentemos, portanto, caracterizá-la formalmente em algumas línguas dadas.

168. Haverá razões, talvez, para rever do ângulo da distinção indicada aqui os dados complexos relativos a “ser” no indo-irânico, estudados por R. L. Turner, *B.S.O.S.*, VIII (1936), p. 795 ss., e H. Hendriksen, *B.S.O.A.S.*, XX (1957), p. 331 ss.

É preciso mesmo captar esse verbo *ter* em algum lugar para analisá-lo, ainda que, como se tornará evidente, tenhamos afinal de negar qualquer necessidade a uma noção que não tem — nem em lógica nem em gramática — qualquer título para ser postulada.

Consideremos as coisas em francês com relação a *être*, “ser”. Observamos que *avoir*, “ter”, apresenta certas propriedades em comum com *être* e outras que lhe são próprias. Resumiremos da seguinte maneira as suas relações:

1. *Être* e *avoir* apresentam ambos o *status* formal de auxiliares temporais.
2. Nem *être* nem *avoir* são susceptíveis de uma forma passiva.
3. *Être* e *avoir* são ambos admitidos como auxiliares temporais dos mesmos verbos, segundo esses verbos sejam ou não reflexivos, isto é, segundo o sujeito e o objeto designem ou não a mesma pessoa: *être* quando sujeito e objeto coincidem (*il s'est blessé*, “ele feriu-se”), *avoir* quando não coincidem (*il m'a blessé*, “ele feriu-me”).
4. Afora isso, os auxiliares *être* e *avoir* estão em distribuição complementar; todos os verbos têm necessariamente ou um ou outro (*il est arrivé*, “ele chegou”; *il a mangé*, “ele comeu”), inclusive os próprios *être* e *avoir*, que no estado livre tomam *avoir* (*il a été*, “ele esteve”; *il a eu*, “ele teve”).

Essa simetria de emprego e essa relação complementar entre os dois auxiliares, que têm além disso o mesmo efetivo de formas e as mesmas construções, contrastam fortemente com a natureza lexical dos dois verbos e com o seu comportamento sintático no estado livre. Aqui os separa uma diferença essencial: fora da função de auxiliar, a construção de *être* é predicativa; a de *avoir*, transitiva. Isso parece tornar inconciliável o respectivo *status* dos dois verbos. Não vemos, particularmente, como um verbo transitivo pode tornar-se auxiliar.

Isso, contudo, é uma ilusão. *Avoir* apresenta a construção de um verbo transitivo; mas não o é, por isso. É um pseudo-transitivo. Entre o sujeito e o regime de *avoir*, não pode existir uma relação de transitividade tal que se suponha passar a noção sobre o objeto e modificá-lo. Um verbo *avoir* não enuncia nenhum processo. Na verdade, *avoir* como lexema é, no mundo,

uma raridade; a maioria das línguas não o conhece. No próprio seio das línguas indo-européias, é uma aquisição tardia⁽¹⁶⁹⁾, que levou muito tempo para impor-se e que permanece parcial. A expressão mais corrente da relação indicada nas nossas línguas por *avoir* enuncia-se ao inverso — por *être-à*, “ser-de” — constituindo em sujeito o que é o objeto gramatical de um verbo *avoir*. Por exemplo, *kāna l-*, “ser-de”, representa em árabe a única equivalência possível de *avoir*. Essa é a situação na maioria das línguas.

Contentar-nos-emos em apresentar algumas ilustrações tomadas aos mais diferentes domínios lingüísticos. As línguas altaiicas não têm verbo “ter”; em turco se constrói, com um pronome sufixado, um predicado de existência, *var*, ou de inexistência, *yog*⁽¹⁷⁰⁾: assim, *bir ev-im var*, “uma (*bir*) casa-minha (*ev-im*) é = tenho uma casa”; em mongol (clássico), o dativo-locativo do pronome ou do nome do possuidor se constrói com “ser”: *nadur morin buy*, “de mim (*nadur*) um cavalo (*morin*) é (*buy*) = tenho um cavalo”⁽¹⁷¹⁾. Sem que haja qualquer ação de uma parte ou de outra, o curdo diz igualmente: *min hespek heye*, “de mim (*min*) um cavalo (*hespek*) é (*heye*)”, enquanto o persa, muito próximo genética e tipologicamente, emprega *dāštan*, “ter”. Em georgiano clássico⁽¹⁷²⁾, mesma construção com “ser-de”, que por acaso coincide com a dos modelos gregos nas traduções: *romelta ara akuns saunzē*, que corresponde literalmente ao gr. “οἷς οὐκ ἔστιν ταμειῖον, eles não têm celeiro” (Lc 12, 24). O nome ou pronome, aqui o relativo no dativo *romelta*, “aos quais”, pode vir acompanhado, no genitivo ou no dativo, de *tana*, “com”: *ara ars čuen tana uprojs xut xueza puri*, “não temos mais de cinco pães”, lit. “não há nós-com (*čuen tana*) mais de cinco pães, οὐκ εἰσὶν ἡμῖν πλεῖον ἢ πέντε ἄρτοι”. No domínio africano poderemos citar, em ewe (Togo)⁽¹⁷³⁾, a expressão de “ter” por “estar na mão” com o verbo *le*, “ser, existir”, *asi*, “na mão”: *ga le asi-nye*, “dinheiro (*ga*) é

169. Meillet, “Le développement du verbe avoir”, *Antidôron J. Wackernagel*, 1924, p. 9-13.

170. Deny, *Grammaire*, § 1198.

171. Poppe, *Grammar of written Mongolian*, 1954, p. 147, § 509.

172. As diversas expressões são estudadas por G. Deeters, *Festschrift A. Debrunner*, 1954, p. 109 ss.

173. D. Westermann, *Wörterbuch der Ewe-Sprache*, I, p. 321.

na minha (-nye) mão = tenho dinheiro”. Em vai (Libéria) ⁽¹⁷⁴⁾, em que a posse deve ser especificada como alienável ou inalienável, há duas expressões: de um lado, *nkuñ?be*, “a minha (ñ) cabeça (*kun*) existe (?be) = tenho uma cabeça”; do outro, *ken ?be m’bolo*, “casa (*ken*) existe na minha mão (*m’bolo*) = tenho uma casa”. Igualmente em kanuri “eu tenho” se diz *nānyîn mbéji*, lit. “eu-com (*nānyîn*) há (*mbéji*)”⁽¹⁷⁵⁾.

Não acumularemos essas provas de fato, que acabariam em catálogo, pois é muito fácil para qualquer um verificar, em qualquer domínio lingüístico, a predominância do tipo “mihi est” sobre o tipo “habeo”. Por menos que se esteja informado sobre a história da língua considerada, observa-se freqüentemente que a evolução se faz de “mihi est” a “habeo”, não ao inverso, o que significa que mesmo onde “habeo” existe, pode provir de um “mihi est” anterior. Se há uma expressão “normal” dessa relação, é *mihi est aliquid*, enquanto *habeo aliquid* é apenas uma variante secundária e de extensão limitada, por mais importante que seja, em si mesma, a aquisição de *ter* como verbo autônomo.

Convém somente evitar aqui um mal-entendido a que se prestaria facilmente a expressão *mihi est* se a tomássemos tal qual, sem lhe especificar o valor em cada sistema lingüístico. O “ser-de” a que nos referimos não é absolutamente idêntico à locução francesa *être-à* em *ce livre est à moi*, “este livro é meu”. É preciso observar cuidadosamente essa distinção. Não se pode atribuir ao fr. “est à moi” a mesma função do lat. “est mihi”: em latim *est mihi* indica a mesma relação que *habeo*, que é apenas uma transformação sua: *est mihi liber* foi substituído por *habeo librum* [= tenho um livro]. Em francês, porém, enunciam-se duas relações diferentes: posse em *avoir* (“j’ai un livre”); pertencimento em *être à* (“ce livre est à moi”). A diferença das relações sobressai da diferença das construções: *être à* pede sempre um sujeito determinado; “un livre est à moi” seria impossível: é preciso “ce livre...” Inversamente, *avoir* pede sempre um objeto indeterminado: “j’ai ce livre” não teria, na melhor das hipóteses, mais que uma fraca possibilidade de emprego; é preciso

174. A. Klingenberg, *Nachr. Göttin. Gesellsch.*, 1933, p. 390.

175. J. Lukas, *A study of the Kanuri language*, p. 28-29, § 72.

“j’ai un livre”. É por isso que o lat. *est mihi* corresponde ao fr. *j’ai*, e não a *est à moi*.

Pela mesma razão de método não se devem confundir duas construções que se encontram simultaneamente no indo-europeu antigo: “ser” com o dativo e “ser” com o genitivo⁽¹⁷⁶⁾. São duas predicções distintas. Com o genitivo, temos um *predicado de pertencimento* que serve para definir o objeto: av. *kahyā ahi?*, “a quem pertences?”; véd. *áhar devānām āsīd rātrir āsurānām*, “o dia pertencia aos deuses, a noite aos Asuras”; hit. *kuella GUD-uš UDU-uš*, “a quem quer que pertençam bois (e) carneiros”; gr. hom. *τοῦ* (sc. *Διὸς*) *γάρ κράτος ἐστὶ μέγιστον*, “a ele pertence a força suprema”; lat. *Galliam potius esse Ariovisti quam populi romani*, “(não podia crer) que a Gália pertencesse a Ariovisto mais que ao povo romano” (César, *B.G.* I, 45, 1); ant. esl. *kotorago otū šedmi bǫdetū žena*, “a qual dos sete pertencerá a mulher? τίνας τῶν ἐπτὰ ἐσται γυνή;” (Mt 22, 28). “Ser” com o dativo define um *predicado de posse*; assim, hit. *tuqqa UL kuitki ešzi*, “de ti nada é = não tens nada”; gr. *ἔστι τοι χρυσός*, “tens ouro”, etc.

Assim, é da relação de posse que tratamos e da sua expressão por “ser-de”. Ora, *ter* nada mais é que um *ser-de* invertido: *mihi est pecunia* se torna em *habeo pecuniam* [= “tenho dinheiro”]. Na relação de posse indicada por *mihi est*, é a coisa possuída que se apresenta como sujeito; o possuidor é assinalado apenas por esse caso marginal, o dativo, que o designa como aquele em quem o “ser-de” se realiza. Quando a construção passa a ser *habeo pecuniam*, essa relação não pode vir a ser “transitiva”; o “ego” apresentado agora como sujeito não é, por isso, agente de um processo: é a de um estado, numa construção sintática que imita somente o enunciado de um processo.

Tudo se esclarece de fato quando se reconhece o *ter* como o que ele é, um *verbo de estado*. Encontraremos a confirmação disso nas mais diferentes estruturas lingüísticas. O verbo “ter” do gótico, *aih*, é um *perfecto-presente*. Faz parte de uma classe que contém unicamente verbos de estado subjetivo, de atitude,

176. Essa distinção não aparece no artigo de Meillet acima citado. Foi indicada para o hitita no *Archiv Orientalni*, XVII (1949), p. 44 ss.

de disposição, mas não de ação⁽¹⁷⁷⁾: *wait*, “saber”; *mag*, “poder”; *skal*, “dever”; *man*, “crer”; *og*, “temer”, etc. Assim, *aih*, “ter”, caracteriza-se como verbo de estado pela sua própria forma. Há um correspondente no indo-irânico, véd. *īse*, av. *ise*, “ter, possuir”; ora, o verbo aqui também só existe no estado de perfeito médio⁽¹⁷⁸⁾, denotando o estado: *īse* é um perfeito com redobro $*\partial_1 i-\partial_1 isai$ que serviu de base para um presente⁽¹⁷⁹⁾. Na verdade, todos os *perfecto*-presentes do gótico poderiam traduzir-se por uma perífrase por meio de “ter”, indicando o estado do sujeito: *wait*, “tenho conhecimento”, *mag*, “tenho poder”, *og*, “tenho medo”, *parf*, “tenho necessidade”, *man*, “tenho idéia”, etc. O próprio “ter” só denota um estado. Isso se verifica por um paralelo no outro extremo do mundo, numa língua ameríndia. Em tunica (Louisiana), há uma classe de verbos ditos *estáticos*⁽¹⁸⁰⁾: têm a particularidade de não se poder flexionarem sem prefixos pronominais, e de exigirem os prefixos da posse “inalienável”. Ora, considerados na sua distribuição semântica, os verbos estáticos se relacionam todos com noções de estado: estado emocional (“ter vergonha, estar encolerizado, estar excitado, feliz”, etc.), estado físico (“ter fome, frio, estar embriagado, cansado, velho”, etc.), estado mental (“saber, esquecer”) e também, se se pode dizer, estado de posse (“ter” em várias expressões). Essa classificação de “ter” entre os verbos de estado corresponde à natureza da noção. Vê-se por que *ter* se presta em muitas línguas para formar perífrases para disposições subjetivas (“ter fome, ter frio, ter inveja...”, depois “ter febre”), mais vagamente, entretanto, com referência clara ao

177. Cf. *Archivum Linguisticum*, I (1949), p. 19 ss.; *Die Sprache*, VI (1960), p. 169.

178. O lema *aēs-* de Bartholomae, *Air. Wb.* s.v. é ilusório. Um tema *aēs-* poderia, a rigor, ser postulado para o substantivo *aēsa-*: Como formas verbais, porém, não existem senão o perfeito *ise* (que se lê $\underset{r}{i}se$) e o particípio *isana-* (que se lê $\underset{r}{i}sana-$), idênticos ao véd. *īse*, $\underset{r}{i}sānā$. Não se pode dar nenhum crédito às formas *īste*, *īsta*, mal atestadas ou correções de editores.

179. Leumann — *Morphologische Neuerungen im altindischen Verbalsystem* (Meddel. Nederl. Akad. N. R. XV; 3), 1952, p. 13 (85) — sublinha justamente o paralelismo do gótico e do indo-irânico, que derivam de uma forma de perfeito.

180. Haas, *Tunica*, § 4.71, p. 59 ss.

sujeito afetado (“ter um filho doente”). Em nenhum dos seus empregos, *ter* se refere a um objeto, mas somente ao sujeito.

Desde o momento em que *ter* deve ser definido como verbo de estado, em que relação se encontra com *ser*, que é também um verbo de estado e que, inclusive, é o verbo de estado por excelência? Se no seu emprego como auxiliares verbais, *ser* e *ter* estão em distribuição complementar, podemos supor que o estão também na sua situação lexical. Indicam ambos estado, mas não o mesmo estado. *Ser* é o estado do *sendo*, daquele que é alguma coisa; *ter* é o estado do *tendo*, daquele de quem alguma coisa é. A diferença evidencia-se assim. Entre os dois termos que une, *ser* estabelece uma relação intrínseca de identidade: é o estado consubstancial. Ao contrário, os dois termos unidos por *ter* permanecem distintos; entre estes, a relação é extrínseca e se define como de pertinência; é a relação do possuído ao possuidor. Só o possuidor é denotado por *ter*, com a ajuda daquilo que, gramaticalmente, se constitui em (pseudo-)regime.

Daí decorre que *ter*, que não é mais que um “ser-de” ao inverso, não se deixa, ele próprio, tornar em passivo. Em francês, *avoir* não tem passivo. Mesmo o seu equivalente lexical, *posséder*, “possuir”, não o comporta. Não se poderia dizer: *ce domaine a été possédé par X.*; *il est maintenant possédé par l'État*, “esse domínio foi possuído por X.; é agora possuído pelo Estado”; o que torna inaceitável esse passivo é o fato de que *posséder* afeta não o objeto mas o sujeito. É somente num sentido desviado, que faz de *posséder* o equivalente de “dominer, subjuguier, assujettir” [= “dominar, subjugar, sujeitar”], que se poderá dizer: *il est possédé du démon, il est possédé par la jalousie*, “está possuído pelo demônio, está possuído pelo ciúme”, e que se falará de um “possédé” = [“possesso”].

Essa situação particular do verbo *ter*, cuja construção ativa mascara um “ser-de” ao avesso, permitirá entender melhor a diátese do lat. *habere*, gr. $\epsilon\chi\epsilon\upsilon\upsilon$. Geralmente dão-se *habere* e $\epsilon\chi\epsilon\upsilon\upsilon$ como as ilustrações desse princípio de que o verbo indoeuropeu não é nem intransitivo nem transitivo por natureza e pode admitir os dois valores. Na realidade, devemos propor *habere* e $\epsilon\chi\epsilon\upsilon\upsilon$ como sendo, em primeiro lugar, verbos de estado em virtude dos seus próprios empregos. São conhecidas as expressões

sic habet ou *bene habet* [= “assim é”, “vai bem”]. Igualmente claros são os mais antigos derivados de *habere*, como *habitus*, “maneira de ser, comportamento, atitude”, *habilis*, “que se comporta (bem), que se presta ao uso” (*habilis ensis, calcei habiles ad pedem* [= “espadas fáceis de manejar, calçados que assentam bem aos pés”]), e o presente *habitare*, “ficar habitualmente, residir”, substituindo nesse mesmo sentido *habere*: cf. em Plauto *quis istic habet?*, “quem mora aí?” Mesmo tornando-se transitivo, *habere* conserva o seu valor de estado; é preciso prestar atenção às locuções em que *habere* indica “ter sobre si”, descrevendo o estado do sujeito: *habere uestem, habere iaculum, coronam* [= “... uma roupa, um dardo, uma coroa”], etc., depois *habere uulnus* [= “... uma ferida”]; ou “ter em si”: *habere dolorem, habere in animo; habes nostra consilia*, “conheces os nossos projetos”. Tudo isso prefigura a noção de posse: *habere fundum* é, ao mesmo tempo, “residir (sobre a terra)” e “ocupá-la (legalmente)”. Para *ἔχειν* é preciso lembrar não somente os empregos ditos intransitivos — *εὖ, κακῶς ἔχειν*, “estar bem, mal” — mas, desde os mais antigos textos, as fórmulas — como hom. *ἐκὰς ἔχειν*, “manter-se à distância”; *ἔξω δ' ὡς ὅτε τις στερεῇ λίθος*, “ficarei firme como uma rocha” — e as locuções com *ἔχειν* para o estado físico ou mental: *ποθῆν, ἄλγεα, πόνον, πένθος ἔχειν* [= “... uma saudade, uma dor, uma pena, um luto”], ou *τέλος ἔχειν*, “acabar-se”, *ἡσυχίαν ἔχειν*, “permanecer tranquilo”, *ἵππων δμησιν ἔχειν*, “ser hábil em domar cavalos”. O sujeito de *ἔχειν* pode igualmente designar uma coisa: *βᾶρος ἔχειν*, “comportar, ter um peso”, como *pondus habere*.

Chega-se assim a definir a situação respectiva de *ser* e de *ter* segundo a natureza da relação instituída entre os termos nominais e a construção: *ser* presume uma relação intrínseca, *ter* uma relação extrínseca. O que têm de paralelo e o que os distingue evidencia-se assim na simetria da sua função de auxiliares e na não-simetria da sua função de verbos livres. A construção transitiva de *ter* o separa de *ser*. Essa construção, entretanto, é puramente formal, e não classifica *ter* entre os verbos transitivos. Se os elementos sintáticos em *Pierre a une maison*, [“Pierre tem uma casa”], têm formalmente o mesmo arranjo que em *Pierre bâtit une maison*, [“Pierre constrói uma casa”], o segundo

enunciado pode tornar-se em passivo; o primeiro, não. É a prova de que não tem recção transitiva.

Em compensação, nas línguas que possuem ao mesmo tempo *ter* e *ser* como auxiliares, a sua homologia de emprego é um fato de grande alcance. É preciso apenas insistir ainda: não há necessidade na existência de dois auxiliares, pois as línguas podem admitir apenas um. Mesmo onde os dois se empregam, podem ter uma distribuição muito desigual, como em francês, em que *être* se prende a uma dúzia de verbos apenas e *avoir* a todos os outros. Assim, considerando as línguas cujo verbo se organiza com a ajuda de um auxiliar que é ou *ter* ou *ser*, conforme o caso, precisamos observar a convergência de *ter* e de *ser* na formação do perfeito: “il est venu : il a vu” [= “ele veio : ele viu”].

Que o perfeito nessas línguas esteja ligado ao emprego dos auxiliares *ser* e *ter*, que não tenha outra expressão possível além de *ser* ou *ter* com o particípio passado do verbo, e que essa forma perifrástica constitua uma conjugação completa, eis aí um conjunto de traços que esclarecem a natureza profunda do perfeito. É uma forma em que a noção de estado, associada à de posse, se atribui ao autor da ação; o perfeito apresenta o autor como possuidor da realização.

O perfeito é na verdade, principalmente nas línguas indo-européias, uma forma de estado que enuncia posse. Pode-se mostrá-lo pela análise interna das formas perifrásticas. Consideramos que a sucessão — perfeito sintético (*scripsi*) > perfeito perifrástico (*habeo scriptum*) — faz emergir, na relação entre os elementos da forma, o sentido inerente ao perfeito indo-europeu.

Encontra-se uma ilustração chocante na estrutura do perfeito armênio. Analisamos anteriormente⁽¹⁸¹⁾ esse perfeito tão singular nos termos próprios da sintaxe armênia, segundo as únicas condições que permitem explicá-lo. Há duas modalidades — coisa curiosa e em primeiro lugar desconcertante — que se distinguem pela forma casual do “sujeito”, comportando todo o resto os mesmos elementos. O perfeito intransitivo consiste em: sujeito no nominativo + particípio passivo em *-eal* + forma

181. *B.S.L.*, LIV (1959), p. 57 ss.; acima, cap. 15.

flexionada de “ser”; o perfeito transitivo, em: sujeito no genitivo + participio passivo em *-eal* + forma de “ser” na terceira sing. Assim, *sa ekeal ē*, “ele veio”; mas *nora* (gen. sing.) *teseal ē*, “ele viu”. De fato, através dessa variação sintática, podemos reconhecer a oposição que se manifesta no desenvolvimento geral das línguas indo-européias entre a construção do perfeito intransitivo com *ser*, e a construção do perfeito transitivo com *ter*. A originalidade do armênio consiste em exprimir a relação “ter” por uma construção sintática que transforma o sujeito em “possuidor”; é o sintagma “ser + genitivo predicado”, equivalente armênio do verbo “ter”. Diz-se em armênio *nora tun ē*, lit. “eius (*nora*) aedes (*tun*) est (*ē*)” para significar “habet aedes, ele tem uma casa”; diz-se igualmente no perfeito transitivo, com o participio substituindo o substantivo, *nora teseal ē*, lit. “eius uisum est”, para significar “habet uisum, ele viu”. Uma vez dado o princípio da explicação, não temos dificuldade em compreender que essa construção tenha servido de expressão ao perfeito *transitivo*, que aparece assim como “possessivo”, ao pé da letra, e que passa a ser homólogo ao perfeito de signo “ter” das outras línguas. Somente, em vez de manifestar-se pelo emprego de dois auxiliares distintos (*ser* e *ter*), a diferença do perfeito intransitivo e do perfeito transitivo foi, em armênio, transformada na relação da perífrase verbal com o sujeito.

Vemos aqui, num belo exemplo, como as mesmas relações podem tomar, conforme as línguas, expressões formais muito diferentes. A razão da construção do perfeito transitivo armênio encontra-se no fato de que, para “ter”, o armênio diz “pertencer-a” (literalmente “ser-de”). Assinalemos de passagem o notável paralelismo no desenvolvimento do perfeito no antigo egípcio. Segundo a interpretação apresentada por W. Westendorf⁽¹⁸²⁾, o perfeito transitivo egípcio é de expressão possessiva: *mr n-j śn*, “amei o irmão”, equivale literalmente a: “amado (*mr*) de-mim (*n-j*) [é] o irmão (*śn*)”. Ora, a mesma construção com o dativo *n-* indica a posse: *nb n-j*, “ouro (é) de mim (*n-j*) = tenho ouro”. Os tipos lingüísticos podem diferir totalmente; certas relações fundamen-

tais se realizam apesar disso para os mesmos processos formais, aparentemente em virtude de necessidades de estrutura.

Essa explicação do perfeito transitivo armênio, escolhido como amostra da construção “mihi est factum” por “habeo factum”, acarreta uma consequência que será de grande alcance para o conjunto das formas verbais compostas com “ser”. Resume-se no seguinte: a forma de perfeito ativo transitivo em armênio não se distingue da do perfeito passivo a não ser que o objeto seja especificado como tal pela partícula *z-*. Em caso contrário as duas formas coincidem.

Pode-se mostrá-lo em muitos exemplos. Vejamos Mc 15, 46: *ed i gerezmani zor ēr p'oreal i vimē*, “ele o depositou no sepulcro que se havia cavado na rocha”. Assim é que se impõe a tradução a partir do texto dos mss; é um perfeito transitivo, denunciado pelo regime *z-or*, sem sujeito explícito. Oskan, entretanto, dá *or* em vez de *zor*⁽¹⁸³⁾. Se a partícula *z-* é omitida, deve-se traduzir *or ēr p'oreal* necessariamente na passiva: “que estava cavado”, de acordo com o grego ὃ ἦν λελατομημένον ἐκ πέτρας. — Mc 16, 4: *hayec'eal tesin zi t'awalec'uc'eal ēr zvēm*, “tendo olhado, elas viram que se havia rolado a pedra”; mas se, com Oskan, se suprime *z-*, é preciso traduzir “que a pedra havia sido rolada, ὅτι ἀνακεκλίσται ὁ λίθος”. — Tomemos ainda Lc 2, 5: *Maremaw handerj zor xawseal ēr nma*, “com Maria que se lhe havia prometido em casamento; suprimindo-se *z-* (Oskan), entender-se-á: “que lhe havia sido prometida em casamento, σὺν Μαρίας τῇ ἐμνηστευμένη ἁπτόῳ”.

A noção de “estado” está tão impregnada na construção perifrástica “participio + *ser*” que se falta o sujeito, como num perfeito transitivo não pessoal, só a marca do objeto (*z-*) permite dizer se a forma denota o estado do autor da ação ou o estado da coisa afetada. Vê-se quão fraca e estreita vem a ser a margem de distinção entre as duas diáteses⁽¹⁸⁴⁾.

Há mais. Podem encontrar-se exemplos em que nada, afora o contexto, permite decidir se o perfeito é ativo ou passivo.

183. Cf. Lyonnet, *Le parfait en arménien classique*, p. 100.

184. Lyonnet, op. cit., p. 95, observa bem: “... em certos casos é difícil determinar se o perfeito marca o estado do objeto ou do sujeito”.

182. *Mitteil. des Inst. für Orientforschung*, I (1953), p. 227 ss.

Tomemos Lc 19, 15: ... (*ew koč'eal zcařaysn*) *oroc' tueal ər zarcat'n*. Se se considerasse a construção estritamente nos seus termos, *oroc' tueal ər zarcat'n* deveria traduzir-se “os que haviam dado o dinheiro”. Os paralelos não faltam: *oroc' tueal ər* é exatamente comparável, por exemplo, a *oroc' tesimal ər*, “os que haviam visto, *oi idónτες*” (Mc, 5, 16). Apesar disso, a despeito desse paralelismo formal, estamos certos de que o texto de Lc 19, 15 (parábola dos talentos) — *oroc' tueal ər zarcat'n* — deve entender-se não como “os que haviam dado o dinheiro” mas como “(ordenou fossem chamados os servos) a quem havia dado o dinheiro (*τοὺς δούλους*) *οἷς δεδώκει τὸ ἀργύριον*”. O contexto nos mostra que *oroc'* não é aqui o sujeito mas o objeto indireto de *tueal ər*. Quer dizer, portanto, que raciocinando a partir unicamente da construção, se obteria o inverso do sentido pois, em si, *oroc' tuel* (ou *areal*) *ər zarcat' n* significaria exatamente “os que haviam dado (ou tomado) o dinheiro”. A mesma ambigüidade pode resultar de um emprego em que o sujeito não fosse mencionado: *yaynžam... hraman areal i t' aguworēn* se entenderia ao pé da letra “nesse momento a ordem foi recebida pelo rei”, uma vez que o complemento do verbo passivo se enuncia exatamente por *i* e o ablativo. Na verdade a frase significa “ele recebeu a ordem do rei” (sujeito não indicado, cópula omitida). Semelhantes ambigüidades, mesmo se o contexto previne o erro sobre o sentido, mostram que o perfeito transitivo, desprovido de características unívocas, se distinguia mal do perfeito passivo, com o qual tinha em comum ao menos dois elementos sobre três (particípio em *-eal* e verbo “ser”). Se o sujeito está implícito, a distinção só se pode realizar fora da própria forma. Tomemos esta porção de texto: *zi č'ew ews ər arkeal... i bant*; traduziremos: “pois ele ainda não havia sido jogado na prisão”, o que coincide exatamente com o grego: *οὐπω γὰρ ἦν βεβλημένος εἰς τὴν φυλακὴν* (Jo 3,24). Restabeleçamos agora a citação; omitimos o regime *zyovkannēs*; a frase é, na realidade, *zi č'ew ews ər arkeal zyovhannēs i bant*, o que se deve então traduzir: “ainda não se havia jogado João na prisão”, construção ativa em armênio, em face da construção passiva do grego: seria suficiente que o armênio tivesse *zyovhannēs* sem *z-*, e seria um perfeito passivo, como o grego.

Não seguiremos mais adiante as conseqüências dessa situação em armênio. Foi certamente uma das razões que acarretaram a refacção do sistema das vozes na língua moderna, em que o passivo tem desde então u'a marca distintiva, o morfema *-v-* inserido entre o tema e a desinência. O que o armênio nos permite comprovar, outras línguas poderiam também mostrar-nos. Ainda não se prestou atenção a essa configuração do perfeito analítico cuja sintaxe não permite decidir à primeira vista se a forma nominal “regida” pelo perfeito designa o autor ou o receptor do processo. No grego, *ὡς μοι πρότερον δεδήλωται* (Her. VI, 123) significa “como anteriormente o mostrei” e não “como me foi mostrado”; *ὡσπερ καὶ πρότερόν μοι εἴρηται* (Tuc. XI, 94), “como eu o disse” e não “como me foi dito”¹⁸⁵; no entanto, uma tradução literal em latim — *sicut mihi iam prius dictum est* — poderia fazer hesitar quanto ao sentido. O latim também não ignora a ambigüidade ocasional na expressão do agente. Citemos apenas — porque, para o próprio sentimento dos latinos, era uma “fórmula antiga” — os termos que consagravam uma venda regular, segundo Varrão: “Antiqua fere formula utuntur, cum emptor dixit: *Tanti sunt mihi emptae* (sc. *oues*)? Et ille respondit: *sunt*” (R.R. II, 2,5). O comprador quer fazer reconhecer ao vendedor que a operação está concluída: “Comprei-as por tanto”. A construção *sunt mihi emptae* visa a suprimir uma outra ambigüidade, a de um perfeito que seria *sunt a me emptae* e que significaria tanto “comprei-as” como “foram-me compradas” (*ab aliquo emere*, “comprar a alguém”). Fica-se sobre uma estreita margem entre as duas possibilidades.

Para completar a tabela dessas ambigüidades, nascidas da forma analítica do perfeito transitivo com “ser”, notemos a que, paralelamente, se introduzia na passiva, à medida que a forma compacta do perfeito passivo antigo sofria a concorrência da forma descritiva “particípio passivo + ser”. Encontram-se as duas formas juntas em curiosa oposição, por exemplo, em Jo 20, 30-31:

185. Cf. Schwyzer-Debrunner, *Griech. Gramm.*, II, p. 150, para outros exemplos. Schwyzer — “Zum persönlichen Agens beim Passiv”, *Abh. Berl. Akad.*, 1942, 10, p. 15-16 — é bastante indeciso; não distingue o dativo com adjetivo verbal do dativo com formas passivas do verbo.

Πολλὰ μὲν οὖν καὶ ἄλλα σημεῖα ἐποίησεν ὁ Ἰησοῦς... ἃ οὐκ ἔστιν γεγραμμένα ἐν τῷ βιβλίῳ τούτῳ· ταῦτα δὲ γέγραπται ἵνα πιστώητε... “Jesus fez ainda muitos outros milagres que não estão escritos nesse livro; mas estes foram escritos para que creais”. Para reproduzir essa diferença em latim, não houve outro recurso senão a interversão dos membros: “quae non sunt scripta..., haec scripta sunt”. Esse capítulo falta à Bíblia gótica, mas temos noutros passos o mesmo processo: *swaswe ist gameliþ* “καθώς ἐστὶν γεγραμμένον” (Jo 12,14), em oposição a *bi þanei gameliþ ist* “περὶ οὗ γέγραπται” (Mt 11,10). O armênio fez outra escolha: reproduz οὐκ ἔστιν γεγραμμένον por *oc’ ē greal*, mas γέγραπται pelo aoristo *gre’aw*⁽¹⁸⁶⁾. Cada vez mais a forma descritiva participio passivo + “ser” tende a tornar-se o equivalente de um presente passivo. Vemo-lo já em latim em que *aspectus est* substitui *aspicitur*. Em toda parte, a substituição da forma compacta de morfemas conjuntos por uma forma analítica de morfemas disjuntos, tanto no ativo como no passivo, ocasiona conflitos entre a forma de perfeito ativo ou passivo e a enunciação do estado presente com a ajuda de “ser” + adjetivo verbal. Percebe-se nesse encabrestamento a condição que preparou, entre outras, uma nova expressão do perfeito transitivo. O passo decisivo foi transposto quando se substituiu *est mihi* por *habeo*, não somente como termo lexical mas como elemento da forma de perfeito, de sorte que o *tanti sunt mihi emptae* do latim arcaico, acima citado, se enunciava desde então *tanti habeo emptas*, “comprei-as por tanto”; lit. “tenho-as compradas por tanto”. A generalização de um verbo *habere* e a possibilidade desde então estabelecida de exprimir por *habeo aliquid* a relação “aliquid est mihi” permitiram instaurar um perfeito transitivo unívoco *habeo factum* e restabelecer uma distinção clara das vozes no perfeito. A partir daí, o antigo perfectum *feci*, liberado da expressão do perfeito, pode manter-se como aoristo. É de igual maneira que na extremidade oriental da área indo-européia, em sogdiano, se efetua uma cisão entre o pretérito tornado aoristo e o novo perfeito constituído por *dār-*, “ter”, + participio passado.

186. Cf. Lyonnet, op. cit., p. 55-56.

No prolongamento dessas observações apresenta-se um problema particular: é o aparecimento da forma do perfeito com *ter* em germânico. Foi espontaneamente que se desenvolveu esse perfeito? Ou nasceu sob a influência do perfeito latino com *habere*? Meillet via nele uma imitação dos modelos latinos⁽¹⁸⁷⁾. A maioria dos germanistas deixa a questão em suspenso, não encontrando aparentemente nenhum argumento decisivo quer num sentido quer noutro⁽¹⁸⁸⁾. Na verdade, o problema só foi encarado na perspectiva tradicional da gramática “histórica”, em que só os dados empíricos são considerados probantes. Como esperar, porém, de dados materiais a solução de semelhante problema? Os fatos nos ensinam somente que esse perfeito não existe em gótico, e que está presente nos outros ramos do germânico. O que importa é ver como é que esses dados se organizam no sistema germânico. A consideração do sistema parece sugerir uma solução.

Um ponto parece-nos essencial em gótico: é a construção participio + “ser”, para reproduzir o perfeito ou o pretérito passivo do modelo *qīþan ist*, “ἐρρήθη [= “foi dito”]; *gameliþ ist*, “γέγραπται [= “está escrito”]; *gasulid was*, “τεθεμελίωτο [= “estava bem alicerçada”] (Lc 6,48); *instrusgans warst*, “ἐνεκεντρίσθης, foste enxertado” (Rom 11,24), etc.⁽¹⁸⁹⁾ a mesma construção é regra em islandês, em que o participio passivo acrescentado a *vera* é a expressão ordinária do passivo⁽¹⁹⁰⁾. A. Heusler sublinha com razão que *var hann vegenn* não significa apenas “er erschlagen (war tot)” e “er war erschlagen worden”, mas também “er wurde erschlagen”. Ora, o islandês possui um perfeito transitivo com “ter” — *ek hefe jundet*, “encontrei”, *ek hefe veret*, “fui” —, complementar de um perfeito intransitivo com “ser”. No perfeito transitivo, na língua antiga e na poesia, o participio concorda com o nome objeto: *hefe ik þik nu mintam*, “ich habe dich nun

187. Meillet, *Caractères généraux des langues germaniques* 5, p. 130.

188. Cf. por último Sørensen, *Travaux du Cercle ling. de Copenhague*, XI (1957), p. 145.

189. A ordem inversa, “ser” precedendo o adjetivo, indica um sintagma predicativo, não um perfeito: *þatei was gadraban*, como no grego “ὁ ἦν λελατομημένον” (Mc 15,46).

190. A. Heusler, *Altisländ. Elementarb* 4, § 434.

erinnert”; em prosa esse participio tende para a forma fixa do acusativo singular neutro: *hese ik pik nu mint*.

As outras línguas germânicas possuem, como o nórdico, o passivo com “ser” e o perfeito transitivo com “ter”, dois traços que é preciso reconhecer como ligados. No antigo-alto-alemão literário, o perfeito está bem implantado: *tu habest tih selbo vertriben*, “tu próprio te expulsaste, ipse te potius expulisti” (Notker). No domínio frâncico e também nos antigos textos bávaros e alamanos, como o mostrou J. Barat⁽¹⁹¹⁾, o auxiliar do perfeito é *habên* no singular, *eigun* no plural: *ih habên iz funtan : thaz eigun wir funtan*. No ant. inglês, em que o passivo se constitui com *beon*, *wesan*, *weorðan*, vê-se desde os primeiros textos funcionar o perfeito transitivo com “ter”: *ic pē sōðlice andette poet ic cūðlice ġeleornad hæbbe*, “eu te confesso verdadeiramente o que aprendi de um modo certo” (Alfred), traduzindo *Ego autem tibi uerissime, quod certum didici, profiteor*⁽¹⁹²⁾. Comprova-se assim, no nórdico e no oéstico, essa ligação, que é essencial, entre a construção do passivo com “ser” + participio e a do perfeito transitivo com “ter” + participio. As duas formas se ligam: a primeira prepara geralmente a segunda, no sentido que seguiram as outras línguas indo-européias na constituição do novo perfeito transitivo. Ora, o gótico já possui a construção do passivo com “ser” + participio. Assim, não será uma extrapolação muito ousada considerarmos ao menos como verossímil que o gótico, no decurso da sua história ulterior que prosseguiu durante mais de um milênio após os nossos textos, deve ter produzido também um perfeito transitivo com *haban* ou *aigan*. Em todo caso, as condições estruturais para essa inovação estavam reunidas em germânico. O conjunto dos traços concordantes no nórdico e no oéstico parece-nos pôr fora de dúvida que a aquisição de um perfeito transitivo com “ter” é em germânico um desenvolvimento autônomo que não deve nada à influência latina. Ao contrário, para que a ação do latim pudesse determinar uma transformação tão profunda do verbo germânico, teriam sido necessárias condições históricas e sociais que jamais se cumpriram;

191. *M.S.L.*, XVIII, p. 140 ss.

192. Mossé, *Manuel de l'anglais du Moyen Age*, I, p. 150 e 236.

principalmente um longo período de bilingüismo germano-latino. Para tomar um exemplo claro, se podemos atribuir à ação do turco o nascimento das formas de “perceptivo” e de “imperceptivo” em eslavo macedônico, é principalmente por causa do bilingüismo eslavo-turco que as circunstâncias impuseram na Macedônia durante cinco séculos⁽¹⁹³⁾. Entretanto, a influência do latim sobre o germânico foi somente de ordem literária. O germânico não tinha necessidade de um modelo estrangeiro para realizar uma forma de perfeito que a sua própria estrutura devia produzir. Se, pois, o perfeito passivo analítico já estava instalado no gótico, uma necessidade interna chamava a criação de um perfeito transitivo simétrico, instaurando na conjugação o jogo complementar dos auxiliares “ser” e “ter”.

193. Cf. Zbigniew Golab, in *Folia Orientalia* (Cracóvia), I (1959), p. 34 ss.

CAPÍTULO 17

a frase relativa, problema de sintaxe geral⁽¹⁹⁴⁾

O que se tenta aqui é um método de comparação apoiado num certo modelo de frase estudado em línguas de famílias diferentes. O problema é o da frase relativa, isto é, em geral de uma frase subordinada dependente — por meio de algo como um pronome — de um termo dito antecedente. Não se trata de comparar entre elas as expressões formais de semelhantes frases através de línguas variadas, o que seria destituído de sentido: a diferença entre os tipos lingüísticos manifesta-se justamente na organização diferente das partes da frase e na relação sempre diferente entre a função sintática e os elementos formais que a exprimem. Uma comparação dessas cairia por terra, não podendo fundar-se sobre unidades comparáveis entre as línguas comparadas.

O método é totalmente outro. Nas diversas línguas consideradas separadamente, cada uma por si mesma e no seu funcionamento próprio, a análise da frase relativa mostra uma estrutura formal organizada por uma função, que nem sempre é visível. O problema está em desvendar essa função. Pode-se chegar a isso observando-se que freqüentemente a frase relativa tem, no sistema lingüístico que se considera, as mesmas marcas formais que outro sintagma, de denominação totalmente diferente, e que não se pensaria pudesse ser-lhe aparentado. Guiada por essa

194. *Bulletin de la Société de linguistique*, LIII (1957-58), fasc. 1.

analogia formal, a interpretação da frase relativa torna-se possível em termos de função. É uma relação *interna* que nos propomos focalizar em primeiro lugar. Se chegarmos a mostrar, além do mais, que essa mesma relação existe idêntica no interior de línguas de tipos diferentes, ficará estabelecida a possibilidade de um modelo de comparação sintática entre línguas heterogêneas.

As que se aproveitaram para o presente estudo não representam de maneira nenhuma um conjunto unitário e certamente não são a totalidade das línguas que se poderiam utilizar. Há provavelmente outras cujo testemunho teria sido ainda mais concludente. Quisemos apenas dar algumas amostras de línguas, escolhidas de propósito entre tipos muito contrastantes, nas quais os traços que nos interessavam sobressaíam por si mesmos, sem longos comentários. Só por último examinamos os fatos indo-europeus, para nos libertarmos de uma análise tradicional e para fundar a definição sobre critérios de uma objetividade maior.

Em EWE⁽¹⁹⁵⁾ (Togo), a frase relativa apresenta-se como uma frase livre e completa, enquadrada por *si... la*. É preciso definir, nos termos da língua, a função que cumprem por outro lado esses dois morfemas, *si*, que introduz a frase, e *la* que a conclui.

O papel de *si* é claro; é um demonstrativo, que no singular é *si*, no plural *si-wó* (em que *wo* é o pronome plural da terceira). A forma que se tornou usual, *sia*, compõe-se de *si* com o artigo posposto *-a*, donde sing. *si-a*, pl. *si-à-wó*. Assim com *ati*, “árvore”: *ati si-a*, “essa árvore”, pl. *ati si-à-wó*, “essas árvores”; *ati-nye sia*, “árvore-minha essa”, pl. *ati-nye siàwó*.

A partícula posposta *-a*, que serve de artigo definido, comporta uma variante *-la*. As duas formas *-a* e *-la* podem empregar-se indiferentemente no singular, mas só *-a* se admite no plural: *ati*, “árvore”, pl. *ati-wó*; *ati-a* ou *ati-la*, “a árvore”, pl. *ati-à-wó*. A função de *-a* (*-la*) consiste em remeter a um termo já mencionado no discurso, e pode pospor-se a um sintagma inteiro, composto do nome que determinará e das suas dependências: *ati*

195. Os dados sobre o ewe são tomados a D. Westermann, *Grammatik der Ewe-Sprache*, 1907, § 91-92, e 176.

nyui la, “a bela árvore”, *ati nyui sia*, “essa bela árvore”; *akplo did la*, “(lança-longa-a) = a longa lança”, etc.

Em segundo lugar, é preciso observar que *la* posposta a um sintagma verbal assume função substantivante e confere à expressão o papel de uma qualificação ou de um nome de agente⁽¹⁹⁶⁾: de *lã*, “amar”, e *ame*, “homem”, seguido de *la*, tira-se um nome de agente *ame-lã-lá*, “(homem-amar-o) = que ama os homens”; *lã-nye-lá*, “amar-me-o) = o que me ama”; *lã-wo-lá*, “(amar-te-o) = o que te ama”; *do-wò-lá*, “(trabalho-fazer-o) = operário”. Seja a locução *wu asi akɔ*, “(golpear-mão-peito) = alistar-se”; sobre essa locução aumentada de *na*, “dar”, que se utiliza como morfema de dativo, e *ame*, “homem”, constitui-se com *la* o nome de agente complexo: *asi-wu-akɔ-na-ame-la*, “(mão-golpear-peito dat. homem-o) = o que se alista para um outro”.

Ora, a frase relativa em ewe caracteriza-se pelo “pronome relativo” *si*, pl. *siwó*, prefixado, e por *la* posposto, quando a frase relativa precede a principal. Está claro — e Westermann o diz expressamente⁽¹⁹⁷⁾ — que esse “pronome relativo” não é outro senão o demonstrativo *si* e se encontra na realidade não anteposto à frase relativa mas posposto ao substantivo antecedente, como nos exemplos citados. É assim que se deve necessariamente analisar a construção de frases como estas:

lãkle si miekpɔ etsɔ la, “(leopardo-esse-nós vimos-ontem-o) = o leopardo que vimos ontem”;

lãkle siwo miekpɔ etsɔ la, “(leopardo-esses-nós vimos-ontem-o) = os leopardos que vimos ontem”;

lã si uèkpɔ la, menye kese wónye o, “(animal-esse-tu viste-o, não é (menye) macaco-ele é não) = o animal que viste não é um macaco”;

devi siwo mede suku o la, “(crianças-essas-não-iam-escola-não-o) = as crianças que não iam à escola”.

196. Westermann, op. cit., § 149.

197. Op. cit., § 93: “Das Relativpronomen *si* ist dasselbe wie das Demonstrativ *si*, und man könnte *si* deshalb ebenso sug ein Demonstrativpronomen des vorangehenden Substantiv nennen”.

Se não há antecedente substantivo, é *si* que se substantiva por prefixação do pronome *e*; assim *esi mekpɔ la*, “(ele esse(= esse que)-eu vi-o) = esse que vi”.

Vê-se que, na organização formal da sintaxe ewe, a “frase relativa” se obtém pela conversão de uma frase verbal em expressão nominal por meio de determinantes pronominais. Esse sintagma assim obtido é então apostado a um substantivo ou a um pronome, à maneira de um adjetivo determinado.

Em TUNICA (Louisiana)⁽¹⁹⁸⁾, os nomes constituem uma classe formalmente distinta das outras, como os pronomes, verbos, etc. Um nome, em si mesmo indeterminado, torna-se determinado pela prefixação ou do artigo *tá-*, *t-*, ou de um pronome que indique posse; há duas séries desses pronomes prefixados, para a posse alienável e inalienável respectivamente. O artigo e o pronome são mutuamente exclusivos.

O fato notável é que só os nomes assim determinados são susceptíveis de uma flexão, que compreende três casos: o caso “definitivo” (aproximadamente nominativo-acusativo), o caso não definitivo (desprovido de marcas de flexão, de gênero e de número) e o caso locativo. O caso “definitivo” requer o emprego dos sufixos de gênero e de número; é o único caso em que o gênero e o número do nome são formalmente assinalados. Assim, com o prefixo articular *ta-*: *táčɔhaku*, “o chefe”, de *ta* + *čɔha*, “chefe”, + *ku* masc. sing.; — *tánakaseman*, “os guerreiros”, de *ta* + *náka*, “guerreiro”, + *sema* pl. masc.; — *tálahč*, “do caniço”, de *t(a)* + *ala*, “caniço”, + *hč* fem. sing. — Com prefixo possessivo de parentesco: *?esíku*, “meu pai”, de *?i-* prefixo primeira sing. inalienável + *ési*, “pai”, + *ku* masc. sing.; — *?ɔhɔyahč*, “sua irmã”, de *?u-* prefixo terceira sing. inalienável + *áhaya*, “irmã”, + *hč(i)* fem. sing. — Com prefixo de posse alienável: *?ihk ?oniseman*, “minha gente”, de *?ihk-* prefixo primeira sing. + *?oni*, “pessoa”, + *sema* pl. masc.; — *?uhk ?oniseman*, “sua gente”, com *?uhk-* prefixo terceira sing. masc.; — *tísasíniman*, “seus cães (dela)”, de *ti(hk)-* prefixo terceira sing. fem. + *sa*, “cão”, + *sínima* fem. pl.

198. A nossa análise funda-se na descrição de Mary R. Haas. *Tunica*. 1941 (*H.A.I.L.*, IV). Combinamos os § 4.843 e 7.45.

Ora, observamos que os mesmos sufixos de gênero e de número podem ser acrescentados a uma forma verbal flexionada para convertê-la em “frase relativa”. Essa sufixação pode aparecer ao mesmo tempo no nome antecedente e na forma verbal, ou só na forma verbal.

Para o primeiro caso, um exemplo será *tóniséman táheritʔe kíčun ʔuk ʔeraséman*, “as pessoas que estavam sentadas no barco”⁽¹⁹⁹⁾, que se analisa: *tóniséman*, “as pessoas”, de *t(a)*- artigo + *ʔóni*, “pessoa”, + *-séma* pl. masc.; *táheritʔe*, “o barco”, de *ta*-artigo + *heritʔe*, “grande barco”; — *kíčun*, “no interior”, posposição; — *ʔuk éras eman*, de *ʔukʔera*, “eles estavam sentados”, terceira pl. + *sema* sufixo nominal de masc. pl. Para o segundo caso, citemos *toni hípʔontaséman*, “as pessoas que haviam dançado”, em que, desta vez, *toni*, “as pessoas” (de *t(a)* + *ʔoni* como acima) não traz sufixo de gênero e de número; esse sufixo é acrescentado à forma verbal *hípʔontaséman* de *hípʔonta*, “eles haviam dançado” + *-sema* pl. masc. A determinação de gênero e de número sufixada na forma verbal transforma-a em predicado verbal característico de uma “frase relativa”.

Em suma, a transferência do sufixo que caracteriza a forma nominal definida para uma forma verbal converte esta última em uma forma verbal definida, isto é, em uma “frase relativa”, na terminologia usual.

Passando a outro tipo lingüístico ameríndio, de fato representado por um grande grupo de línguas, o ATAPASCA, consideramos para a expressão do “relativo”, em primeiro lugar, o navajo e o chipewyan.

O navajo⁽²⁰⁰⁾ emprega partículas enclíticas de função “relativizante” com nomes e com verbos também: são sobretudo as partículas *-í* e *-i* (vogal longa de tom baixo); a primeira indica uma condição ou atividade momentânea, a segunda, uma condição ou atividade durável. Assim, de *ʔacid*, “ele martela”, se

199. Mary R. Haas, *Tunica texts*, 1950, Univ. of California Publications in Linguistics, vol. VI, n.º 1, p. 62 d.

200. Servimo-nos de Bérard Haile, *Learning Navaho*, I-IV, St Michaels, Arizona, 1941-1948. Os exemplos são tomados principalmente a I, p. 50, 92, 128, 164; III, p. 37; IV, p. 167.

tira *ʔacid-i*. “o que está martelando”, e *ʔacid-i*, “o que martela por profissão, o ferreiro”; *na.lniš*, “ele trabalha”, *na.lniši*, “o que trabalha”. Podem formar-se dessa maneira adjetivos sobre formas verbais: *neskʔah*, “it is fat” [= “é gordo”]: *neskʔahi*, “a fat one”, “um gordo”; *xasti-n cʔosi*, “homem que é magro”; *ʔaszá yázi*, “mulher que é pequena”. Convertem-se assim frases verbais em expressões relativas: *bina ʔádin*, “os seus olhos (*bi*-possessivo + *naʔ*, “olho”) faltam = ele é cego”, torna-se *bina. ʔádin-i*, “cujos olhos faltam, um cego”. Igualmente *diné ʔiyehi*, “o homem que se casa”, de *ʔi*- prefixo + *yeh*, “casar-se”, + *-i*- enclítico relativizante.

Encontra-se em chipewyan⁽²⁰¹⁾ (Alberta, Canadá) uma partícula relativizante *-i*. Por um lado, forma nomes relativos: *ya-l-teí*, “ele fala”: *yatley-i*, “pregador, sacerdote”; *de-l-dđer*, “isso crepitáculo”: *deldđer-i*, “crepitáculo”; de outro lado, frases relativas: *tʔahí sas-xélθetj-i*, “(esse urso-com ele dorme-quem) = esse que dormia com o urso”; *tʔahú sas-xél nédtj-i*, “(quando urso-com ele deitou-que desde) = desde que ele se havia deitado com o urso”.

O mesmo mecanismo sintático se encontra em SUMERIANO⁽²⁰²⁾, em que a adição do sufixo *-a* a uma forma nominal serve para determiná-la, e em que o mesmo sufixo *-a* posposto a uma frase livre a transforma em frase relativa: *lú é mu-dù-a-še*, “para o homem que ergueu um templo” (*lú*, “homem”, *e*, “templo”, *mu-dù-a-še* = prefixo *mu* + *dù*, “erguer”, + sufixo *a* + *še*, “para”); literalmente “homem ele ergueu um templo o-para”. Assim, ainda *Gudea PATESI-Lagas^{ski} lú E-ninmu-d Ningir-suka indúa*, “Gudea, PATESI de Lagas, homem (= aquele) que ergueu o Eninnu do deus Ningirsu”. A forma verbal relativa *indúa* analisa-se em *in*-prefixo + *dù*, “erguer”, + *a* sufixo relativo. Esse *-a*, porém, reaparece em *Ningirsu-(k)a*, “o de Ningirsu”, onde serve

201. Citado segundo F. K. Li, ap. Hoijer ed., *Linguistic structures of native America*, 1946, § 12 d, p. 401 e § 45 i, p. 419-420.

202. Numerosos exemplos em R. Jestin, *Le verbe sumérien: déterminants verbaux et infixes*, p. 162 ss.

para determinar um nome. A determinação do sintagma de dependência e a da frase relativa têm, pois, o mesmo índice formal -*a*⁽²⁰³⁾.

Na sintaxe do ÁRABE⁽²⁰⁴⁾, a frase relativa se descreve como uma “qualificação”, tanto quanto o adjetivo ou o grupo formado por uma preposição e o seu regime. Um paralelismo que é preciso sublinhar evidencia-se principalmente entre o tratamento sintático do adjetivo e o da frase relativa. O adjetivo pode ser ou indeterminado — *ʔimāmun ʔādilun*, “um imame justo” — ou determinado — *al ʔimāmu ʔʔādilu*, “o imame justo” (o adjetivo é determinado quando o nome o é).

Igualmente, a frase relativa pode apresentar-se ou como indeterminada ou como determinada. Quando o nome subordinante é indeterminado, a relativa é de determinação zero: *ḡarabtu rajulan jāʔa*, lit. “golpeei um homem ele veio = ... um homem que veio”; — *kamaḡali ʔi himāri yalumu asfāran*, “como o asno (um asno) ele carrega livros = ... que carrega...” — *kāna lahu ʔbnun summiya muhammadan*, “ele tinha um filho ele foi chamado Muhammad = ... que foi chamado...” Quando, porém, o nome subordinante é determinado, a relativa comporta um pronome, que terá a forma *alladi* na frase seguinte, variante determinada da que foi citada: *ḡarabtu ʔrajula ʔladi jāʔa*, “golpeei o homem que veio”. Esse “relativo” *alladi* é propriamente um demonstrativo, logo, por função, um determinativo. Flexiona-se e concorda: *al-bintu allati kāna ʔabuhā waziran*, “a filha cujo pai era vizir” (lit. “que o seu pai era vizir”). A determinação de frase-relativa tem por signo distintivo um demonstrativo pronominal que cumpre a mesma função que o artigo prefixado para a determinação de adjetivo. Entre os dois tipos de determinação há uma simetria que sobressai da seguinte comparação: 1.º adjetivo indeterminado (signo zero): *ʔimāmun ʔādilun*; “frase relativa” indeterminada (signo zero): *(ḡarabtu) rajulan jāʔa*; 2.º adjetivo determinado: *al ʔimāmu ʔʔādilu*; “frase relativa” determinada: *(ḡarabtu) ʔrajula*

203. Uma interpretação semelhante é dada agora por V. Christian, *Beiträge zur sumerischen Grammatik*, 1957, Sitzber. österreich. Akad.-Phil. hist. Kl. Bd. 231, 2, p. 116.

204. Socin-Brockelmann, *Arabische Grammatik* 11, 1941, 125, 150-151.

ʔlodi jāʔa. A única diferença reside na forma do “pronome relativo” *alladi*, fem. *allati*, etc., que é um reforçamento do prefixo determinativo ou artigo (*al*) por um deítico *-la-* seguido de um morfema que indica o gênero, o número: *-di* masc. sing., *-ti* fem. sing.; *-dāni*, masc. dual; *-tāni*, fem. dual, etc.

No total, a “frase relativa” em árabe tem a mesma conotação sintática que o adjetivo qualificativo e é susceptível, como o adjetivo, de uma forma indeterminada e de uma forma determinada.

Podemos agora voltar-nos para o indo-europeu. Aqui, a primeira exigência de um exame frutuoso, talvez a mais difícil de cumprir, consistirá em abandonar o quadro tradicional no qual esses fatos estão imutavelmente ordenados. A sintaxe comparada ainda não soube libertar-se aqui de uma ótica que não se pode mais nem mesmo chamar greco-latina, uma vez que — esperamos mostrá-lo adiante — não se aplica nem ao grego nem ao latim.

Segundo o ensinamento clássico, a frase relativa, que é a única subordinada cuja existência pode reportar-se ao período pré-dialetal, construía-se no indo-europeu sobre o modelo que nos é conhecido através do sânscrito, do grego e do latim ou, igualmente, através de uma língua ocidental moderna: consistia de um pronome aposto ao antecedente nominal e que regia uma frase verbal. O tipo é: sânscr. *ayām... yo jajāna rodasi*, “aquele, que gerou céu e terra” (RV. I, 160, 4); gr. *ἄνδρα... ὃς μάλα πολλὰ πλάγχθη*, “o homem que tanto errou” (x 1); lat. *Numitori, qui stirpis maximus erat* [= “a Númitor, que era o maior da sua estirpe”] (Liv. I, 3,10). É claro que não se contestará que esse tipo é amplamente empregado e que se tornou mesmo, a partir de certo período histórico, o modelo da frase relativa. A questão está em saber se esse estado pode ser reportado tal qual ao indo-europeu, e nesse caso a comparação das línguas entre elas não nos ensinaria nada, não sendo o estado indo-europeu mais que a projeção retrospectiva de uma situação histórica, cuja gênese e cuja função nos escapariam então inteiramente. Ora, o simples inventário dos dados conhecidos pelas línguas mais antigas já mostra que os empregos do “pronome relativo” não coincidem com os quadros da “frase relativa”, que o ultrapassam ampla-

mente e que não podem reduzir-se ao modelo que nos é hoje familiar. É um convite para revermos a nossa definição.

É preciso, portanto, passar em revista os empregos que parecem escapar à noção de “frase relativa”⁽²⁰⁵⁾. Por razões de comodidade, agruparemos os testemunhos que citarmos segundo o tema do pronome relativo. Sabemos que as línguas indo-européias se distribuem num grupo em que o tema pronominal é *yo-, principalmente o indo-irânico, o grego e o eslavo (incluiremos as variantes, como o ant. persa *hya-*, e também *to-, empregado em concorrência com *yo- no grego homérico) e num grupo que utiliza o tema *kwo-/*kwi-, principalmente o hitita e o latim.

A descrição das frases relativas comandadas pelo pronome *yo- no indo-irânico e no grego homérico não pôde jamais aceitar sem resistência certos empregos nos quais esse pronome se liga a formas nominais sem verbo. Trata-se de sintagmas nos quais *yo- desempenha o papel de um determinante entre um nome e um adjetivo ou mesmo simplesmente com um nome, ao qual é preposto ou posposto. Esses fatos são conhecidos há muito tempo. Todos os estudos sobre a sintaxe do indo e do irânico antigo os mencionam, como singularidades, porém, que não se sabe muito bem explicar, ou — na falta de explicação melhor — como frases sem verbo, frases “nominais”.

Pensamos que, ao contrário, o emprego do pronome relativo nesses sintagmas não verbais é ao menos tão antigo quanto na frase relativa usual e — o que aqui é mais importante — que a função do pronome *yo- se define ao mesmo tempo pela construção não verbal e pela construção verbal.

É sobre a primeira que se insiste menos. É por isso que parece útil lembrar alguns exemplos, como simples ilustração. Tomemos, em primeiro lugar, os fatos védicos⁽²⁰⁶⁾. Na medida

em que liga a um nome ou a um pronome uma determinação nominal — que, em caso contrário, deveria estar concordando, mas que, com *ya-* permanece no nominativo — o pronome desempenha o papel de um verdadeiro artigo definido. É assim que somos constantemente levados a traduzi-lo: *viśve marúto yé saháśaḥ*, “todos os Marutos, os poderosos” (RV. VII, 34, 24); *amí ca yé maghāvāno vayám ca... niṣ tatanyuḥ*, “estes, os generosos, e nós queremos transpassar” (I, 141, 13). A independência casual do sintagma com *-ya* evidencia-se, por exemplo, em: *kakṣvantam yá auśijáḥ*, “Kakṣivant (ac.), o descendente de Uśij” (I, 18, 11); *agním... dáta yō vānitā magham*, “Agni (ac.), o doador, o conquistador de presentes” (II, 13, 3); *índram... hántā yó vṛtrám*, “Indra (ac.), o abatador de Vṛtra” (IV, 18, 7); *sómam... bhūvanasya yás pátiḥ*, “Soma (ac.), o senhor do mundo” (V, 51, 12); em determinações de vários membros paralelos: *tvám viśveṣām varuṇási rájá, yé ca devá asura yé ca mártāḥ*, “tu és Varuna, rei de todos, os deuses, ó Asura, ou mortais” (II, 27, 10); *paśún... vāyavyán āraṇyán grāmyās ca yé*, “os animais voláteis, os selvagens e os domésticos” (X, 90, 8); *ví jānthy āryān yé ca dasyávaḥ*, “distingue árias e (os) dásius!” (I, 51, 8); *antár jātéṣv utá yé jānitvāḥ*, “entre os que nasceram e os que estão por nascer” (IV, 18, 4), etc.

Esse emprego de *ya-* em sintagma nominal, que conta dezenas de exemplos só no Rígvēda⁽²⁰⁷⁾, tem o seu paralelo no avéstico, no qual é ainda mais desenvolvido. O pronome *ya-* no Avesta, tem o sentido de um artigo definido com grande variedade de determinantes nominais⁽²⁰⁸⁾: *azəm yō ahurō mazdā*, “eu, A. M.” (Y. 19, 6); *təm daēnəm yā hātəm vahištā*, “essa religião, a melhor para os que existem” (Y. 44, 10); *viṣpe mainyava daēva yaēča varənya drvantō*, “todos os daivas espirituais e os drugvants varnianos” (Yt. X, 97); *fravašibyō ya mainyavanam yazatanəm*, “aos fravartis, as dos deuses espirituais” (Y. 23, 2). Daí verdadeiras

205. Quase não é preciso dizer que não descrevemos aqui as modalidades indo-européias da frase relativa, mas apenas a estrutura do tipo indo-europeu. Limitamo-nos propositadamente ao essencial. O acúmulo de exemplos que se encontra em todos os manuais teria facilmente e inutilmente enchido este estudo.

206. Ver Delbrück, *Vergl. Syntax*, III, p. 304 ss.; Wackernagel-Debrunner, *Altind. Gramm.*, III, p. 554-557 (com bibliografia); e um sumário dos empregos em L. Renou, *Gramm. de la langue védique*, § 446 ss., que sublinha com razão (§ 448) o caráter arcaico do emprego de *ya-* como artigo.

207. W. Porzig, *I.F.*, 41, p. 216 ss., cita 51 exemplos para os *mandalas* II-VII do R.V.

208. Os exemplos estão em Bartholomae, *Wb*, col. 1221 ss.; cf. Reichelt, *Av. Elementarb.*, § 749 ss. A descrição dos fatos avésticos foi objeto de uma comunicação apresentada por Hansjakob Seiler, sob o título: *Das Relativpronomen im jüngeren Avesta*, no XXIV Congresso internacional dos orientálistas (Munique, 29 de agosto de 1957).

designações individualizadas, como: *mīθrō yō vouru. gaoyaoitiš*, “Mitra, das vastas pastagens”; *aeša druxš yā nasuš*, “a Druj Nasu”; *aēšō spā yō urupiš*, “o cão (dito) urupi” (Vd. 5, 33). Em todos os empregos antigos desse tipo, é de regra a autonomia casual de *ya-* no nominativo. É por normalização secundária que se estende a concordância ao pronome e à determinação que ele introduz: *daēum yim apaošəm*, “o daiva Ap.” (Yt. 8, 28); *imaqm daēnaqm yaqm ahuirim*, “esta fé, a ahuriana” (Yt. 14, 52). Igualmente no antigo persa, é por referência ao uso antigo que é preciso apreciar a aparente anomalia de *dārayava(h)um hya manā pitā*, “Dario (ac.), meu pai”, em face do torneio mais usual *gaumā-tam tyam magum*, “Gaumata o mago”, em que todos os termos concordam.

É exatamente a mesma situação que se observa em grego homérico. O fato que se deve sublinhar aqui ainda é a construção — explorada a ponto de fornecer torneios formulares — do pronome *ὅς*, *ὅστις*, *ὅσπερ* com determinações nominais, em sintagmas não verbais onde tem o valor de artigo, e a independência do sintagma quanto ao antecedente na relação casual. O tipo está bem estabelecido: Πηλεΐδην..., *ὅς μὲν ἄριστος* [= “o filho de Peleu..., de longe o melhor”] (Π 271); Τευκρός, *ὁ ἄριστος Ἀχαιῶν* [= “Teucro, o melhor dos aqueus”] (N 313); Κρόνου παῖς, *ὅς τοι ἀκοίτης* [= “o filho de Crono, o teu esposo”] (O 91); τὰ ἔλδεται, *ὅς κ’ ἐπιδαής*, [= “que o indigente deseja”] (E 481); ἄλλοι..., *ὅς τις Ἀχαιῶν* [= lit. “a outros... aos dentre os aqueus”] (Ψ 285); ἔγημεν Ἀχαιῶν *ὅς τις ἄριστος* [= “desposou o mais nobre dos aqueus”] (λ 179); Ζῆνα, *ὅς τις τε Θεῶν ἄριστος* [= “Zeus, o melhor dos deuses”] (Ψ 43); οἶνον... *ἄφουσον ἠδύν, ὅτις μετὰ τὸν λαρώτατος ὄν σὺ φυλάσσεις*, [= “... tira-me um vinho doce, o mais delicioso depois do que guardas”] (β 349-350), etc. Não são “frases nominais”, mas sintagmas nos quais o pronome, introduzindo uma determinação nominal, tem função de artigo. Quando se parte dessa comprovação, percebe-se que não há diferença de natureza entre *ὅς* ligado a uma forma nominal e *ὅς* ligado a uma forma verbal. O pronome não muda de qualidade quando introduz um verbo: *ὅς κ’ ἐπιδαής* e *ὅς κε θάγησιν* (T 228) são exatamente paralelas. Se julgamos natural que, na seqüência *χρηὶ τὸν μὲν καταθαπτέμεν, ὅς κε θάγησιν* [= “é preciso enterrá-lo, o que morre”], o “relativo” *ὅς* esteja no nominativo,

precisamos admitir como igualmente regular que em *ὅς κ’ ἐπιδαής*, o pronome permaneça no nominativo seja qual for o caso do antecedente. Na “frase relativa”, *ὅς* tem uma função “articular”, exatamente como no sintagma nominal *ὅς μὲν ἄριστος*. Em védico, em (*agnim*) *yó vásuḥ*, “Agni (ac.) o bom” (V, 6, 1), como em *yó no dvéṣti*, “(o) que nos odeia” (III, 53, 21), o pronome tem a mesma função, assim como o mostra a simetria da construção. Em avéstico, a incorporação do pronome-artigo ocorre tanto num sintagma nominal determinativo como *yō yimō xšaētō*, lit. “o Yama brilhante” (Yt, 5, 25), como numa forma relativa verbal como *yā dā ašiš*, “as recompensas que darás” (Y. 43, 4). Em ambos os casos, trata-se de uma determinação, que é efetuada por *ya-* ligado quer a uma forma nominal, quer a uma forma verbal.

O fato de que essa dupla função pertence desde o indo-europeu ao pronome **yo-* não se pode mais contestar. O acordo manifesto entre o indo-irânico e o grego encontra confirmação no eslavo e no báltico. Uma categoria tão importante como a forma determinada do adjetivo no eslavo e no báltico antigos nada mais é que a adjunção do pronome **yo-* ao adjetivo para determinar o substantivo; esse pronome fixou-se em posposição, o que não é nem mesmo uma inovação na ordem das palavras, uma vez que *ya-* se pospõe freqüentemente no védico: *sā rātri pāritakmyā yā*, “esta noite, a decrescente” (R V. V, 30, 14). Temos, portanto, no estado antigo do eslavo e do báltico as duas funções do pronome **yo-*: a função determinante (nominal) no adjetivo determinado, e a função relativa (verbal) na forma, alargada com a partícula *že*, do relativo ant. esl. *i-že*. As duas funções já estão dissociadas em data histórica, e o pronome *iže* será logo substituído pelo tema interrogativo-indefinido, mas o testemunho do eslavo e do báltico sobre a sintaxe originária do pronome **yo-* não fica menos claro⁽²⁰⁹⁾.

209. A construção do adjetivo determinado é apresentada como uma concordância entre o irânico, o eslavo e o báltico em Meillet-Vaillant, *Slave commonum*, p. 446. Trata-se na realidade de um fato iudo-europeu comum, como toda a nossa demonstração pretende estabelecer.

Com o hitita, a forma diferente do pronome, que é *kuiš*⁽²¹⁰⁾, da qual os textos hititas oferecem abundantes exemplos, tem para nós um valor particular. Temos o emprego usual do pronome em frases relativas, geralmente antepostas à principal, como: *kuišmat iyezi apenišuwān uttar naš*^{URU} *Hattuši UL huiššuzi akipa*, “o que a faz, essa coisa, esse não fica vivo em Hattuša, mas morre”; *IR*^{MEŠ} *-IA-waza kuēš daš... nuwarašmu arha uppi*, lit. “quais meus servidores tomaste, devolve-os me!” Essa construção é frequente. Igualmente numerosos, porém, são os exemplos⁽²¹¹⁾ em que o pronome está ligado a, e concorda com, uma forma nominal sem verbo. Alguns poderiam passar por frases nominais, sem grande verossimilhança, aliás: *kuit handan apat išša*, “quod iustum, hoc fac” [= lit. “o justo, isso faze”]. Na maioria dos casos, o pronome desempenha indubitavelmente o papel que é preciso agora reconhecer-lhe, o de um instrumento de determinação nominal, de um quase-artigo: *šallayaškan* *DINGIR*^{MEŠ} *-aš kuiš šalliš*, “(entre os grandes deuses o grande”; *memiyaš kuiš iyawaš*, “a coisa a fazer”; *kuiš dān pedaš DUMU nu LUGAL-uš apāš ki-šaru*, “o filho de segunda linhagem, que esse se torne rei”; *nuzā namma* *GUD*^{HLA} *UDU*^{HLA} *DUMU. LU. ULU*^{MEŠ} *UL armahhanzi armauwantēš-a kuiēš nuzā apiya UL haššīyanzi*, “feras e humanos não concebem mais; as grávidas não mais dão à luz”⁽²¹²⁾; *hantezzies(ma) kuiēš MAGDALATI nu ŠA*^{LÜ} *KUR kuiēš KASKAL*^{HLA}, “os postos avançados e os caminhos do inimigo”; *nāšmaza kuiēš EN*^{MEŠ} *DUMU*^{MEŠ} *LUGAL-ya*, “esses, os senhores e príncipes”; *šummaš(ma) kuiēš*^{LU.MEŠ} *SAG*, “vós, os dignitários”. Seria artificial e ilegítimo restaurar cada vez uma cópula; as determinações são freqüentemente de um tipo que exclui o verbo “ser”. É preciso admitir, sem forçar a construção num quadro verbal que ela não aceita, que *kuiš* se comporta à maneira do *ya*- indo-irânico, e que articula sintagmas nominais exatamente paralelos aos que

210. Ver E. A. Hahn, *Language*, XXI (1946), p. 68 ss.; XXV (1949), p. 346 ss.; Friedrich, *Heth. Elementarb.*, § 336.

211. Vários do que se seguem são tomados aos textos publicados por E. von Schuler, *Hethitische Dienstanweisungen*, Graz, 1957, p. 14, 17, 41 (§ 8-9).

212. Citação do mito de Telipinu (Laroche, *R.H.A.*, 1955, p. 19).

se viram no indo-irânico. O acordo funcional é aqui tanto mais chocante quanto o hitita opera com um tema pronominal distinto.

Chegamos agora ao latim, que assume nesse contexto uma posição particular. Na medida em que emprega *qui* como instrumento da relação sintática, o latim se agrupa com o hitita. Esse agrupamento próprio ressalta, então, tanto mais vivamente o que parece ser um contraste entre essas duas línguas. Acabamos de ver que o hitita concorda com o estado antigo do indo-europeu, na dupla construção sintática do pronome. Poder-se-á encontrar essa dupla construção na sintaxe do latim *qui*? A questão ferirá o sentimento de um latinista. O pronome relativo *qui* governando uma frase verbal é em latim coisa tão banal que se toma como modelo de toda frase relativa. Em compensação, *qui* coordenado a uma forma nominal parecerá uma anomalia tal que não se imagina compatível com a conotação do relativo em latim; nenhuma descrição do latim dá qualquer exemplo disso. No entanto, devemos propor a questão: conheceu também o latim o pronome como determinante nominal? A indução estrutural nos incita a encarar teoricamente essa possibilidade, e a procurar ver se ela se verifica. Não podemos tomar como uma resposta o silêncio dos gramáticos, uma vez que a questão aqui levantada ainda não foi proposta.

Após leituras e exames minuciosos dos quais o próprio princípio parecia arriscado, pudemos encontrar em textos do latim antigo as confirmações desejadas. Como esses fatos, que o saibamos, não estão assinalados em lugar nenhum, é preciso dá-los com algum pormenor.

Festus — 394, 25 — conservou-nos a fórmula pela qual se designava a totalidade dos senadores, que compreendia, além dos *patres*, os que deviam, como *conscripti*, completar-lhes o número: *qui patres qui conscripti* (cf. além disso Festus s.v.: *allecti* 6, 22; *conscripti* 36, 16). Temos em *qui patres qui conscripti* o mesmo tipo de sintagma que se conhece com *ya*- no védico para especificar os termos de uma enumeração, por exemplo, *yā guṅgūr yā sintvāl yā rakā yā sárasvatī* (II, 32, 8). Outra fórmula, também antiga, é comentada em Varrão (*Lingua Lat.* V, 58) que a encontrou nos Livros de Augúrios: “hi (sc. *dei*) quos Augurum Libri scriptos habent sic *diui qui potes* pro illo quod Samothraces

θεοὶ δυνατοὶ [= lit. “estes (deuses) que os Livros de Augúrios têm assim descritos *deuses poderosos* para aquilo que os samotrácios (chamam) *θεοὶ δυνατοὶ*”]. O arcaísmo da forma *potes* equivale ao arcaísmo sintático de *qui*, determinante nominal, numa locução *diui qui potes*, herdada do ritual dos Cabiros (cf. Varrão, *ibid.*: “hi Samothraces dii, qui Castor et Pollux”) e que não se deve absolutamente corrigir para *diui potes*, como o fazem editores modernos⁽²¹³⁾. Encontramos um terceiro exemplo, desta vez num texto literário, em Plauto: *sahuete, Athenae, quae nutrices Graeciae*, “salve, Atenas, nutriz da Grécia!” (*Stichus*, 649). Quer haja aqui imitação de antigas fórmulas, o que é possível, ou emprego ocasional, a construção é certamente autêntica; *qui* une estreitamente a qualificação ao nome invocado, de sorte que *Athenae, quae nutrices Graeciae* é simétrica ao gâth. *θwā... yām ašā vahištā hazaošām... yāsā*, “eu te imploro, tu, o aliado⁽²¹⁴⁾ de Aša Vahištā” (Y. 28, 8). Finalmente, encontramos, várias vezes ainda em Plauto, *qui* com um participio no plural neutro com valor de quase-artigo: *ut quae mandata... tradam*, “para transmitir as ordens” (*Merc.* 385); *tu qui quae facta infitiare*, “tu que pretendes negar os fatos” (*Amph.* 779); *omnes scient quae facta*, “todos vão conhecer os fatos” (*Ibid.* 474); *optas quae facta*, “desejas coisas feitas” (*Ibid.* 575). Destacamos até em Vergílio a construção nominal de *qui* avizinhandando-se da construção verbal: assim neste passo da *Eneida* (VI, 661 ss.), em que se segue: *quique sacerdotes casti... quique pii uates... aut qui uitam excoluere... quique facere...* [= “e os sacerdotes castos..., e os poetas piedosos..., e os que embelezaram a vida..., e os que fizeram...”]⁽²¹⁵⁾. Essas citações, que não pretendem ser completas, incitarão talvez algum latinista a levar mais longe a pesquisa. São suficientes para mostrar, até o limiar da época clássica, a sobrevivência de uma propriedade sintática certamente herdada;

213. É infelizmente o caso da edição Kent (Loeb Classical Library), I, p. 54, que segue Laetus corrigindo *diui potes*. Semelhantes “correções” eliminam dos nossos textos traços autênticos, que não se podem explicar como erros da tradição.

214. Lit. “que tens os mesmos gostos que A. V.”

215. Ver algumas outras citações em Havers, *I. F.*, 43 (1926), p. 239 ss., que as define inexatamente como “*emphatische Relativsätze*”.

que reproduz em latim a dupla capacidade de emprego que o hitita *kuiš* possui pelo seu lado e que as línguas de relativo **yo-*conhecem igualmente bem.

Uma vez consideradas no seu conjunto as concordâncias entre as formas antigas do indo-europeu, já não se trata de ver um desenvolvimento secundário no emprego do pronome como determinante do nome ou de um adjetivo. Muito pelo contrário essa é, na própria origem, a sua função própria, cujo emprego como “pronome relativo” não é mais que uma extensão à frase verbal. Nos dois casos o papel do pronome é o mesmo, o de um determinante, quer seja determinante de um termo nominal ou de uma frase completa.

Esse tipo de relação obscureceu-se aos nossos olhos, pelo fato de que na maioria das línguas indo-européias a determinação nominal recebeu outros meios de expressão que não os da frase relativa; o pronome relativo tornou-se assim num instrumento exclusivamente sintático, o que ele já é em latim clássico, por um *processus* que o dissociou da função de determinação nominal, em geral confiada a um “artigo”. A situação indo-européia sofreu assim quanto a isso uma transformação completa. Um traço essencial da estrutura sintática comum não é mais que uma sobrevivência em certas línguas.

Entretanto, mesmo onde, em conseqüência das condições históricas, não conhecemos a sintaxe a não ser no estado “moderno”, produziu-se parcialmente um retorno à estrutura antiga, embora por vias novas. O velho irlandês não possui forma especial para o pronome relativo; em geral, a função relativa⁽²¹⁶⁾ é assegurada seja pela nasalização ou variações morfológicas (desinências particulares), seja pelo prevérbio *no* ou por infixações pronominais, etc. Há, entretanto, um caso, a saber, após preposição, em que aparece uma forma de pronome relativo; ora, esse relativo é justamente apenas uma forma do artigo, *-(s)an-*, sem variação de gênero nem de número: *ind-altóir for-an-idparar*, “o altar sobre o qual se sacrifica”; *intí di-an-airchessi dia*, “is cui parcit deus [= o que deus poupa]”. A necessidade de dar um

216. Cf. Vendryes, *Gramm. du vieil-irlandais*, p. 331 ss., e Thurneysen, *Grammar of old Irish*, § 492, ss.

complemento à preposição fez com que, nessa condição sintática particular, se recorresse ao artigo para substituir uma partícula relativa⁽²¹⁷⁾. Pensar-se-ia naturalmente também na dupla função, articular e relativa, da série pronominal *der die das* [“o (masc.), a (fem.), o (n.)”], etc., em alemão; entretanto, apesar da aparência, a analogia é menos imediata, uma vez que as duas funções procedem de fato do papel desse pronome como demonstrativo.

A sintaxe da frase relativa no indo-europeu comum aparece, pois, como dotada da mesma estrutura que nas línguas de outras famílias analisadas primeiro aqui. O que há de comparável em sistemas lingüísticos completamente diferentes entre si são funções, assim como as relações entre essas funções, indicadas por marcas formais. Pudemos mostrar, mesmo de maneira ainda esquemática, que a frase relativa, de qualquer maneira que se prenda à antecedente (por um pronome, uma partícula, etc.) se comporta como um “adjetivo sintático” determinado, do mesmo modo que o pronome relativo desempenha o papel de um “artigo sintático” determinativo. Em suma, as unidades complexas da frase podem, em virtude da sua função, distribuir-se nas mesmas classes de formas nas quais se ordenam as unidades simples, ou palavras, em virtude dos seus caracteres morfológicos.

V

o homem na língua

217. O testemunho do céltico seria realmente precioso se se pudesse confirmar a hipótese de Thurneysen, *Grammar*, § 50 ss., sobre o gaulês, 3ª pl. rel., *dugiuntio* que conteria em final o pronome *yo- posposto. Essa posposição foi aproximada da do pronome *kuiš* em hitita por Dillon, *Trans. Phil. Soc.*, 1947, p. 24. J. Pokorny, *Die Sprache*, I (1949), p. 242, a aprecia de forma diferente.

CAPÍTULO 18

estrutura das relações de pessoa no verbo⁽²¹⁸⁾

O verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa. O pronome, entretanto, tem tantos outros caracteres que lhe pertencem particularmente e comporta relações tão diferentes que exigiria um estudo independente. Utilizando, embora, oportunamente os pronomes, só consideraremos a pessoa verbal.

Em todas as línguas que possuem um verbo, classificam-se as formas da conjugação segundo a sua referência à pessoa, constituindo a enumeração das pessoas propriamente a conjugação; distinguem-se três no singular, no plural e eventualmente no dual. Essa classificação é notoriamente herdada da gramática grega, na qual as formas verbais flexionadas constituem *πρόσωπα*, *personae*, “figurações” sob as quais se realiza a noção verbal. A série dos *πρόσωπα* ou *personae* fornece, de algum modo, um paralelo com a dos *πτώσεις* ou *casus* da flexão nominal. Na nomenclatura gramatical da Índia, a noção se exprime também pelas três *puruṣa* ou “pessoas”, denominadas respectivamente *prathamapuruṣa*, “primeira pessoa” (= nossa terceira pessoa), *madhyamapuruṣa*, “pessoa intermediária” (= nossa segunda pessoa), e *uttamapuruṣa*, “última pessoa” (= nossa primeira pessoa); elas realizam a mesma seqüência, mas na ordem inversa; a di-

218. *Bulletin de la Société de linguistique*, XLIII (1946), fasc. 1, n.º 126.

ferença está fixada pela tradição, citando os gramáticos gregos os verbos na primeira pessoa, os da Índia na terceira.

Tal como foi elaborada pelos gregos para a descrição da sua língua, essa classificação é ainda hoje admitida, não somente como verificada para todas as línguas dotadas de um verbo, mas como natural, e inscrita na ordem das coisas. Resume, nas três relações que institui, o conjunto das posições que determinam uma forma verbal provida de um índice pessoal, e vale para o verbo de qualquer língua. Há sempre três pessoas e não há senão três. Entretanto, o caráter sumário e não-lingüístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado. A alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses seres que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-lingüística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia.

Uma questão prejudicial se apresenta: poderá existir um verbo sem distinção de pessoa? Isso equivale a nos perguntarmos se a categoria da pessoa é verdadeiramente necessária e congenial ao verbo ou se constitui somente uma modalidade possível, o mais freqüentemente realizada, mas não indispensável, como o são afinal muitas categorias verbais. De fato, podemos destacar, embora os exemplos sejam muito raros, línguas nas quais a expressão da pessoa é susceptível de faltar ao verbo. Assim, no verbo coreano, segundo Ramstedt, “the grammatical persons ... have no grammatical distinction in a language where all forms of the verb are indifferent to person and number” (G. J. Ramstedt, *A Korean Grammar*, p. 61). É verdade que as principais distinções verbais do coreano são de ordem “social”; as formas são diversificadas ao extremo segundo o nível do sujeito e do interlocutor e variam segundo se fale a um superior, a um igual ou a um inferior. O falante apaga-se e prodiga as expressões impessoais;

para não sublinhar indiscretamente a relação das posições, contenta-se freqüentemente com formas indiferenciadas quanto à pessoa, que só o sentido afiado das conveniências permite entender corretamente. Entretanto, não se deveria, como o faz Ramstedt, erigir o hábito em regra absoluta; em primeiro lugar, porque o coreano possui uma série completa de pronomes pessoais que podem entrar em jogo, e isso é essencial; além disso porque, mesmo nas frases que ele cita, a ambigüidade não é tal como se poderia crer⁽²¹⁹⁾. Assim, *pogatta*, “I shall see; you will see; one can see; one is to see” (Ramstedt, p. 71), significa geralmente “eu verei”; e “tu verás” se diz *porida*. A frase *i bənyin yo so hagəni-wa tasi-nən haži ani hagetta* (não *hagesso*), “this time I forgive you, but I shall not forgive you again” (Ibid. p. 97), antes significa, substituindo-se *hagetta* por *handa*: “(eu comprovo que) ele te perdoa desta vez, mas não te perdoará de novo”, pois o tema nominal e abstrato *hagi* não convém à primeira pessoa. Deve-se efetivamente compreender *i san-son yl məkkəni-wa irhəm yn mollasso*, “although I eat this fish, I don’t know its name” (Ibid. p. 96); mas, substituindo-se *mollati* a *mollasso*, a frase estaria na segunda pessoa: “embora tu comas esse peixe, tu não sabes o seu nome”. Igualmente a frase *ilbon e sardaga pyon yl edesso*, “I lived in Japan and I got this sickness” (Ibid. p. 98), significará “tu apanhaste essa doença...” substituindo-se *edesso* por *odokəssə*. Todas essas restrições de uso e, conforme a necessidade, o emprego dos pronomes, contribuem para introduzir variações de pessoa num verbo em princípio indiferenciado. Nas línguas paleo-siberianas, segundo R. Jakobson (*American Anthropologist*, XLIV [1942], p. 617), as formas verbais do gilyak não distinguem em geral nem pessoa nem número, mas os modos “neutros” opõem a primeira à não-primeira pessoa do singular; outras línguas do mesmo grupo não distinguem também mais que duas pessoas; ora, como no yukaghir, a primeira e a segunda pessoas fusionam-se, ora, como no ket, a primeira e a terceira. Todas essas línguas, porém, possuem pronomes pessoais. Em suma,

219. Assegurei-me consultando Li-Long-Tseu, coreano culto, ele próprio lingüista, a quem devo as retificações que se seguem. Na transcrição do coreano, reproduzo a sua pronúncia.

não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais. Podemos concluir, pois, que a categoria da pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo. Essa é uma comprovação que nos é suficiente, mas e incontestável que a originalidade de cada sistema verbal sob esse aspecto deve ser estudada em particular.

Uma teoria lingüística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições. Para desvendá-la, poderemos partir das definições empregadas pelos gramáticos árabes. Para eles, a primeira pessoa é *al-mutakallimu*, “aquele que fala”; a segunda, *al-muḥāṭabu*, “aquele a quem nos dirigimos”; mas a terceira é *al-yā'ibu*, “aquele que está ausente”. Nessas denominações, encontra-se implícita uma noção justa das relações entre as pessoas; justa sobretudo por revelar a disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras. Contrariamente ao que faria crer a nossa terminologia, elas não são homogêneas. É o que, primeiro, é necessário focalizar.

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

Estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma “pessoa” específica. O elemento variável e propriamente “pessoal” dessas denominações falta aqui. É bem o “ausente” dos gramáticos árabes. Só apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação. A conseqüência deve formular-se com nitidez: a

“terceira pessoa” não é uma “pessoa”; é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a “não-pessoa”. A essa definição correspondem: a ausência de todo pronome da terceira pessoa, fato fundamental, que é suficiente lembrar, e a situação muito particular da terceira pessoa no verbo da maioria das línguas, de que daremos alguns exemplos.

No semítico, a terceira sing. do perfeito não tem desinência. No turco, de maneira geral, a terceira sing. tem a marca zero, em face da primeira sing. *-m* e da segunda sing. *-n*; assim, no presente durativo de “amar”: 1. *sev-iyor-um*, 2. *sev-iyor-sun*, 3. *sev-iyor*; ou no pretérito determinado: 1. *sev-di-m*, 2. *sev-di-n*, 3. *sev-di*. No ugro-finico, a terceira sing. representa o tema nu: ostiak 1. *eutlem*, 2. *eutlen*, 3. *eutl*; na conjugação subjetiva de “escrever” em húngaro: 1. *ír-ok*, 2. *ír-sz*, 3. *ír*. Em georgiano, na conjugação subjetiva (a única onde intervém exclusivamente a consideração da pessoa como sujeito), as duas primeiras pessoas, além das desinências, são caracterizadas por prefixos: 1. *v-*, 2. *h-*, mas a terceira sing. tem apenas a desinência. No caucásico do noroeste (principalmente abcásio e tcherkesso), os índices pessoais são de forma constante e regular para as duas primeiras pessoas mas, para a terceira, há grande número de índices e muitas dificuldades. O dravídico emprega para a terceira sing. — à diferença das duas primeiras — uma forma nominal de nome de agente. No esquimó, W. Thalbitzer assinala bem o caráter não pessoal da terceira sing.: “Of a neutral character, lacking any mark of personality, is the ending of the third person singular *-oq*... which quite agrees with the common absolute ending of a noun... The endings for the third person indicative must be regarded as impersonal forms: *kapiwoq* “there is a stab, one is stabbed”... (*Hdb. of Amer. Ind. lang.*, I, p. 1032, 1057). Em todas as línguas ameríndias em que o verbo funciona por desinências ou por prefixos pessoais, essa marca geralmente falta na terceira pessoa. Em burușaski, a terceira sing. de todos os verbos está sujeita aos índices das classes nominais, enquanto as duas primeiras lhes escapam (Lorimer, *The Burushaski Language*, I, p. 240, § 269)... Encontraríamos sem esforço uma quantidade de fatos semelhantes em algumas outras famílias de línguas. Esses que acabam de ser citados são suficientes para pôr em evidência que as duas primeiras pessoas

não estão no mesmo plano que a terceira, que esta é sempre tratada diferentemente e não como uma verdadeira “pessoa” verbal e que a classificação uniforme em três pessoas paralelas não convém ao verbo dessas línguas.

No indo-europeu, a terceira sing. anômala do lituano testemunha no mesmo sentido. Na flexão arcaica do perfeito, se se analisam as desinências no seus elementos — 1. *-a*, 2. *-tha*, 3. *-e* — obtém-se: 1. *-a₂a*, 2. *-ta₂a*, opostos a 3. *-e* que funciona como desinência zero. Se encararmos sobre o plano sincrônico, fora de qualquer referência à frase nominal, o futuro perifrástico sânscrito 1. *kartāsmi*, 2. *kartāsi*, 3. *kartā*, observaremos o mesmo desacordo entre a terceira pessoas e as duas primeiras. Também não é fortuito o fato de que a flexão de “ser” em grego moderno oponha às duas primeiras *εἶμαι* e *εἶσαι* uma terceira pessoa *εἶναι* comum ao singular e ao plural e que é de estrutura distinta. Inversamente, a diferença pode manifestar-se por uma forma de terceira sing. que é a única marcada: assim o inglês (*he*) *loves* em face de (*I, you, we, they*) *love*. É preciso refletir sobre todos esses fatos concordantes para discernir a singularidade da flexão “normal” no indo-europeu; por exemplo, a do presente atemático *es-mi, es-si, es-ti* com três pessoas simétricas longe de representar um tipo constante e necessário é, no seio das línguas, uma anomalia. A terceira pessoa foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-européia tende a pôr em relevo o índice de sujeito, o único que pode manifestar. Temos aqui uma regularidade de caráter extremo e excepcional.

Segue-se que, muito geralmente, a pessoa só é própria às posições “eu” e “tu”. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal.

De fato, serve sempre quando a pessoa não é designada e principalmente na expressão dita impessoal. Reencontramos aqui a questão dos impessoais, velho problema e debate estéril enquanto se persistir em confundir “pessoa” e “sujeito”. Em *ἕβει, tonat, it rains* [= “chove, troveja, chove”], é exatamente como não pessoal que se relata o processo, enquanto puro fenômeno, cuja produção não se reporta a um agente; e as locuções *Ζεὺς ἕβει*, são sem dúvida recentes e de algum modo racionalizadas ao

reverso. A autenticidade de *ἕβει* está em que enuncia positivamente o processo como desenvolvendo-se fora do “eu-tu”, os únicos que indicam pessoas.

De fato, uma característica das pessoas “eu” e “tu” é a sua *unicidade* específica: o “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos. “Ele”, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos — ou nenhum. É por isso que o *je est un autre* [= “eu é um outro”] de Rimbaud fornece a expressão típica do que é propriamente a “alienação” mental, em que o eu é destituído da sua identidade constitutiva.

Uma segunda característica consiste em que “eu” e “tu” são inversíveis: o que “eu” define como “tu” se pensa e pode inverter-se em “eu”, e “eu” se torna um “tu”. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e “ele”, uma vez que “ele” em si não designa especificamente nada nem ninguém.

Finalmente, devemos tomar plenamente consciência dessa particularidade: a “terceira pessoa” é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente.

Não se deve, portanto, representar a “terceira pessoa” como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese da pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como “pessoa”. Esse sujeito só faz acrescentar *em aposição* uma precisão julgada necessária para a inteligência do conteúdo, não para a determinação da forma. Assim *uolat auis* não significa “o pássaro voa” mas “ele voa (sc.) o pássaro”. A forma *uolat* se basta a si mesma e, embora não pessoal, inclui a noção gramatical de sujeito. Igualmente procedem o nahua e o chinuque, que incorporam sempre o pronome sujeito (e também eventualmente o pronome regime) na forma verbal, sendo os substantivos sujeitos e regime tratados como aposições; chinuque *tgigénxauite ikanáte tEmewálEma*, “os espíritos velam sobre a alma”, lit. “eles velam sobre ela (*tgi*, “they, it”), a alma (*ikanáte*), os espíritos (*t-mewálEma*)” (cf. Boas. *Hdb. of Amer. Ind. Lang.*, I, p. 647). Tudo o que está fora da pessoa estrita, isto é, fora do

“eu-tu”, recebe como predicado uma forma verbal da “terceira pessoa” e não pode receber nenhuma outra.

Essa posição totalmente particular da terceira pessoa explica alguns dos seus empregos particulares no domínio da “palavra”. Podemos ligá-las a duas expressões de valor oposto. *Ele* (ou *ela*) pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtrair-lo à esfera pessoal do “tu” (“vós”). De um lado, à maneira de reverência: é forma de polidez (empregada em italiano, alemão ou nas formas de “majestade”) que eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem. De outro lado, em testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que alguém se dirija “pessoalmente” a ele. Da sua função de forma não pessoal, a “terceira pessoa” tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa.

Vemos agora em que consiste a oposição entre as duas primeiras pessoas do verbo e a terceira. Opõem-se como os membros de uma correlação, que é a *correlação de personalidade*: “eu-tu” possui a marca de pessoa; “ele” é privado dela. A “terceira pessoa” tem por característica e por função constantes representar, sob a relação da própria forma, um invariante não pessoal, e nada mais que isso.

Entretanto, se “eu” e “tu” são ambos caracterizados pela marca de pessoa, sente-se bem que, por sua vez, se opõem um ao outro, no interior da categoria que constituem, por um traço cuja natureza lingüística é preciso definir.

A definição da segunda pessoa como sendo a pessoa à qual a primeira se dirige convém sem dúvida ao seu emprego mais ordinário. Ordinário, porém, não quer dizer único e constante. Pode utilizar-se a segunda pessoa fora da alocação e fazê-la entrar numa variedade de “impessoal”. Por exemplo, *vous* funciona em francês como anafórico de “on” (ex., *on ne peut se promener sans que quelqu’un vous aborde*, lit. “não se pode passear sem que alguém vos aborde”). Em muitas línguas, *tu* (*tós*) serve como substituto de *on*: lat. *memoria minuitur nisi eam exerceas*

[= lit. “a memória diminui a não ser que a exercites”]; *crederes*, “acreditar-se-ia” [lit. “acreditarias”]; gr. *εἰποις ἄν*, “dir-se-ia”; gr. moderno *λές*, “diz-se”, *πᾶς*, “vai-se”; em russo, em locuções formulares ou proverbiais: *govoriš s nim — on ne slušaet*, “fala-se com ele, ele não ouve”; *podumaeš, čto on bolen*, “pensar-se-ia que ele está doente” (Mazon, *Gramm. russe*, § 157). É preciso e é suficiente que se represente uma *pessoa* que não “eu” para que se lhe atribua o índice “tu”. Assim, toda *pessoa* que se imagine é da forma “tu”, muito particularmente — mas não necessariamente — a *pessoa* interpelada.

É oportuno comprovar uma oposição entre a “pessoa-eu” e a “pessoa não-eu”. Sobre que base se estabelece? Ao par *eu/tu* pertence particularmente uma correlação especial, a que chamaremos, na falta de expressão melhor, *correlação de subjetividade*. O que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de “eu”, *interior* ao enunciado e *exterior* a “tu”, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo; pois a segunda pessoa dos empregos citados em russo, etc., é uma forma que presume ou suscita uma “pessoa” fictícia e institui assim uma relação vivida entre “eu” e essa quase-pessoa; além disso, “eu” é sempre transcendente com relação a “tu”. Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”).

Poderia parecer que todas as relações propostas entre as três formas do singular devessem permanecer paralelas se se transportassem para o plural (as formas do dual só oferecem problema como dual, não como pessoas). Entretanto, sabemos bem que, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. Além do mais, cria-se em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira

pl. sob dois aspectos distintos (inclusivo e exclusivo) que denuncia uma complexidade particular.

Como no singular, o problema central é aqui o da primeira pessoa. O simples fato de que palavras diferentes sejam muito geralmente empregadas para “eu” e “nós” (e também para “tu” e “vós”) é suficiente para exceptuar os pronomes dos processos ordinários de pluralização. Há realmente algumas exceções, mas muito raras e parciais: por exemplo, em esquimó, do sing. *uwana*, “eu”, ao pl. *uwanut*, “nós”, o tema é semelhante e entra numa formação de plural nominal. Mas *illi*, “tu”, e *illi'se*, “vós”, contrastam já de maneira diversa. De qualquer maneira, a identidade das formas pronominais no singular e no plural permanece a exceção. Na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal, pelo menos tal como se representa ordinariamente. Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós”.

O “não-eu” implícito e necessário em “nós” é notoriamente susceptível de receber, em línguas muito diversas, dois conteúdos precisos e distintos. “Nós” se diz de u'a maneira para “eu + vós” e de outra para “eu + eles”. São as formas inclusiva e exclusiva que diferenciam o plural pronominal e verbal da primeira pessoa numa grande parte das línguas ameríndias, australianas, no papua, malaio-polinésico, dravídico, tibetano, mandchu e tunguze, nama, etc.

Essa denominação por meio de “inclusivo” e “exclusivo” não poderia passar por satisfatória; repousa, na verdade, sobre a inclusão ou exclusão do “vós” mas, com relação a “eles”, as designações poderiam ser exatamente inversas. Será, apesar disso,

difícil encontrar termos mais bem apropriados. Mais importante parece-nos a análise dessa categoria “inclusivo-exclusivo”, pelo prisma das relações de pessoa.

O fato essencial que se deve reconhecer aqui é que a distinção das formas inclusiva e exclusiva se modela na realidade sobre a relação que propusemos entre a primeira e a segunda sing., e entre a primeira e a terceira sing., respectivamente. Essas duas pluralizações da primeira sing. servem para juntar em cada caso os termos opostos das duas correlações que foram destacadas. O plural exclusivo (“eu + eles”) consiste de uma junção das duas formas que se opõem como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa”. Por exemplo, no siuslaw (Oregon), a forma exclusiva no dual (*-a'xún*, *-axûà*) e no plural (*-nxa*) consiste na forma de terceira dual (*-a'x*) e plural (*-nx*) aumentada da final da primeira sing. (*-n*) (cf. Frachtenberg, *Hdb. of Amer. Ind. Lang.*, II, p. 468). Ao contrário, a forma inclusiva (“eu + vós”) efetua a junção das pessoas entre as quais existe a “correlação de subjetividade”. É interessante observar que, no algonquino (fox), o pronome independente “nós” inclusivo, *ke-gunāna*, tem o índice *ke-* da segunda pessoa *ke-gwa*, “tu”, e *ke-guwāwa*, “vós”, enquanto o “nós” exclusivo, *ne-gunāna*, tem o *ne-* da primeira pessoa *ne-gwa*, “eu” (*Hdb.*, I, p. 817): é uma “pessoa” que predomina em cada uma das duas formas, “eu” no exclusivo (comportando junção com a não-pessoa), “tu” no inclusivo (comportando junção da pessoa não subjetiva com o “eu” implícito). Essa é apenas uma das realizações, muito diversas, dessa pluralidade. Outras são possíveis. Vê-se, porém, aqui operar-se a diferenciação sobre o próprio princípio da pessoa: em “nós” inclusivo, que se opõe a “ele, eles”, é “tu” que sobressai, enquanto em “nós” exclusivo, que se opõe a “tu, vós”, é o “eu” que é sublinhado. As duas correlações que organizam o sistema das pessoas no singular se manifestam assim na dupla expressão de “nós”.

Entretanto o “nós” indiferenciado das outras línguas, por exemplo, indo-européias, deve ser encarado numa perspectiva diferente. Em que consiste aqui a pluralização da pessoa verbal? Esse “nós” é algo diferente de uma junção de elementos definíveis; a predominância de “eu” é aí muito forte, a tal ponto que, em

certas condições, esse plural pode substituir o singular. A razão está em que “nós” não é um “eu” quantificado ou multiplicado, é um “eu” *dilatado* além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos. Daí vêm, fora do plural ordinário, dois empregos opostos, não contraditórios. De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de orador. Pode-se pensar também em explicar por aí as contaminações ou encabrestamentos freqüentes do singular e do plural, ou do plural e do impessoal na linguagem popular ou campesina: *nous, on va* [= “nós, se vai”] (toscano pop. *noi si canta*), ou *je sommes* [= “eu somos”] em francês do norte fazendo par com o *nous suis* [= “nós sou”] do franco-provençal: expressões nas quais se misturam a necessidade de dar a “nós” uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um “eu” prudentemente generalizado.

De maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas. Na passagem do “tu” ao “vós”, quer se trate do “vós” coletivo ou do “vós” de polidez, reconhece-se uma generalização de “tu”, seja metafórica, seja real, e em relação à qual, nas línguas de cultura sobretudo ocidentais, o “tu” assume freqüentemente valor de alocação estritamente pessoal, portanto familiar. Quanto à não-pessoa (terceira pessoa), a pluralização verbal, quando não é o predicado gramaticalmente regular de um sujeito plural, cumpre a mesma função que nas formas “pessoais”: exprime a generalidade indecisa do *on* (tipo *dicunt, they say* [= “dizem”]). É a própria não-pessoa que, estendida e ilimitada pela sua expressão, exprime o conjunto indefinido dos seres não pessoais. Tanto no verbo como no pronome pessoal, o plural é fator de ilimitação, não de multiplicação.

Assim, as expressões da pessoa verbal são, no seu conjunto, organizadas por duas correlações constantes:

1 — *Correlação de personalidade*, que opõe as pessoas *eu/tu* à não-pessoa *ele*;

2 — *Correlação de subjetividade*, interior à precedente e opondo *eu* a *tu*.

A distinção ordinária de singular e de plural deve ser se não substituída ao menos interpretada, na ordem da pessoa, por uma distinção entre *pessoa estrita* (= “singular”) e *pessoa amplificada* (= “plural”). Só a “terceira pessoa”, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural.

CAPÍTULO 19

as relações de tempo no verbo francês⁽²²⁰⁾

O conjunto das formas pessoais do verbo francês é tradicionalmente distribuído entre certo número de paradigmas temporais denominados *presente*, *imperfecto*, *passado definido*, etc., e estes por sua vez se distribuem segundo as três grandes categorias de tempo, presente, passado, futuro. Essas divisões, incontestáveis no seu princípio, permanecem entretanto longe das realidades de emprego e não são suficientes para organizá-las. Não encontramos apenas na noção de tempo o critério que decidirá a posição ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal. Como saber, por exemplo, se *il allait sortir* [= “ele ia sair”] pertence ou não ao paradigma de *sortir*? Em virtude de que classificação temporal se deverá aceitá-lo ou rejeitá-lo?

Se se tenta reduzir às divisões temporais as oposições que aparecem na estrutura material das formas verbais, encontra-se grave dificuldade. Consideremos, por exemplo, a oposição das formas simples e das formas compostas no verbo. Se há possibilidade de opor *il courait* e *il avait couru* [= “ele corria e ele havia corrido”], em todo caso não é sobre o mesmo eixo de tempo em que *il courait* se opõe a *il court* [= “ele corre”]. E no entanto *il a couru* é, de algum modo, realmente uma forma temporal, uma vez que pode equivaler a *il courut* [= “ele correu”]. Mas *il a couru* serve ao mesmo tempo de parceiro a *il court*. As relações das formas compostas com o tempo permanecem assim ambíguas. Pode-se, é claro, transferir a distinção das formas simples

e compostas para a conta do “aspecto” mas não se ganhará em clareza, pois o aspecto também não fornece um princípio unívoco de correlação de um tipo de formas ao outro, e permanece o fato de que, apesar de tudo, certas formas compostas, somente algumas, devem ser consideradas como temporais.

Trata-se, pois, de procurar, numa visão sincrônica do sistema verbal em francês moderno, as relações que organizam as diversas formas temporais. É à custa do que parece uma falha nesse sistema que discerniremos melhor a natureza real das articulações. Há um ponto no qual o sistema se faz indevidamente redundante: é a expressão temporal do “passado”, que dispõe de duas formas, *il fit* e *il a fait* [= “ele fez”]. Na interpretação tradicional, seriam duas variantes da mesma forma, entre as quais se escolhe, segundo se escreva (*il fit*) ou se fale (*il a fait*). Teríamos aqui o indício de uma fase de transição na qual a forma antiga (*il fit*) se mantém na língua escrita, mais conservadora, enquanto a língua falada indica de antemão, instalada, a forma de substituto (*il a fait*) concorrente e destinada a impor-se sozinha. Antes, porém, de reduzir o fenômeno aos termos de um processo de sucessão, conviria que nos perguntássemos por que língua falada e língua escrita se divorciariam nesse ponto da temporalidade e não em outro, como é que a mesma diferença não se estende a outras formas paralelas (por exemplo, *il fera* e *il aura fait* [= “ele fará” e “ele terá feito”] permanecem absolutamente distintos, etc.) e, logo em primeiro lugar, se a observação exata confirma a distribuição esquemática no ponto em que costuma opô-las. De um problema a outro, é toda a estrutura do verbo que se encontra submetida a um novo exame. Pareceu-nos que a descrição das relações de tempo constituía a tarefa mais necessária.

Os paradigmas das gramáticas levam a crer que todas as formas verbais tiradas de um mesmo tema pertencem todas à mesma conjugação, em virtude unicamente da morfologia. Entretanto, nós nos propomos mostrar aqui que a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos. Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concor-

220. *Bulletin de la Société de linguistique*. LIV (1959). fasc. I.

rente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso*.

A enunciação *histórica*, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados. A intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua: imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas marcas formais devemos agora assinalar.

O plano histórico da enunciação se reconhece porque impõe uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomadas em conjunto. Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma lingüística “autobiográfica”. O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu : tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa”⁽²²¹⁾.

Será paralelamente definido o campo da expressão temporal. A enunciação histórica comporta três tempos: o aoristo (= *passé simple* ou *passé défini*)⁽²²²⁾, o imperfeito (incluindo-se a forma em *-rait* dita condicional) e o mais-que-perfeito. Acessoriamente, de maneira limitada, um tempo perifrástico substituto de futuro, a que chamaremos *prospectivo*. O presente é excluído, à exceção

221. Referimo-nos aqui às distinções enunciadas num artigo desse *Bulletin*, XLIII, p. 1 ss.: acima, cap. 18.

222. Não haverá inconveniente, esperemo-lo, em chamarmos *aoristo* ao tempo que é o *passé simple* ou o *passé défini* das nossas gramáticas. O termo *aoristo* não tem aliás conotações bastante diferentes e bastante precisas para causar aqui uma confusão, e é preferível ao de *prétérito*, que correria o risco de ser confundido com *imperfêto*.

— muito rara — de um presente intemporal como o “presente de definição”⁽²²³⁾.

Para esclarecer melhor a ossatura “histórica” do verbo, re-produzimos adiante três amostras de narrativa, tomadas ao acaso; as duas primeiras são do mesmo historiador, mas de gêneros diferentes; a outra é tomada à literatura de ficção⁽²²⁴⁾. Sublinhamos as formas verbais pessoais, que dependem todas dos tempos acima enumerados.

Pour devenir les maîtres du marché méditerranéen, les Grecs déployèrent une audace et une persévérance incomparables. Depuis la disparition des marines minoenne et mycénienne, l'Égée était infestée par des bandes de pirates: il n'y eut longtemps que des Sidoniens pour oser s'y aventurer. Les Grecs finirent pourtant par se débarrasser de cette plaie: ils donnèrent la chasse aux écumeurs de rivages, qui durent transférer le principal théâtre de leurs exploits dans l'Adriatique. Quant aux Phéniciens qui avaient fait profiter les Grecs de leur expérience et leur avaient appris l'utilité commerciale de l'écriture, ils furent évincés des côtes de l'Ionie et chassés des pêcheries de pourpre égéennes; ils trouvèrent des concurrents à Chypre et jusque dans leurs propres villes. Ils portèrent alors leurs regards vers l'Ouest; mais là encore les Grecs, bientôt installés en Sicile, séparèrent de la métropole orientale les colonies phéniciennes d'Espagne et d'Afrique. Entre l'Aryen et le Sémite, la lutte commerciale ne devait cesser dans les mers du Couchant qu'à la chute de Carthage.

“Para se tornarem os senhores do mercado mediterrâneo, os gregos *desenvolveram* uma audácia e uma perseverança incomparáveis. Desde o desaparecimento das marinhas minóica e micênica, o Egeu *estava* infestado de bandos de piratas: por muito tempo *houve* apenas os sidônios para ousarem aventurar-se. Os gregos *acabaram* no entanto por desembaraçar-se desse flagelo: *deram* caça aos piratas de litorais, que *tiveram* de transferir o principal teatro das suas ações para o Adriático. Quanto aos fenícios, que *tinham feito* aproveitar os gregos da sua experiência e lhes *haviã*m ensinado a utilidade comercial da escrita, *foram* vencidos e afas-

223. Deixamos inteiramente de lado as formas modais do verbo assim como as formas nominais (infinitivo, participios). Tudo o que se diz aqui sobre as relações temporais vale igualmente para essas formas.

224. É claro que a enunciação histórica dos acontecimentos é independente da sua verdade “objetiva”. Só conta o objetivo “histórico” do escritor.

tados das costas da Jônia e expulsos das pescarias egéias de púrpura; *encontraram* concorrentes em Chipre e até nas duas próprias cidades. *Dirigiram* então os olhos para o oeste; mas ainda aí os gregos, logo instalados na Sicília, *separaram* da metrópole oriental as colônias fenícias de Espanha e de África. Entre o ariano e o semita, a luta comercial não *devia* cessar⁽²²⁵⁾ nos mares do poente a não ser com a queda de Cartago.”

(G. GLOTZ, *Histoire grecque*, 1925, p. 225)

Quand Solon eut accompli sa mission, il fit jurer aux neuf archontes et à tous les citoyens de se conformer à ses lois, serment qui fut désormais prêté tous les ans par les Athéniens promus à la majorité civique. Pour prévenir les luttes intestines et les révolutions, il avait prescrit à tous les membres de la cité, comme une obligation correspondant à leurs droits, de se ranger en cas de troubles dans l'un des partis opposés, sous peine d'atimie entraînant l'exclusion de la communauté: il comptait qu'en sortant de la neutralité les hommes exempts de passion formeraient une majorité suffisante pour arrêter les perturbateurs de la paix publique. Les craintes étaient justes; les précautions furent vaines. Solon n'avait satisfait ni les riches ni la masse pauvre et disait tristement: "Quand on fait de grandes choses, il est difficile de plaire à tous". Il était encore archonte qu'il était assailli par les invectives des mécontents; quand il fut sorti de charge, ce fut un déchaînement de reproches et d'accusations. Solon se défendit, como toujours, par des vers; c'est alors qu'il invoqua le témoignage de la Terre Mère. On l'accablait d'insultes et de moqueries parce que "le cœur lui avait manqué" pour se faire tyran, parce qu'il n'avait pas voulu, "pour être le maître d'Athènes, ne fût-ce qu'un jour, que de sa peau écorchée on fit une outre et que sa race fût abolie". Entouré d'ennemis, mais résolu à ne rien changer de ce qu'il avait fait, croyant peut-être aussi que son absence calmerait les esprits, il décida de quitter Athènes. Il voyagea, il parut à Chypre, il alla en Égypte se retremper aux sources de la sagesse. Quand il revint, la lutte des partis était plus vive que jamais. Il se retira de la vie publique et s'enferma dans un repos inquiet: il "vieillissait en apprenant toujours et beaucoup", sans cesser de tendre l'oreille aux bruits du dehors et de prodiguer les avertissements d'un patriotisme alarmé. Mais Solon n'était qu'un homme; il ne lui appartenait pas d'arrêter le cours des événements. Il vécut assez pour assister à la ruine de la constitution qu'il croyait avoir affermie et voir s'étendre sur sa chère cité l'ombre pesante de la tyrannie.

225. Exemplo de "prospectivo" (p. 239).

“Depois que Sóloão *cumpriu* a sua missão, *fez* jurar aos nove arcontes e a todos os cidadãos que se conformariam às suas leis, juramento que *foi* desde então prestado todos os anos pelos atenienses promovidos à maioria cívica. Para prevenir as lutas intestinas e as revoluções, ele *havia* prescrito a todos os membros da cidade, como uma obrigação correspondente aos seus direitos, que se alistassem, em caso de perturbações, num dos partidos opostos, sob pena de atimia acarretando a exclusão da comunidade: *contava* que, saindo da neutralidade, os homens isentos de paixão *formariam* u’a maioria suficiente para deter os perturbadores da paz pública. Os temores *eram* justos; as precauções *foram* vãs. Sóloão não *havia* satisfeito nem os ricos nem a massa pobre, e *dizia* tristemente: “Quando se fazem grandes coisas, é difícil agradar a todos”⁽²²⁶⁾. Ainda *era* arconte e *era* atacado pelas invectivas dos descontentes: quando *saiu* do cargo, *foi* um desencadeamento de censuras e de acusações. Sóloão *defendeu-se*, como sempre, por meio de versos: *foi* então que *invocou* o testemunho da Mãe Terra. *Cobriam-no* de insultos e de zombarias porque “o coração *lhe* *havia* faltado” para fazer-se tirano, porque *não* *havia* querido, “para ser o senhor de Atenas, ainda que por um dia, que da sua pele esfolada se fizesse um odre e que a sua raça fosse abolida”⁽²²⁷⁾. Rodeado de inimigos, mas resolvido a não mudar nada do que *havia* feito, acreditando também talvez que a sua ausência *acalmaria* os espíritos, *decidiu* deixar Atenas. *Viajou*, *apareceu* em Chipre, *foi* ao Egito revigorar-se nas fontes da sabedoria. Quando *voltou*, a luta dos partidos *estava* mais viva que nunca. *Retirou-se* da vida pública e *encerrou-se* num repouso inquieto: “*envelhecia* aprendendo sempre e muito”, sem cessar de prestar atenção aos ruídos do exterior e de prodigalizar as advertências de um patriotismo alarmado. Sóloão, porém, *era* apenas um homem; não *lhe* *pertencia* o deter o curso dos acontecimentos. *Viveu* o bastante para assistir à ruína da constituição que *acreditava* haver firmado e ver estender-se sobre a sua cara cidade a sombra pesada da tirania.”

(*Ibid.* p. 441-2)

226. Intrusão do discurso na narrativa, com mudança correlativa dos tempos.

227. Sobre o discurso indireto, cf. a seguir, neste cap.

Après un tour de galerie, le jeune homme regarda tour à tour le ciel et sa montre, fit un geste d'impatience, entra dans un bureau de tabac, y alluma un cigare, se posa devant une glace, et jeta un regard sur son costume, un peu plus riche que ne le permettent en France les lois du goût. Il rajusta son col et son gilet de velours noir sur lequel se croisait plusieurs fois une de ces grosses chaînes d'or fabriquées à Gênes; puis, après avoir jeté par un seul mouvement sur son épaule gauche son manteau doublé de velours en le drapant avec élégance, il reprit sa promenade sans se laisser distraire par les ocellades bourgeoises qu'il recevait. Quand les boutiques commencèrent à s'illuminer et que la nuit lui parut assez noire, il se dirigea vers la place du Palais-Royal en homme qui craignait d'être reconnu, car il côtoya la place jusqu'à la fontaine, pour gagner à l'abri des fiacres l'entrée de la rue Froidmanteau...

“Após dar uma volta, o jovem olhou alternadamente o céu e o relógio, fez um gesto de impaciência, entrou numa tabacaria, acendeu um charuto, pôs-se diante de um espelho, e lançou um olhar para a roupa, um pouco mais rica do que o permitem⁽²²⁸⁾ na França as leis do bom gosto. Tornou a ajustar o colarinho e o colete de veludo negro sobre o qual se cruzava diversas vezes uma dessas grossas correntes de ouro fabricadas em Gênova; a seguir, depois de haver, num só movimento, lançado sobre o ombro esquerdo o casaco forrado de veludô, drapejando-o com elegância, retomou o seu passeio sem se deixar distrair pelas olhadelas burguesas que recebia. Quando as lojas começaram a iluminar-se e a noite lhe pareceu suficientemente negra, dirigiu-se à praça do Palais-Royal como homem que temia ser reconhecido, pois contornou a praça até a fonte, para atingir ao abrigo dos carros a entrada da rua Froidmanteau...”

(BALZAC, Études philosophiques: *Gambara*.)

Vemos que, nesse modo de enunciação, o efetivo e a natureza dos tempos permanecem os mesmos. Não há nenhuma razão para que mudem enquanto durar a narrativa histórica, e não há, aliás, nenhuma razão para que esta se detenha, uma vez que se pode imaginar todo o passado do mundo como uma narrativa contínua e que se construiria inteiramente sobre essa tripla relação temporal: aoristo, imperfeito, mais-que-perfeito. É preciso e é suficiente que o autor permaneça fiel ao seu propósito de

228. Reflexão do autor que escapa ao plano da narrativa.

historiador e que proscruva tudo o que é estranho à narrativa dos acontecimentos (discursos, reflexões, comparações). Na verdade, não há mais, então, nem mesmo narrador. Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador.

Por contraste, situamos de antemão o plano do *discurso*. É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão; toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a massa dos escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam emprestados a construção e os fins: correspondências, memórias, teatro, obras didáticas, enfim todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria da pessoa. A distinção que fazemos entre narrativa histórica e discurso não coincide, portanto, absolutamente, com a distinção entre língua escrita e língua falada. A enunciação histórica é reservada hoje à língua escrita. O discurso, porém, é tanto escrito como falado. Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. Cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos⁽²²⁹⁾, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas.

Indiquemos, como entre parênteses, que a enunciação histórica e a do discurso podem, conforme o caso, conjugar-se num terceiro tipo de enunciação, no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico; é o que comumente se chama *discurso indireto*. As regras dessa transposição implicam problemas que não serão examinados aqui.

229. Ver nota 228.

Pela escolha dos tempos do verbo, o discurso distingue-se nitidamente da narrativa histórica⁽²³⁰⁾. O discurso emprega livremente todas as formas pessoais do verbo, tanto *eu/tu* como *ele*. Explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte. Conseqüentemente a “terceira pessoa” não tem o mesmo valor que na narrativa histórica. Nesta, não intervindo o narrador, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra; é na verdade uma ausência de pessoa. No discurso, porém, um locutor opõe uma não-pessoa *ele* a uma pessoa *eu/tu*. Igualmente, o registro dos tempos verbais é muito mais amplo no discurso: de fato todos os tempos são possíveis, salvo um, o aoristo, banido hoje desse plano de enunciação enquanto é a forma típica da história. É preciso sublinhar sobretudo os três tempos fundamentais do discurso: presente, futuro e perfeito, todos três excluídos da narrativa histórica (salvo o mais-que-perfeito). Comum aos dois planos é o imperfeito.

A distinção operada aqui entre dois planos de enunciação no seio da língua põe numa perspectiva diferente o fenômeno que foi chamado, há cinquenta anos, *o desaparecimento das formas simples do pretérito*⁽²³¹⁾ em francês. O termo *desaparecimento* seguramente não convém. Uma forma não desaparece a não ser que a sua função não seja mais necessária ou que uma outra forma a cumpra melhor. Trata-se, pois, de precisar a situação do aoristo com relação ao *duplo* sistema de formas e de funções que constitui o verbo. Há duas relações distintas a observar. De um lado — isso é um fato —, o aoristo não se emprega na língua falada, não faz parte dos tempos verbais próprios ao discurso. Em compensação, como tempo da narrativa histórica, o aoristo se mantém muito bem, não é, aliás, absolutamente ameaçado e nenhum outro tempo poderia substituí-lo. Aos que o crêem em via de extinção basta fazerem a experiência de substi-

230. Falamos sempre dos tempos da “narrativa histórica” para evitar o termo “tempos narrativos” que causou tanta confusão. Nas perspectivas que traçamos aqui, o aoristo é um “tempo narrativo”, mas o perfeito pode também ser um, o que obscureceria a distinção essencial entre os dois planos de enunciação.

231. É o título de um artigo de Meillet, publicado em 1909, e recolhido em *Linguistique historique et linguistique générale*, I, p. 149 ss.

tuir, nos trechos acima citados, os aoristos por perfeitos. O resultado seria tal que nenhum autor se resolveria a apresentar a história numa perspectiva semelhante. Podemos admitir como certo que todo aquele que sabe escrever e empreende a narrativa de acontecimentos passados emprega espontaneamente o aoristo como tempo fundamental, quer evoque esses acontecimentos como historiador quer os crie como romancista. Por preocupação da variedade, poderá mudar de tom, multiplicar os pontos de vista, e adotar outros tempos mas, então, deixa o plano da narrativa histórica. Teríamos necessidade de estatísticas precisas, fundadas sobre amplos inventários de textos de toda sorte, livros e jornais, que comparassem o uso do aoristo há cinquenta anos com o de hoje, para estabelecer, aos olhos de todos, que esse tempo verbal permanece tão necessário como o era, nas condições estritas da sua função lingüística. Entre os textos que serviriam de testemunhos, deveriam incluir-se também as traduções, que nos informam sobre as equivalências espontâneas que um autor encontra para fazer passar uma narrativa escrita numa outra língua para o sistema temporal que convém ao francês⁽²³²⁾.

Inversamente, a estatística ressaltaria a raridade das narrativas históricas redigidas inteiramente no perfeito, e mostraria o quanto o perfeito é pouco adequado para comboiar a relação objetiva dos acontecimentos. Cada um pode verificá-lo em alguma obra contemporânea na qual a narração, propositadamente, esteja inteiramente no perfeito⁽²³³⁾; seria interessante analisar os efeitos de estilo que nascem desse contraste entre o tom da narra-

232. Para citar dois exemplos de traduções recentes, o tradutor da novela de Ernest Hemingway intitulada *La grande rivière au coeur double* (na coletânea *The Fifth Column and the forty-nine first stories*, em francês *Paradis perdu*, Paris, 1949) empregou continuamente o aoristo ao longo de quarenta páginas (com o imperfeito e o mais-que-perfeito). Salvo por duas ou três frases de monólogo interior, a narrativa toda, em francês, está disposta nessa relação temporal, porque nenhuma outra era possível. Igualmente, a versão francesa de Heyerdahl, *L'expédition du Kon-Tiki*, apresenta exclusivamente no aoristo, em capítulos inteiros, a maioria da narrativa.

233. É o caso de *L'étranger* de Albert Camus. O emprego exclusivo do perfeito nessa narrativa como tempo dos acontecimentos foi comentado com profundidade, mas sob outro aspecto, por Jean-Paul Sartre, *Situations*, I, p. 117-118.

tiva, que se quer objetiva, e a expressão empregada, o perfeito na primeira pessoa, forma autobiográfica por excelência. O perfeito estabelece um laço vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual a sua evocação se dá. É o tempo daquele que relata os fatos como testemunha, como participante; é, pois, também o tempo que escolherá todo aquele que quiser fazer repercutir até nós o acontecimento referido e ligá-lo ao nosso presente. Como o presente, o perfeito pertence ao sistema lingüístico do discurso, pois a marca temporal do perfeito é o momento do discurso, enquanto a marca do aoristo é o momento do acontecimento.

Além disso, não se deveria tratar o aoristo como uma unidade global no seu paradigma inteiro. Ainda aqui a fronteira passa ao interior do paradigma e separa os dois planos de enunciação na escolha das formas pessoais. O discurso excluirá o aoristo, mas a narrativa histórica, que o emprega constantemente, só lhe reterá as formas de terceira pessoa⁽²³⁴⁾. A conseqüência é que *nous arrivâmes* e sobretudo *vous arrivâtes* [= “nós chegamos, vós chegásteis”] não se encontram nem na narrativa histórica, por serem formas pessoais, nem no discurso, por serem formas de aoristo. Em compensação, *il arriva, ils arrivèrent* [= ele chegou, eles chegaram”] se apresentarão a cada instante sob a pena do historiador, e não têm substitutos possíveis.

Os dois planos de enunciação se delimitam, portanto, em traços positivos e negativos:

– na enunciação histórica, admitem-se (em formas de terceira pessoa): o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo; excluem-se: o presente, o perfeito, o futuro (simples e composto);

– na enunciação de discurso, admitem-se todos os tempos em todas as formas; exclui-se o aoristo (simples e composto).

234. Seria necessário explicar essa afirmação. O romancista emprega também sem esforço o aoristo nas primeiras pessoas do singular e do plural. Encontrar-se-á em cada página de uma narrativa como *Le grand Meaulnes*, de Alain-Fournier. Mas, quanto ao historiador, é diferente.

As exclusões são tão importantes quanto os tempos admitidos. Para o historiador, o presente⁽²³⁵⁾, o perfeito e o futuro são excluídos porque a dimensão do presente é incompatível com a intenção histórica: o presente seria necessariamente então o presente do historiador, mas o historiador não pode historiar-se sem desmentir o seu objetivo. Um acontecimento, para ser apresentado como tal na expressão temporal, deve ter cessado de ser presente, deve não poder mais ser enunciado como presente. Pela mesma razão o futuro é excluído; não é mais que um presente projetado para o porvir, implica prescrição, obrigação, certeza, que são modalidades subjetivas, não categorias históricas. Quando, na narrativa dos acontecimentos e pelo jogo do encadeamento histórico, surge uma iminência na qual se deve acusar uma fatalidade, o historiador usa o tempo a que chamamos *prospectivo* (*il allait partir, il devait tomber* [= “ele ia partir, ele devia cair”]).

No discurso, ao contrário, a exclusão limita-se ao aoristo, tempo histórico por excelência. Introduzido no discurso, o aoristo parecerá pedante, livresco. Para enunciar fatos passados, o discurso emprega o perfeito, que é ao mesmo tempo o equivalente funcional do aoristo, logo um tempo, e também algo que não um tempo.

Eis-nos aqui, tratando do perfeito, diante de outro grande problema, tanto de estrutura formal como de emprego: qual é a relação entre tempos simples e tempos compostos? Ainda aqui, os paradigmas da conjugação não ensinam o princípio da distribuição, uma vez que, já o vimos, a distinção que fazemos entre dois planos de enunciação atravessa a distinção entre tempos simples e tempos compostos. Comprovamos este fato singular: o mais-que-perfeito é comum ao discurso e à história, enquanto o perfeito pertence só ao discurso. Sob esses aparentes desacordos pode-se, apesar de tudo, reconhecer uma estrutura coerente.

Não constitui uma originalidade observar que os termos simples e compostos se distribuem em dois grupos simétricos.

235. Não falamos aqui, naturalmente, do “presente histórico” das gramáticas, que é apenas um artifício de estilo.

Negligenciando as formas nominais que, aliás, igualmente, se conformam tão bem como as formas modais, temos:

<i>il écrit</i> [= “escreve”]	<i>il a écrit</i> [= “escreveu”]
<i>il écrivait</i> [= “escrevia”]	<i>il avait écrit</i> [= “tinha escrito”]
<i>il écrivit</i> [= “escreveu”]	<i>il eut écrit</i> ⁽²³⁶⁾ [= “teria escrito”]
<i>il écrira</i> [= “escreverá”]	<i>il aura écrit</i> ⁽²³⁷⁾ [= “terá escrito”]

sistema em expansão, no qual as formas compostas produzem por sua vez formas compostas, que se chamam sobrecompostas:

<i>il a écrit</i>	<i>il a eu écrit</i>
<i>il avait écrit</i>	<i>il avait eu écrit</i>

O paralelismo formal das duas séries em todos os tempos é suficiente para mostrar que a relação entre formas simples e compostas não é, ela própria, temporal. E, no entanto, ao mesmo tempo que se expulsa dessa oposição a temporalidade, é preciso na verdade reintroduzi-la parcialmente, uma vez que *il a écrit* funciona como forma temporal do passado. Como sair dessa contradição? Reconhecendo-a e precisando-a. *Il a écrit*, opõe-se ao mesmo tempo a *il écrit* e a *il écrivit*, mas não de igual maneira. A razão está em que *os tempos compostos têm uma dupla conotação*: mantêm com os tempos simples dois tipos distintos de relações.

1.º Os tempos compostos opõem-se um a um aos tempos simples na medida em que cada tempo composto fornece a cada tempo simples um correlato no *perfeito*. Chamamos *perfeito* à classe inteira das formas compostas (com *avoir* e *être*), cuja função — sumariamente definida, mas isso é suficiente aqui — consiste em apresentar a noção como “acabada” com relação ao momento considerado, e a situação “atual” como resultando desse cumprimento temporalizado.

As formas de perfeito têm um critério formal: podem sempre construir-se como verbos de uma proposição livre. Ordená-los-emos na seguinte série:

236. Exemplo: “en un instant il eut écrit cette lettre”.

237. Exemplo: “il aura écrit cette lettre dans une heure”.

perfeito de presente: <i>il a écrit</i>
perfeito de imperfeito: <i>il avait écrit</i>
perfeito de aoristo: <i>il eut écrit</i>
perfeito de futuro: <i>il aura écrit</i> .

2.º Os tempos compostos têm outra função, distinta da precedente: indicam a *anterioridade*. Esse termo se presta facilmente à discussão, mas não encontramos outro melhor. Na nossa opinião, a anterioridade se determina sempre e somente em relação ao tempo simples correlativo. Ela cria uma relação lógica e intralingüística; não reflete uma relação cronológica que seria apresentada na realidade objetiva. De fato, a anterioridade intralingüística mantém o processo *dentro do mesmo tempo* que é expresso pela forma correlativa simples. Essa é uma noção própria da língua original ao ponto mais alto, sem equivalente no tempo do universo físico. Devem rejeitar-se as aproximações da “anterioridade” como “passado do passado”, “passado do futuro”, etc., segundo uma terminologia bastante difundida, na verdade destituída de sentido: há apenas um passado, e não pode admitir nenhuma qualificação: “passado do passado” é tão pouco inteligível quanto o seria o “infinito do infinito”.

A marca formal das formas de anterioridade é dupla: 1.º não podem construir-se como formas livres; 2.º devem empregar-se conjuntamente com formas verbais simples de mesmo nível temporal. Encontrar-se-ão as formas de anterioridade em proposições não livres introduzidas por uma conjunção como *quand*. Ordenar-se-ão, portanto, assim:

anterior de presente: <i>quand il a écrit une lettre (il l'envoie)</i>
anterior de imperfeito: <i>quand il avait écrit... (il l'envoyait)</i>
anterior de aoristo: <i>quand il eut écrit... (il l'envoya)</i>
anterior de futuro: <i>quand il aura écrit... (il l'enverra)</i> .

A prova de que a forma de anterioridade não contém por si mesma nenhuma referência ao tempo em que deve apoiar-se sintaticamente sobre uma forma temporal livre cuja estrutura formal adotará para estabelecer-se ao mesmo nível temporal e cumprir, assim, a sua função própria. É por isso que não se pode admitir: *quand il a écrit... il envoya*.

Os tempos compostos, quer indiquem a ação acabada ou a anterioridade, têm a mesma distribuição que os tempos simples quanto aos dois planos de enunciação. Pertencem também, uns ao discurso, outros à narrativa. Para não emitir qualquer juízo antecipado, formulamos os exemplos na terceira pessoa, forma comum aos dois planos. O princípio da distinção é o mesmo: “quand il a fini son travail, il rentre chez lui” é do discurso, por causa do presente e, igualmente, do anterior de presente; — “quand il eut fini..., il rentra” é um enunciado histórico, por causa do aoristo e do anterior de aoristo.

A realidade da distinção que propomos, entre formas de ação acabada e formas de anterioridade, parece-nos posta em evidência por outro indício ainda. Segundo se trate de umas ou das outras, a estrutura das relações entre as formas temporais é diferente. Na categoria da ação acabada, a relação que se estabelece entre formas compostas é simétrica à que reina entre as formas simples correlativas: *il a écrit* e *il avait écrit* estão entre si na mesma relação que *il écrit* e *il écrivait*. Opõem-se, pois, sobre o eixo do tempo por uma relação temporal paradigmática. As formas de anterioridade, entretanto, não têm relação temporal entre elas. Por serem sintaticamente formas não livres, não podem entrar em oposição a não ser com as formas simples das quais são os correlatos sintáticos. Num exemplo como: “Quand il a fait son travail, il part”, o anterior de presente “(quand) il a fait” opõe-se ao presente “il part” e deve o seu valor a esse contraste. É uma relação temporal sintagnática.

Essa é a dupla conotação do perfeito. Daí provém a situação ambígua de uma forma como *il avait fait*, que é membro de dois sistemas. Enquanto forma (livre) de ação acabada, *il avait fait* se opõe como imperfeito ao presente *il a fait*, ao aoristo *il eut fait*, etc. Enquanto forma (não livre) de anterioridade, *(quand) il avait fait*, se opõe à forma livre *il faisait*, e não mantém nenhuma relação com *(quand) il fait*, *(quand) il a fait*, etc. A sintaxe do enunciado decide sobre o pertencimento da forma de perfeito a uma ou à outra das duas categorias.

Aqui se encaixa um processo de grande alcance e que interessa ao desenvolvimento da língua. É a equivalência funcional entre *je fis* e *j'ai fait* [= “eu fiz”], que discrimina precisamente

o plano da narrativa histórica e o plano do discurso. De fato, a primeira pessoa *je fis* não se admite nem na narrativa, por ser primeira pessoa, nem no discurso, por ser aoristo. A equivalência vale também para as outras formas pessoais. Percebe-se por que *je fis* foi suplantado por *j'ai fait*. É a partir da primeira pessoa que o *processus* deve ter começado: aí estava o eixo da subjetividade. À medida que o aoristo se especifica como tempo do acontecimento histórico, ele se distancia do passado subjetivo que, por tendência inversa, se associa à marca da pessoa no discurso. Para um locutor que fala de si mesmo, o tempo fundamental é o “presente”; tudo o que ele considera como ação acabada, enunciando-a na primeira pessoa do perfeito, é lançado infalivelmente para o passado. A partir daí, a expressão fixou-se: para especificar o passado subjetivo, será suficiente empregar no discurso a forma da ação acabada. Assim, da forma do perfeito *j'ai lu ce livre*, em que *j'ai lu* é uma ação acabada de presente, desliga-se, para a forma temporal de passado, *j'ai lu ce livre l'année dernière, j'ai lu ce livre dès qu'il a paru*. O discurso é então provido de um tempo passado simétrico ao aoristo da narrativa, e que contrasta com ele pelo valor: *il fit* objetiviza o acontecimento destacando-o do presente; *il a fait*, ao contrário, põe o acontecimento passado em ligação com o nosso presente.

Somente, o sistema do discurso sofre assim um golpe sensível: ganha uma distinção temporal mas à custa da perda de uma distinção funcional. A forma *j'ai fait* torna-se ambígua e cria uma deficiência. Em si, *j'ai fait* é um perfeito que fornece quer a forma de ação acabada quer a forma de anterioridade ao presente *je fais*. Quando, porém, *j'ai fait*, forma composta, se torna o “aoristo do discurso”, assume a função de forma simples, de sorte que *j'ai fait* acaba sendo ora perfeito, tempo composto, ora aoristo, tempo simples. O sistema remediou essa perturbação recriando a forma que faltava. Em face do tempo simples *je fais*, há o tempo composto *j'ai fait* para a noção de ação acabada. Ora, uma vez que *j'ai fait* desliza para a ordem de tempo simples, haverá necessidade de um novo tempo composto que exprima por sua vez a ação acabada: esse será o sobrecomposto *j'ai eu fait*. Funcionalmente, *j'ai eu fait* é o novo perfeito de um *j'ai fait* que se tornou aoristo. Esse é o ponto de partida dos tempos

sobrecompostos. O sistema é assim reparado, e os dois pares de oposições voltam a tornar-se simétricos. Ao presente, *je mange* [= "eu como"] opõe-se um perfeito *j'ai mangé* que fornece ao discurso 1.º uma ação acabada de presente (por exemplo, "*j'ai mangé*; je n'ai plus faim"); 2.º um anterior de presente (por exemplo, "*quand j'ai mangé*, je sors me promener"). Quando *j'ai mangé* se torna aoristo, recria-se um novo perfeito *j'ai eu mangé* que, paralelamente, dá 1.º uma ação acabada de aoristo (por exemplo, "*j'ai eu mangé* mon repas en dix minutes"); 2.º um anterior de aoristo (por exemplo, "*quand j'ai eu mangé*, je suis sorti"). Além disso, o paralelismo temporal é restabelecido entre os dois planos de enunciação: ao par *il mangea* (aoristo) : *il eut mangé* (perfeito) da narrativa histórica, o discurso responde agora com *il a mangé* (novo aoristo) : *il a eu mangé* (novo perfeito).

Demos aqui apenas um esboço sumário de um assunto vasto que exigiria longas análises e estatísticas pormenorizadas. O essencial estava em fazer evidenciar-se essas grandes divisões, às vezes pouco visíveis, que percorrem o sistema temporal do verbo francês moderno. Uma, como a distinção da narrativa histórica e do discurso, criam dois subsistemas de tempos e de pessoas verbais; a outra, a do presente e do perfeito, não é de ordem temporal; mas, a cada nível temporal, o perfeito contém duas funções que a sintaxe distingue: função de ação acabada e função de anterioridade, simetricamente distribuídas, em parte por refacção, entre a narrativa e o discurso. A tabela de uma conjugação de um verbo francês, em que esses paradigmas se alinhem, completos e uniformes, não deixa nem suspeitar que o sistema formal do verbo tem uma estrutura dupla (conjugação de presente e conjugação de perfeito), como é dupla essa organização temporal, fundada sobre relações e oposições que são a realidade da língua.

CAPÍTULO 20

a natureza dos pronomes⁽²³⁸⁾

No debate hoje aberto sobre a natureza dos pronomes, temos o hábito de considerar essas formas lingüísticas como formando uma mesma classe, formal e funcionalmente; à maneira, por exemplo, das formas nominais ou das formas verbais. Ora, todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, demonstrativos, etc.) A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as "instâncias do discurso", isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.

Deve considerar-se, em primeiro lugar, a situação dos pronomes pessoais. Não é suficiente distingui-los dos outros pronomes por uma denominação que os separe. É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu*, *tu*, *ele*, abole justamente a noção de "pessoa".

238. Extraído de *For Roman Jakobson*, Mouton & Co., Haia, 1956.

Esta é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*. Essa diferença natural sobressairá da análise de *eu*.

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus* da enunciação lingüística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. O enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. Pode imaginar-se um texto lingüístico de grande extensão — um tratado científico, por exemplo — em que *eu* e *tu* não aparecem nem uma única vez; inversamente seria difícil conceber um curto texto falado em que não fossem empregados. Entretanto, os outros signos da língua se distribuiriam indiferentemente entre esses dois gêneros de textos. Fora dessa condição de emprego, que já é distintiva, destacaremos uma propriedade fundamental, e aliás manifesta, de *eu* e *tu* na organização referencial dos signos lingüísticos. Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter idênticamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.

Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. Se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu*, proferidas pela mesma voz, nada ainda me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a um outro. É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o

contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve ser tomado; a forma *eu* só tem existência lingüística no ato de palavras que a profere. Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido. A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*”. Conseqüentemente, introduzindo-se a situação de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*”. Essas definições visam *eu* e *tu* como uma categoria da linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem. Não consideramos as formas específicas dessa categoria nas línguas dadas, e pouco importa que essas formas devam figurar explicitamente no discurso ou possam aí permanecer implícitas.

Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de “indicadores” que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes — uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais.

São, em primeiro lugar, os demonstrativos: *este*, etc. na medida em que se organizam-correlativamente com os indicadores de pessoa, como no lat. *hic/iste*. Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: *esse* será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância de discurso, a referência implícita na forma (por exemplo, *hic* oposto a *iste*) associando-o a *eu*, a *tu*. Fora dessa classe, mas no mesmo plano e associados à mesma referência, encontramos os advérbios *aqui* e *agora*. Poremos em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*. Essa série não se limita a *aqui* e *agora*; é acrescida de grande número de termos simples ou complexos que procedem da mesma relação: *hoje*, *ontem*, *amanhã*, *em três dias*, etc. Não adianta

nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela *deixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *deixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere.

O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso. De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos”. Dai as correlações como *eu : ele — aqui : lá — agora : então — hoje : no mesmo dia — ontem : na véspera — amanhã : no dia seguinte — na próxima semana : na semana seguinte — há três dias : três dias antes*, etc. A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos.

Tratamos muito levemente e como incontestável a referência ao “sujeito que fala” implícita em todo esse grupo de expressões. Despoja-se da sua significação própria essa referência se não se discerne o traço pelo qual se distingue dos outros signos lingüísticos. Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu*

que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito”. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra. Se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um “indicativo” distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu “indicativo” próprio), haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. Assim, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor.

O caráter sistemático da linguagem faz com que a apropriação assinalada por esses indicadores se propague na instância de discurso a todos os elementos susceptíveis de aí “concordar” formalmente; antes de tudo, por processos variáveis segundo o tipo de idioma, com o verbo. Devemos insistir sobre este ponto: a “forma verbal” é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato. Não pode comportar nenhuma forma virtual e “objetiva”. Se o verbo é usualmente representado pelo seu infinitivo como entrada de léxico para inúmeras línguas, isso é pura convenção; o infinitivo em língua é totalmente diferente do infinitivo da metalingua lexicográfica. Todas as variações do paradigma verbal, aspecto,

tempo, gênero, pessoa, etc. resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso, principalmente o “tempo” do verbo, que é sempre relativo à instância na qual figura a forma verbal. Um enunciado pessoal finito se constitui, pois, sobre um plano duplo: emprega a função denominativa da linguagem para as referências de objeto que esta estabelece como signos lexicais distintivos, e organiza essas referências de objeto com a ajuda de indicadores auto-referenciais correspondentes a cada uma das classes formais que o idioma reconhece.

Será sempre assim? Se a linguagem em exercício se produz por necessidade em instâncias discretas, essa necessidade a destinará também a só consistir de instâncias “pessoais”? Sabemos empiricamente que não. Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação “objetiva”. É o domínio daquilo a que chamamos a “terceira pessoa”.

A “terceira pessoa” representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva.

Assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de “terceira pessoa” são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como já se viu há muito tempo, as formas como *ele*, *o*, *isso*, etc. só servem na qualidade de substitutos abreviativos: “Pierre est malade; *il* a la fièvre [= Pedro está doente; *ele* está com febre]”; substituem um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou revezam com eles. Essa função, porém, não se prende somente aos pronomes; pode ser cumprida por elementos de outras classes; conforme o caso, em francês, por certos verbos: “cet enfant écrit maintenant mieux qu’il ne *faisait* l’année dernière [= esta criança escreve melhor agora do que o *fazia* no ano passado]”. É uma função de “representação” sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes “partes do discurso”, e que corresponde a uma

necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa.

O fato de que a “terceira pessoa” é realmente uma “não-pessoa” certos idiomas o mostram literalmente⁽²³⁹⁾. Para tomar apenas um exemplo entre muitos, eis como se apresentam os prefixos pronominais possessivos nas duas séries do yuma (Califórnia): primeira pessoa *ʔ-*, segunda *m-*, *manʔ-*; terceira zero, *nʔ-*⁽²⁴⁰⁾. A referência de pessoa é uma referência zero fora da relação *eu/tu*. Em outros idiomas (indo-europeus principalmente), a regularidade da estrutura formal e uma simetria de origem secundária dão a impressão de três pessoas coordenadas. É principalmente o caso das línguas modernas de pronome obrigatório nas quais *ele* parece, continuando *eu* e *tu*, membro de um paradigma de três termos; ou da flexão indo-européia de presente, com *-mi*, *-si*, *-ti*. Na verdade a simetria é somente formal. O que é preciso considerar como distintiva da “terceira pessoa” é a propriedade 1.º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2.º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3.º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4.º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc.

Uma análise, mesmo sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais leva assim a reconhecer classes de natureza totalmente diferentes e, em consequência, a distinguir, de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios.

239. Ver nesse sentido *B.S.L.* XLIII (1946), p. 1 ss.; e acima, cap. 16.

240. Segundo A. M. Halpern, no seu artigo “Yuma”, *Linguistic structures of native America*, ed. Harry Hoijer and others (= *Viking fund publications in anthropology*, 6), 1946, p. 264.

CAPÍTULO 21

da subjetividade na linguagem⁽²⁴¹⁾

Se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade? A pergunta pode surpreender, como tudo o que parece questionar a evidência, mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique. Duas razões surgem então sucessivamente no espírito. Uma consistiria em que a linguagem, sem dúvida, se encontra *de fato* assim empregada porque os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se. Isso equivale a comprovar o que se queria compreender. Poderíamos também pensar em responder que a linguagem apresenta disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: presta-se a transmitir o que lhe confio — uma ordem, uma pergunta, um anúncio —, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, adequado. Acrescentaríamos, desenvolvendo essa idéia sob um aspecto mais técnico, que o comportamento da linguagem admite uma descrição behaviorista, em termos de estímulo e resposta, de onde se conclui pelo caráter mediato e instrumental da linguagem. Será realmente da linguagem que se fala aqui? Não a estamos confundindo com o discurso? Se propomos o discurso como a linguagem posta em ação — e necessariamente entre parceiros —, fazemos aparecer sob a confusão uma petição de princípio, uma vez que a natureza desse “instrumento” se explica pela sua situação como “instrumento”. Quanto ao papel de transmissão desempenhado pela linguagem, não podemos deixar de observar, de um lado,

241. *Journal de psychologie*, jul.-set. 1958, P.U.F.

que esse papel pode caber a meios não lingüísticos — gestos, mímica — e, de outro lado, que nós nos deixamos enganar, falando aqui de um “instrumento”, por certos processos de transmissão que nas sociedades humanas são, sem exceção, posteriores à linguagem e lhe imitam o funcionamento. Todos os sistemas de sinais, rudimentares ou complexos, se encontram nesse caso.

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclina-mo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um conteúdo, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto”. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra.

Uma vez remetida à palavra essa função, podemos perguntar-nos o que a predisponha a assegurá-la. Para que a palavra assegure a “comunicação”, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão. Ela

reside, parece-nos, numa propriedade da linguagem, pouco visível sob a evidência que a dissimula, e que não podemos ainda caracterizar a não ser sumariamente.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”.

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* lingüístico da “pessoa”.

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade — que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas conseqüências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco — ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma conseqüência totalmente pragmática. Polaridade, aliás, muito singular em si mesma, e que apresenta um tipo de oposição do qual não se encontra o equivalente em lugar nenhum, fora da linguagem. Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exte-

rior”, e ao mesmo tempo são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem.

Caem assim as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do “próximo”, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade.

Terá de ser lingüístico esse fundamento? Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade?

De fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem. Contentar-nos-emos em citar os mais aparentes.

Os próprios termos dos quais nos servimos aqui, *eu*, e *tu*, não se devem tomar como figuras mas como formas lingüísticas que indicam a “pessoa”. É notável o fato — mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? — de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os “pronomes pessoais”. Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Pode acontecer somente que, em certas línguas, em certas circunstâncias, esses “pronomes” sejam deliberadamente omitidos; é o caso na maioria das sociedades do extremo oriente, onde uma convenção de polidez impõe o emprego de perífrases ou de formas especiais entre certos grupos de indivíduos, para substituir as referências pessoais diretas. Esses usos, no entanto, não fazem mais que sublinhar o valor das formas evitadas; é a existência implícita desses pronomes que dá o seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe.

Ora, esses pronomes se distinguem de todas as designações que a língua articula, no seguinte: *não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo.*

Não há conceito “eu” englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito “árvore” ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*. O “eu” não denomina pois nenhuma entidade lexical. Poder-se-á dizer, então, que *eu* se refere a um indivíduo particular? Se assim fosse, haveria uma contradição permanente admitida na linguagem, e anarquia na prática: como é que o mesmo termo poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade? Estamos na presença de uma classe de palavras, os “pronomes pessoais”, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo.

A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*.

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *deixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia.

É fácil ver que o domínio da subjetividade se amplia ainda e deve chamar a si a expressão da temporalidade. Seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização lingüística da noção de tempo. Pouco importa que essa noção se marque na flexão de um verbo ou por meio de palavras de outras classes (partículas, advérbios, variações lexicais, etc.); é problema de estrutura formal. De uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre “tempos”; quer seja um passado e um futuro, separados por um “presente”, como em francês; ou um presente-passado oposto a um futuro, ou um presente-futuro distinto de um passado, como em diversas línguas ameríndias, podendo essas distinções por sua vez depender de variações de aspecto, etc. Sempre, porém, a linha de participação é uma referência ao “presente”. Ora, esse “presente”, por sua vez, tem como referência temporal um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire général* define o *presente* como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se *está*” senão tomá-lo como “o tempo em que se *fala*”. Esse é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo lingüístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem.

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.

A instalação da “subjetividade” na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa. Tem além disso efeitos muito variados sobre a própria estrutura das línguas, quer seja na organização das formas ou nas relações da significação. Aqui, visamos necessariamente línguas particulares, para ilustrar alguns efeitos da mudança de perspectiva que a “subjetividade” pode introduzir. Não saberíamos dizer qual é, no universo das línguas reais, a extensão das particularidades que assinalamos; no momento, é menos importante delimitá-las que fazê-las ver. O francês dá alguns exemplos sob medida.

De maneira geral, quando emprego o presente de um verbo de três pessoas (segundo a nomenclatura tradicional), parece que a diferença de pessoa não ocasiona nenhuma mudança de sentido na forma verbal conjugada. Entre *je mange* e *tu manges* e *il mange* [= “eu como e tu comes e ele come”], há de comum e de constante o fato de que a forma verbal apresenta uma descrição de uma ação, atribuída respectivamente, e de maneira idêntica, a “eu”, a “tu”, a “ele”. Entre *je souffre* e *tu souffres* e *il souffre* [= “eu sofro e tu sofres e ele sofre”], há paralelamente em comum a descrição de um mesmo estado. Isso dá a impressão de uma evidência, já implicada pelo alinhamento formal no paradigma da conjugação.

Ora, inúmeros verbos escapam a essa permanência do sentido na mudança das pessoas. Esses dos quais vamos tratar denotam disposições ou operações mentais. Dizendo *je souffre* [= “eu sofro”], descrevo o meu estado presente. Dizendo *je sens* (*que le temps va changer*) [= “sinto que o tempo vai mudar”], descrevo uma impressão que me afeta. O que acontecerá, porém, se em vez de *je sens* (*que le temps va changer*) eu disser: *je crois* (*que le temps va changer*) [= “creio que o tempo vai mudar”]? A simetria formal é completa entre *je sens* e *je crois*. E quanto ao sentido? Posso considerar esse *je crois* como uma descrição de mim mesmo tanto quanto *je sens*? Será que me descrevo “crendo” quando digo *je crois* (*que...*)? Seguramente que não. A operação de pensamento não é absolutamente o objeto do enunciado; *je crois* (*que*) equivale a uma afirmação mitigada. Ao dizer *je crois* (*que...*) converto numa enunciação subjetiva

o fato asseverado impessoalmente, isto é, *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição.

Consideremos agora os seguintes enunciados: *vous êtes*, “*je suppose*”, *Monsieur X...* — “*je présume*” *que Jean a reçu ma lettre* — *il a quitté l’hôpital, d’où “je conclus” qu’il est guéri* [= “O senhor é, suponho, o senhor X... — presumo que Jean recebeu a minha carta — ele deixou o hospital, donde *concluo* que está curado”]. Essas frases contêm verbos que são verbos de operação, *supposer*, *présumer*, *conclure*, e igualmente de operações lógicas. Entretanto *supposer*, *présumer*, *conclure* postos na primeira pessoa não se comportam como, por exemplo, *raisonner*, *réfléchir* [= “raciocinar, refletir”], que no entanto parecem muito vizinhos. As formas *je raisonne*, *je réfléchis* me descrevem raciocinando, refletindo. Totalmente diferentes são *je suppose*, *je présume*, *je conclus*. Ao dizer *je conclus* (*que...*), não me descrevo ocupado em concluir; qual poderia ser a atividade de “conclure”? Não me represento supondo, presumindo quando digo *je suppose*, *je présume*. O que *je conclus* indica é que, da situação apresentada, tiro uma relação de conclusão que toca um fato dado. É essa relação lógica que está instaurada num verbo pessoal. Igualmente *je suppose*, *je présume* estão muito longe de *je pose*, *je résume* [= “proponho, resumo”]. Em *je suppose*, *je présume*, há uma atitude indicada, não uma operação descrita. Quando incluo no meu discurso *je suppose*, *je présume*, implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue. De fato já se terá observado que todos os verbos citados estão seguidos de *que* e uma proposição: esta é o verdadeiro enunciado, não a forma verbal pessoal que a governa. Em compensação, essa forma pessoal é, se se pode dizer, o indicador de subjetividade. Dá à asserção que segue o contexto subjetivo — dúvida, presunção, inferência — próprio para caracterizar a atitude do locutor em face do enunciado que profere. Essa manifestação da subjetividade só tem relevo na primeira pessoa. Não se imaginam verbos semelhantes na segunda pessoa senão para retomar *uerbatim* uma argumentação — tu supposes qu’il est parti [= “supões que ele partiu”] — o que é apenas a maneira de repetir o que o “tu” acaba de dizer: “*je suppose* qu’il est parti”. Suprima-se, porém, a expressão da pessoa deixando só: *il suppose que...* e, do

ângulo do *eu* que a enuncia, não se tem mais que uma simples comprovação.

Discerniremos ainda melhor a natureza dessa “subjetividade” ao considerarmos os efeitos do sentido produzidos pela mudança das pessoas em certos verbos de palavra. São verbos que denotam pelo seu sentido um ato individual de alcance social: *jurere, promittere, garantir, certifier*, com variantes locucionais como *s’engager à... , se faire fort de...* [= “jurar, prometer, garantir, certificar; alistar-se, empenhar-se em”]. Nas condições sociais nas quais a língua se exerce, os atos denotados por esses verbos são olhados como constrangedores. Ora, aqui a diferença entre a enunciação “subjetiva” e a enunciação “não subjetiva” aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as “pessoas” do verbo. É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”.

Ora, *je jure* é uma forma de valor singular, por colocar sobre aquele que se enuncia *eu* a realidade de um juramento. Essa enunciação é um *cumprimento*: “jurar” consiste precisamente na enunciação *eu juro*, pela qual o *Ego* está preso. A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro. Dizendo *je promets, je garantis*, prometo e garanto efetivamente. As conseqüências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure, je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a “subjetividade” do discurso que a torna possível. Pode ver-se a diferença substituindo-se *je jure* por *il jure*. Enquanto *je jure* é um compromisso, *il jure* é apenas uma descrição, no mesmo plano de *il court, il fume* [= “ele corre, ele fuma”]. Vê-se aqui, em condições próprias dessas expressões, que o mesmo verbo, segundo seja assumido por um “sujeito” ou esteja colocado fora da “pessoa”, toma um

verbos derivados se houvessem sido tomadas na sua função lógica. Somente enquanto elementos formais de discurso *nec* ou *autem* se prestam a formar verbos. Estes, tendo a conotação exclusiva de “dizer...” são, no sentido mais estrito, delocutivos.

Sabemos que o lat. *quiritare*, “gritar por socorro”, explica-se literalmente como “gritar: *Quirites!*” Temos a esse respeito o testemunho de Varrão: “*quiritare dicitur is qui Quiritium fidem clamans implorat*” [= “diz-se *quiritare* aquele que, clamando, implora o auxílio dos quirites”] (*L.L.*, V, 7) e, aliás, a literatura conservou exemplos da *quiritatio* sob a forma de apelo: *Quirites! o porro, Quirites!*⁽²⁵⁹⁾ Um verbo semelhante só pode ser delocutivo, pois o termo de base não é a designação *Quirites*, mas o apelo *Quirites!* Por outro lado, *quiritare*, se fosse denominativo, deveria significar “fazer de alguém um quirite”. Eis aí a diferença.

Encontramos nesse modo de derivação o meio de compreender melhor o sentido de um termo importante do velho ritual romano, o verbo *parentare*, “fazer uma oblação fúnebre à memória de alguém”. A relação com *parens* é evidente, mas como interpretá-la? Um *parentare* denominativo de *parens* deveria significar “tratar como *parens*”, o que omite o essencial; de onde viria então o fato de que o verbo se restringe aos usos fúnebres? Ninguém parece ter visto, ao menos, a dificuldade. Ela se resolve por uma indução que apoiaremos no texto seguinte. À morte de Rômulo, ou melhor na ocasião do seu desaparecimento súbito, diz-nos Tito Lívio, o povo foi, primeiro, tomado de pavor: *deinde, a paucis initio facto, “deum deo natum regem parentemque urbis Romanae saluere” universi Romulum iubent*, “depois, seguindo o exemplo de alguns, todos ao mesmo tempo erguem vivas a Rômulo, deus nascido de um deus, rei e pai da cidade de Roma”⁽²⁶⁰⁾. Quem lê atentamente esse passo, no meio de uma narração tão rica de tradições autênticas, pode desvendar na formulação de Lívio uma expressão certamente tomada a um ritual arcaico. Com a ajuda da expressão *parentem saluere iubent*, parece-nos que se deve restaurar uma fórmula solene que consistia no apelo:

259. Ver Schulze, *Kl. Schr.*, p. 178 ss. para numerosas citações.

260. *Ljv.*, I, 16, 3; cf. algumas linhas adiante, *Romulus, parens huius urbis* (I, 16, 6).

parens, salve! Tito Lívio nos teria conservado em sintaxe direta a própria fórmula da *conclamatio*. A hipótese se torna em certeza quando se encontra essa mesma expressão num episódio célebre; quando Enéias faz celebrar o aniversário da morte de Anquises, após os jogos fúnebres, quando todos os ritos se cumprem, joga flores sobre o túmulo do pai pronunciando: *salve, sancte parens, iterum* [= “salve, pai venerável, pela segunda vez...”] (Verg., *Aen.*, V, 80). A concordância parece decisiva. Esse rito é precisamente o de uma *parentatio*. Aí se encontra a explicação de *parentare* que deve significar literalmente: “pronunciar a fórmula *salve, parens!*” A locução reduziu-se ao seu termo essencial, *parens*, sobre o qual se formou *parentare*, tipicamente delocutivo⁽²⁶¹⁾.

Tudo o que acabamos de dizer sobre a relação entre o lat. *salus* e *salutare* vale também para o francês *salut* e *saluer*, assim como para os pares correspondentes das outras línguas românicas. Trata-se da mesma relação de locução a delocutivo, e de uma relação que se deve propor sincronicamente, sem consideração da descendência histórica do lat. *salutem* ao fr. *salut*. Já não é difícil, hoje, alinhar na mesma classe o fr. *merci*, e (*re*)*mercier* (francês arcaico *mercier*), “agradecer”. Que *remercier* signifique “dizer *merci*”, aprende-se desde a mais tenra idade; é importante, apesar disso, sublinhar a relação por meio de “dizer (e não fazer) *merci*”. *Merci*, no seu sentido lexical de “graça” (cf. *demandeur merci*, “pedir graça”) deveria produzir um denominativo (*re*)*mercier* no sentido de “fazer (conceder) graça, agraciar”, o que nunca é o caso. Só *merci!* como locução convencional permite justificar (*re*)*mercier*, que se caracteriza assim como delocutivo, não como denominativo. Não se deveria crer, aliás, que o emprego de *merci!* como locução devesse acarretar necessariamente a criação de um derivado verbal como *remercier*. Seria possível recorrer a expressões distintas. Essa é, por exemplo, a situação em russo, em que a fórmula *spasibo!*, “obrigado!” não produziu verbo

261. A mesma relação entre *parentare* e *parens* foi indicada por H. Wagenvoort, *Studies in Roman literature, culture and religion*. Leiden, 1956, p. 290, segundo o resumo de Leumann, *Glotta*, 36 (1957), p. 148-149. (Nota de correção.)

derivado e permanece independente do verbo *blagodarit'*, “agradecer”. Em compensação, são claramente delocutivos o ingl. *to thank*, al. *danken*, com relação ao substantivo *thank(s)*, *Dank*. Já no gótico, a locução *þank fairhaitan* = **Dank verheissen*), traduzindo o gr. *khárin ékhein* (Lc 17, 9), mostra que *þank* se havia tornado um termo consagrado, para sempre desligado de *þagkjan*, “*denken*”.

Uma vez que o termo de base se toma de algum modo como nome da noção, e não como expressão da noção, as línguas modernas conservam a possibilidade, ilustrada acima pelo lat. *negare, autumare*, de construir um delocutivo sobre uma partícula, com a condição de que esta possa empregar-se como locução. Ter-se-á assim em inglês *to hail*, “gritar *hail!*”, *to encore*, “gritar *encore!*”, no americano *to okey*, e mesmo *to yes*, “assen-tir”⁽²⁶²⁾; em francês *bisser*, “gritar bis!” Cita-se no ant. alto alemão um verbo *aberen*, “repetir” tirado de *aber*, como o lat. *autumare* de *autem*. Trataremos igualmente como delocutivo o fr. *tutoyer, vouvoyer*, uma vez que significam precisa e somente “dizer tu (vós)”. É evidente que um denominativo de *tu* seria impossível: “tu” não é uma qualidade que se possa conferir; é um termo de alocação, de que *tutoyer* seria o delocutivo.

A maioria dos verbos até agora citados referem-se a convenções da vida social. Por serem mais ou menos semelhantes as condições gerais da cultura nas diversas sociedades ocidentais modernas, pode parecer natural que encontremos as mesmas expressões em várias línguas. No entanto, as semelhanças comprovadas podem resultar ou de criações independentes ou, ao contrário, de ações de uma língua sobre a outra. Seria interessante poder precisar em cada caso a natureza exata do processo. Ora, a definição dada, aqui, dos verbos delocutivos permite freqüentemente fazer as distinções necessárias.

Assim, no gótico, o adjetivo *hails*, “são, em boa saúde”, tem um emprego formular no termo *hails*, “*kháire! salve!*” Entretanto, o verbo derivado *hailjan* significa apenas “curar”; é um denominativo. Não existe *hailjan*, “*saudar”. É numa fase mais recente do germânico que aparece um verbo novo, ant. alto

262. Mencken, *The American language*, p. 195.

alemão *heilzzen*, ant. isl. *heilsa*, ant. al. *halettan*, “to hail” que é delocutivo. Foi provavelmente criado segundo o modelo do lat. *salutare*.

O eslavo, por seu lado, concorda com o latim na relação ant. esl. *celŭ* (russo *celyi*), “*sahuus*” : *celovati*, “*salutare*” (russo *celovat’*, “beijar”). Será uma criação independente no eslavo? A resposta destaca-se da própria definição do delocutivo. Para a criação de um delocutivo *celovati*, a existência de um adjetivo *celŭ* é condição por certo necessária, mas não suficiente; é preciso além disso que a forma de base seja susceptível de um emprego formular. Ora, temos realmente em eslavo o equivalente do lat. *sahuus*, mas não o do lat. *salus*! É pois altamente verossímil que a relação *celŭ* : *celovati* tenha sido em eslavo decalcada sobre o latim, ou diretamente ou através do germânico.

A mesma questão pode apresentar-se e resolver-se a propósito de uma concordância semelhante entre o armênio e o irânico. Temos o arm. *druat*, “elogio, louvor”, e *druatem*, “saudar, louvar, aclamar”, como o lat. *salus* : *salutare*. Ora, esse termo vem do irânico (avést. *druvatāt-*, “salus”)⁽²⁶³⁾. Poderíamos concluir sumariamente que o armênio tomou ao irânico o atual derivado tanto quanto o nome. No entanto, comprova-se que, se o irânico realmente converteu o nome *drūd*, “saúde”, em fórmula de saudação — médio persa *drūd abar tō*, “salve a ti!” — não tem senão *drūdēn-* como verbo delocutivo. Segue-se que o atual *druatem* se criou no próprio armênio por derivação autônoma.

Definitivamente são os recursos e a estrutura de cada sistema lingüístico que decidem dessa possibilidade de derivação verbal, como de todas as outras. É instrutivo observar sob esse aspecto as diferenças de comportamento entre as línguas a partir de uma situação lexical comum. Destaca-se em três línguas uma expressão com o mesmo sentido: al. *willkommen*, ingl. *welcome*, fr. *bienvenu*, “benvindo”. É o emprego como fórmula de acolhimento que determinou o seu desenvolvimento em cada domínio. A expressão germânica era tão estreitamente associada a um rito de acolhimento que se tornou, tomada de empréstimo pelo fr. arcaico *wilecome*, pelo it. *bellicone*, o nome da grande taça

263. Cf. Hübschmann, *Arm. Grammi.*, p. 146.

da hospitalidade. Ora, o inglês realizou um delocutivo no verbo *to welcome*, “to say welcome!” O alemão não foi tão longe; não existe verbo **willkommen*, mas somente uma locução *willkommen* (adj.) *heißen*, “dar as boas vindas”. Em francês, a língua encontrou uma dificuldade que só parcialmente superou. Do adjetivo *bienvenu*, claro e antigamente decomponível (*très bien venus soiés*, séc. XIII), houve repugnância em tirar um delocutivo **bienvenir* (*quelqu’un*), que teria sido o equivalente exato de *to welcome* (*someone*). No entanto, avançou-se nessa direção criando-se um infinitivo *bienvenir* limitado à construção *se faire bienvenir de quelqu’un*. O ponto de partida é a expressão *être bienvenu* (*de quelqu’un*), “ser benvindo para alguém”, tratado como um passivo, expressão sobre a qual se estabeleceu um causativo *se faire bienvenir*, assim como *être bien vu* (*de quelqu’un*), “ser bem visto por alguém” leva a *se faire bien voir* (*de quelqu’un*). São, porém, apenas aproximações de um delocutivo que não se efetuou.

Nada é aparentemente mais simples que o sentido do lat. *benedicere*, “abençoar”, a partir dos dois morfemas que o constituem, *bene* e *dicere*. Esse exemplo tem na presente análise um interesse particular, uma vez que a própria forma contém *dicere* e nos faz suspeitar a condição de um delocutivo. O exame, porém, revela uma história bem mais complexa e menos linear, cuja descrição está por fazer. Nós nos limitaremos para o nosso propósito a indicar-lhe os pontos mais salientes.

1.º — Houve um emprego de *bene dicere* que não foi revelado. Encontra-se num passo de Plauto: *quid si sors aliter quam uoles euenerit? — Bene dice!* “e se a sorte sair diferente do que queres? — (lit.) Dize palavras de bom agouro!” (*Cas.* 345). Aqui Plauto, por meio dessa locução *bene dice*, imita certamente o gr. *euphēmei*! Nada prova, aliás, que esse *bene dice* tenha jamais levado a um verbo *bene dicere*, no sentido do gr. *euphēmeîn*, pois mesmo no grego não existe verbo *euphēmeîn*, mas somente um infinitivo *euphēmeîn*, transposição do imperativo *euphēmei* (*euphēmeite*) numa construção como *euphēmeîn keleueîn*, “convidar a pronunciar palavras de bom augúrio”, que é a formulação ritual de “convidar ao silêncio”⁽²⁶⁴⁾.

264. É o que tivemos ocasião de mostrar mais pormenorizadamente num artigo publicado há alguns anos (*Die Sprache*), I [1949], p. 116 ss., sobre a expressão grega *euphēmeîn*; adiante, cap. 25.

2.º — Diferente é o sentido da fórmula *bene tibi dico*, “eu te desejo o bem” (Pl., *Rud.* 640; *Trin.* 924, etc.). Convém não acreditar, como parece que se acredita, que *bene dicere* significa literalmente “desejar o bem”; *dicere* não se toma aqui absolutamente (e jamais significou) “desejar”. É preciso entender *bene* como o termo regime de *dicere*: “*bene!*” *dicere alicui*, “dizer *bene!* a alguém”. Esse *bene!* é interjeição de desejo conhecida em muitos exemplos: *bene mihi*, *bene uobis*, “à minha saúde! à vossa!”, em Plauto (*Persa*, 773; cf. 709, etc.); *bene nos, patriae, bene te, pater, optime Caesar*, “à nossa saúde! à tua, pai da pátria, nobre César”, em Ovídio (*Fasti*, II, 635), etc. Pelo próprio fato de guardarem os componentes a sua autonomia, *bene dicere* não chegou a tomar o lugar do autêntico delocutivo que teria sido um verbo derivado diretamente de *bene!* Poderíamos imaginar um delocutivo alemão **pros(i)tieren* que daria a idéia⁽²⁶⁵⁾.

3.º — Uma terceira acepção evidencia-se quando *bene dicere* se toma na língua clássica por “louvar, fazer o elogio de alguém”; é novamente um desenvolvimento que se deve a uma influência literária: *bene dicere* serve para introduzir o gr. *eulogeîn*, totalmente diferente de *euphêmeîn*.

4.º — Finalmente, o próprio gr. *eulogeîn* foi escolhido para traduzir o hebr. *brk.*, e *benedicere* (tornado signo único) permaneceu como o equivalente latino, mas desta vez com o novo valor judeu-cristão, de “abençoar”, produzindo por sua vez *benedictus*, *benedictio*. É a noção moderna.

Para acabar de caracterizar esse tipo de derivação verbal, parece útil prevenir duas confusões possíveis. Em primeiro lugar, devemos distinguir cuidadosamente os delocutivos e os verbos derivados de interjeições: *claquer*, “estalar (o chicote), bater (palmas à porta)”, etc., *huer*, “vaiar”, *chuchoter*, “cochichar”, ingl. *to boo*, “vaiar”, etc. Um delocutivo tem sempre como radical um *significante*, que pode ser uma interjeição no discurso, mas sem cessar de ser *significante*, enquanto os verbos como *claquer* se constroem sobre simples onomatopéias. Aqui, a distinção é

265. Nota de correção. Não pude ver um artigo de A. Debrunner sobre o lat. *salutare* publicado no *Festschrift Max Vasmer*, Berlim, 1956, p. 116 ss. e citado em *K.Z.*, 74, 1956, p. 143, n.º 2.

fácil. Um pouco mais insidiosa seria a tentação de confundir os delocutivos com aquilo a que se chama “verbos de desejo”, na gramática tradicional. Seguramente expressões como *welcome! salut!* servem para transmitir um desejo. No entanto esse plano psicológico é estranho ao problema. O delocutivo define-se não pelo conteúdo intencional mas pela relação formal entre uma locução e um verbo que denota o enunciado dessa locução. O sentido da locução constituinte importa pouco. A diferença evidencia-se claramente quando se compara o “verbo de desejo” por excelência que é *souhaiter* com um verbo delocutivo como *saluer*. A palavra *souhait* não é uma fórmula de desejo; é um substantivo como qualquer outro e o verbo derivado *souhaiter* é um simples denominativo, enquanto *salut* é naturalmente um substantivo mas também — sob a forma de *salut!* — uma fórmula de saudação; é por isso que *saluer*, significando “dizer *salut!*” se chamará delocutivo. Deverão também classificar-se como delocutivos os fr. *sacrer*, “dizer *sacré!*...” e *pester*, “dizer *peste!*”.

O traço essencial e sinalético de um delocutivo consiste em estar com a sua base nominal na relação “dizer...”, e não na relação “fazer...”, que é própria do denominativo. Nem é menos instrutivo o fato de que essa classe nos mostra um signo da língua derivando de uma locução de discurso e não de outro signo da língua; exatamente por isso, os delocutivos, no momento em que são criados, são sobretudo verbos que denotam atividades de discurso. A sua estrutura e igualmente as razões que os chamam à existência lhes garantem uma posição totalmente particular entre as outras classes de derivados verbais.

VI

léxico e cultura

CAPÍTULO 24

problemas semânticos da reconstrução⁽²⁶⁶⁾

As noções semânticas apresentam-se ainda sob uma forma tão vaga que, para tratar um dos aspectos, seria necessário começar por propor um corpo de definições rigorosas. Entretanto, essas definições exigiriam por sua vez uma discussão que versasse sobre os próprios princípios da significação. É uma tarefa longa e árdua, de que os trabalhos até agora consagrados à semântica dão apenas uma fraca idéia. Também, dentro desta contribuição que se limita ao tema sugerido pelos editores desta compilação, teremos de proceder antes empiricamente, negligenciando, no momento, as considerações teóricas para tratar concretamente alguns tipos de problemas que o lingüista encontra quando se ocupa em reconstituir.

Em geral, os critérios de uma reconstrução formal podem ser estritos, porque decorrem de regras precisas, das quais não nos podemos afastar a não ser que pensemos poder substituí-las por regras mais exatas. Todo o aparato da fonética e da morfologia intervém para sustentar ou refutar essas tentativas. Em matéria de sentido, porém, temos por guia apenas uma certa verossimilhança, fundada sobre o “bom senso”, sobre a apreciação pessoal do lingüista, sobre os paralelos que ele pode citar. O problema consiste sempre — em todos os níveis da análise, no interior de uma mesma língua ou nas diferentes etapas de uma reconstrução comparativa — em determinar se, e como, dois

266. *Word*, vol. X, n.º 2-3, ago.-dez. 1954.

morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo seu sentido.

O único princípio de que nos serviremos nas considerações que se seguem, tomando-o como admitido, é que o “sentido” de uma forma lingüística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes. Na presença de morfemas idênticos providos de sentidos diferentes, devemos perguntar-nos se existe um emprego no qual esses dois sentidos recobram a sua unidade. A resposta jamais se apresenta de antemão. Só pode ser fornecida por um estudo atento do conjunto dos contextos nos quais a forma é susceptível de aparecer. Não se tem o direito de presumi-la, positiva ou negativa, em nome da verossimilhança.

1. Tomemos, por exemplo, o caso dos homófonos ingleses *story*, “narrative”, e *story*, “set of rooms”. O que opõe obstáculo à sua identificação não é o nosso sentimento de que uma “narrativa” e um “pavimento” são inconciliáveis, mas a impossibilidade de encontrar um emprego no qual um sentido seja comutável com o outro. Mesmo expressões escolhidas de propósito como ambíguas, como *to build a story* ou *the third story* (de uma compilação — de um imóvel), uma vez substituídas num contexto autêntico, perdem imediatamente a sua ambigüidade. É preciso, assim, tomá-los como distintos. E é somente a título de confirmação que a prova etimológica será utilizada: *story*, “narrative”, < fr. arcaico *estoire* (*historia*), mas *story*, “floor”, < fr. arcaico *estorée* (**staurata*). A etimologia poderia faltar-nos; mesmo dada, não será suficiente sozinha para garantir a independência atual de dois morfemas, que teriam podido, em virtude da sua identidade formal, associar-se de algum modo pelo sentido e criar uma nova unidade semântica.

2. Eis o caso inverso. Há em francês *voler*, “fly” e *voler*, “steal”. Os dois verbos são distintos em tudo. Um, *voler*, “fly”, faz parte da classe semântica de “andar, correr, nadar, rastejar”, etc.; o outro, *voler*, “steal”, entra em sinonímia com “furtar, subtrair”, etc. *Voler*, “fly”, é intransitivo; *voler*, “steal”, é transitivo. A derivação comporta apenas um termo comum aos dois: *vol*. Afora isso diferem: *voler*, “fly”, acarreta *voleter*, *s'envoler*, *survoler*, *volée*, *volatile*, *volaille*, *volière* — “volitar, partir voando

ou fugir, sobrevoar, revoada, volátil, aves de galinheiro, aviário” —; mas *voler*, “steal”, somente *voleur*, “ladrão”. Essa própria limitação de *voler*, “steal”, faz suspeitar que se reduz a um emprego especializado de *voler*, “fly”. A condição seria um contexto no qual *voler*, “fly”, se prestaria a uma construção transitiva. Encontra-se esse contexto na língua da falcoaria; é a expressão “le faucon *vole* la perdrix” (= “alcança e agarra voando”). Essa é a condição de fato, não presumível de antemão, na qual o emprego excepcionalmente transitivo cria um novo sentido de *voler*; nessa situação, o “vôo” do pássaro significa ao mesmo tempo “flying” e “stealing”. A coexistência de dois *voler* não deve, assim, provocar o desejo de conciliá-los numa unidade improvável; a situação particular de um dos dois homônimos e principalmente a pobreza da sua derivação incitam a procurar o emprego típico que introduziu uma cisão num campo semântico unitário para fazer dele dois domínios hoje distintos.

3. Na apreciação dos diferentes sentidos que intervêm entre os membros de um conjunto formalmente ligado o lingüista é sempre inclinado a guiar-se inconscientemente pelas categorias da sua própria língua. Daí os problemas semânticos que se reduzem, com as devidas considerações, a problemas de tradução. Estes se encontram, inclusive, nas reconstituições que nunca foram questionadas e poderiam passar por evidentes. A correspondência entre o gr. *tithēmi*, *éthēka*, “estabelecer” e o lat. *facere*, “fazer”, é um dado elementar do ensino comparativo. Donde se conclui que **dhē-* admite ao mesmo tempo o sentido de “estabelecer” e o de “fazer”. No entanto, entre “estabelecer” e “fazer” a conexão não é para nós tão manifesta que se deva admiti-la sem justificação para o indo-europeu. Na nossa classificação das noções, “estabelecer” se alinha com “colocar, pôr, alojar”, etc.; e “fazer” com “cumprir, construir, fabricar, operar”, etc. As duas linhas não se encontram. A própria multiplicidade das acepções de “fazer” não parece contribuir para precisar a ligação, no entanto implicada, nessas antigas aproximações. Para fundamentar essa relação de sentido, alegaram-se empregos técnicos⁽²⁶⁷⁾. De fato, as razões devem ser procuradas numa definição mais precisa

267. Cf. Ernout-Meillet, *Dict. étym.*, p. 372 fim.

dos empregos. Deve observar-se, em primeiro lugar, que mesmo onde a tradução “estabelecer” é admissível, as condições do emprego mostram que “estabelecer” significa propriamente “estabelecer algo que subsistirá daí por diante, que está destinado a durar”: no grego, com *themelía*, “estabelecer os fundamentos”, com *bômon*, “erguer um altar”. Por isso é adequado para significar “estabelecer na existência, criar” — cf. no ant. persa *būmtm adā... asmānam adā*, “ele estabeleceu (= criou) a terra, ele estabeleceu (= criou) o céu”, e no grego *khármat' éthēken*, “estabeleceu (= criou) alegrias para os homens” (Pind., *Ol.*, 2, 101), etc. Em segundo lugar, observar-se-á que uma das construções mais freqüentes de *dhē- é predicativa, o que proporciona justamente a condição do sentido usual de “fazer”, tanto nas línguas que conhecem também “estabelecer” como nas que, como o latim, têm somente “fazer”: *basiléa tina theímai*, é literalmente *aliquem regem facere* [= “fazer alguém rei”]; uma expressão como *theímai tina athánaton* equivale exatamente a *immortalem facere* [= “tornar imortal”]. É suficiente indicar o princípio; os exemplos são abundantes. O importante é ver que: 1.º a distinção entre “estabelecer” e “fazer” não corresponde à realidade indo-européia sob a forma nítida que tem para nós; 2.º a construção de *dhē- é um componente essencial do emprego e do sentido; 3.º a noção de “fazer”, na medida em que é expressa por *dhē-, se determina por ligações particulares que são as únicas que permitem defini-la, pois a definição só é possível nos termos da própria língua.

4. Essa situação apresenta-se, freqüentemente, sob aspectos às vezes menos reconhecíveis. Encontram-se, então, dificuldades que podem resultar de que um ou outro dos sentidos considerados esteja inexatamente ou muito sumariamente definido. Tomaremos um exemplo no caso de um verbo grego cujos sentidos até aqui não pareceram criar nenhum problema. Temos em grego *tréphō*, “alimentar”, com numerosos derivados compostos que atestam o mesmo sentido: *trophós*, “nutritivo”, *tropheús*, “nutridor” (subst), *trophé*, “nutrição”, *dio-trophés*, “filho de Zeus”, etc. Declara-se esse *tréphō* idêntico a *tréphō*, “espessar, coagular (um líquido)”, pf. *tétrophè*, “coagular-se, ser compacto”, que, por sua vez, foi ligado a *thrombós*, “coágulo de sangue” (apesar da fonética), e depois a uma série de comparações incoerentes cujos

pormenores se encontram em Boisacq 353 e que não conservaremos aqui. Só nos importa a relação, no próprio grego, de *tréphō*, “alimentar”, e de *tréphō*, “coagular (o leite)”. É muito possível realmente que os dois sentidos não façam senão um; mas como se reúnem? Os dicionários não assinalam nenhum embaraço. O de Liddell-Scott-Jones define assim *tréphō*: “1. *thicken or congeal a liquid*; 2. usu. *cause to grow or increase, bring up, rear*, esp. of children bred and brought up in a house”. Iguamente Bailly: “1. rendre compact; 2. rendre gras, engraisser, nourrir”. Mesmo a quem não se fia senão no “sentimento” da língua, semelhante relação deveria evidenciar-se tão estranha que importaria uma verificação dos empregos. O fato de que se tenha podido admitir como evidente que “cailler (le lait)” conduz ao sentido de “nourrir, élever (un enfant)” seria suficiente para desacreditar esse empirismo “intuitivo” que serve de método na maioria das reconstruções. Aqui, a disparidade dos sentidos parece tal que só se poderia conciliá-los por um artifício. Na realidade, a tradução de *tréphō* por “nutrir”, no emprego que é de fato o mais usual, não convém a todos os exemplos, e ela própria não é mais que uma acepção do sentido mais amplo e ao mesmo tempo mais preciso. Para analisar as ligações semânticas de *tréphō*, deve-se defini-lo como “favorecer (por meio de cuidados apropriados) o desenvolvimento daquilo que é submetido ao crescimento”. Com *paídas, hippous*, se traduzirá por “nutrir, educar (crianças, cavalos)”. Mas temos também *tréphein aloiphén*, “favorecer o crescimento da banha” (*Od.*, XIII, 410); *tréphein khaitén*, “deixar crescer os cabelos” (*Il.*, XXIII, 142). É aqui que se insere um desenvolvimento particular e “técnico”, que é justamente o sentido de *coagular*. A expressão grega é *tréphein gála* (*Od.*, IX, 246), que se deve agora interpretar ao pé da letra como “favorecer o crescimento natural do leite, deixá-lo atingir o estado para o qual tende”, ou, prosaicamente, “deixá-lo coalhar”. Não é nada além de uma ligação idiomática de *tréphein* no sentido de “deixar crescer, favorecer o crescimento” que sempre tem. Sob o aspecto do grego, não há diferença entre *tréphein khaitén*, “deixar desenvolver-se a cabeleira” e *tréphein gála*, “deixar desenvolver-se o leite”. Tampouco há diferença entre *tróphies paides*, “crianças que cresceram (e atingiram a idade adulta)” e *kúmata*

tróphoenta, kúma tróphi, “vagas que atingiram o seu pleno desenvolvimento”. Não há, pois, mais problema de classificação dos dois sentidos de *tréphō*, uma vez que há apenas um sentido, sempre o mesmo. Pode concluir-se que *tréphō*, “coagular”, não existe; existe um emprego de *tréphō gála*, que cria uma associação para nós insólita, mas explicável nos contextos gregos. Vê-se também que toda a dificuldade provém, no fundo, das diferenças entre os recursos lexicais das línguas consideradas. Enquanto *tréphein paída* se reproduz diretamente em inglês ou em francês (“rear a child, nourrir un enfant”), *tréphein gála* exige uma tradução específica (“curdle milk, cailler du lait”). O lingüista que se pergunta “como conciliar *curdle* e *rear* ou *cailler* e *nourrir*, ou que inventa uma filiação entre esses dois sentidos, é vítima de um falso problema. A questão não se apresenta nem numa língua moderna, em que as formas são diferentes, nem em grego, em que os sentidos são idênticos. Esse é apenas um exemplo entre muitos das dificuldades gratuitas criadas na reconstrução semântica, seja por uma definição insuficiente dos termos em discussão, seja por uma transposição ilegítima dos valores de um sistema semântico para outro.

5. O mesmo problema poderá ser proposto não mais no interior de uma língua histórica mas na sincronia de uma reconstrução formal. Há no indo-europeu uma raiz **dwei-*, “temer”, bem atestada pelo gr. *déos*, “temor”, (**dweyos*) e o perfeito *dé-dwoi-a*, “tenho medo”, dando o presente *deídō*; pelo av. *dvaēθā-*, “ameaça, motivo de temor”, pelo presente arm. *erknčim*, “eu temo”. Esse **dwei-*, “temer”, é materialmente idêntico ao tema do numeral **dwei-*, “dois”. A semelhança persiste nos derivados de data histórica: hom. *dé-dwoi-a*, “tenho medo”, tem o ar de estar construído sobre o mesmo tema que o adjetivo *dwoi-ós*, “duplo”, e o arm. *erknčim*, “eu temo”, lembra *erku*, “dois” (**dwō*); a alternância no perfeito homérico primeira sing. *dé-dwoi-a* : primeira pl. *dé-dwi-men* é conforme à do numeral **dwei-* (**dwoi-*) : **dwi-*. Enfim, tudo parece indicar uma identidade formal entre esses dois radicais. Será um acaso? Para excluir um acaso, seria necessário demonstrar que a identidade formal se verifica no sentido. E que ligação de sentido se poderia imaginar entre “temer” e “dois” que não se parecesse a um quebra-cabeça?

valor diferente. É uma consequência do fato de que a própria instância de discurso que contém o verbo apresenta o ato, ao mesmo tempo em que fundamenta o sujeito. Assim, o ato é cumprido pela instância de enunciação do seu “nome” (que é *jurar*), ao mesmo tempo em que o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é “eu”).

Muitas noções na lingüística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabeçermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação lingüística.

CAPÍTULO 22

a filosofia analítica e a linguagem⁽²⁴²⁾

As interpretações filosóficas da linguagem suscitam em geral no lingüista certa apreensão. Pouco informado sobre o movimento das idéias, o lingüista é levado a pensar que os problemas próprios da linguagem, que são em primeiro lugar problemas formais, não podem prender o filósofo e, inversamente, que este se interessa sobretudo, na linguagem, por noções que o lingüista não pode aproveitar. Entra nessa atitude, talvez, alguma timidez diante das idéias gerais. A versão do lingüista por tudo o que ele qualifica, sumariamente, de “metafísico” procede antes de tudo de uma consciência sempre mais viva da especificidade formal dos fatos lingüísticos, à qual os filósofos não são suficientemente sensíveis.

Assim, tanto maior é o interesse com que o lingüista estudará as concepções da filosofia chamada analítica. Os filósofos de Oxford dedicam-se à análise da linguagem comum, como é falada, para renovar o próprio fundamento da filosofia, libertando-a das abstrações e dos quadros convencionais. Houve em Royaumont um colóquio, cujo objeto foi precisamente o relatório da discussão dessa filosofia⁽²⁴³⁾. Segundo um dos seus representantes, a escola de Oxford atribui às línguas naturais o valor de um objeto excep-

242. *Les études philosophiques*, n.º 1, jan.-mar. 1963, P.U.F.

243. *La philosophie analytique*, Paris, Éditions de Minuit, 1962 (Cahiers de Royaumont, Philosophie, n.º IV). É lamentável que esse colóquio não tenha aparecido em nenhuma publicação na data em que ocorreu.

cional, que merece as investigações mais aprofundadas, por razões claramente apresentadas e que vale a pena referir:

“... Os filósofos de Oxford abordam a filosofia, quase sem exceção, após um estudo muito desenvolvido das humanidades clássicas. Interessam-se, pois, espontaneamente pelas palavras, pela sintaxe, pelos idiotismos. Não queriam utilizar a análise lingüística para o fim único de resolver os problemas da filosofia, pois o exame de uma língua interessa-os por si mesmo. Assim, esses filósofos são talvez mais aptos e estão mais relacionados com as distinções lingüísticas que a maioria dos filósofos.

Para eles, as línguas naturais que os filósofos costumam estigmatizar como esquerdas e impróprias para o pensamento contêm, na realidade, uma riqueza de conceitos e as mais sutis distinções, e desempenham uma variedade de funções às quais os filósofos permanecem comumente cegos. Além disso, uma vez que essas línguas se desenvolveram para responder às necessidades daqueles que delas se servem, acham provável que elas só retenham os conceitos úteis e as distinções suficientes; que sejam precisas onde existe a necessidade de ser preciso e vagas onde não há necessidade de precisão. Todos os que sabem falar uma língua têm, sem dúvida, um domínio implícito desses conceitos e desses matizes. Sempre segundo a escola de Oxford, porém, os filósofos que se esforçam para descrever esses conceitos e essas distinções ou os menosprezam ou os simplificam ao extremo. Em todo caso, só os examinaram superficialmente. As verdadeiras riquezas que as línguas encerram permanecem sepultas.

É por isso que a escola de Oxford se dedicou a estudos muito aprofundados e muito minuciosos da linguagem comum, estudos pelos quais espera descobrir as riquezas dissimuladas e tornar explícitas as distinções das quais temos apenas um conhecimento confuso, descrevendo as funções desiguais de toda sorte de expressões lingüísticas. É difícil, para mim, descrever em termos gerais esse método. Frequentemente, se estudarão duas ou três expressões, à primeira vista sinônimas; e se demonstrará que não se pode empregá-las indiferentemente. Perscrutar-se-ão

os contextos de emprego, tentando focalizar o princípio implícito que preside à escolha”⁽²⁴⁴⁾.

Cabe aos filósofos de outras tendências dizer se assim se faz ou não obra filosófica. Entretanto para os lingüistas, ao menos para os que não se afastam dos problemas da significação e consideram que o conteúdo das classes de expressão também são da sua competência, esse programa é cheio de interesse. É a primeira vez, considerados os ensaios anteriores de Wittgenstein, orientados noutra sentida, que filósofos se entregam a uma pesquisa aprofundada sobre os recursos conceptuais de uma língua natural e trazem o espírito de objetividade, a curiosidade e a paciência necessárias, pois como nos diz o próprio autor:

“todos os grandes filósofos ou quase todos exigiram que se escrutassem as palavras que se empregariam e reconheceram que se pode ser cegado por uma palavra mal interpretada. Segundo os atuais filósofos de Oxford, nunca se reconheceu suficientemente a importância e a complexidade do trabalho que essa pesquisa prévia exige. Consagram artigos ou livros inteiros a estudos que dantes se expediam em algumas linhas”⁽²⁴⁵⁾.

Voltamos então naturalmente ao relatório dado na mesma coleção pelo filósofo considerado como o “mestre incontestado dessa disciplina”, J.-L. Austin, sob o título *Performativo : constativo*⁽²⁴⁶⁾. Temos aqui uma amostra desse tipo de análise, aplicada aos enunciados ditos performativos, em oposição aos que são declarativos ou constativos [i.e., “comprovativos”]. O enunciado performativo

“tem a sua função própria, serve para efetuar uma ação. Formular esse enunciado é efetuar a ação, ação que, ao menos com a mesma precisão, não se poderia talvez cumprir de nenhuma outra maneira. Eis aqui alguns exemplos:

244. J. Urmsom, op. cit., p. 19 ss.

245. *Ibid.*, p. 21.

246. *Ibid.*, p. 271-281.

Batizo esse navio *Liberdade*.
Desculpo-me.
Dou-lhe as boas vindas.
Aconselho-o a fazê-lo.

(...) Dizer *eu prometo*, formular, como se diz, esse ato performativo, é o próprio ato de fazer a promessa...”⁽²⁴⁷⁾

Como se poderá reconhecer com certeza semelhante enunciado? Austin duvida e finalmente nega que se possua um critério certo: julga “exagerada e em grande parte vã” a esperança de encontrar “algum critério quer de gramática quer de vocabulário que nos permita resolver em cada caso a questão de saber se tal ou qual enunciado é performativo ou não”. É claro que há formas “normais”, que comportam, como nos exemplos acima, um verbo na primeira pessoa do singular no presente do indicativo, na voz ativa; ou ainda enunciados na voz passiva e na segunda ou na terceira pessoa do presente do indicativo como *les voyageurs sont priés d'emprunter la passerelle pour traverser les voies*, “pede-se aos passageiros que usem a passarela para atravessar as pistas”. Mas, continua, as formas “normais” não são necessárias:

“(…) Não é absolutamente necessário que um enunciado, para ser performativo, seja expresso numa dessas formas ditas normais (...) Vê-se claramente que dizer *feche a porta* é tão performativo, é tanto o cumprimento de um ato quando dizer *ordeno-lhe que a feche*. Mesmo a palavra *cão*, sozinha, pode por vezes (...) agir como performativa explícita e formal: efetua-se por essa palavrinha o mesmo ato que pelos enunciados *aviso-os de que o cão vai atacá-los*, ou *os senhores estranhos são avisados de que existe aqui um cão bravo*”. Para tornar performativo o nosso enunciado, e isso sem equívoco, podemos usar, em vez da fórmula explícita, uma quantidade de expedientes mais primitivos como a entonação, por exemplo, e o gesto. Além do mais e sobretudo, o próprio contexto no qual são pronunciadas

247. *Ibid.*, p. 271.

as palavras pode tornar bastante certa a maneira pela qual se deve tomá-las, como descrição, por exemplo, ou como aviso...”⁽²⁴⁸⁾

Todo o essencial desse artigo versa sobre os “azares” do enunciado performativo e sobre as circunstâncias que podem torná-lo nulo: quando o que o efetua não está qualificado, ou lhe falta sinceridade, ou rompe o seu compromisso. Considerando, a seguir, o enunciado constativo ou asserção de fato, o autor observa que essa noção não é mais certa nem melhor definida que a noção oposta, e que está sujeita, aliás, a “azares” idênticos. Em suma, conclui, “temos necessidade talvez de uma teoria mais geral desses atos de discurso e, nessa teoria, a nossa antítese — Constativo-Performativo — encontrará dificuldades para sobreviver”⁽²⁴⁹⁾.

Conservamos desse artigo os pontos mais salientes no raciocínio e, na demonstração, os argumentos que tocam aos fatos propriamente lingüísticos. Não examinaremos, assim, as considerações sobre os “azares” lógicos que podem atingir e tornar inoperantes ambos os tipos de enunciado, nem a conclusão a que elas levam Austin. Quer este tenha ou não razão, depois de haver proposto uma distinção, e de se haver encarregado logo de diluí-la e enfraquecê-la a ponto de tornar-lhe problemática a existência, ela continua a ser um fato de língua que serve de fundamento à análise no caso presente, e nós lhe atribuímos tanto maior interesse quanto, independentemente, nós mesmos havíamos assinalado a situação lingüística particular desse tipo de enunciado. Ao descrever, há alguns anos, as formas subjetivas da enunciação lingüística⁽²⁵⁰⁾, indicávamos sumariamente a diferença entre *eu juro*, que é um ato, e *ele jura*, que não passa de uma informação. Os termos *performativo* e *constativo*

248. *Ibid.*, p. 274.

249. *Ibid.*, p. 279.

250. Sobre a subjetividade na linguagem (*Journal de psychologie*, 1958, p. 267 ss.); acima, cap. 21.

não apareciam ainda⁽²⁵¹⁾, mas era essa apesar de tudo a substância da definição. Apresenta-se assim a ocasião de estender e de precisar a nossa própria visão confrontando-a com a de J.-L. Austin.

É preciso, primeiro, delimitar o campo do exame, especificando os exemplos que se julgam adequados. A escolha dos exemplos é da maior importância, aqui, pois devem ser propostos em primeiro lugar os que são evidentes, e é da realidade dos empregos que destacaremos a natureza das funções e, afinal, os critérios da definição. Não estamos certos, absolutamente, de que se possam dar como comprovantes para a noção de performativo as locuções acima citadas: *Dou-lhe as boas vindas. Desculpo-me. Aconselho-o a fazê-lo*. Ou, pelo menos, elas não provam mais quase nada hoje, tanto as banalizou a vida social. Depois de caírem ao nível de simples fórmulas, devem ser reconduzidas ao seu sentido primeiro para reencontrarem a sua função performativa. Por exemplo, quando *apresento as minhas desculpas*, faço um reconhecimento público de erro, um ato que apazigua uma querela. Poderíamos descobrir, em fórmulas ainda mais banais, resíduos de enunciados performativos: *bonjour* [“bom dia”], na sua forma completa — *je vous souhaite le bon jour* [“desejo-lhe um bom dia”] — é um performativo de intenção mágica, que perdeu a sua solenidade e a sua virtude primitivas. Seria, porém, uma tarefa distinta procurar descobrir os performativos caídos em desuso para reanimá-los no seio de contextos de emprego hoje abolidos. Antes de empreender essas exumações, estamos inte-

251. Uma observação de terminologia. Uma vez que *performance*, “performância”, já entrou no uso, não haverá dificuldade em introduzir *performatif*, “performativo”, no sentido particular que aqui tem. Aliás, não se faz mais que retomar em francês uma família lexical que o inglês tomou ao antigo francês: *perform* vem do antigo francês *parformer*. Quanto ao termo *constatif*, “constativo”, é regularmente criado sobre *constat*, “argumentação, comprovação”: um enunciado constativo é realmente um enunciado de comprovação. Embora *constat* seja etimologicamente o presente latino *constat*, “está firme, é constante”, o francês o trata como um substantivo da mesma série que *resultat* e o prende assim à família do antigo verbo *constier*, “ser constante”. A relação *constier* : *constat* é assim paralela a *résulter* : *résultat*. E assim como sobre *résultat*, *prédicat*, se criou *résultatif*, *prédicatif*, será lícito tirar de *constat* um adjetivo *constatif*.

ressados em escolher performativos em pleno exercício que se prestam diretamente à análise.

Podemos propor uma primeira definição, dizendo que os enunciados performativos são enunciados nos quais um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um *dictum*. Assim, *j'ordonne* (ou *je commande*, *je décrète*, etc.) *que la population soit mobilisée* ["ordeno ou decido, decreto etc. que a população seja mobilizada"] em que o *dictum* é representado por *la population soit mobilisée*. Trata-se, realmente, de um *dictum*, uma vez que a enunciação expressa é indispensável para que o texto tenha qualidade de performativo.

Outra modalidade desses enunciados é apresentada pela construção do verbo com um complemento direto e um termo predicativo: *Je le proclame élu* ["proclamo-o eleito"]. — *Nous vous déclarons coupable* ["nós o declaramos culpado"]. — *Je nomme X. directeur* ["nomeio X. diretor"]. — *Je vous désigne comme mon successeur* ["designo-o como meu sucessor"]. — *Je vous charge de cette mission* ["encarrego-o desta missão"], (donde o título de *chargé de mission*, comissionado). — *Je vous délègue comme mon représentant* ["delego-o como meu representante"], (donde o título de *délégué*, "delegado"). — *Nous vous faisons chevalier* ["nós o fazemos cavaleiro"] (em que o verbo *faire* é realmente um performativo de palavra), ou ainda, sem diferença: *Je relève X. de ses fonctions; je le dispense...; je l'exempte...; je l'exonère...*, etc. ["suspendo X. das suas funções; dispenso-o; isento-o; exonero-o, etc."]

Essa primeira delimitação já permite excluir enunciados como: *Je sais que Pierre est arrivé*. — *Je vois que la maison est fermée*. ["Sei que Pedro chegou. — Vejo que a casa está fechada."] De fato: 1.º *savoir*, *voir* não são verbos de categoria performativa, como adiante indicaremos; 2.º as proposições — *Pierre est arrivé* e *la maison est fermée* — não enunciam um *dictum*, mas um *factum*; 3.º o enunciado interior no seu emprego efetivo não cumpre nenhuma função performativa.

Em compensação, é preciso reconhecer como autênticos e admitir como performativos os enunciados que o são de maneira inaparente, porque só implicitamente são atribuídos à autoridade habilitada para produzi-los. São esses que estão em uso hoje

no formulário oficial: *M. X. est nommé ministre plénipotentiaire*. — *La chaire de botanique est déclarée vacante*. ["O Sr. X. é nomeado ministro plenipotenciário. — A cátedra de botânica é declarada vaga."] Não comportam verbo declarativo (*Je décrète que...*) e se reduzem ao *dictum*, mas este é publicado numa relação oficial, com a assinatura do representante da autoridade, e às vezes acompanhada do inciso *par la présente* ["pela presente"]. Ou ainda o pronunciamento do *dictum* é referido impessoalmente, na terceira pessoa: *Il est décidé que...* — *Le président de la République décrète que...* ["Fica decidido que... — O Presidente da República decreta que..."] A mudança consiste de uma simples transposição. O enunciado na terceira pessoa pode, sempre, ser reconvertido em uma primeira pessoa e retomar a sua forma típica.

Eis aí um domínio no qual se produzem os enunciados performativos, o dos atos de autoridade. Abrimos outro, no qual o enunciado não emana de um poder reconhecido, mas propõe um compromisso pessoal para aquele que o enuncia. Ao lado dos atos de autoridade que publicam decisões que têm força de lei, há assim os enunciados de compromissos relativos à pessoa do locutor: *je jure...*, *je promets...*, *je fais vœu* ["faço o voto"]..., *je m'engage à* ["comprometo-me a"]... ou, igualmente, *j'abjure...*, *je répudie...*, *je renonce...*, *j'abandonne...* ["abjuro, repúdio, renuncio, abandono"], com uma variante de reciprocidade: *nous convenons...* — *entre X. et Y. il est convenu que...* — *les parties contractantes conviennent...* ["ajustamos — entre X. e Y. fica ajustado que — as partes contratantes ajustam"].

De qualquer maneira, um enunciado performativo não tem realidade a não ser quando autenticado como ato. Fora das circunstâncias que o tornam performativo, esse enunciado não é mais nada. Qualquer um pode gritar em praça pública: *decreto a mobilização geral*. Não podendo ser ato por falta da autoridade requerida, uma afirmação dessas não é mais que *palavra*; reduz-se a um clamor inane, criancice ou demência. Um enunciado performativo que não é ato não existe. Só tem existência como ato de autoridade. Ora, os atos de autoridade são, em primeiro lugar e sempre, enunciações proferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciá-los. Essa condição de validade, relativa à

pessoa enunciadora e à circunstância da enunciação, deve supor-se preenchida sempre que se trate do performativo. O critério está aí e não na escolha dos verbos. Um verbo qualquer de palavra, mesmo o mais comum de todos, o verbo *dizer* é apto a formar um enunciado performativo quando a fórmula — *eu digo que...* —, emitida nas condições apropriadas, cria uma situação nova. Essa é a regra do jogo. Uma reunião de caráter oficial só pode começar quando o presidente declara *a sessão está aberta*. A assistência sabe que ele é presidente. Isso o dispensa de dizer — *Declaro que a sessão está aberta* — o que seria de regra. Assim, na boca da mesma personagem, *a sessão está aberta* é um ato, ao passo que *a janela está aberta* é uma comprovação. Essa é a diferença entre um enunciado performativo e um enunciado constativo.

Dessa condição resulta outra. O enunciado performativo, sendo um ato, tem a propriedade de ser *único*. Só pode ser efetuado em circunstâncias particulares, uma vez e só uma, numa data e num lugar definidos. Não tem valor de descrição nem de prescrição, mas, ainda uma vez, de cumprimento. Por isso é frequentemente acompanhado de indicações de data, de lugar, de nomes de pessoas, testemunhas, etc.; enfim, é acontecimento porque cria o acontecimento. Por ser um ato individual e histórico, um enunciado performativo não pode repetir-se. Toda reprodução é um novo ato efetuado por aquele que tem qualidade. Afora isso, a reprodução do enunciado performativo por outro o transforma necessariamente em enunciado constativo⁽²⁵²⁾.

Isso leva a reconhecer no performativo uma propriedade singular, a de ser *sui-referencial*, de referir-se a uma realidade que ele próprio constitui, pelo fato de ser efetivamente enunciado em condições que o tornam ato. Daí decorre o ser ao mesmo tempo manifestação lingüística — uma vez que deve ser pronunciado — e fato de realidade, enquanto cumprimento de ato. O ato identifica-se, pois, com o enunciado do ato. O significado é idêntico ao referente. É aquilo de que dá testemunho a cláusula

252. Não falamos, naturalmente, da multiplicação material de um enunciado performativo por meio da impressão.

“pela presente”. O enunciado que se toma a si mesmo por referência é realmente *sui-referencial*.

Deveremos alargar o quadro formal que até agora atribuímos ao enunciado performativo? Austin classifica como performativos os enunciados concebidos no imperativo: “*Dizer feche a porta* é claramente tão performativo quanto *dizer ordeno-lhe que a feche*”⁽²⁵³⁾. Isso pareceria evidente, sendo o imperativo a forma da “ordem” por excelência. Na realidade, é uma ilusão que corre o risco de criar o mais grave mal-entendido sobre a própria natureza do enunciado performativo. É preciso considerar mais atentamente as modalidades do emprego lingüístico.

Um enunciado é performativo na medida em que *denomina* o ato *performador* pelo fato de *Ego* pronunciar uma fórmula que contém o verbo na primeira pessoa do presente: “*Declaro encerrada a sessão*”. — “*Juro dizer a verdade*.” Assim um enunciado performativo deve nomear a *performância* de palavra e o seu *performador*.

Nada de paralelo no imperativo. Não devemos enganar-nos pelo fato de que o imperativo produz um resultado, e de que *Vem!* faz vir efetivamente aquele que se chama. O que conta não é esse resultado empírico. Um enunciado performativo, não o é por poder modificar a situação de um indivíduo mas na medida em que é *por si mesmo* um ato. O enunciado é o ato; aquele que o pronuncia cumpre o ato denominando-o. Nesse enunciado, a forma lingüística é submetida a um modelo preciso, o do verbo no presente e na primeira pessoa. É totalmente diferente no imperativo. Estamos diante de uma modalidade específica do discurso; o imperativo não é denotativo e não visa a comunicar um conteúdo: caracteriza-se como pragmático e visa a agir sobre o ouvinte, a intimar-lhe um comportamento. O imperativo não é um tempo verbal; não comporta nem marca temporal nem referência pessoal. É o semantema *nu*, empregado como forma jussiva com uma entonação específica. Vê-se, pois, que um imperativo não equivale a um enunciado performativo, pela razão de que não é nem enunciado nem performativo. Não é enunciado pois não serve para construir uma proposição com verbo pessoal;

253. Citação completa acima.

e não é performativo, pelo fato de não denominar o ato de palavra que se *performa*. Assim, *vem!* é realmente uma ordem, mas lingüisticamente é totalmente diferente de dizer *ordeno que venhas*. Não há enunciado performativo a não ser que contenha a menção de ato, isto é, *ordeno*, enquanto o imperativo poderia ser substituído por qualquer processo que produzisse o mesmo resultado — um gesto, por exemplo —, e não ter mais realidade lingüística. Assim, não é o comportamento esperado do interlocutor o que constitui aqui o critério, mas a forma dos respectivos enunciados. A diferença resulta daí: o imperativo produz um comportamento, mas o enunciado performativo é o próprio ato que ele denomina e que denomina o *performador*. Rejeitaremos, pois, toda identificação de um e outro.

Um segundo equivalente do enunciado performativo seria, segundo J.-L. Austin, a advertência feita num letreiro: “Mesmo a palavra *cão* sozinha pode por vezes (...) agir como um performativo explícito e formal: efetua-se por essa palavrinha o mesmo ato que pelos enunciados *aviso-os de que o cão vai atacá-los* ou então *avisa-se aos estranhos que existe aqui um cão bravo*”⁽²⁵⁴⁾. De fato, podemos temer ainda aqui os efeitos de uma confusão. Num letreiro, *cão* é um sinal lingüístico, não uma comunicação e ainda menos um performativo. No raciocínio de Austin, o termo advertência tem um papel ambíguo, sendo tomado em dois sentidos distintos. Qualquer sinal “icônico” ou lingüístico (painel, insígnia, etc.) tem um papel de “advertência”. A buzina de um automóvel é chamada “avisadora”. Igualmente, o letreiro *Cão* ou *Cão bravo* pode muito bem ser interpretado como uma “advertência”, mas é apesar disso totalmente diferente do enunciado explícito *aviso-o de que...* O letreiro é um simples sinal: cada um tirará a conclusão que quiser quanto ao seu comportamento. Só a fórmula *aviso-o de que...* (supostamente produzida pela autoridade) é performativa de advertência. Não se deve tomar a implicação extralingüística como equivalente da efetivação lingüística; essas espécies dependem de duas categorias inteiramente diferentes. No sinal, nós é que suprimos a função de advertência.

254. Id.

Não vemos, portanto, razão para abandonar a distinção entre performativo e constativo. Acreditamo-la justificada e necessária, com a condição de que a mantenhamos dentro das condições estritas de emprego que a autorizam, sem fazer intervir a consideração do “resultado obtido” que é fonte de confusão. Se não nos prendemos a critérios precisos de ordem lingüística e formal, e em particular se não cuidamos em distinguir sentido e referência, pomos em perigo o próprio objeto da filosofia analítica, que é a especificidade da linguagem nas circunstâncias em que valem as formas lingüísticas que escolhemos estudar. A delimitação exata do fenômeno de língua importa tanto à análise filosófica quanto à descrição lingüística, pois os problemas do conteúdo, pelos quais se interessa mais particularmente o filósofo, mas que o lingüista tampouco negligencia, ganharão em clareza se forem tratados dentro dos quadros formais.

CAPÍTULO 23

os verbos delocutivos⁽²⁵⁵⁾

O termo dado como título a este artigo não é ainda corrente em lingüística. Nós o introduzimos aqui para definir uma classe de verbos que se trata precisamente de fazer reconhecer na sua particularidade e na sua generalidade. Os exemplos nos quais encontramos esses verbos são tomados uns às línguas clássicas, os outros às línguas modernas do mundo ocidental, mas não pretendem delimitar uma área geográfica nem uma família genética. Antes, realmente, ilustram uma similitude das criações morfológicas que se realizam num quadro cultural mais ou menos paralelo. Veremos que não se trata de fatos raros mas, ao contrário, de formações freqüentes, cuja banalidade de emprego pode velar a singularidade de natureza.

Um verbo se diz “denominativo” se deriva de um nome; “deverbativo” se de um verbo. Chamaremos *delocutivos* a verbos que nos propomos estabelecer como *derivados de locuções*.

Tomemos o verbo latino *salutare*, “saudar”. A sua formação é límpida; *salutare* deriva de *salus -tis*; é, pois, estritamente falando, um denominativo, em virtude de uma relação que parece evidente. Na realidade a relação de *salutare* e *salus* exige outra definição; pois o *salus* que serve de base a *salutare* não é o vocábulo *salus*, mas a saudação *salus!* Assim, *salutare* não significa “salutem alicui efficerem” mas “salutem alicui dicere”⁽²⁵⁶⁾; não “efetuar a

saudação” mas “dizer *salve!*” É preciso assim reduzir *salutare* não a *salus* como signo nominal, mas a *salus* como locução de discurso; em outras palavras, *salutare* refere-se não à noção de *salus*, mas à fórmula *salus!*, como quer que se reconstitua essa fórmula no uso histórico do latim⁽²⁵⁷⁾. Essa dupla conotação de *salus* explica que se possa dizer ao mesmo tempo *salutem dare*, “dar a salvação” (= “salvar”) e *salutem dare*, “dar a saudação” (= “saudar”)⁽²⁵⁸⁾. São realmente duas formas de *salus* que assim se distinguem e só a segunda expressão — *salutem dare* — equivale a *salutare*. Vê-se assim que, apesar da aparência, *salutare* não é derivado de um nome dotado do valor virtual de um signo lingüístico, mas de um sintagma no qual a forma nominal se encontra atualizada como “termo que se pronuncia”. Esse verbo se define, portanto, com relação à locução formular de que deriva e se chamará *delocutivo*.

Depois que temos consciência disso, somos levados a revisar um bom número de derivações verbais consideradas — superficialmente — como denominativas. Na mesma família etimológica de *salutare*, encontra-se o caso de *saluere*. Se se considerassem apenas as relações morfológicas, poderia parecer que o adjetivo *saluus* houvesse produzido dois denominativos verbais: *saluare* e *saluere*. Essa visão seria gravemente errônea. Por menos que se ligue importância a estabelecer relações exatas, é preciso reconhecer dois planos distintos de derivação. O verdadeiro e único denominativo de *saluus*, “salvo”, é o presente *saluare*, “tornar salvo, salvar” (que, de fato, só é atestado na latinidade cristã; é *seruare* que se emprega na época clássica). No entanto *saluere* é algo totalmente diferente de um verbo de estado tirado de *saluus*.

O fato essencial é que *saluere* deriva não de *saluus*, mas da fórmula de saudação *salve!* (*saluete!*) De fato, esse verbo *saluere* só tem na realidade uma forma única: o infinitivo *saluere* que se emprega nas locuções como *iubeo te saluere*, “desejo-te um bom dia”. As formas pessoais são extremamente raras; um exemplo como *saluebis a meo Cicerone*, “tens as saudações do meu (filho) Cícero”, denuncia-se, pela própria construção *saluere*

255. *Mélanges Spitzer*, 1958, p. 57-63.

256. Plauto, *Persa*, 501: *Salutem dicit Toxilo Timarchides*, “Tim. a Tox. diz *salve!*”

257. Por exemplo, *salus sit tibi* ou *uos Salus seruassit* (Pl. *Cist.*, 742), etc.

258. *Salute data redditaque* (Liv., III, 26, 9).

ab... como uma construção improvisada. Segue-se que *saluere* é de fato a conversão de *salue!* na forma gramatical exigida pela sintaxe da frase indireta. Não existe, pois, um verbo *saluere*, mas uma ou duas formas verbais não paradigmáticas, que transpõem a locução *salue!* para uma referência de discurso referido. Sob o aspecto funcional, *saluere* é um delocutivo, que permaneceu, aliás, no estado embrionário.

Um verbo não derivado pode tornar-se delocutivo numa parte das suas formas se o sentido e a construção o levarem a isso. Muito característico através desse prisma é o verbo *ualere*, evocando *uale* aqui muito naturalmente a fórmula *salue*. Existe seguramente um verbo *ualere*, “ter força, ser eficaz”, que é um verbo de pleno exercício em toda a latinidade. No entanto, é preciso pôr à parte um emprego específico: a fórmula epistolar *te iubeo ualere*. O infinitivo *ualere* não se torna aqui no seu valor normal; *te iubeo ualere* não se deixa classificar com outros empregos de *iubeo* + infinitivo, como *te iubeo uenire*. Aqui *ualere* é o infinitivo convertido de *uale!* de sorte que *te iubeo ualere* equivale a *te iubeo: uale!* Assim a derivação sintática *uale!* > *ualere* dá a *ualere*, nessa expressão, uma função delocutiva.

Pensar-se-á naturalmente na situação análoga do infinitivo grego *khárein*. Tem-se de um lado o infinitivo em função normal: *khárein táll' egó s' ephiemai*, “permito que satisfaças os teus outros desejos” (Sóf., *Ajax*, 112); mas *khárein* em emprego formular em *khárein tini légein*, “enviar as saudações a alguém”, representa a forma delocutiva que transpõe o imperativo *kháire*, “salve!”

A criação de verbos delocutivos efetua-se sob a pressão de necessidades lexicais; está ligada à freqüência e à importância das fórmulas *pregnantes* em certos tipos de cultura. O latim oferece alguns exemplos muito instrutivos na sua diversidade. Se, materialmente, *negare* deriva de *nec*, é na medida em que significa “dizer *nec*”. O termo de base é, ainda aqui, um termo que forma uma locução inteira na espécie *nec*, como portador de um julgamento negativo e constituindo sozinho uma proposição. Outro delocutivo é *autumare*, que é propriamente “dizer *autem*”, donde, “argumentar; asseverar”. Não se poderia conceber que partículas como *nec* ou *autem* houvessem possibilitado

É preciso apesar de tudo examinar mais atentamente, e não repelir sem exame, a possibilidade de uma relação. De fato — isso é essencial — se não podemos considerar como “simples” a noção de “dois”, não temos nenhum direito a presumir igualmente “simples” uma noção como “temer”. Nada nos assegura *a priori* que ela tenha a mesma estrutura semântica em estados antigos do indo-europeu e na língua dos nossos próprios raciocínios. E a própria análise dessa estrutura semântica tem por condição o estudo dos empregos de **dwei-*, “temer”, onde quer que possamos observá-los melhor. O grego homérico presta-se a semelhante estudo e o recompensa. É num texto da *Iliada*, mil vezes lido e relido, que se oferece a solução, ainda inédita. Eis o passo: *liēn méga pēma... eisoróontes déidimen; en doiēi dē saosēmen ē apolésthai nēas* (Il., IX, 229-230), literalmente: “prevendo um grande desastre, temos medo (*deidimen*); o que está em dúvida (*en doiēi*) é: salvar-nos-emos ou perderemos as naus?” O próprio texto, aproximando na mesma frase *deidimen* e *en doiēi*, esclarece, como por uma demonstração escolar, a sua relação. A expressão *en d(w)oyēi*⁽²⁶⁸⁾ (*esti*) significa propriamente “a coisa está em duplo, em dúvida, in dubio”, isto é, “é para temer” [em francês, *redouter*]. Donde se segue que **dwei-*, “temer”, significa “estar em duplo, duvidar” no sentido em que o francês *douter* se toma no francês arcaico (= fr. moderno *redouter*). A situação descrita no texto citado (sentimento diante de uma alternativa perigosa) restaura a ligação procurada entre **dwei-* numeral e **dwei-* verbal. Pode-se, a partir daí, identificá-los quanto ao sentido. A título subsidiário, utilizaremos paralelos como lat. *duo*, *dubius* (*in dubio esse*), *dubitare*; al. *zwei*, *zweifeln*, etc. Assim, graças a um contexto decisivo, se configura no indo-europeu uma noção como “temer” com as suas ligações específicas que só o emprego pode revelar, e que são diferentes das que a determinam hoje⁽²⁶⁹⁾.

268. A forma do dativo gr. *doiēi* remonta a **dwoyyāi* e corresponde ao dat. sing. fem. sânscr. *dvayyāi* (Wackernagel, *Nachr. Gött. Ges.*, 1914, p. 119).

269. Essa demonstração era inédita. Eu já lhe havia no entanto indicado a conclusão, por carta a J. Pokorny que a menciona no seu *Idg. Etym. Wb.*, 1949, p. 228.

6. A necessidade de recorrer aos contextos poderia parecer um princípio de método muito evidente para merecer a nossa insistência. No entanto, quando se reduz o sentido às modalidades do emprego, torna-se imperativo assegurarmo-nos de que os empregos permitem não somente aproximar sentidos que parecem diferentes mas justificar a sua diferença. Numa reconstrução de um processo semântico devem também entrar os fatores que provocam o nascimento de uma nova “espécie” do sentido. Sem isso, a perspectiva é falseada por apreciações imaginárias. Tomaremos um exemplo numa aproximação das mais banais, a do lat. *testa* e do fr. *tête*. Vai-se repetindo que a passagem do sentido de *testa*, “cântaro, caco de vidro ou de barro” ao de *tête*, “cabeça”, se deveria a uma denominação brincalhona. A explicação encontra-se até nos mais recentes dicionários⁽²⁷⁰⁾. Seria tempo de ver os fatos, que aliás são claros e que apenas se deixou de considerar. O problema começa com o nome da “tête” no latim clássico. Comprova-se que *caput* não significa apenas “cabeça”, mas também “pessoa” e também “capital (financeiro)” e também “capital (de uma província)”; entra em ligações como *caput amnis*, “nascente (ou embocadura) de um rio”, *caput coniurationis*, “chefe da conjuração”, *caput cenae*, “a parte principal da ceia”, *caput libri*, “capítulo de um livro”, *caput est ut...*, “é essencial que...”, etc. O número e a extensão dessas variantes enfraquecem a especificidade de *caput*, “cabeça”, o que levava a duas soluções possíveis. Ou bem se redeterminaria como **caput corporis*, denominação que teria sido, ela própria, ambígua e que, em todo caso, a língua repeliu; ou bem se substituiria por um termo diferente. É o que se produziu no próprio latim, pelo recurso a *testa*, que designava toda casca dura, e que se aplicou em primeiro lugar ao que chamamos ainda a “caixa craniana” (cf. *brainpan*, *Hirnschale*). O sentido de “crânio” aparece claramente no latim tardio⁽²⁷¹⁾ (Ant. Piac., *It.*, 22: *uidi testam de homine*, “vi um crânio de homem”) e já servia para denominar a “cabeça”: *testa* – *caput el as fictile*

270. Cf. Bloch-Wartburg, *Dict. étym.*, 2 (1950), p. 602.

271. Os principais exemplos foram reunidos por E. Löfstedt, *Syntactica*, I (1933), p. 352, com a conclusão correta que impõem; mas ninguém parece haver tomado conhecimento.

[*testa*: “cabeça ou vaso de barro”] (C.G.L., V, 526-39), donde em francês arcaico *teste*, “crânio”. É provável que, como termo anatômico, *testa* estivesse em uso entre os médicos romanos muito tempo antes que os textos o mencionem. Não há, pois, nesse processo nem brincadeira, nem para dizer a verdade, singularidade que chame a atenção. Poderemos até achar que o caso de *testa*: *tête* “usurpou” o lugar que ocupa no ensino tradicional; oferece simplesmente um aspecto particular da renovação que atingiu a maioria dos nomes de partes do corpo. Daí se destacam as oposições sucessivas: lat. *caput*: *testa* > fr. arcaico *chef*: *teste* > fr. moderno *tête*: *crâne*. Nessa perspectiva retificada, as considerações sobre *testa* como designação humorística não parecem mais fundadas. A verdadeira questão estaria antes em estudar como coexistem e se delimitam respectivamente *caput* e *testa* no latim tardio, *chef* e *teste* no francês arcaico, para levar à distribuição atual. Se essa pesquisa ainda está por fazer, ao menos em parte é porque uma apreciação inexata da natureza do processo obscureceu o seu alcance.

7. No quadro de uma comparação em grande escala, que empregue várias línguas, comprova-se frequentemente que formas evidentemente aparentadas se distinguem cada uma por uma modalidade particular de sentido. Embora a unidade semântica da família seja inegável, não parece poder definir-se exatamente. Tem-se a impressão de que o “sentido primeiro” conservado exatamente por uma língua foi desviado por razões particulares em cada uma das outras, produzindo assim uma imagem composta da situação semântica. Em geral os comparatistas não se demoram a examiná-la quando as correspondências formais são satisfatórias. Ou, se consideram a sorte própria de uma das formas, é sem considerar a questão em conjunto. Esse é, por exemplo, o caso do nome do “caminho”: sânscr. *pánthāḥ*, av. *pantā*, arm. *hun*, ant. esl. *puti*, ant. persa *pintis*, gr. *póntos*, lat. *pons*. A antiguidade indo-européia do termo é garantida pelos arcaísmos da flexão. Não se poderia dizer que o sentido impeça a reconstituição de uma forma comum. Apesar disso, as divergências evidenciam-se bastante sérias para justificar uma questão. No indo-irânico, no eslavo e no báltico, trata-se do “caminho”. O gr. *póntos*, no entanto, significa “mar”; o lat. *pons* designa a “ponte” e o arm.

hun, o “vau”. Como esses sentidos não se equivalem e como na distribuição dialetal é especialmente no grego e no latim que a diferença se manifesta, somos levados a pensar que esse desacordo provém de razões de estilo ou de cultura. No grego, uma figuração poética teria assimilado o “mar” a um “caminho”. Em latim, a transferência de “caminho” a “ponte” resultaria da civilização dos terramares... Essas hipóteses têm por fundamento outra hipótese, não reconhecida como tal, não formulada e inconsciente: o sentido primeiro seria o de “caminho”, quer por ser atestado num dialeto antigo como o indo-irânico, quer por causa do acordo entre o indo-irânico, o eslavo e o báltico, ou em virtude da sua “simplicidade”; e os sentidos de “mar” ou “ponte” ou “vau” seriam desvios dele. No entanto, os empregos de que dispomos nos textos antigos mais abundantes, no védico⁽²⁷²⁾, permitem chegar a uma noção mais exata de *pánthāḥ* e matizar-lhe a apresentação. Em primeiro lugar, há no védico vários outros nomes do “caminho” e todos, de algum modo, se distinguem desse: *yāna-* denomina o “caminho” das almas para a sua morada (*devayāna*, *pitryāna*); *mārga-*, a vereda dos animais selvagens (*mṛga*); *adhvan*, a estrada aberta; *rāthya*, a via dos carros. O que caracteriza o *pánthāḥ* é não ser simplesmente o caminho enquanto espaço a percorrer de um ponto a outro. Implica em pena, incerteza e perigo, tem desvios imprevistos, pode variar com aquele que o percorre e, aliás, não é somente terrestre — os pássaros têm o seu, os rios também. O *pánthāḥ* não é, pois, traçado de antemão nem pisado regularmente. Na verdade é antes uma “transposição” tentada através de uma região desconhecida e frequentemente hostil, uma via aberta pelos deuses à precipitação das águas, uma travessia de obstáculos naturais, ou a estrada que os pássaros inventam no espaço, em suma, um caminho numa região interdita à passagem normal, um meio de percorrer uma extensão perigosa ou acidentada. O equivalente mais próximo será antes “transposição” que “caminho”, e é realmente esse o sentido que explica a diversidade das variantes atestadas. A partir do sânser. *pathya* e na história do indo-ariano, temos

272. Os principais exemplos védicos são proveitosamente reunidos por P. Thieme, *Der Fremdling im Rigveda*, Leipzig, 1938, p. 110-117.

“caminho”, mas esse sentido não é mais “original” que os outros; é apenas uma das realizações da significação geral aqui definida. Aliás, essas realizações representam-se de outra maneira. No grego, a “transposição” é a de um braço de mar (cf. *Hellés-pontos*); a seguir, mais amplamente a de uma extensão marítima que serve de “passagem” entre dois continentes; no armênio, a de um “vau”; e no latim *pons* designaria a “transposição” de um curso d’água ou de uma depressão, logo uma “ponte”. Não estamos em condições de dar as razões precisas — resultantes da geografia ou da cultura — dessas determinações particulares, todas pré-históricas. Pelo menos, percebe-se que “caminho”, “braço de mar”, “vau”, “ponte” são como as variantes de uma significação que permitem reconstruir, e que o problema não concerne ao aspecto semântico do termo nesta ou naquela língua, mas se apresenta para cada um dos termos e para a família inteira de que são os membros.

8. Quando, na comparação dos termos de um grupo unitário, encontram os desenvolvimentos de sentido que se distribuem em grupos nítidos, frequentemente somos obrigados a indicar em que direção variou o sentido e qual dos sentidos comprovados deu origem ao outro. Precisamos realmente, então, referir-nos a um critério bastante geral e constante que não precise ser justificado cada vez. Um dos critérios mais usuais é o caráter “concreto” ou “abstrato” do sentido, supondo-se que a evolução se faz do “concreto” ao “abstrato”. Não insistiremos sobre a ambigüidade desses termos, herdados de uma filosofia desusada. Trata-se somente de saber se, mesmo aceitos sem discussão, podem fornecer um princípio válido na reconstrução semântica. O melhor meio de prová-los consistirá em examinar a aplicação que deles se fez — inconscientemente — num problema lexical de alcance bastante grande. É o curioso caso de uma família etimológica bem definida nas suas relações formais, cujo sentido é compartilhado entre noções muito materiais de um lado, morais e institucionais de outro.

Trata-se do termo que, em geral, se refere à “fidelidade” (*trust*) e que, na idade média germânica, tem grande importância cultural e social (cf. *trust*, *true*, *truce*, etc.). A unidade do sentido nas formas germânicas sobressai da simples enumeração. No gó-

tico, tem-se *trauan*, “pepoithénai, ser confiante”, *ga-trauan*, “pistēsthai, confiar”, *trauains* fem., “*pepoithēsis*, confiança”, *traustei* (a partir do genitivo *trausteis*), “*diathēkē*, pacto, aliança”; além disso, ant. isl. *trūa*, ant. al. *trūōn*, ant. alto al. *trū(w)ēn*, “ter confiança”; derivados de **trūwō*: no ant. isl. *trū*, fr. “respect” [“respeito”], ant. al. *truwa*, “respeito religioso, crença”, ant. isl. *trūr*, “fiel”, no grau pleno ant. al. *trēowian*, ant. alto al. *triuwen*, “confiar”; um derivado **drou-sto-* dá o ant. isl. *traustr*, “de confiança, forte”; o abstrato **draustya*, no gót. *trausti*, ant. isl. *traust*, “confiança”, ant. alto al. *trost*, “fato de dar confiança, encorajamento”; um adjetivo **dreuwō-*, no gót. *triggws*, ant. isl. *tryggr*, ant. alto al. *gi-triuwi*, “fiel”, e no nome do ant. al. *trēow* fem., ant. al. *triuwa*, fr. “fidélité” [“fidelidade”]. Fora do germânico, porém, os termos aparentados encerram um sentido totalmente diferente, aliás representado parcialmente no germânico também. Designam a “árvore”, às vezes especialmente o “carvalho”, ou o “lenho” em geral: gr. *drūs*, “carvalho”, sânscr. *dāru*, *dru-*, av. *dru-*, “árvore, lenho”, *drvaēni-*, “de madeira”, gót. *triu*, “lenho, árvore” (e as formas correspondentes, ingl. *tree*, etc.), gal. *derw* plural, “carvalhos”, ant. esl. *drěvo*, russo, *děrevo*, “árvore”, lit. *dervà*, “bosque de pinheiros”.

Como organizar essa distribuição de sentidos, “árvore” de um lado, “fidelidade” do outro, num conjunto de formas que afora isso estão bem ligadas? Toda essa família etimológica foi estudada por H. Osthoff, num grande capítulo das suas *Etymologica Parerga* (1901) que se intitula significativamente “Eiche und Treue”. Osthoff propõe na origem de todo o desenvolvimento morfológico e semântico a palavra indo-européia representada pelo grego *drūs*, “carvalho”, de onde procederiam os valores morais implicados em *Treue* e *truste*. O adjetivo gótico *triggws*, ant. alto al. *gitriuwi*, “getreu, fiel”, significaria propriamente “firme como um carvalho”. Na mentalidade germânica, o carvalho teria sido o símbolo da solidez e da confiança, e a imagem do “cavalho” inspiraria o conjunto das representações da “fidelidade”. Há mais de meio século, a teoria de Osthoff passa por estabelecida; os dicionários etimológicos referem-se a ela como a uma demonstração provada⁽²⁷³⁾. Acreditáramos, pois, ter aqui

273. Cf. Walde-Pokorny, I, p. 804; Pokorny, op. cit., p. 214.

o tipo de uma designação concreta evoluindo em noção moral: uma instituição teria por origem um símbolo vegetal.

Entretanto, desde o primeiro exame essa construção revela as suas falhas. Osthoff, pondo o nome do “carvalho” no ponto de partida de toda a derivação, admite implicitamente — o argumento é essencial para a sua teoria — que o nome do “carvalho” é indo-europeu. Ora, tudo o desmente. É só em grego que *drū-* quer dizer “carvalho”. Em toda parte fora daí o sentido é “árvore, lenho” em geral: hit. *taru*, indo-ir. *dāru-*, *dru-*, gót. *triu*, etc., ant. esl. *drūva* plural. No próprio grego, *dōru* aplica-se a uma árvore (*Od.*, VI, 167), ao lenho do navio (*Il.*, XV, 410), à madeira da lança e à lança. Ainda mais, o sentido de “carvalho” que o grego *drūs* tem na língua clássica é secundário e relativamente recente: um escoliasta (*ad. Il.*, XI, 86) sabia também que “os antigos chamavam *drūs* a qualquer árvore” (*drūn ekáloun hoi palaioi... pân dëndron*). O termo genérico para “árvore” denominou a árvore mais importante, o “carvalho”, provavelmente sob a ação das crenças ligadas aos carvalhos proféticos de Dodona. Aliás, o nome comum da árvore, gr. *dëndrewon*, explica-se por um redobro quebrado, com dissimilação, de **der-drew-on* (cf. lat. *cancer* de **kar-kro-*), e repousa sobre **drew-* no sentido de “árvore”. Tudo confirma, pois, que **dreu-* designava a árvore em geral, e que o sentido de “carvalho” foi adquirido somente no grego. Essa limitação tem uma razão: o carvalho só cresce numa parte da área indo-européia, na região média da Europa que vai da Gália à Grécia setentrional, e não além para o leste; na verdade, não há um nome indo-irânico do “carvalho”. Assim, a demonstração de Osthoff é atingida no seu próprio princípio: a significação que ele acreditava original se revela tardia e limitada. Em consequência, a relação que instituíra entre as noções perde o seu principal apoio.

É preciso continuar e denunciar um vício de método na argumentação inteira. As relações morfológicas e a distribuição das formas não indicam, entre os termos que denotam a “árvore” e os termos para “fidelidade”, uma relação tal que os segundos derivem dos primeiros. Distribuem-se igualmente em cada língua e dependem uns e outros de uma mesma significação, que se deixa reconstituir com a ajuda do conjunto das formas atestadas.

Deve-se propor a base formal como 1. **der-w-*, 2. **dr-eu-*, com o sentido de “estar firme, sólido, são”. Cf. sânscr. *dhruva-* (para **druva-* contaminado por *dhar-*), av. *drva*, ant. persa *duruwa-*, “firme, são”, gr. *dro(w)ón·iskhurón* (Hes.), ant. esl. **su-dorwa > sūdravū*, russo *zdórov*, “são”, irl. *derb* (**derwo-*), “seguro”, ant. pr. *druwis*, “fé” (< “segurança”), lit. *drūtas*, “firme, poderoso”, etc. Aqui se colocam naturalmente os membros germânicos desse grupo, como o gót. *trauan*, *trausti*, etc., que dele derivam diretamente e fixaram em germânico a terminologia da “confiança”. Daí, é dessa significação comum que participa igualmente a designação da “árvore”. Ao inverso do raciocínio de Osthoff, consideramos que o **derwo-*, **drwo-*, **dreu-* no sentido de “árvore” é apenas um emprego particular do sentido geral de “firme, sólido”. Não é o nome “primitivo” do carvalho que criou a noção de solidez, foi ao contrário pela expressão da solidez que se designou a árvore em geral e o carvalho em particular: o gr. *drūs* (gal. *derwen*) significa literalmente “o sólido, o firme”. Temos um paralelo no irânico, em que “árvore” se diz *draxt* (médio persa), *diraxt* (persa moderno) que remonta ao av. *draxta-*, adjetivo de *drang-*, “ficar firme”. A concepção romântica do carvalho inspirador da fidelidade dá lugar a uma representação menos singular e provavelmente mais exata: o nome **drū-* da árvore nada tem de “primitivo”; é uma qualificação que, uma vez ligada ao seu objeto, se tornou na sua designação, e se encontrou separada da sua família semântica; daí a coexistência de dois morfemas que se tornaram distintos, como *tree* e *true* [= “árvore” e “verdadeiro”] em inglês. Vê-se aqui o quanto é falacioso o critério do “concreto” e do “abstrato” aplicado a uma reconstrução, e quão importante é a distinção necessária entre a significação e a designação.

9. A diferença de sentido e a dificuldade da reconstrução atingem um grau ainda mais elevado quando as formas se distribuem em classes distintas e gramaticalmente inconciliáveis. Nos casos até aqui encarados, estávamos diante de formas cuja conotação, pelo menos, não se opunha a uma comparação direta, prestando-se apenas o sentido à discussão. Como operar quando as semelhanças formais são contraditas por diferenças funcionais? Podem-se facilmente relacionar formas verbais e nominais

distribuídas segundo os princípios da derivação. Poder-se-ão aproximar, na mesma família semântica, formas das quais umas são partículas, e outras, formas verbais ou nominais, sem comum emprego sintático? Esse problema, entretanto, se apresenta pela coexistência de formas de séries diferentes, que se agrupam em torno do termo indo-europeu **pot(i)-* que designa o “chefe”. Responderemos, tentando resolvê-la, à questão de método que esse caso levanta.

Um indo-eur. **pot(i)-* apresenta-se no estado livre no sânscr. *pati-*, “chefe” e também “esposo”, gr. *pósis*, “esposo”; em composição no sânscr. *jás-pati-*, “senhor da linhagem” (tipo indo-irânico muito produtivo), gr. *des-pótēs*, lat. *hospes*, *compos* [= “aquele que recebe, senhor”], lit. *viešpats*, “senhor”, gót. *bruþ-faps*, “bridegroom”, etc. A isso se liga facilmente o lat. *potis* [= “senhor de, possuidor de”] e um conjunto de derivados: *potior*, *possum*, *possideo* [= “tornar-se senhor de, poder ou ser capaz de, possuir”]. O sentido, uniformemente distribuído, define-se como “senhor, chefe”, com um desenvolvimento próprio do latim e do itálico em direção à noção de “poder”. Há, porém, uma homofonia entre esse **pet-/*pot(i)-*, “chefe” e uma partícula **pet-/pot(i)-* de identidade, que significa “mesmo, self”: hit. *-pet*, av. *-paiti*, lat. *-pte*, lit. *-pat*. Os dois não se apresentam sempre juntos; o hitita não tem a forma de **pot(i)-*, “chefe”, e a partícula parece faltar no sânscrito e no grego. Na maioria das línguas, porém, ambos aparecem, sem que, no entanto, se possa discernir ligação entre eles. A reconstrução de uma relação semântica deve necessariamente começar por uma decisão de princípio: qual das duas classes se tomará como ponto de partida? A questão foi decidida em sentidos opostos. Meillet julgava que se devia partir de **poti-*, “chefe”, e que o valor do lit. *pats*, “(ele) mesmo”, resultaria de um emprego aposicional, sobre o qual não se explicou mais que isso⁽²⁷⁴⁾; hipótese que não se concilia com a antiqüidade evidente da partícula. Mais verossímil, mas não isenta de dificuldades, é a opinião de H. Pedersen que tira de “mesmo” o sentido de “senhor”, alegando não provas precisas mas paralelos: compara certos empregos de “ele mesmo” designando o

274. Meillet, *Wörter und Sachen*, 12 (1929), p. 18.

“senhor da casa” como o gr. *autós*, o lat. *ipse*, o din. dialetal *han selv*, “o senhor”, *hun selv*, “a senhora da casa”, o russo *sam*, *sama*, “*barin i barynja*”⁽²⁷⁵⁾. Tudo o que esses exemplos podem provar, no entanto, é que numa situação muito particular, que é a dos familiares ou dos criados, é suficiente um pronome para remeter à personagem que é a autoridade. Assim se exprimem oportunamente os escravos na comédia grega ou latina, mas não homens livres na linguagem solene do culto ou da poesia. O emprego de *ipse* para o senhor da casa é um simples fato de “palavra”, nunca atingiu o nível da “língua”. Além do mais, é muito esporádico e recente para explicar formas evidentemente arcaicas e “nobres” como o par sânscr. *pati/patni*, o gr. *pósis/pótnia*. Também não se comprova que esse emprego “ancilar” de *autós*, *ipse*, etc. tenha jamais produzido uma denominação lexical do “senhor” como tal, nem uma derivação a partir desse sentido. Enfim, esses paralelos são ao mesmo tempo muito limitados na sua esfera e de um estilo muito “familiar” para que se possa ver neles algo mais que “variantes de situação”; os pronomes *ipse*, *autós* podem ocasionalmente designar o senhor; nunca significaram “senhor” fora do seu contexto. Não nos ajudam a encontrar a ligação das duas formas **pot(i)*-.

A maneira pela qual as formas de cada série se distribuem respectivamente presta-se à observação. Observar-se-á que o hitita, dialeto sob muitos aspectos arcaico, possui somente a partícula *-pet*, “mesmo” (*apaš-pet*, “ele mesmo, precisamente ele”), e não tem traço de uma forma nominal como **pot(i)*-. Isso leva a presumir que esta tem a probabilidade de ser secundária. Por outro lado, as formas nominais do grupo de “senhor” não se ligam a nenhuma raiz verbal; quando existe uma forma verbal, como o sânscr. *patyate*, lat. *potior*, é claramente denominativa. Trata-se, pois, de uma família lexical que é inteira e exclusivamente nominal. Os termos em pauta são, assim, de um lado uma partícula, de outro, uma forma nominal.

É preciso, em primeiro lugar, precisar a função da partícula *-pet*. Há nas línguas indo-européias duas expressões distintas da

275. H. Pedersen, *Archiv Orientalní* 7, p. 80 ss., e *Hittitisch*, 1938, p. 77-78. Cf. Schrader-Nehring, *Reallexikon*, I, p. 216.

identidade, que se podem ilustrar pelo exemplo do gótico, que possui ao mesmo tempo *sama* e *silba*: por *sama*, “same”, enuncia-se a identidade como permanência do objeto, reconhecida sob diversos aspectos ou em diversas instâncias; por *silba*, “self”, a identidade como oposta à alteridade: “lui-même, ele próprio”, com exclusão de qualquer outro. Para dizê-lo de passagem, o valor de insistência e de contraste inerente à expressão da categoria “self” leva a assinalá-la seja por referência ao ser corporal (donde, o indo-ir. *tanū-*; hit. *tuekka-*; ant. alto al. *leip*; fr. *en personne*, *en chair et en os* [“em pessoa, em carne e osso”], etc.), seja por uma denominação enfática, como o superlativo; donde o al. *selbst*, gr. *autótatos*, lat. *ipsissimus* (cf. *met-ipsimus* > fr. arcaico *medisme*, fr. *même*), esl. *sam* como o superlativo, etc., enquanto personificações “exemplares” da noção. É evidentemente à noção de “self” que corresponde a função da enclítica hit. *-pat*, lit. *-pat*, cujo emprego é herdado: hit. *apaš-pat*, “precisamente esse, ele mesmo”, lit. *ten-pat*, “aí mesmo”, *aš pats*, “eu mesmo”, com um valor de superlativo desenvolvido em lituano: *pàts pirmàsis*, “o primeiro absoluto”.

Nessa função, a partícula prende-se ao pronome e se produz então uma ligação seletiva que aparece claramente no irânico, no qual *-pati* faz par com o reflexivo: av. *x^vaē-paiti-*, “si mesmo”, e sobretudo o derivado *x^vaēpaiθya-*, ant. persa (*h*)*uvāpašiya-*, “seu próprio”, na construção predicativa do ant. persa (*h*)*uvai-pašiyam kar-*, “proprium facere, apropriar-se”, para qualquer pessoa, mas sempre para uma pessoa. Desse emprego pode tirar-se a explicação do **pet/pot-*, nominal, sufixado e nominalizado por *-i* em **poti-*, que significaria a pessoa em particular, o “ipse” com uma determinação qualquer. De fato, o presente derivado de *pati-*, sânscr. *patya-*, construído com o dativo, conserva o sentido de “ser próprio de”: *āsutīṣ cārur mādāya patyate*, lit. “a bebida agradável é própria da embriaguês” (*R. V.*, VIII, 1, 26), e av. *paiθya-* significa “ter em particular” (e não “senhor de”). Essa definição de **poti-* como “o ipse, o ser em pessoa” é condicionada pela determinação que de fato acompanha sempre o termo nas expressões mais antigas: o **dems poti* (av. *daṅg pati-*, véd. *dampati*; gr. *des-pótes*) é literalmente “o ipse da casa, o próprio ser da família”, aquele que *personifica* a célula social. É o

que transpomos, nos termos da nossa própria cultura, para a tradução usual “senhor da casa”. Daí procedem os outros compostos, escalonados na gradação territorial, sânscr. *viś-pati-*, av. *vis-paiti-*, lit. *vieš-pats*, “aquele que é o ipse do *wik- = senhor do clã”, etc.

Para corroborar essa interpretação, encontramos dois índices. O sentido do lat. *hospes* (*ghos-pet-), que designa igualmente bem aquele que recebe e aquele que oferece a hospitalidade, se explica antes como o “ipse” que como o “senhor” da prestação recíproca designada por *ghos(ti)-, na qual os dois membros são pares iguais. Além disso, torna-se agora possível ligar a série de compostos em *-poti a uma formação de mesmo sentido, mas de estrutura diferente, que pertence ao indo-europeu ocidental. Saussure chamou antes a atenção sobre a formação curiosa dos termos lat. *dominus*, *tribunus*, gót. *þiudans*, “rei”, *kindins*, “hēgemōn”, ant. isl. *drottenn*, “príncipe”, que são derivados secundários em *-no- dos termos de base para designar chefes: o *dominus* (*domo-no-) é o chefe da *domus*, como o *þiudans* (*teuta-no) da *þiuda*²⁷⁶. Se compararmos a série dos derivados em -no- e a dos compostos em -poti, veremos que são paralelas e comportam elementos comuns: *domo-no- e *dem(s)poti-; *genti-no- (gót. *kindins*) e *gentu-poti- (av. *zantu-pati*); um lat. *uicinus seria o par do sânscr. *viś-pati*. Essa correlação entre os termos em -no- do domínio ocidental e os compostos em -poti, que proliferam sobretudo no indo-irânico, sugere que exprimem a mesma noção. Ora, um derivado em -no- não pode por si mesmo comboiar o sentido específico de “chefe, senhor”; *domo-no-, *genti-no- devem significar simplesmente “o da domus, o da gens”, isto é, de fato, o que a personifica e de algum modo a assume, age em seu nome e tem autoridade sobre ela. Esse é justamente o valor que *poti indica por si mesmo: a personagem representativa, um ipse investido de autoridade na fração social, aquele a quem chamamos o “senhor”.

Assim sendo, o fundamento da história semântica de *poti-, “senhor”; encontra-se nos sintagmas ou nos compostos dos quais *poti é o segundo membro. É o que os fatos confirmam: sânscr.

pati-, “senhor”, no estado livre é tirado dos compostos nos quais adquiriu o seu sentido. O que dizer, agora, de uma acepção particular do termo, a de “esposo”, atestada pelo sânscr. *pati-*, gr. *pósis*? É somente o marido como “senhor” da mulher? Isso satisfaria a uma concepção simplista da conjugalidade indo-européia, mas seria posta em xeque pelo feminino *patni*, *pótnia*. A denominação se refere sem dúvida a antigos usos, sobre os quais um dos compostos, gót. *brup-faps*, nos informa indiretamente. A relação de *brup-faps* (*numphíos*, *Bräutigam*), a *brups*, “numphē”, esclarece-se por meio das formas modernas *Bräutigam*, *bridegroom* (para *-goom), ant. al. *bryd-guma*, em que *-faps* foi substituído pelo nome do “homem” (-guma), para indicar “o homem da casada”, isto é, “o par masculino da *bruti*”. É preciso fazer referência aqui a fórmulas muito antigas, nas quais os futuros cônjuges são postos em face um do outro como parceiros de uma aliança: em Roma, *ubi tu Gaius, ego Gaia*; na Índia, *amo 'ham asmī śā tvam*, “eu sou: este, tu és essa”²⁷⁷. Igualmente no presente caso, o *pati* e a *patni*, o *pósis* e a *pótnia* (-póina) são propriamente o “ipse” e a “ipsa” do compromisso que os une. Por isso o parceiro masculino da *bruti* é denominado como *bhruti-poti-, em que *-poti tem a mesma função de -pet-, no lat. *hospes*.

Nessa reconstituição, vê-se aparecerem como fatores decisivos na história semântica dos dois morfemas que se devem identificar, a nominalização da partícula *pet/pot-* em -poti e o emprego da partícula com um pronome para sublinhar a individualidade. O desenvolvimento dos sintagmas (**dems poti*) e dos compostos está ligado ao valor institucional das designações assim criadas, na estrutura própria da sociedade indo-européia. O homem qualificado por um título em *-poti é na origem não o chefe ou o senhor mas o representante da divisão social.

Os fatos latinos merecem ser considerados no seu conjunto porque apresentam, na variedade dos sentidos e das funções sintáticas, como que um resumo do processo inteiro. A importância tomada em latim pelo grupo de *posse*, *potens*, *potentia*, *potestas*, e a predominância da noção de “poder” nos derivados modernos obscureceram aos olhos dos filólogos e dos linguistas as relações

276. F. de Saussure, *Cours de linguistique générale* 4, 1949, p. 309.

277. Cf. *Language*, 29 (1953), p. 259.

que articulam todo esse grupo semântico e, em particular, as condições nas quais se formou essa noção de “poder”. No ponto de partida, encontramos a herança da partícula enclítica (*mea*)*pte*, que serve para sublinhar “o que é em particular, a individualidade”: “*suopte pro suo ipsius, ut meopte meo ipsius, tuopte tuo ipsius* [= “pelo seu próprio, para o que é seu próprio, etc.”] (P. Festus, 409, 1). Observaremos que *utpote* significa não “como é possível” mas “como é próprio (da circunstância), como é natural”, e que o sentido do advérbio comparativo *potius*, “antes, de preferência”, superl. *potissimum*, “sobretudo”, leva a um *pote*, “justamente, precisamente, propriamente”, como o hit. *-pat* acima citado⁽²⁷⁸⁾. Assim se introduz nas formas nominais o valor de “o que é em particular”, sublinhando a posse como “propriedade”. De fato, *compos* significa literalmente “que é posto na posse de”, não somente em *compos sui* (ou *mentis, animi*), “que está de posse dos seus espíritos” ou, como dizemos, “senhor de si”, mas também em *compos culpae* (Pl. *Truc.*, 835), “que está na posse da sua falta, que se identifica com ela, que lhe assume a responsabilidade”, *compos uoti*, “que tem a posse do seu voto, que o tornou seu (= que o vê realizado)”, em manifesta conexão com o valor do composto av. *x^oaēpaiθya-*, “proprius”. Esse é evidentemente também o sentido de *poti-* em *possideo*, lit. “ocupar como seu próprio”. De “ipse” ao derivado “proprius” se esboça uma relação que acaba por fixar o sentido de “posse”. O presente arcaico *potio* significa “*proprium facere*, fazer de algo o bem próprio de cada um”: *eum nunc potuiit pater seruitutis*, lit. “o pai fez dele a posse da servidão” (Pl. *Amph.*, 177). A isso se acresce o fato decisivo de que *potis* tende a construir-se predicativamente; vê-se assim como *potis sum facere*, lit. “estou em estado de fazer, ipse sum qui faciam” se torna “*possō* fazer”. Constituiu-se então a noção de “poder”, um “poder” dependente da capacidade distintiva da pessoa, da sua individualidade, e não da natureza humana ou de um concurso de circunstâncias. É a última etapa do processo que leva de uma partícula de identidade à criação

278. Seria tentador, naturalmente, reencontrar essa partícula na própria forma do lat. *ipse*; mas a aproximação de *-pse* com *-pote*, *-pie* cria uma dificuldade fonética que parece intransponível.

de um grupo nominal distinto, importante e produtivo, e que os empregos, indo-europeus assim como latinos, permitem reconstruir com alguma verossimilhança.

Nessas análises, que visam sobretudo a ilustrar algumas regras simples de métodos, escolhemos exemplos diversos. Os problemas considerados são de complexidade variável e de níveis diferentes, situados na sincronia de uma mesma língua ou na perspectiva escalonada de uma pré-história longínqua. Foram escolhidos pelo seu valor de tipos e porque nos pareceu que cada um deles podia ser levado à sua solução. Um método às voltas com as dificuldades de um problema real se deixa pelo menos julgar quanto às soluções que propõe, ao passo que raciocinando sobre conclusões provadas, pode ter-se a certeza de ganhar sem risco e de ensinar apenas o que já é conhecido.

Em todos os casos discutidos, está implicado um problema de relação, e é pelas relações que se define uma estrutura semântica. O leitor prevenido discernirá sem dúvida, na operação seguida aqui, as mesmas preocupações que se evidenciam noutras partes da lingüística atual e, mesmo, certas analogias no objeto da pesquisa. As considerações precedentes giram em torno de uma mesma questão, que é a identificação dos traços distintivos por oposição às variantes: sobre como definir a distribuição e as capacidades combinatórias de um “sentido”; como um sentido como diferente de outro pode não representar senão uma das suas variantes; como a variante de um sentido se “semantiza” por sua vez e se torna numa unidade distinta — problemas que se transporiam todos imediatamente em termos de fonêmica. Entretanto, as noções semânticas, muito mais complexas, mais difíceis de objetivar e sobretudo de formalizar, por estarem implicadas na “substância” extralingüística, chamam em primeiro lugar uma descrição dos empregos, únicos que permitem definir um sentido. Essa descrição exige ela própria que nos libertemos das falsas evidências, das referências às categorias semânticas “universais”, das confusões entre os dados que devem ser estudados e os da língua do descritor. É, talvez, no trabalho da reconstrução que essas condições se mostram mais severas.

CAPÍTULO 25

eufemismos antigos e modernos⁽²⁷⁹⁾

Há algo de singular e de paradoxal na explicação admitida em toda parte do termo grego que denomina o “eufemismo”⁽²⁸⁰⁾. Os dicionários dão a *εὐφημεῖν* dois sentidos opostos, e o que se apresenta em primeiro lugar diz o contrário do que significa: “dizer palavras de bom augúrio” e, conseqüentemente, “evitar as palavras de mau augúrio”, donde “guardar silêncio”. Assim, segundo a definição literal de Liddell-Scott-Jones: “*avoid all unlucky words during the sacred rites; hence, as the surest mode of avoiding them, keep a religious silence*”. O segundo sentido é o oposto: *shout in triumph*. Isso acaba por instituir um eufemismo do eufemismo. Entretanto, nem a significação real nem os empregos históricos se enquadram nesse esquema pseudo-lógico. Para ver-lhe a impossibilidade, é suficiente observar que os dois sentidos se encontram nos mesmos autores; que se devemos admitir como primeiro sentido “calar-se”, o de “gritar” se torna incompreensível; e enfim que *εὐφημία*, *εὐφημισμός*, que são habitualmente usados pelos gregos com o sentido de “eufemismo”, não se podem ligar nem a um nem a outro.

Na exegese dessas palavras introduziu-se uma confusão entre os valores de “língua” e os de “palavra” (no sentido saussuriano). As acepções religiosas, com todas as suas ressonâncias, as suas

279. *Die Sprache*, I (1949), p. 116-122.

280. As observações que se seguem prendem-se aos diversos temas tratados tão instrutivamente por W. Havers, *Neuere Literatur zum Sprachtabu*, S. B. Wien. Akad., 223, 5, 1946.

associações, as suas interferências, dependem da “palavra”. Essas acepções porém só se determinam a partir de um valor puramente lingüístico. No estudo do vocabulário cultural, como de todos os vocabulários especiais, é preciso realmente separar os dois aspectos do problema para compreender a natureza das ações que aí se cruzam. Deve-se, pois, começar por restaurar a significação própria de *εὐφημεῖν*, *εὐφημία*, e esta é indubitavelmente positiva; é preciso afirmar, uma vez que essa evidência foi menosprezada, que *εὐφημεῖν* significa sempre e somente “emitir palavras de bom augúrio”. Para lembrar apenas alguns testemunhos, encontramos já em Homero o composto *εὐεφημεῖν* que significa claramente “aquiescer por um clamor auspicioso” (*πάντες ἐπεεφήμησαν Ἀχαιοί*, A, 22, 376) e freqüentemente na literatura poética *εὐφημεῖν* no sentido de “levantar clamores auspiciosos” (*Ἐσquil., Ag., 596; Eum., 1035; κέλαδος ἠεφήμησεν* (*Ἐσquil., Persae*, 389); *ὀλολυγμός εὐφημῶν* (*Ag., 28*); ou no verdadeiro discurso *εὐφημον ἔπος* (*Suppl., 512*); *εὐφημος μοῦσα* (*Suppl., 694*); *ἀνοίγειν εὐφημον στόμα* (*Aristóf., Aves*, 1719); *λόγων εὐφημία* (*Eur., Iph. Aul., 1469*) etc.

Como então se teria formado o sentido negativo? Um passo de Heródoto (III, 38) ajuda a compreendê-lo. Dario perguntou a uns hindus por que preço concordariam em queimar os seus pais mortos: *οἱ δὲ ἀμξώσαντες μέγα εὐφημέειν μιν ἐκέλευον*, “ceux-ci se récrièrent fort et prièrent Darius de ne pas prononcer des paroles de mauvais augure” (Legrand). A locução *εὐφημέειν μιν ἐκέλευον* mostra que o verbo conserva o seu sentido próprio, mas que a circunstância na qual é expresso interjetivamente sob a forma de injunção lhe confere para nós um sentido negativo: “não faleis de desgraça!” Trata-se aqui de derrubar o efeito de uma evocação sinistra. Essa acepção resulta, assim, inteiramente do contexto no qual o verbo é introduzido sob forma de um *apelo à εὐφημία*, para combater palavras julgadas inconvenientes e que correm o risco de atrair a desgraça. Na verdade, é sempre no *imperativo* ou nos substitutos do imperativo que se encontra esse emprego de *εὐφημεῖν*, como um convite a favorecer por meio das palavras (cf. lat. *fauete linguis*) o curso de uma cerimônia que, inclusive, palavras fúteis perturbariam: *εὐφημηῆσαι κέλεσθε* [= “ordenai o silêncio”] (I, 171, único exemplo homérico);

ἄφῆμει, ἐδφημεῖτε [= “fica quieto, silêncio”] (Aristóf., *Nub.*, 297; *Ach.*, 241); ἐδφημον κοίμησον στόμα [= “cala-te”; lit. “põe a dormir a língua silenciosa”] (Ésqu., *Ag.*, 1247); γλῶσσαν ἄφημος φέρειν [= “... ter silenciosa a língua”] (*Coeph.*, 581); ἄφημος ἴσθι [= “fica silencioso”] (Sóf., fragm. 478), etc. O fato de que essa injunção se tenha tornado na prática o equivalente de “fazei silêncio!” não modifica em nada a significação do verbo. Não existe ἐδφημεῖν “guardar silêncio” empregado livremente em contexto narrativo no sentido de σιωπᾶν, mas somente circunstâncias, no culto, em que o convite para “falar auspiciosamente” (ἐδφημεῖν), lançado pelo arauto, obriga em primeiro lugar a assistência a fazer cessar quaisquer outras palavras. A ação do emprego cultual sobre o sentido da palavra aparece claramente.

É preciso, para apreciar um eufemismo, reconstituir tanto quanto possível as condições do emprego no discurso falado. Uma expressão como εἴ τι πάθωμι, ἢν τι πάθω, “se me acontecer algo (= se eu morrer)” evidentemente não autoriza a apresentar παθεῖν τι com o sentido de “morrer”. Só a situação determina o eufemismo. E essa situação, conforme seja permanente ou ocasional, modifica o tipo da expressão eufemística segundo normas próprias de cada língua.

Tudo depende da natureza da noção que se quer tornar presente no espírito, evitando no entanto designá-la. Se a noção é uma dessas que a norma social e moral reprovava, o eufemismo não dura; contaminado por sua vez, terá de ser renovado. É necessária alguma reflexão para discernir antigas designações “honestas” no lat. *meretrix* (cf. *mereor*), gr. πόρνη (cf. πέρνημι), gót. *hors*, “πόρνος, μοιχός” (cf. lat. *carus*). Outras noções, entretanto, só são desfavoráveis ocasionalmente, e a expressão, segundo o caso, será direta ou receberá um substituto. Por exemplo, no avéstico, a oposição de “branco” e “preto” exprime-se normalmente pelos adjetivos *auruša-* e *sāma-* (*syāma-*, *syāva-*). É utilizada em figuração simbólica na mitologia das criações adversas: o astro *Tištriya* toma a forma de um cavalo branco (*auruša-*), e o seu inimigo, o demônio *Apaōša*, a de um cavalo preto (*sāma-*) (cf. Yt, VIII, 20-21). No entanto, o mesmo texto (VIII, 58) prescreve oferecer a *Tištriya* “um carneiro branco ou preto ou de qualquer cor uniforme”, *pastim aurušam vā vohu-gaonam vā*. Dessa

vez, a oferenda é consagrada a *Tištriya*, e nada do que se lhe oferece deve evocar o mundo dos daivas; também “preto” se diz *vohu-gaona-* “de boa cor”, para conjurar *sāma-*⁽²⁸¹⁾.

Acontece que uma expressão que se tornou banal e para a qual nada chamava a atenção se esclarece pelas crenças ligadas à noção que recobre. Os que costumam dizer, como em francês, *de bonne heure*, por *tôt*, “cedo” (cf. *zu guter Zeit*) já não são sensíveis à singularidade, no entanto real, do lat. *mane*, “cedo”, advérbio de *manus*, “bom, favorável”. Dessa ligação entre a idéia de “cedo” e de “bom” ainda não há explicação satisfatória. Invo-car, com J. B. Hofmann (*Lat. Etym. Wb.*, II, p. 27), *matutinus*, *maturus* para justificar um sentido original de “rechtzeitig” é ao mesmo tempo menosprezar o valor religioso de *manus* e deixar na sombra o ponto essencial: por que justamente a *manhã* é assim qualificada? Devemos levar em consideração velhas concepções que o calendário romano também reflete. Os dias não eram simplesmente divididos em *fasti* e *nefasti*. Havia, além dessas, divisões no interior de certos dias. Conhecemos através de Varrão os *dies fissi* que eram nefastos pela manhã e fastos o resto do tempo; os *dies intercesi*, nefastos pela manhã e à noite e fastos no intervalo. A manhã tinha, pois, uma qualidade especial que a dispunha à interdição. Ora, temos a esse respeito, vindo de outro povo, um testemunho de alto interesse. E. Destaing recolheu, ditado por um indígena instruído, um verdadeiro tratado do tabu lingüístico dos bérberes⁽²⁸²⁾. Nas indicações muito precisas que motivam o emprego dos eufemismos, há uma que se repete a propósito de quase todos os nomes de animais, de instru-

281. Bartholomae, *Wb.* 1432 dá outra explicação de *vohu-gaona-*, que seria “blutfarben”, e se prenderia a *vohuni*, “sangue”. Parece-nos mais simples admitir *vohu-* no seu sentido comum e considerar *vohu-gaona-* como um eufemismo tanto no emprego citado como no nome da planta. Aliás, o próprio nome do “sangue”, av. *vohuni*, se aparentado a *vohu-*, atesta a renovação de uma palavra proscri-ta; em todo caso, a variedade das formas para “sangue” no irânico moderno e a dificuldade de reduzi-las todas a um protótipo comum (cf. Henning, *ZII*, IX, p. 227) são a prova de alterações em parte voluntárias.

282. E. Destaing, *Interdictions de vocabulaire en berbère*, nos *Mélanges René Basset* (Publications de l’Institut des Hautes Études marocaines, XI), II, 1925, p. 177-277.

mentos, etc.: é pela manhã que são atingidos pela mais severa interdição. “A experiência demonstrou que a influência nefasta dos seres e das coisas, assim como a das palavras que os designam se exerce sobretudo pela manhã. Em consequência, toda uma categoria de palavras tornadas em tabus só são proscritas da linguagem durante o período da manhã, antes da refeição tomada pelo meio do dia. É o caso dos nomes da vassoura, da agulha, do caldeirão, etc.”⁽²⁸³⁾ Entre outros eufemismos reservados no bérbere à linguagem da manhã, notamos o que concerne à lebre: em vez de chamá-la *autul*, diz-se *bu tmezgm*, “o animal de orelhas longas”. Isso faz pensar imediatamente nas designações indo-europeias — gr. *λαγωός*, “o animal de orelhas pendentes”, persa *xargōš*, “o animal de orelhas de asno” — que devem ser também substitutos⁽²⁸⁴⁾. Os bérberes são tão sensíveis aos presságios da manhã que se um homem, saindo de casa no início do dia, percebe uma agulha no chão, “recolhe-a, joga-a longe e volta furioso para casa para *mudar a sua manhã*. Como é que ele muda de manhã? Entra em casa, deita-se, fecha os olhos, finge dormir um instante, depois volta às suas ocupações; ou, então, toma os utensílios nos quais serviu o jantar da véspera; se há restos, come alguns bocados; se não há nada de cozido, toma um pouco de farinha, joga-a na boca e sai dizendo: “Esta é que é a verdadeira manhã e não a outra!”⁽²⁸⁵⁾

A manhã é de fato o momento perigoso no qual, ao sair da noite, se decide a sorte, fasta ou nefasta, do dia. Dessa crença deve derivar a expressão latina *mane* na qual se pode agora reconhecer o mesmo eufemismo que no adjetivo *manis* aplicado ao espírito dos mortos, aos *manes*. Assim como esses espíritos temíveis são propiciados pelo nome de “bons”, assim também queremos tornar favorável o início da manhã qualificando-o de “bonne heure”, ou *mane*. Temos aqui um novo exemplo do processo conhecido pelo grego *Εὐμενίδες* [= “Benevolentes”, de εὖ, “bem”, e μένος, “alma, princípio da vida, princípio da vontade”].

283. Destaing, op. cit., p. 178.

284. Havers, *Sprachtabu*, p. 51.

285. Destaing, op. cit., p. 220.

Em todos esses exemplos, trata-se de uma noção fixa cujo valor religioso tem um signo constante. A ele se liga uma denominação estável que pertence sempre também ao vocabulário sagrado. O processo consiste em dotar de um nome fasto uma noção nefasta. Entretanto, existe também, para outras idéias, um processo diferente, pelo qual se *dessacraliza* a expressão julgada má, substituindo-a por um equivalente longínquo ou enfraquecido. Podem explicar-se assim diversas maneiras, às vezes insuficientemente compreendidas, de dizer “matar” em grego.

Uma delas merece particular menção. Heródoto se serve várias vezes de *καταχρᾶσθαι* para “matar” ao lado de *ἀποκτείνειν*, mas, embora os dois verbos pareçam empregados um pelo outro livremente ao longo da mesma narrativa, o seu uso está condicionado por razões que se prendem às circunstâncias. Astiages, para desembaraçar-se do filho da sua filha, que segundo uma profecia devia desapossá-lo da sua realeza, ordena a Hárpagos que o leve e o mate: *φέρων δὲ ἐς σεωντοῦ ἀπόκτεινον* (I, 108). A ordem é transmitida por Hárpagos a Mitradates sob a mesma forma brutal: *καί μιν Ἀστιάγης ἐντέλλεται ἀποκτείνειν* [= “Astiages ordena matá-lo”] (I, 110). Para decidir Mitradates ao assassinio, Hárpagos o ameaça pessoalmente, em caso de desobediência, com a pior das mortes: *ὀλέθρῳ τῷ κακίστῳ σε διαχρήσεσθαι* [= “pereceres da morte mais cruel”] (I, 111). Quando Astiages descobre, mais tarde, que a sua ordem não foi executada, chama Hárpagos à sua presença e lhe pergunta: “De que modo fizeste perecer o filho nascido da minha filha, que te enviei? *τέρῳ δὴ μόρῳ τὸν παῖδα καταχρήσασθαι τὸν τοι παρέδωκα ἐκ θυγατρὸς γεγονότα τῆς ἐμῆς;* (I, 117). Vê-se que *καταχρᾶσθαι* se emprega como uma atenuação de *ἀποκτείνειν* e que aparece no *discurso* como uma expressão mais vaga. — Noutro passo (III, 36), Cambises prescreve aos seus guardas que agarrem Cresos e o matem: *λαβόντας μιν ἀποκτείνειν*. Estes, no entanto, prudentes, escondem Cresos: se Cambises mudasse de idéia seriam recompensados, se não, sempre estariam em tempo de levá-lo à morte, *τότε καταχρήσασθαι*. O historiador interpreta o pensamento daqueles a quem repugna essa condenação à morte. — Mesmo contraste entre a noção brutal formulada numa decisão e a expressão mais vaga no momento da execução: os lacedemônios decidem

matar os minianos, τοῖσι ὄν Λακεδαιμονίοισι ἔδοξε αὐτοὺς ἀποκτεῖναι; mas no momento de executá-los..., ἐπεὶ ὄν ἔμελλον σφραγ καταχρήσεσθαι [= lit. “pois bem, quando iam ser executados”] (IV, 146). Recorre-se ainda a esse verbo para um castigo que se pede reproduzindo os termos do pedido: ἐπεμπον ἐπειρησομένους εἰ καταχρήσονται τὴν ὑποζάκωρον τῶν θεῶν, “mandaram perguntar ao oráculo se deviam executar a subsacerdotisa das deusas (que havia revelado segredos a Milcíades) (VI, 135); οἱ Ἐλαιούσιοι τῷ Πρωτεσίλειω τιμωρέοντες ἐδέοντό μιν καταχρησθῆναι, “os eleontinos, para vingar Protesilau, haviam pedido que fosse executado” (IX, 120). Enfim, Heródoto emprega καταχρᾶσθαι para “dar-se a morte”: λέγουσι ... αὐτοῦ μιν ἐν τῆσι Θυρέσι καταχρήσασθαι ἑαυτὸν [= “dizem... que ele mesmo se deu um fim em Tírea”] (I, 82); no mesmo sentido encontramos também αὐτὸν διαχρᾶσθαι, (I, 24) e ἑαυτὸν κατεργάζεσθαι (ibid.) Evidencia-se, portanto, que καταχρᾶσθαι, διαχρᾶσθαι, κατεργάζεσθαι significam por eufemismo “acabar com alguém, liquidá-lo”, em casos nos quais o sentimento proscovia a expressão crua. O jogo dos empregos ilustra e motiva o desvio semântico.

É a esse mesmo sentimento que corresponde o fr. *exécuter*, “executar”, com o sentido de “pôr à morte”. Essa concepção procede do eufemismo oficial *exécuter (à mort)* e daquele que designa o carrasco “executor da alta justiça, das altas obras” (cf. al. *Scharfrichter*). O descrédito que se ligava à função de carrasco o fez denominar em grego por meio de eufemismos: ὁ δήμιος (scil. δοῦλος), ὁ κοινὸς δήμιος (Plat., *Leg.*, 872 b), ὁ δημόκοινος (Sóf., *Antif.*, Isócr.). Em latim, ao contrário, preferiu-se um nome que é uma injúria: *carnufex*. O que significa exatamente *carnufex*? O sentido literal é exatamente o definido por Don. Hec. (441): *carnifices dicti quod carnes ex homine faciant* [= “chamam-se *carnifices* porque imolam carnes de homem”]. Esse composto tem, no entanto, algo de singular, se se compara com *opi-fex*, *auri-fex*, *arti-fex* [= “aquele que faz uma obra, ourives, artífice”], etc. Dá a impressão de uma tradução. E é realmente como uma tradução que parece explicar-se: *carnu-fex* decalca exatamente o grego κρεουργός, “açougueiro”, já em Êsquilo, κρεουργὸν ἡμαρ [= “dia de retalhadura”; donde, “dia de morte ou de crime ou de vingança ou de justiça”] (*Ag.*, 1592), cf.

κατακρεοργεῖν, “retalhar” (Her., VII, 181); κρεουργηδὸν διασπάσαντες τοὺς ἄνδρας, “retalhando-os, membro a membro, como açougueiros” (Her., III, 13). O latim transformou então em designação do “carrasco” o nome grego do “açougueiro”, o que é apesar de tudo uma espécie de eufemismo, reservando para “açougueiro” a palavra *macellarius*, derivado de *macellum* que, aliás, também vem do grego.

Num domínio totalmente diferente, Havers sublinhou justamente o caráter eufemístico das expressões para “apagar o fogo” em relação com as crenças populares relativas ao fogo como ser vivo⁽²⁸⁶⁾. A todos os testemunhos que reuniu podemos acrescentar alguns dados irânicos. Uma superstição muito forte no Irã e no Afeganistão interdiz apagar uma chama soprando-a⁽²⁸⁷⁾. Isso não significa que não se possa dizer propriamente “apagar o fogo”; há inclusive uma expressão enérgica, *ataš kuštan*, “matar o fogo” (cf. sânscr. *pari-han-* no mesmo sentido). No uso, porém, prevalece um eufemismo: *sakit kardan*, “apaziguar”, sobretudo *xāmūš kardan*, “tornar silencioso, fazer calar (o fogo)”, ou *ruxsat dadan*, “despedi-lo”; do fogo se dirá *ruxsat šude*, “partiu, extinguiu-se”. No Afeganistão, a locução corrente é (*ataš*) *gul kardan* (cf. hindi *gul karnā*), “extinguir”, passivo *gul šudan*, também eufemismo, no qual, porém, o sentido de *gul* não está bem claro⁽²⁸⁸⁾. Trata-se provavelmente da palavra que antigos dicionários interpretam “the snuff of a lamp or a candle” e a expressão significaria aproximadamente “assoar a chama”. Todos esses processos não visam somente a atenuar a idéia de “extinguir”. Assim como no ritual do sacrifício védico se “apazigua” (*sāmayati*), se “faz consentir” (*samjñāpayati*) a vítima que na verdade é “estrangulada”, assim também se “apazigua” o fogo que se extingue. Tudo isso segue o mesmo sentido do latim *ignem tutare* que se deve realmente entender como “calmar, apaziguar (o fogo)”⁽²⁸⁹⁾ e que confirma a origem eufemística do francês *tuer*.

286. Havers, op. cit., p. 64 ss.

287. Cf. Massé, *Croyances et coutumes persanes*, 1938, II, p. 283: “não soprar a lâmpada, pois se abreviaria assim a própria existência”.

288. Bogadanow, *Journ. As. Soc. Beng.*, 1930, p. 78.

289. Jude, *Rev. de linguistique rom.*, I, p. 183 ss.; Havers, op. cit., p. 75 ss.

CAPÍTULO 26

dom e troca no vocabulário indo-europeu⁽²⁹⁰⁾

O grande mérito de Marcel Mauss, na sua tese desde então clássica, sobre o Dom⁽²⁹¹⁾, foi haver focalizado a relação funcional entre o dom e a troca e haver definido, assim, um conjunto de fenômenos religiosos, econômicos e jurídicos próprios das sociedades arcaicas. Mostrou que o dom não é apenas um elemento de um sistema de prestações recíprocas ao mesmo tempo livres e obrigatórias, a liberdade do dom obrigando o donatário a um contra-dom, o que gera um vaivém contínuo de dons oferecidos e de dons compensatórios. Aí está o princípio de uma *troca* que, generalizada não somente entre os indivíduos mas entre os grupos e as classes, provoca uma circulação de riquezas através da sociedade inteira. O jogo é determinado por regras, que se fixam em instituições de todas as ordens. Uma vasta rede de ritos, de festas, de contratos, de rivalidades organiza as modalidades dessas transações.

A demonstração de Mauss funda-se antes de tudo sobre as sociedades arcaicas, que lhe forneceram fatos maciços e concludentes. Se se procura verificar esse mecanismo nas sociedades antigas, particularmente no mundo indo-europeu, os exemplos comprovantes se tornam muito mais raros. É verdade que o próprio Mauss descreveu “uma forma arcaica de contrato entre

os trácios” e desvendou também na Índia e na Germânia antigos vestígios de instituições análogas; é preciso, aliás, esperar a casualidade de descobertas sempre possíveis nesse vasto domínio no qual a pesquisa não se desenvolveu sistematicamente. Acresce que essas sociedades são muito difíceis de explorar e que, no estado em que se encontram os documentos utilizáveis, não devemos contar com grande número de testemunhos precisos e seguros, se os queremos explícitos.

Temos, entretanto, fatos menos aparentes, tanto mais precisos quanto não correm o risco de haver sido deformados por interpretações conscientes. São os apresentados pelo vocabulário das línguas indo-européias. Não poderíamos utilizá-los sem uma elaboração, fundada sobre a comparação das formas atestadas. Desse exame, porém, resultam conclusões que suprem, em medida bastante grande, a ausência de testemunhos sobre os períodos mais antigos das nossas sociedades. Alguns exemplos serão aqui apresentados e analisados para o conhecimento que deles se pode tirar sobre a pré-história das noções de dom e de troca.

Na maioria das línguas indo-européias, “dar” se exprime por meio de um verbo de raiz **dō-*, que dá origem também a grande número de derivados nominais. Nenhuma dúvida parecia possível sobre a constância dessa significação, até o dia em que se estabeleceu que o verbo hitita *dā-* significa não “dar”, mas “tomar”. Resultou daí um grande embaraço, que dura ainda. Será preciso considerar o hit. *dā-* como um verbo diferente? Dificilmente nos resignamos. Deveremos ao contrário admitir que o sentido original de **dō-* seria “tomar” e se conservaria fielmente no hitita *dā-* assim como nos compostos como o indo-irânico *ā-dā*, “receber”? Isso reviraria o problema sem o tornar mais fácil; restaria explicar como “dar” teria podido sair de “tomar”. Na realidade, a questão parece insolúvel se se procura tirar “tomar” de “dar” ou “dar” de “tomar”. No entanto o problema está mal proposto. Consideramos que **dō-* não significa propriamente nem “tomar” nem “dar”, mas ou um ou outro segundo a construção. Devia empregar-se como o inglês *take* que admite dois sentidos opostos: *to take something from s.o.*, “tomar”, mas *to take something to s.o.*, “entregar (algo a alguém)”; cf. também *to betake oneself*,

290. *L'Année sociologique*, 3.^a sér., t. II, P.U.F., 1951.

291. *L'Année sociologique*, nova série, I, 1923-1924.

“ir”; aliás, no médio inglês, *taken* significa tanto “to deliver” como “to take”. Igualmente **dō-* indicava somente o fato de pegar; só a sintaxe do enunciado o diferenciava em “pegar para guardar (= tomar)” e “pegar para oferecer (= dar)”. Cada língua fez prevalecer uma dessas acepções à custa da outra, para constituir expressões antitéticas e distintas de “tomar” e de “dar”. É assim que, no hitita, *dā-* significa “tomar” e se opõe a *pai-*, “dar”, enquanto na maioria das outras línguas, é **dō-* que quer dizer “dar” e um verbo diferente assume o sentido de “tomar”. Alguns traços subsistem da dupla possibilidade; quando, inclusive, a distribuição já estava fixada no indo-irânico, o verbo *dā-*, “dar”, com o preverbo *ā-* marcando movimento na direção do sujeito, significava “receber”.

Parece assim, que o verbo mais característico para “dar” tenha sido marcado por uma curiosa ambivalência semântica, a mesma que afetará expressões mais técnicas como “comprar” e “vender” no germânico. (al. *kaufen* : *verkaufen*) ou “emprestar” e “tomar emprestado” no grego (*δανείζω* : *δανείζομαι*). “Tomar” e “dar” se revelam aqui, numa fase muito antiga do indo-europeu, como noções organicamente ligadas pela sua polaridade e susceptíveis de uma mesma expressão.

Ora, **dō-* não é o único exemplo. Há muito tempo, foi proposta a questão da etimologia do verbo “tomar” no germânico, gót. *niman*, al. *nehmen*, que supõe uma raiz **nem-*. Pensar-se-ia naturalmente em aproximar o gr. *νέμω*. Os comparatistas se recusaram sempre a isso alegando a diferença de sentido⁽²⁹²⁾. À primeira vista essa diferença é real. Será, porém, necessário defini-la com alguma precisão antes de decidir se ela é realmente um obstáculo à aproximação. O verbo grego *νέμω* tem os dois valores de “dar legalmente em partilha” (*Ζεὺς νέμει ὄλβον ἀνθρώποισι*, *Od.*, XIV, 188) e de “ter legalmente em partilha” (*πόλιν νέμειν*, *Her.*, I, 59)⁽²⁹³⁾. No gótico, *niman* significa realmente “tomar” em diversas acepções. No entanto, um composto desse verbo tem um interesse particular: é *arbi-numja*, “herdeiro”,

lit. “aquele que toma (= recebe) a herança”. Ora, o termo grego que *arbi-numja* traduz é *κληρονόμος*, “herdeiro”. Será por acaso que (*κληρο*)νόμος e (*arbi*)numja se formam de *νέμω* no grego e de *niman* no gótico? Temos aqui o *missing link* que permite juntar significações que a história separou. O gót. *niman* quer dizer “tomar” não no sentido de “pegar” (que se diz *greipan*, al. *greifen*) mas no sentido de “receber” e mais exatamente de “receber em partilha, em posse”, o que recobre exatamente uma das duas acepções do grego *νέμω*. A ligação está agora restaurada entre *νέμω* e *niman*, e aqui se confirma a ambivalência de **nem-*, que indica a atribuição legal como dada ou como recebida⁽²⁹⁴⁾.

Consideremos agora o próprio nome do “dom”, na sua expressão mais constante através da maioria das línguas indo-europeias. Comprovamos que se utilizaram em geral formas nominais derivadas de **dō-*. Ora, acontece — e esse fato não foi observado — que uma mesma língua emprega simultaneamente vários desses derivados, diferenciando-os pelos seus sufixos. A coexistência desses “sinônimos” deve despertar a atenção e pede uma verificação estrita, em primeiro lugar porque não há sinônimos e, mais particularmente, porque a simplicidade de uma noção como “dom” não pareceria exigir expressões múltiplas.

Para “dom”, o grego antigo tem nada menos de cinco palavras distintas e paralelas, que os nossos dicionários de traduções traduzem identicamente como “dom, presente”: *δώς*, *δόσις*, *δῶρον*, *δωρεά*, *δωτίνη*⁽²⁹⁵⁾. É preciso tentar definir o que cada uma delas tem de específico em virtude da sua formação. A primeira, *δώς*, tem um único exemplo, em Hesíodo: *δώς ἀγαθή*, *ἄρπαξ δὲ κακή*, “dar é bem, tomar é mal” (*Opera*, 356); palavra raiz que, como *ἄρπαξ*, deve ser uma criação do poeta para uma

292. Cf. por último Feist, *Étym. Wb. der got. Spr.* 3, p. 376.

293. Exatamente como em francês *partager* significa “donner en partage” e “avoir en partage”.

294. Podemos citar outras provas: ao germ. *geben*, “dar”, corresponde o ant. irl. *gaibim*, “pegar, ter”; enquanto o ant. esl. *berŕ* significa “eu pego” a mesma forma no irlandês, *do-biur*, significa “eu dou”, etc. Esses termos são afetados de uma instabilidade aparente que na realidade reflete o duplo valor inerente a verbos desse sentido. Os etimologistas recusam-se freqüentemente a admitir essas significações opostas e procuram conservar apenas uma, rejeitando assim aproximações evidentes e prejudicando a interpretação.

295. Há, inclusive, uma sexta *dóma*, tardia porém, e que não conservaremos.

expressão tão nua, tão pouco diferenciada quanto possível do dom. Em *δόσις*, a noção se apresenta como cumprimento efetivo; é o ato de dar, susceptível de se realizar em dom⁽²⁹⁶⁾: *καί οἱ δόσις ἔσσεται ἐσθλή*, “(àquele que se dedicar) nós lhe daremos um dom de valor” (*Il.*, X, 213). Desta vez, o dom é prometido de antemão, descrito com pormenores, e deve recompensar um ato de audácia. É preciso tomar em conjunto *δῶρον* e *δωρεά*: o primeiro, *δῶρον*, é bem o dom de generosidade, de reconhecimento ou de homenagem, que se incorpora no objeto oferecido; e *δωρεά* designa propriamente, na medida em que é abstrato, a “provisão de presentes” (cf. *Her.*, III, 97) ou o “conjunto dos presentes” (id., III, 84), donde o emprego adverbial *δωρεάν*, “à maneira de presente, gratuitamente”. Aristóteles define justamente a *δωρεά* como uma *δόσις ἀναπόδοτος* (*Top.*, 125 a, 18), uma *δόσις* que não impõe a obrigação de retribuir. Enfim, resta o termo mais significativo, *δωτίνη*, que é um dom também, mas de espécie totalmente diferente. A *δωτίνη*, em Homero, é o dom obrigatório oferecido a um chefe que se quer honrar (*Il.*, IX, 155, 297) ou o dom ao qual se é obrigado para com um hóspede: Odisseu, recebido por Polifemo, sente-se no direito de contar com a *δωτίνη* que faz parte dos deveres da hospitalidade: *εἴ τι πόροις ξεινίῳν ἤε καὶ ἄλλως | δοίης δωτίνην, ἢ τε | ξείνων θέμις ἐστίν* [= “... se nos ofereces hospitalidade e também o presente que é a norma entre *hóspedes*”] (*Od.*, IX, 267). Alcino, acolhendo Ulisses na sua casa, não quer deixá-lo partir antes de haver reunido toda a *δωτίνη* que lhe destina: *εἰς ὃ κε πᾶσαν | δωτίνην τελέσω* (*Od.*, XI, 351). Os empregos da palavra em Heródoto confirmam esse sentido técnico. Um homem, desejando coagir o marido de uma mulher que ele ambiciona, oferece-lhe em *δωτίνη* tudo o que aquele poderia desejar dos seus bens, mas sob condição de reciprocidade (*Her.*, VI, 62). Não se poderia sublinhar mais claramente o valor funcional da *δωτίνη*, desse dom que obriga a um contra-dom. Esse é o sentido constante em Heródoto; quer a *δωτίνη* seja destinada a provocar um dom em retribuição, quer sirva para compensar um dom anterior, inclui sempre a idéia de uma reciprocidade: é o dom ao qual uma cidade é obri-

296. Cf. o nosso trabalho *Noms d'agent e noms d'action en indo-européen*, 1948, p. 76.

gada em face daquele que lhe prestou serviço (I, 61); o dom enviado a um povo para conquistar-lhe a amizade (I, 69)⁽²⁹⁷⁾. Daí o presente *δωτινάζω* (II, 180) que significa “recolher os *δωτῖναι*” em forma de contribuições voluntárias das cidades em vista de uma obra comum. Numa inscrição da Calauria, *δωτίνη* visa à “dívida” em espécie daquele que obteve uma concessão de terreno (*I.G.*, IV, 841, 8, 11; séc. III a.C.). Temos em *δωτίνη* a noção do dom em retribuição ou do dom que pede retribuição. O mecanismo da reciprocidade do dom é revelado pela própria significação, e posto em relação com um sistema de prestações de homenagem ou de hospitalidade.

Até aqui, consideramos palavras cujo sentido as identifica imediatamente. Uma pesquisa válida deve e pode ir muito além dos termos que encerram referência explícita ao dom. Há os menos aparentes, que não se distinguem imediatamente e que, às vezes, só certas particularidades na significação permitem reconhecer. Outros não conservam o seu valor próprio a não ser numa parte do domínio indo-europeu. É preciso aproveitar uns e outros para reconstituir essa pré-história, que foi complexa.

Uma relação evidente une à noção de dom a da hospitalidade. No entanto é preciso distinguir os termos aferentes à hospitalidade. Alguns, com o grego *ξένος*, não têm etimologia certa. O estudo da palavra confunde-se, pois, com o da instituição e deve ser deixado ao historiador da sociedade helênica. Mais interessantes são os termos cuja evolução podemos seguir, mesmo — e talvez sobretudo — se essa evolução lhes desviou o sentido. Nesse número está a palavra latina *hostis*. O termo *hostis* será considerado aqui nas suas relações com outras palavras latinas da mesma família, que se estende para fora do latim (gót. *gasts*, ant. esl. *gosti*, “anfitrião”); mas deixaremos de lado

297. Essa significação de *δωτίνη*, uma vez fixada, ajuda a resolver um problema filológico. Lê-se em Heródoto, VI, 89, que, por amizade, os coríntios cederam navios aos atenienses pelo preço “simbólico” de cinco dracmas, “pois a lei proibia um dom totalmente gratuito”: *δωτίνην* (var. *δωρεήν*) *γάρ ἐν τῷ νόμῳ οὐκ ἐξήν δοῦναι*. O sentido de “dom gratuito” que é o de *δωρεή*, não o de *δωτίνη*, deve levar-nos a adotar a lição *δωρεήν* de ABCP, contra os editores (Kallenberg, Hude, Legrand) que admitem *δωτίνην* segundo DRSV.

hospes que, embora certamente aparentado, não se analisa com certeza.

Testemunhos latinos bem conhecidos ajudam a reconstruir a história de *hostis* em Roma. A palavra significa ainda “estrangeiro” na *Lei das XII Tábuas*, e esse sentido era familiar aos eruditos romanos. Varrão (*L.L.*, V, 3) ensina: “*hostis*... tum eo uerbo dicebant peregrinum qui suis legibus uteretur, nunc dicunt cum quem tum dicebant *perduellionem* [= *hostis* ... por essa palavra designavam então o peregrino que aceitava as suas leis; agora designam aquele que então chamavam *inimigo*]”. E Festo (414, 37) nos dá além disso esta importante definição: “... ab antiquis *hostes* appellabantur quod erant pari iure cum populo Romano atque *hostire* ponebatur pro *aequare* [= ... pelos antigos eram chamados *hostes* porque eram iguais pelos direitos ao povo romano; e *hostire* se empregava em vez de *aequare* (igualar)]”.

Tem-se, de fato, uma série de provas de que *hostire* significava realmente *aequare*. Vários derivados o confirmam, referindo-se uns a operações materiais, outros a instituições jurídicas ou religiosas. No próprio Festo, *redhostire*, “referre gratiam [= retribuir uma graça]” e em Plauto: promitto... *hostire* contra ut merueris, “prometo pagar-te em retribuição segundo os teus méritos” (*Asin.*, 377). Além disso, *hostimentum* se define como “beneficii pensatio” e “aequamentum” (*Non.*, 3, 26) e, segundo uma glosa, mais precisamente “*hostimentum* dicitur lapis quo pondus exaequatur [= chama-se *hostimentum* a pedra cujo peso está igualado]” (*C.G.L.*, V, 209, 3). Esse sentido aparece de fato em Plauto, onde indica a “compensação” do trabalho e do salário: “par pari datum *hostimentum*st, opera pro pecunia” (*Asin.*, 172). A mesma noção está presente em *hostus* que Varrão precisa como termo rural: “*hostum* uocant quod ex uno facto olei reficitur; *factum* dicunt quod uno tempore conficiunt [= chamam *hostus* àquilo que é retirado de um *factum* de óleo; chamam *factum* àquilo que obtêm de uma vez]” (*R.R.*, I, 24, 3); o sentido é propriamente “compensação, o que se obtêm do óleo em compensação de uma volta do espremedor”. Denominava-se *hostorium* o bastão para igualar o módio (*lignum quo modius aequatur*, *Prisc.*, II, 215, 17; *C.G.L.*, V, 503, 36). Agostinho (*Ciú. Dei*, IV, 8) menciona uma *dea Hostilina* que tinha o encargo de igualar as

espigas (ou antes, talvez, de igualar a colheita ao trabalho despendido). Essas indicações concordantes e claras não são diminuídas por certas glosas do breviário de Festo e de Nônio segundo as quais *hostire* significaria “ferire, comprimere, caedere [= ferir, comprimir, cortar]”; esse sentido deduz-se de citações arcaicas, inexatamente entendidas e que aliás o refutam: em *hostio ferociam* (Pacúv.), *hostit uoluntatem tuam* (Név.) o verbo significa não “abater” mas “compensar, contrabalançar”.

Ganha-se nessa família de derivados um termo importante anexando-lhe a palavra *hostia*. Não se denomina *hostia* qualquer vítima oferecida, mas somente a que se destina a “compensar” a cólera dos deuses. Igualmente importante num outro domínio é o termo *hostis*, do qual se vê a relação com todos os que o rodeiam. A significação primeira de *hostis* é realmente a que diz Festo: não qualquer “estrangeiro” mas o estrangeiro que é *pari iure cum populo Romano*. É por aí que *hostis* assume ao mesmo tempo o sentido de estrangeiro e o de “hóspede”. A igualdade de direitos de que goza frente ao cidadão romano está ligada à sua condição de hóspede. *Hostis* é propriamente aquele que compensa e goza de compensação, aquele que obtêm em Roma a contrapartida das vantagens que tem no seu país e, por sua vez, deve o equivalente àquele a quem paga com a reciprocidade. Essa velha relação depois foi enfraquecida, depois abolida, à medida que o *status* do *ciuis* se definia com mais rigor e que a *ciuitas* se tornava a norma única e sempre mais estrita do pertencimento jurídico à comunidade romana. As relações reguladas por acordos pessoais ou familiares apagaram-se diante das regras e dos deveres impostos pelo Estado; *hostis* tornou-se então o “estrangeiro”, depois o “inimigo público”, por uma mudança de sentido que está ligada à história política e jurídica do Estado romano.

Através de *hostis* e dos termos aparentados no latim arcaico podemos captar um certo tipo de *prestação compensatória* que é o fundamento da noção de “hospitalidade” nas sociedades latina, germânica e eslava: a igualdade de condição transpõe para o direito a paridade assegurada entre as pessoas por meio de dons recíprocos.

Para chegar a um aspecto diferente das mesmas noções é preciso recorrer a outra palavra latina, cujo sentido foi mais estável e mais complexo também: *munus*. Poder-se-ia retrair, com a ajuda e ao redor de *munus*, toda uma fenomenologia indo-européia da “troca”, cujos fragmentos sobrevivem nas numerosas formas derivadas da raiz **mei-*. Seria preciso, em particular, estudar a noção, indo-irânica de *mitra*, o contrato e o deus do contrato, um termo cuja significação autêntica ultrapassa amplamente a do “contrato”, sendo o equivalente no mundo humano do que o *ṛta* é no mundo cósmico, isto é, o princípio da reciprocidade total que fundamenta em direitos e em obrigações a sociedade dos homens, a tal ponto que uma mesma expressão (sânscr. *druh-av. drug-*) indica aquele que viola o *mitra* e infringe o *ṛta*. Essa representação profunda e rica toma no latino *munus* uma acepção particular. No emprego dos escritores, *munus* quer dizer “função, ofício”, ou “obrigação”, ou “tarefa”, ou “favor” ou enfim “representação pública, jogo de gladiadores”, acepções que pertencem todas ao domínio social. A formação de *munus* é característica a esse respeito: comporta esse sufixo **-nes-* que, segundo uma justa observação de Meillet, se prende a designações de caráter jurídico ou social (cf. *pignus, fenus, funus, facinus* [= “penhor, rendimento, funeral, ação — boa ou má”]). A unidade dos sentidos de *munus* encontra-se na noção do dever retribuído, de serviço efetuado, e mesmo esta se reduz ao que Festo define como um “*donum quod officii causa datur* [= dom que se dá por causa de um trabalho]”. Aceitando-se um *munus*, contrai-se uma obrigação de pagá-lo a título público por uma distribuição de favores ou de privilégios ou pelo oferecimento de jogos, etc. A palavra encerra o duplo valor de carga conferida como uma distinção e de doações impostas em retribuição. Aí está o fundamento da “comunidade” uma vez que *communis* significa literalmente “que toma parte nos *munia* ou *munera*”; cada membro do grupo é obrigado a devolver na mesma medida em que recebe. Cargos e privilégios são as duas faces da mesma moeda, e essa alternância constitui a comunidade.

Uma “troca” que se constitui de “dons” aceitados e devolvidos é totalmente diferente de um comércio de utilidade. Deve ser generosa para ser julgada proveitosa. Quando se dá, é preciso

dar o que se tem de mais precioso. É o que ensinam certos termos aparentados etimologicamente ao latim *munus*. Em primeiro lugar, o ant. irl. *māin, mōin* que significa “presente” e “coisa preciosa” e sobretudo o gót. *maipms*, “*δῶρον*”, o ant. isl. *meiðmar* pl. “jóias”, ant. ingl. *māðum*, “tesouro, jóia”. Vale a pena observar que o gót. *maipms* não é o dom no sentido no qual o exprimiria *gift*. Essa palavra aparece na tradução de Mc 7, 11, para traduzir *δῶρον*, mas como o equivalente da palavra hebraica *קורבָּאֵן*, “oferenda ao Tesouro do Templo”. A escolha de *maipms* mostra, em gótico como nas outras línguas germânicas, que o presente de troca deve ser de um valor insigne.

Uma comparação de vocabulário nos revelará uma instituição análoga a essas, mas bem menos aparente. É um tipo de doação mais ou menos abolido nas sociedades históricas e que só encontramos interpretando as significações bastante dessemelhantes de um grupo de palavras derivadas de *dap-*: lat. *daps*, “banquete sagrado”, ant. isl. *tafn*, “animal de sacrifício”, arm. *tawn*, “festa”, gr. *δαπάνη*, “despesa” (cf. *δάπτω*, “despedaçar, consumir, destruir”) e também o lat. *damnum*, “dano” (**dap-nom*). O sentido religioso de uma parte desses termos é manifesto. Cada um deles, porém, só guardou, especializando-o, um aspecto particular de uma representação que ultrapassa a esfera do sagrado e se realiza igualmente nos domínios do direito e da economia.

No centro da significação instalaremos a noção de “despesa”, como manifestação ao mesmo tempo religiosa e social: despesa festiva e suntuosa, oferenda que é ampla consumação de alimento, feita para o prestígio e “em pura perda”. Essa definição parece explicar todas as acepções especiais nas quais se divide uma concepção arcaica. A *daps* romana é um banquete oferecido aos deuses, um verdadeiro banquete de carne assada e de vinho, que os participantes, após haverem dessacralizado, consumiam solenemente. A antiguidade desses ritos se vê nas fórmulas que o consagravam; segundo Catão, dirigiam-se preces a Júpiter: *Iupiter dapalis, quod tibi fieri oportet, in domo familia mea culignam uini dapi, eius rei ergo macte hac illace dape pollucenda esto...* *Iupiter dapalis, macte illace dape pollucenda esto* [= “Júpiter *dapalis*, uma vez que é preciso que a ti se ofereça, na minha casa

e na minha família, uma taça de vinho em sacrifício solene, por essa razão aceita o banquete sagrado que te será oferecido”] (Cat., *Agri cult.*, 132). O emprego de *pollucere* com *daps* sublinha a magnificência: o verbo acompanha sempre, no velho vocabulário religioso, as consagrações fastuosas. Vê-se de fato em Ovídio (*Fasti*, V, 515 ss.) o pobre rústico Hirieu oferecer em *daps* a Júpiter, que o visita, um boi inteiro, sua única posse. Aliás, velhos derivados de *daps* confirmam que essa palavra implicava em largueza e a associam a festins de hospitalidade: “*dapatice* se acceptos dicebant antiqui, significantes magnifice, et *dapaticum negotium* amplum ac magnificum [= os antigos diziam ser recebidos *dapatice*, significando magnificamente, e *dapaticum* o negócio amplo e magnífico]” (Festo). O verbo *dapinare*, quer se prenda a *daps* ou seja uma adaptação do grego *δαπανᾶν*, significa, no único exemplo que subsiste, “tratar regiamente à mesa”: *aeternum tibi dapinabo uictum, si uera autumas* [= “eu te servirei eternamente mesa farta, se dizes a verdade”] (Pl., *Capt.*, 897).

Em grego, *δαπάνη*, de que se retém em geral apenas a acepção banal de “despesa”, implica também em largueza, em despesa de aparato e de prestígio, embora o termo não mais se restrinja ao culto. Em Heródoto (II, 169), *δαπάνη* significa “ornamento suntuoso” na decoração de um edifício. Píndaro (*Isth.*, IV, 29) lhe dá um emprego significativo: Πανελλάνεσσι δ’ ἐριζόμενοι δαπάνη χαῖρον ἵππων “(os concorrentes aos jogos), rivalizando com os povos de toda a Hélade, compraziam-se com despesas de cavalos”. É realmente uma despesa de rivalidade e de prestígio. Se é necessária uma nova prova, encontra-se no sentido do adjetivo *δαμιλῆς*, “abundante, faustoso”, que passou ao latim, em que *dapsilis*, “magnífico, suntuoso”, se associa secundariamente a *daps* e renova uma antiga ligação etimológica. O verbo *δαπανᾶν* significa “despender”, mas é preciso entendê-lo no sentido forte; “despender” aqui é “consumir, destruir”; cf. *δαπανηρός*, “pródigo, extravagante”. Assim, à noção estrita do “sacrifício alimentar” (lat. *daps*, ant. isl. *tafn*) e da “festa” (arm. *tawn*), é preciso associar a idéia de uma prodigalidade fastuosa que, ao mesmo tempo, consumação de alimento e destruição de riquezas. Por aí se esclarece a palavra *damnum*, tão curiosamente separada desse grupo semântico. Só restou em *damnum* o sentido

de “dano sofrido”. de perda material e sobretudo pecuniária: é a “despesa” imposta a alguém, e não mais consentida livremente, a “perda” que é prejuízo e não mais sacrifício voluntário, enfim, um detrimento ou uma penalidade em vez de uma dissipação munificente. Juristas, que eram também rústicos, precisaram assim e empobreceram em penalidade o que era signo de largueza e generosidade. Daí *damnare*, “damno afficere, multar”, e, em geral, “condenar”.

Todos esses traços ajudam a construir numa pré-história indo-européia, que não é tão antiga, uma representação ao mesmo tempo religiosa e social, de que guardamos ainda muitos traços até no nosso vocabulário. Dizemos *dar* uma recepção, *oferecer* um banquete...; “despesas” de alimentação, “sacrifícios” de bens, assumidos como obrigações sociais, e dever de hospitalidade. No mundo indo-europeu, chega-se, ao termo dessa análise, a especificar uma noção que pode agora encontrar o seu nome: é o *potlatch*. Não parece que as sociedades antigas tenham conhecido essa forma exasperada de *potlatch* que muitos escritores, Mauss em particular, descreveram entre os kwakiutl ou os haïda, nem esses desafios insensatos nos quais chefes ciosos do seu prestígio se provocam mutuamente a enormes destruições de riquezas. Permanece o fato de que os termos analisados aqui remetem a um costume do tipo do *potlatch*. Embora o tema da rivalidade não apareça mais, os traços essenciais são realmente os mesmos; a festa de alimento abundante, a despesa de puro fasto destinado a manter o nível, o banquete de festividade, tudo isso não teria sentido se os beneficiários dessas larguezas não se encontrassem empenhados em desafiar-se pelos mesmos meios. Será por um acaso, aliás, que o termo *potlatch* se refere essencialmente a práticas alimentares e significa literalmente “alimentar, consumir”⁽²⁹⁸⁾. Entre todas as modalidades de *potlatch*, esta deve ter sido a mais usual, nas sociedades nas quais a autoridade e o prestígio dos chefes se conservam pelas larguezas que distribuem e das quais se beneficiam alternativamente.

Seria fácil estender muito essas considerações, quer seguindo as relações etimológicas dos termos examinados, quer, ao con-

298. Cf. Mauss, op. cit., p. 38, n.º 1.

trário, estudando a diversidade das expressões indo-européias para noções aparentemente idênticas. Um exemplo mostrará sob que aspecto imprevisto se pode desvendar a noção de “troca”.

Como se pode prever, a “troca” possibilita um grande vocabulário para especificar as relações econômicas. Os termos dessa ordem, porém, são quase todos renovados, de modo que se deve considerar cada língua por si mesma. Há entretanto um termo ao menos dotado de uma certa extensão indo-européia e de uma significação constante: é o que designa particularmente o “valor”. É representado pelo grego ἀλφάνω, sânscr. *arh-*, “valer, ser digno” (cf. *arhat*, “merecendo”), av. *arz-*, “id.”, lit. *algà*, “preço, salário”. No indo-irânico e no lituano, o sentido evidencia-se bastante geral e abstrato, pouco favorável a uma determinação mais precisa. No grego, porém, ἀλφάνω se deixa interpretar mais exatamente do que o indicam os dicionários traduzindo-o por “ganhar, obter”.

Em Homero, ἀλφάνω significa certamente “render um lucro” mas esse sentido está ligado a uma situação bem definida; o lucro em questão é o que um cativo dá àquele que o vende. É suficiente enumerar os exemplos homéricos. Para enternecer Aquiles que se prepara para matá-lo, Licaon lhe implora: “Tu me aprisionaste antes e me levaste, para vender-me, ao mercado de Lemnos, onde rendi para ti o preço de cem bois, ἐκατόμβοιον δέ τοι ἤλφον” (*Il.*, XXI, 79). Sobre um pequeno escravo que é oferecido: “ele renderá para vós mil vezes o seu preço, ὁ δ’ ὑμῖν μῆριον ὄνον ἄλφοι” (*Od.*, XV, 453). Melanto ameaça vender Eumeu longe de Ítaca, “para que ele me renda um bom lucro, ἵνα μοι βίσιον πολὺν ἄλφοι” (*Od.*, XVII, 250), e os pretendentes convidam Telêmaco a vender os seus hóspedes no mercado da Sicília, “onde renderiam para ti um bom preço, ὅθεν κέ τοι ἄξιον ἄλφοι” (*Od.*, XX, 383). Não há variação no sentido do verbo e a sua plena força encontra-se no epíteto que decora as virgens, *πρῶθεναι ἀλφεισίβοιαι*: elas “rendem bois” para o pai que as dá em casamento

O “valor” caracteriza-se, na sua expressão antiga, como um “valor de troca”, no sentido mais material. É o valor de troca que possui um corpo humano que se dá por um certo preço. Esse “valor” assume o seu sentido para quem dispõe legalmente de um ser humano, quer seja uma filha para casar ou, sobretudo, um prisioneiro para vender. Por aí se entrevê a origem muito concreta, numa parte ao menos do domínio indo-europeu, de uma noção ligada a certas instituições, numa sociedade fundada sobre a escravidão.

CAPÍTULO 27

a noção de “ritmo” na sua expressão lingüística⁽²⁹⁹⁾

Poderia ser a tarefa de uma psicologia dos movimentos e dos gestos estudar paralelamente os termos que os denotam e os psiquismos por eles comandados, o sentido inerente aos termos e as representações freqüentemente muito diferentes que suscitam. A noção de “ritmo” é das que interessam a uma ampla porção das atividades humanas. Serviria talvez até para caracterizar distintivamente os comportamentos humanos, individuais e coletivos, na medida em que tomamos consciência das durações e das sucessões que os regulam e também quando, além da ordem humana, projetamos um ritmo nas coisas e nos acontecimentos. Essa vasta unificação do homem e da natureza sob uma consideração de “tempo”, de intervalos e de repetições semelhantes, teve como condição o próprio emprego da palavra, a generalização, no vocabulário do pensamento ocidental moderno, do termo *ritmo* que, através do latim, nos vem do grego.

No próprio grego, em que *ῥυθμός* designa de fato o ritmo, donde deriva a noção e o que significa propriamente? A resposta é dada de maneira idêntica por todos os dicionários: *ῥυθμός* é o abstrado de *ῥεῖν*, “fluir”, tendo sido o sentido da palavra, diz Boisacq, tomado aos movimentos regulares das ondas. Isso é o que se ensinava há mais de um século, nos inícios da gramática comparada, e é o que ainda se repete. O que pode haver, real-

299. *Journal de psychologie*, 1951.

mente, de mais simples e mais satisfatório? O homem aprendeu com a natureza os princípios das coisas, o movimento das ondas fez nascer no seu espírito a idéia de ritmo, e essa descoberta primordial está inscrita no próprio termo.

Não há dificuldade morfológica em ligar *ῥυθμός* a *ῥέω*, por meio de uma derivação cujos pormenores devemos considerar. Entretanto, a ligação semântica que se estabelece entre “ritmo” e “fluir” por meio do “movimento regular das ondas” se revela como impossível ao primeiro exame. É suficiente observar que *ῥέω* e todos os seus derivados nominais (*ῥῶμα*, *ῥοή*, *ῥόος*, *ῥός*, *ῥυτός*, etc.) indicam exclusivamente a noção de “fluir” mas que o mar não “flui”. Jamais se diz *ῥεῖν* a respeito do mar, e aliás jámais se emprega *ῥυθμός* para o movimento das ondas. São termos totalmente outros que retratam esse movimento: *ἀμπωτις*, *ῥαχία*, *πλημυρίς σαλεύειν* [= “refluxo, rochedo contra o qual se quebram as ondas ou fluxo do mar quebrando-se contra os rochedos, onda do mar ou fluxo, agitar”]. Inversamente, o que “flui” (*ῥεῖ*) é o rio, o riacho; ora, uma corrente d’água não tem “ritmo”. Se *ῥυθμός* significa “fluxo, escoamento”, não se vê como teria tomado o valor próprio da palavra “ritmo”. Há contradição entre o sentido de *ῥεῖν* e o de *ῥυθμός*, e não nos livramos da dificuldade imaginando — o que é pura invenção — que *ῥυθμός* pôde descrever o movimento das ondas. Melhor ainda: *ῥυθμός*, nos seus antigos empregos, não se diz da água que flui e nem mesmo significa “ritmo”. Toda essa interpretação repousa sobre dados inexatos.

É realmente necessário, para restaurar uma história que foi menos simples, e que é também mais instrutiva, começar por fundamentar a significação autêntica da palavra *ῥυθμός* e descrever-lhe o emprego no seus inícios, que remontam à alta antigüidade. Está ausente dos poemas homéricos. Encontramo-la sobretudo nos escritores jônios e na poesia lírica e trágica, depois na prosa ática, sobretudo nos filósofos⁽³⁰⁰⁾.

É no vocabulário da antiga filosofia jônia que captamos o valor específico de *ῥυθμός* e particularmente nos criadores do

300. O *Dictionary* de Liddell-Scott-Jones, s. v. *ῥυθμός* fornece a maioria das referências utilizadas; mas as diferentes acepções de *ῥυθμός* alinham-se ali mais ou menos ao acaso, partindo do sentido de “ritmo” e sem que se perceba o princípio da classificação.

atomismo, Leucipo e Demócrito. Esses filósofos fizeram de *ῥυθμός* (*ῥυθμός*)⁽³⁰¹⁾, um termo técnico, uma das palavras-chave da sua doutrina, e Aristóteles, graças a quem nos chegaram várias citações de Demócrito, transmitiu-nos a sua significação exata. Segundo ele, as relações fundamentais entre os corpos estabelecem-se pelas suas relações mútuas, e essas diferenças se reduzem a três — *ῥυθμός*, *διαθιγή*, *τροπή* — que Aristóteles interpreta da seguinte maneira: *διαφέρειν γάρ φασι τὸ ὄν ῥυθμῶ καὶ διαθιγῆ καὶ τροπῆ· τούτων δ' ὁ μὲν ῥυθμὸς σχῆμά ἐστιν, ἡ δὲ διαθιγὴ τάξις, ἡ δὲ τροπὴ θέσις*. “As coisas diferem pelo *ῥυθμός*, pela *διαθιγή* e pela *τροπή*; o *ῥυθμός* é o *σχῆμα* (“forma”); a *διαθιγή* (“contato”) é a *τάξις* (“ordem”), e a *τροπή* (“reviravolta”) é a *θέσις* (“posição”) (*Metaph.*, 985, b 4). Sobressai desse importante texto que *ῥυθμός* significa *σχῆμα*, “forma”, o que Aristóteles confirma, na seqüência desse passo, por meio de um exemplo tomado a Leucipo. Ilustra essas três noções aplicando-as respectivamente à “forma”, à “ordem” e à “posição” das letras do alfabeto⁽³⁰²⁾: A difere de N pelo *σχῆμα* (ou *ῥυθμός*), AN difere de NA pela *τάξις*, e I difere de H pela *θέσις*.

Conservemos dessa citação que *ῥυθμός* tem por equivalente *σχῆμα*. Entre A e N, a diferença é realmente de “forma” ou de “configuração”: duas hastes são idênticas, A, diferindo apenas a terceira, que é interior no A e exterior no N. É realmente no sentido de “forma” que Demócrito se serve sempre de *ῥυθμός*⁽³⁰³⁾. Ele havia escrito um tratado, *Περὶ τῶν διαφερόντων ῥυθμῶν*, o que significa “sobre a variedade de *forma* (dos-átomos)”. A sua doutrina ensinava que a água e o ar *ῥυθμῶ διαφέρειν*, são diferentes pela *forma* que tomam os seus átomos constitutivos. Outra citação de Demócrito mostra que ele aplicava também *ῥυθμός* à “forma” das instituições: *οὐδεμία μηχανὴ τῶ νῦν χαθεστῶτι ῥυθμῶ μὴ οὐκ ἀδικεῖν τοὺς ἀρχοντας*, “não há nenhum meio de

301. Entre *ῥυθμός* e *ῥυθμός*, a diferença é apenas dialetal; é *ῥυθμός* que predomina no jônico. Há muitos outros exemplos da coexistência de *-θμός* e *-μοος*; cf. o dór. *τεθμός*, hom. *θεσμός*; *βαθμός* e *βασμός*, etc.

302. Essas observações valem para a forma das letras nos alfabetos arcaicos, que não podemos reproduzir aqui. Um I é de fato um H vertical.

303. As citações de Demócrito que se seguem poderão ser encontradas facilmente em Diels-Kranz, *Vorsokratiker*, II.

impedir que, na *forma* (de constituição) agora vigente, os governantes cometam injustiça”. É do mesmo sentido que derivam os verbos *ῥυσμῶ, μεταρρυσμῶ, μεταρρυσμίζω*, “formar” ou “transformar” no sentido físico ou moral: *ἀνοήμονες ῥυσμῶνται τοῖς τῆς τύχης κέρδεσιν, οἱ δὲ τῶν τοιωδῶν δαίμονες τοῖς τῆς σοφίης, “os tolos se formam pelos benefícios do acaso, mas os que sabem (o que valem) esses benefícios pelos da sabedoria”; ἡ διδασχὴ μεταρρυσμοῖ τὸν ἄνθρωπον, “o conhecimento transforma o homem”; ἀνάγκη ... τὰ σχήματα μεταρρυσμίζεσθαι, “é preciso... que os σχήματα mudem de forma (para passar do anguloso ao redondo)”. Demócrito emprega também o adjetivo *ἐπιρρῦσμος* cujo sentido pode agora ser retificado: nem “courant, qui se répand” (Bailly) nem “adventitious” (Liddell-Scott), mas “dotado de uma forma”: *ἐπειὴ οὐδὲν ἴσμεν περὶ οὐδενός, ἀλλ’ ἐπιρρυσμῆ ἐκάστοισιν ἡ δόξις, “nós não sabemos nada autenticamente sobre nada, mas cada um dá uma forma à sua crença (= à falta de ciência sobre alguma coisa, cada um forma para si uma opinião sobre tudo)”*.*

Não há portanto nenhuma variação, nenhuma ambigüidade, na significação que Demócrito atribui a *ῥυθμός* e que é sempre “forma”, entendendo por aí a forma distintiva, o arranjo característico das partes num todo. Estabelecido esse ponto, não se tem nenhuma dificuldade em confirmá-lo pela totalidade dos exemplos antigos. Consideremos a palavra em primeiro lugar na prosa jônica. Encontra-se uma vez em Heródoto (V, 58), ao mesmo tempo que o verbo *μεταρρυσμίζω*, num passo particularmente interessante por tratar da “forma” das letras do alfabeto: “(os helenos tomaram aos fenícios as letras da sua escrita); *μετὰ δὲ χρόνου προξίνοντος ἅμα τῇ φωνῇ μετέξαλον καὶ τὸν ῥυθμὸν τῶν γραμμάτων* — = à medida que o tempo passava, ao mesmo tempo em que mudavam de língua, os cadmeus mudaram também a *forma* (*ῥυθμός*) dos caracteres —; *οἱ παραλαβόντες (Ἴωνες) διδασχὴ παρὰ τῶν Φοινίκων τὰ γράμματα, μεταρρυσμίσαντες σφῶν ὀλίγα ἐχρέωντο* = os jônios, por meio da aprendizagem, tomaram as letras aos fenícios e as puseram em prática, após as haverem transformado um pouco (*μεταρρυσμίσαντες*)”. Não é por acaso que Heródoto emprega *ῥυθμός* para a “forma” das letras mais ou menos na mesma época em que Lucipo, como vimos, definia essa palavra servindo-se justamente do mesmo exemplo. É a

prova de uma tradição ainda mais antiga, que aplicava *ῥυθμός* à configuração dos signos da escrita. A palavra permaneceu em uso, com o mesmo sentido, entre os escritores do *Corpus hipocrático*. Um deles prescreve, para o tratamento da manqueira, o uso de uma botinha de chumbo “da *forma* das antigas sandálias de Quios (*οἶον αἱ χῆται χρηπίδες ῥυθμὸν εἶχον*)”⁽³⁰⁴⁾. De *ῥυθμός* tiram-se os compostos *ὁμορρυσμος, ὁμοιόρρυσμος*, “da mesma forma”, *ὁμορρυσμῆ, “semelhança”* (Hipócr., 915 h, 916 b), *εὐρρυσμός*, “de bela forma, elegante”, etc.

Se procuramos os poetas líricos, é ainda mais cedo, desde o VII século, que vemos aparecer *ῥυθμός*. É tomado, como *σχῆμα* ou *τρόπος*, para definir a “forma” individual e distintiva do caráter humano. “Não te glories em público das tuas vitórias, aconselha Arquiloco, e não te afundes em casa para chorares os teus fracassos; alegra-te com os motivos de alegria e não te irrites demais com os males; *γίγνωσκε δ’ οἶος ῥυσμὸς ἀνθρώπους ἔχει*, aprende a conhecer as *disposições* que mantêm os homens” (II, 400, Bergk). Em Anacreonte, os *ῥυσμοί* são também as “formas” particulares do humor ou do caráter: *ἐγὼ δὲ μισέω πάντα ὄσοι σκολιούς ἔχουσι ῥυσμοὺς καὶ χαλεπούς* [= “detesto todos os que têm formas tortuosas e difíceis”] (fragm. 74, 2); e Teógnis conta o *ῥυθμός* entre os traços distintivos do homem: *μή ποτ’ ἐπαινησῆς πρὶν ἂν εἰδῆς ἄνδρα σαφηνῶς ὀργὴν καὶ ῥυθμὸν καὶ τρόπον ὄντιν’ ἔχει*, “não louves nunca um homem antes de conhecer claramente os seus sentimentos, as suas *disposições* (*ῥυσμὸς*), o seu caráter” (964). Acrescentemos aqui Teócrito: *Ἄυτονόας ῥυθμὸς ὤυτος*, “a atitude de Autônœe foi a mesma” (XXVI, 23).

Entre os trágicos, *ῥυθμός* e os verbos derivados guardam constantemente o mesmo sentido que em todos os textos citados: *ἐν τριγώνοις ῥυθμοῖς*, “em *forma* triangular”, num fragmento de Êsquilo (fragm. 78 N²); *νηλεῶς ᾧδ’ ἐρρῦμισμαι*, “uma sorte impiedosa fez a minha *forma* (= condição) atual” (*Prom.*, 243); *πόρον μετερρῦμιζε*, “(Xerxes, na sua demência), pretendia *transformar* um estreito” (*Pers.*, 747); *μονορρῦμοι δόμοι*, “uma

304. *De art.*, IV, 226, Littré.

casa *disposta* para uma só pessoa” (*Suppl.*, 961)³⁰⁵. Muito instrutivo é o emprego de *ῥυθμίζω* em Sófocles (*Antig.*, 318): ao guarda a quem obriga a calar-se porque a sua voz o faz sofrer, e que lhe pergunta — é nas tuas orelhas ou na tua alma que a minha voz te faz sofrer? —, Creonte responde: *τί δὲ ῥυθμίζεις τὴν ἐμὴν λύπην ὄπου;* “por que imaginas o lugar da minha dor?” Esse é exatamente o sentido de *ῥυθμίζω*, “dar uma forma”, e o escoliasta traduz com razão *ῥυθμίζειν* por *σχηματίζειν, διατοποῦν*, “imaginar, localizar”. Eurípedes fala do *ῥυθμός* de uma veste, da sua “forma” distintiva (*ῥυθμός πέπλων*, *Heracl.*, 130); da “modalidade” de um assassinio (*τρόπος καὶ ῥυθμός φόνου*, *El.*, 772); da “marca distintiva” do luto (*ῥυθμός κακῶν*, *Suppl.*, 94); emprega *ἔρυθμος*, “de maneira conveniente”, para o arranjo de um leito (*Cycl.*, 563) e *ἄρρυθμος* para uma paixão “desproporcionada” (*Hipp.*, 529).

Esse sentido de *ῥυθμός* persiste na prosa ática do século V. Xenofonte (*Mem.*, III, 10, 10) faz do *ῥυθμός*, da “proporção”, a qualidade de uma bela couraça, que qualifica como *ἔρυθμος*, “de bela forma”. Em Platão destaca-se entre outros o *ῥυθμός*, a “disposição proporcionada” entre a opulência e a privação (*Leg.*, 728 e), e expressões como *ῥυθμίζειν τὰ παιδικά*, “formar um jovem favorito” (*Phaedr.*, 253 b), *μεταρρυθμίζεσθαι*, “reproduzir a forma”, falando das imagens que os espelhos refletem (*Tim.*, 46 a); esse mesmo verbo *μεταρρυθμίζειν*, no sentido moral, significa em Xenofonte “reformatar (o caráter)” (*Oecon.*, XI, 2-3). O próprio Aristóteles forja *ἄρρυθμιστος*, “não reduzido a uma forma, não organizado” (*Metaph.*, 1014 b 27).

É preciso limitar aqui esta lista mais ou menos exaustiva de exemplos. As citações são amplamente suficientes para estabelecer: 1.º que *ῥυθμός* nunca significa “ritmo” desde a origem até o período ático; 2.º que nunca se aplica ao movimento regular das ondas; 3.º que o sentido constante é “forma distintiva, figura proporcionada, disposição”, nas mais variadas condições de emprego, aliás. Igualmente os derivados ou os compostos, nominais ou verbais, de *ῥυθμός* sempre se referem apenas à noção de “forma”. Essa foi a significação exclusiva de *ῥυθμός* em to-

305. Outro exemplo de *ῥυθμός* em Ésquilo (*Coeph.* 799), em contexto muito alterado, é inutilizável.

dos os gêneros escritos até a época na qual interrompemos as nossas citações.

Estabelecido este sentido, é possível e necessário precisá-lo. Para “forma”, há em grego outras expressões: *σχῆμα, μορφή, εἶδος*, etc., das quais *ῥυθμός* deve de algum modo distinguir-se, melhor do que pode indicá-lo a nossa tradução. A própria estrutura da palavra *ῥυθμός* deve ser interrogada. Podemos agora voltar, com utilidade, à etimologia. O sentido primeiro, tal como foi destacado, parece afastar-nos definitivamente de *ῥεῖν*, “fluir”, por onde se explicava. Entretanto não abandonaremos levianamente uma comparação morfológicamente satisfatória; a relação entre *ῥυθμός* e *ῥέω* não se presta por si mesma a nenhuma objeção. O que criticamos não foi a própria derivação, mas o sentido inexato de *ῥυθμός*, dela deduzido. Agora podemos, com base no sentido retificado, retomar a análise. A formação em *-(θ)μός*³⁰⁶ merece atenção para o sentido especial que confere às palavras “abstractas”. Indica não o cumprimento da noção mas a modalidade particular do seu cumprimento, tal como se apresenta aos olhos. Por exemplo, *ὄρχησις* é o fato de dançar, *ὄρχηθμός* a dança particular vista no seu desenvolvimento; *χρησις* é o fato de consultar um oráculo, *χρησμός* a resposta particular obtida do deus; *στάσις* é o fato de se manter, *σταθμός* a maneira de manter-se, donde: equilíbrio de uma balança, ou pausa ocasional, etc. Essa função do sufixo já sublinha a originalidade de *ῥυθμός*. No entanto é sobretudo o sentido do radical que é preciso considerar. Quando os escritores gregos interpretam *ῥυθμός* como *σχῆμα*, quando nós mesmos o traduzimos por “forma”, trata-se, nos dois casos, apenas de uma aproximação. Entre *σχῆμα* e *ῥυθμός*, há uma diferença; *σχῆμα* com relação a *ἔχω*, “eu (me) contendo” (cf., quanto à relação, o lat. *habitus* : *habeo*) se define como uma “forma” fixa, realizada, posta de algum modo como um objeto. Ao contrário *ῥυθμός*, segundo os contextos onde aparece, designa a forma no instante em que é assumida por aquilo que é móvel, móvel, fluido, a forma daquilo que não tem consistência orgânica: convém ao *pattern* de um elemento fluido, a uma letra

306. Para uma análise das formações em *-μός*, cf. Holt, *Glotta*, XXVII, p. 182 ss.; mas ele não fala de *ῥυθμός*.

arbitrariamente modelada, a um peplo que se arruma como se quer, à disposição particular do caráter ou do humor. É a forma improvisada, momentânea, modificável. Ora, *ῥεῖν* é o predicado essencial da natureza e das coisas na filosofia jônica desde Heráclito, e Demócrito pensava que, sendo tudo produzido pelos átomos, só o seu arranjo diferente produz a diferença das formas e dos objetos. Pode-se compreender então que *ῥυθμός*, significando literalmente “maneira particular de fluir”, tenha sido o termo mais próprio para descrever “disposições” ou “configurações” sem fixidez nem necessidade natural, resultantes de um arranjo sempre sujeito à mudança. A escolha de um derivado de *ῥεῖν* para exprimir essa modalidade específica da “forma” das coisas é característica da filosofia que a inspira; é uma representação do universo no qual as configurações particulares do movediço se definem com “fluições”. Há uma ligação profunda entre o sentido próprio do termo *ῥυθμός* e a doutrina da qual ele revela uma das noções mais originais.

Como, então, nessa coerente e constante semântica da “forma” se insere a noção de “ritmo”? Onde está a sua ligação com o conceito próprio de *ῥυθμός*? O problema consiste em captar as condições que fizeram de *ῥυθμός* a palavra adequada para exprimir o que entendemos por “ritmo”. Essas condições já estão parcialmente implicadas pela definição acima proposta. O sentido moderno de “ritmo”, que de fato existe no próprio grego, resulta aí *a priori* de uma especialização secundária, sendo o de “forma” o único atestado até meados do século V. Esse desenvolvimento é na realidade uma criação, à qual podemos atribuir se não uma data, ao menos uma circunstância. Foi Platão quem precisou a noção de “ritmo” delimitando numa acepção nova o valor tradicional de *ῥυθμός*. É preciso citar os principais textos nos quais se fixa a noção. No *Filebo* (17 d), Sócrates insiste sobre a importância dos intervalos (*διαστήματα*), dos quais é preciso conhecer os caracteres, as distinções e as combinações, se se quer estudar seriamente a música. “Os nossos precursores, diz, ensinaram-nos a dar a essas combinações o nome de *harmonias* (*ἁρμονίας*); ἐν τε ταῖς κινήσεσιν αὐτῶν τοῦ σώματος ἕτερα τοιαῦτα ἐνόντα πάθῃ γιγνόμενα, ἃ δὴ δι’ ἀριθμῶν μετρηθέντα δεῖν αὐτῶν φασί

ῥυθμοὺς καὶ μέτρα ἐπονομάζειν, “ensinaram-nos também que se produzem outras qualidades análogas, inerentes desta vez aos movimentos do corpo, e que se submetem aos números e a que é preciso chamar ritmos e medidas (*ῥυθμοὺς καὶ μέτρα*). No *Banquete* (187 b): Ἡ γὰρ ἁρμονία συμφωνία ἐστίν, συμφωνία δὲ ὁμολογία τις ... ὥσπερ γε καὶ ὁ ῥυθμὸς ἐκ τοῦ ταχέος καὶ βραδέος, ἐκ διενηγεγμένων πρότερον, ὕστερον δὲ ὁμολογησάντων, γέγονε, “a harmonia é uma consonância, a consonância de um acorde... É de igual maneira que o ritmo resulta do rápido e do lento, primeiro opostos, depois concordes”. Finalmente, nas *Leis* (665 a), ensina que os jovens são ardentes e turbulentos, mas que uma certa ordem (*τάξις*), privilégio exclusivamente humano, aparece nos seus movimentos: τῇ δὴ τῆς κινήσεως τάξει ῥυθμὸς ὄνομα εἶη, τῇ δ’ αὖ τῆς φωνῆς, τοῦ τ’ ὀξέος ἅμα καὶ βαρέος συγκεραυνωμένων, ἁρμονία ὄνομα προσαγοραῖοιτο, χορεία δὲ τὸ ζυναμφοτέρων κληθείη, “essa ordem no movimento recebeu precisamente o nome de ritmo, enquanto se chama harmonia à ordem da voz na qual o agudo ou o grave se fundem, e à união dos dois se chama arte coral”.

Vê-se como essa definição decorre do sentido tradicional, e também como o modifica. Platão emprega ainda *ῥυθμός* no sentido de “forma distintiva, disposição, proporção”. Inova, aplicando-o à *forma do movimento* que o corpo humano executa na dança, e à disposição das figuras nas quais se resolve esse movimento. A circunstância decisiva está, aí, na noção de um *ῥυθμός* corporal associado ao *μέτρον* e submetido à lei dos números; essa “forma” é, a partir de então, determinada por uma “medida” e sujeita a uma ordem. Eis o novo sentido de *ῥυθμός*: a “disposição” (sentido próprio da palavra) é em Platão constituída por uma seqüência ordenada de movimentos lentos e rápidos, assim como a “harmonia” resulta da alternância do agudo e do grave. E é à ordem no movimento, a todo o processo do arranjo harmonioso das atitudes corporais combinado com um metro, que se chama a partir daí *ῥυθμός*. Poderemos então falar do “ritmo” de uma dança, de u’a marcha, de um canto, da dicção, de um trabalho, de tudo o que supõe uma atividade contínua decomposta pelo metro em tempos alternados. A noção de ritmo está fixada. A partir do *ῥυθμός*, configuração espacial definida

pelo arranjo e pela proporção distintivos dos elementos, atinge-se o “ritmo”, configuração dos movimentos ordenados na duração: *πᾶς ῥυθμὸς ὠρισμένη μετρεῖται κινήσει*, “todo ritmo se mede por um movimento definido” (Aristóteles, *Probl.*, 882 b 2).

A história aqui esboçada ajudará a apreciar a complexidade das condições lingüísticas de onde se destacou a noção de “ritmo”. Estamos bem longe das representações simplistas que uma etimologia superficial sugeriria, e não é contemplando o jogo das vagas na praia que o heleno primitivo descobriu o “ritmo”; somos nós, ao contrário, que metaforizamos hoje, quando falamos do ritmo das ondas. Foi necessária uma longa reflexão sobre a estrutura das coisas, depois uma teoria da medida aplicada às figuras da dança e às inflexões do canto, para reconhecer e denominar o princípio do movimento cadenciado. Nada foi menos “natural” que essa elaboração lenta, pelo esforço dos pensadores, de uma noção que nos parece tão necessariamente inerente às formas articuladas do movimento que nos custa crer que não se tenha tomado consciência dela desde a origem.

CAPÍTULO 28

civilização — contribuição à história da palavra⁽³⁰⁷⁾

Toda a história do pensamento moderno e as principais realizações da cultura intelectual no mundo ocidental estão ligadas à criação e ao manejo de algumas dezenas de palavras essenciais, cujo conjunto constitui o bem comum das línguas da Europa ocidental. Começamos somente a discernir o interesse que haveria em descrever com precisão a gênese desse vocabulário da cultura moderna. Semelhante descrição não poderia ser mais que a soma de múltiplos trabalhos avulsos, consagrados a cada uma dessas palavras em cada uma das línguas. Esses trabalhos são ainda raros e os que os empreendem sentem vivamente, sobretudo para o francês, a penúria dos inventários lexicais mais necessários.

Num estudo muito conhecido⁽³⁰⁸⁾, Lucien Febvre esboçou brilhantemente a história de um dos termos mais importantes do nosso léxico moderno, a palavra *civilização*, e o desenvolvimento das noções tão fecundas que a ela se prendem, entre o fim do século XVIII e os meados do século XIX. Lamentou também as dificuldades que se encontram para datar exatamente o aparecimento da palavra em francês. Justamente porque *civili-*

307. Extrato de *Hommage à Lucien Febvre*, Paris, 1954.

308. *Civilisation. Le mot et l'idée* (Publications du Centre International de Synthèse), Paris, 1930, p. 1-55. Exposição feita no *Centre de Synthèse* em maio de 1929.

zação é uma dessas palavras que inculcam uma visão nova do mundo, é importante precisar tanto quanto possível as condições nas quais foi criada. É somente a essa fase dos primeiros empregos que se limita a presente contribuição, que visa sobretudo a estender o problema e a enriquecer a documentação.

Febvre não havia encontrado em francês nenhum exemplo seguro de *civilisation* antes de 1766. Pouco após a publicação do seu estudo, novos rigores e exemplos mais antigos foram trazidos de um lado por Ferdinand Brunot, numa nota sucinta da sua *Histoire de la langue française*⁽³⁰⁹⁾, de outro por Joachim Moras, que consagrou à noção de civilização na França um relatório pormenorizado⁽³¹⁰⁾. Podem acrescentar-se ainda outros dados, fornecidos pelas nossas próprias leituras.

Evidencia-se agora como muito provável que os mais antigos exemplos da palavra se encontram nos escritos do marquês de Mirabeau. É difícil imaginar-se hoje a celebridade e a influência do autor de *l'Ami des hommes* não somente no círculo dos fisiocratas mas em todo o mundo intelectual e durante longas décadas, pelo menos até o primeiro quartel do século XIX. Para apreciar-lhe a ação, temos os testemunhos fervorosos dos seus contemporâneos que abraçaram apaixonadamente a sua doutrina. Como Linguet, por exemplo, que, na sua *Théorie de lois civiles* (1767), cita lado a lado “*l'Ami des hommes*, *l'Esprit des lois*, e alguns outros trabalhos publicados por gênios superiores”. Assim também o abade Baudeau cuja *Première introduction à la philosophie économique* (1771) está assinada “Um discípulo de *l'Ami des hommes*”. Muito mais tarde, em 1814, também o muito lúcido Benjamin Constant, num escrito diretamente relacionado com o objeto deste estudo — *De l'esprit de conquête et de l'usurpation, dans leurs rapports avec la civilisation européenne* —, se refere a “duas autoridades que se impõem, o senhor de Montesquieu

309. *Histoire de la langue française*, VI, 1^{re} partie, 1930, p. 106. Dá como primeiro exemplo da palavra um passo de Turgot que L. Febvre (op. cit., p. 4-5) eliminou como sendo provavelmente devido a Dupont de Nemours.

310. *Ursprung und Entwicklung des Begriffs der Zivilisation in Frankreich* (1756-1830), Hamburgo, 1930 (*Hamburger Studien zu Volkstum und Kultur der Romanem* 6).

e o marquês de Mirabeau”⁽³¹¹⁾. No entanto, quem lê hoje Mirabeau se admira de que os exageros e as bizarras do escritor não tenham causado então nenhum dano à reputação do economista e do reformador. É a esses defeitos gritantes que o historiador da língua será sensível hoje; a prolixidade, o brilho vulgar, a incoerência das metáforas e a confusão enfática do tom parecem a expressão natural de um pensamento seguramente audacioso e veemente.

Ora, é no trabalho que de imediato lhe consagrou o nome que se encontra, pela primeira vez, a palavra *civilisation*. Com a data de 1756, mas na verdade em 1757⁽³¹²⁾, aparecia sem nome de autor *l'Ami des hommes ou Traité de la population*, que conheceu logo o triunfo. Lê-se pelo meio da primeira parte: “Com justiça, os Ministros da Religião têm o primeiro lugar numa sociedade bem ordenada. A Religião é seguramente o primeiro e mais útil freio da humanidade; é a primeira moda da civilização; prega-nos e lembra-nos sem cessar a confraternidade, suaviza-nos o coração, etc.”⁽³¹³⁾ A palavra reaparece na seqüência do trabalho. Encontra-se nos escritos posteriores de Mirabeau. Assim, na sua *Théorie de l'impôt* (1760): “O exemplo de todos os Impérios que precederam o nosso e que percorreram o círculo da civilização seria, em todos os pormenores, uma prova do que acabo de prever” (p. 99)⁽³¹⁴⁾. Um testemunho ainda não muito conhecido da predileção de Mirabeau por esse termo foi revelado pelo inventário dos seus papéis e merece ser lembrado aqui, embora na data que se lhe atribui tenha menos valor para o nosso objetivo.

311. Ed. 1814, p. 53, n.º 1.

312. Isto foi estabelecido por G. Weulersse — *Les manuscrits économiques de François Quesnay et du marquis de Mirabeau aux Archives nationales*, Paris, 1910, p. 19-20 — que mostra “que o trabalho foi inteiramente composto e, sem dúvida, inclusive publicado, em 1756, mas que só apareceu em 1757”.

313. Não era difícil remontar a Mirabeau. Esse passo é citado na segunda edição do *Dictionnaire* de Trévoux. A referência figura agora na nova edição do *Dictionnaire étymologique* de Bloch-Wartburg, mas com uma data inexata (1755 em vez de 1757) e um erro sobre o título do trabalho (*l'Ami de l'homme* em vez de *l'Ami des hommes*).

314. Não achamos útil retomar aqui os exemplos dados por J. Moras para Mirabeau, nem os do abade Baudeau nas *Éphémérides du citoyen*, já citados por L. Febvre e por Moras.

Mirabeau deixou em rascunho o início de um trabalho que, para fazer par com *l'Ami des hommes ou Traité de la population*, devia intitular-se *l'Ami des femmes ou Traité de la civilisation*. Weulersse localiza esse esboço “por volta de 1768, sem dúvida”. É pena que não se possa datar mais exatamente esse texto singular, conservado nos Arquivos nacionais. Quem tiver a curiosidade de consultá-lo encontrará um manuscrito⁽³¹⁵⁾ compreendendo cinco páginas e meia de introdução e dez páginas — as únicas redigidas — do tratado propriamente dito. O tom é dado pelo seguinte pormenor: após um preâmbulo em forma de invocação o texto começa pelo seguinte título: “*Traité de la civilisation. Première partie, premier âge. Chapitre I^{er}. Le bégayement.*” Extravagante como é, semeado de reflexões e de digressões do estilo mais bizarro, esse fragmento contém, apesar de tudo, vários empregos instrutivos da palavra que era o próprio objeto do discurso. Enumeramos todos: “ela (= a simplicidade) saberá guiar-me nas estradas da civilização” (p. 1); “trata-se de saber qual dos dois sexos influi mais sobre a civilização” (p. 2); “a extirpação desses preconceitos é o que produzem os conhecimentos trazidos pela civilização” (p. 4); “as pessoas de bem conservam a sua honestidade e o seu coração para a sua conduta, e a sua civilização e o seu espírito para a sociedade” (id.); “a civilização e o costume os obriga (sic) a depreciar-se na sociedade” (ibid.); e sobretudo este passo que é uma definição: “Admiro a esse respeito o quanto a nossa visão de pesquisas falsas em todos os pontos é falsa quanto ao que entendemos por *civilização*. Se eu perguntasse à maioria em que fazem consistir a civilização, responder-me-iam que *a civilização é a suavização dos seus costumes, a urbanidade, a polidez e os conhecimentos, difundidos de maneira que as conveniências sejam observadas e tenham o valor de leis avulsas*; tuó isso não me apresenta senão a máscara da virtude e não o seu rosto, e a civilização não faz nada para a sociedade se esta não lhe dá o fundo e a forma da virtude” (p. 3)⁽³¹⁶⁾. Decorre desses empregos que, para Mirabeau, “civi-

315. Dossier M. 780, n.º 3. O manuscrito foi revelado por G. Weulersse (op. cit., p. 3). J. Moras não o utilizou completamente.

316. Os passos em itálico estão sublinhados no mesmo original.

lização” é um processo do que se denominava até então *police*, ato que visava a tornar o homem e a sociedade mais “policiados”, o esforço para levar o indivíduo a observar espontaneamente as regras da conveniência e para transformar no sentido de uma urbanidade maior os costumes da sociedade.

É realmente assim que o entendem também os escritores que, a partir de 1765, se servem por sua vez do termo *civilisation*, em geral sob a inspiração de Mirabeau. Os estudos mencionados já citaram textos de Boulanger, de Baudeau e de Dupont de Nemours, que é inútil reproduzir aqui. Acrescentaremos vários exemplos tirados de Linguet, *Théorie des lois civiles ou Principes fondamentaux de la société* (Londres, 1767): “Mostraremos a seguir que essa desgraça é inevitável. Resulta da civilização dos povos” (I, p. 202)⁽³¹⁷⁾; “esses são os dois primeiros títulos do Código original dos homens, na época da sua civilização” (II, p. 175); “agrada-me ir descobrindo pouco a pouco os vestígios dos primeiros passos dados (sic) pelos homens na direção da civilização” (II, p. 219); “para... fazer dos instrumentos da fertilidade os do luxo, só se precisava de um pouco mais de civilização, que não devia tardar” (II, p. 259). Aqui, *civilização* designa o processo coletivo e original que tirou o homem da barbárie, o que já encaminha à definição de *civilização* como estado da sociedade civilizada, cujos exemplos a partir de então se multiplicam.

Podemos perguntar-nos por que *civilisation* tardou tanto a nascer, enquanto *civiliser* e *civilisé* estavam havia muito tempo em uso corrente. É pouco provável que esse processo tenha sido entravado pela existência de *civilisation* como termo de prática judiciária (“fato de tornar civil um processo criminal”) que nunca deve ter tido muita extensão. Pensaremos antes em duas razões principais. Uma é a raridade, nessa época, das palavras em *-isation* e a fraqueza do seu desenvolvimento. Apesar do que possa dizer J. Moras, não houve, nos meados do século XVIII, mais que um número muito pequeno de criações dessa

317. É o único passo citado por Brunot (op. cit.) com uma referência diferente (p. 190) que ou se refere a outra edição, ou é inexata.

ordem antes da Revolução: só se levantam nas listas de F. Gohin⁽³¹⁸⁾ e de A. François⁽³¹⁹⁾ *fertilisation, thesaurisation, temporisation, organisation* (este criado anteriormente mas só então adquirindo vida) e enfim a nossa *civilisation*. É muito pouco em face dos quase setenta termos em *-ité* criados durante o mesmo período⁽³²⁰⁾. Mesmo nesse contingente fraco, a maioria das palavras conservam o sentido exclusivo de “ato” (como *fertilisation*). Para passarmos à noção de “estado” a que chega muito depressa *civilisation*, só se pode citar *organisation*, em “l’organisation des végétaux” e depois “des organisations charitables”. O hábito nos tornou insensíveis ao caráter excepcional tomado muito cedo pelo emprego de *civilisation* entre os outros derivados em *-isation*. Além dessa produtividade, então mirrada, de uma classe de abstratos de aspecto técnico, devemos considerar, para explicar o aparecimento tardio de *civilisation*, a própria novidade da noção e as mudanças que ela implicava na concepção tradicional do homem e da sociedade. Da barbárie original à condição atual do homem na sociedade, descobria-se uma gradação universal, um lento processo de educação e de refinamento; para resumir, um progresso constante na ordem daquilo que a *civilité*, termo estático, já não era suficiente para exprimir, e a que era realmente preciso chamar *civilisation*, para lhe definir em conjunto o sentido e a continuidade. Não era somente uma visão histórica da sociedade; era também uma interpretação otimista e decididamente não teológica da sua evolução que se afirmava, às vezes sem o conhecimento daqueles que a proclamavam, e mesmo que alguns, em primeiro lugar Mirabeau, contassem ainda a religião como o primeiro fator da “civilização”.

Como o viu Febvre⁽³²¹⁾, a palavra tem uma história paralela e mais ou menos contemporânea na Inglaterra, onde as condições são curiosamente semelhantes: *civilize* e *civilized* são antigos; *civilization*, como termo de procedimento, é atestado desde o início do século XVIII, mas *civilization* no sentido social data

318. *Les transformations de la langue française pendant la deuxième moitié du XVIII^e siècle*, Paris, 1902, p. 266 ss.

319. *Hist. de la langue* (de F. Brunot), VI, 2.^e part., p. 1320.

320. Gohin, op. cit., p. 271.

321. L. Febvre, op. cit., p. 7 ss.

de muito mais tarde. Para uma noção destinada a propagar-se amplamente, numa época de estreitos contatos entre os dois países, isso propõe a questão da anterioridade de um ou de outro nos primeiros empregos e de possíveis ações recíprocas. Trata-se, em primeiro lugar, de fixar a data de aparecimento de *civilization* em inglês. O excelente *New English Dictionary (N.E.D.)* consigna para o primeiro exemplo a data de 1772, nas conversas de Boswell com o doutor Johnson. Nesse caso, a questão da prioridade do francês ou do inglês, deixada indecisa por Febvre, seria imediatamente decidida a favor do francês, em que *civilisation* havia nascido quinze anos antes, em 1757. Essa é também a conclusão de J. Moras que, apesar de extensas leituras, não pôde encontrar em inglês *civilization* antes de 1772⁽³²²⁾. A solução entretanto não pode ser provada tão simplesmente, e novos rigores terão aqui o seu interesse.

É preciso ver como a palavra se apresenta no texto dado pelo *N.E.D.* como a mais antiga, e ler por inteiro o passo de Boswell invocado parcialmente no verbete do dicionário: “Na segunda-feira, 23 de março (1772), encontrei-o (= o doutor Johnson) ocupado, preparando uma quarta edição do seu dicionário in-fólio... Não ia admitir *civilization*, mas apenas *civility*. Com muito respeito, achei *civilization*, de *to civilize*, melhor no sentido oposto a *barbarity* que *civility*, pois é melhor ter uma palavra distinta para cada sentido que uma palavra com dois sentidos, como *civility*, na sua maneira de empregá-la”. O passo é interessante por vários motivos. Boswell tem consciência de uma diferença já instaurada entre *civility* no sentido de “civilidade, polidez” e *civilization*, contrário de “barbárie”. Defende, não há dúvida, uma palavra que já estava em uso, e não um neologismo da sua invenção, uma vez que se trata de fazê-la registrar num dicionário. Logo ele a havia lido e provavelmente Johnson também, embora este resistisse a aceitá-la. Se há algo para concluir desse emprego em Boswell, é que outros autores já o haviam admitido.

Essa inferência encontra-se indiretamente confirmada pela própria rapidez do sucesso de *civilization*. A partir de 1775, o

322. Op. cit., p. 34 ss.

dicionário de Ast (citado pelo *N.E.D.*) registra *civilization* “the state of being civilized; the act of civilizing”. No ano seguinte, levantam-se exemplos como estes (nenhum dos quais é citado no *N.E.D.*). Num panfleto de Richard Price por ocasião da guerra contra a América: “... naquele semi-estado de civilização, entre o seu primeiro estado rude e o último, refinado e corrupto”⁽³²³⁾. E sobretudo no célebre trabalho de Adam Smith, *An inquiry into the nature and causes of wealth of nations* (1776), do qual, sem inventário sistemático, destacamos de algumas páginas estes exemplos: “é só por meio de um exército em armas, portanto, que a civilização de qualquer nação pode ser perpetuada ou mesmo preservada por um tempo considerável” (II, p. 310); “à medida que a sociedade progride na civilização” (II, p. 312); “a invenção das armas de fogo, uma invenção que à primeira vista parece tão prejudicial, é certamente favorável à permanência e ao desenvolvimento da civilização” (II, p. 313). Sabemos que Adam Smith passou, na companhia do duque de Buccleugh, mais de um ano em Paris, entre os fins de 1765 e outubro de 1766, e freqüentou assiduamente o círculo dos fisiocratas, Quesnay, Turgot, Necker, etc. Talvez se tenha familiarizado com a palavra *civilisation* então ainda nova, mas nada permite afirmá-lo. O emprego fácil de *civilization* sob a pena de Adam Smith em 1776, num trabalho que havia exigido uma elaboração de vários anos, prova em todo caso que não se pode fazer remontar somente a 1772 a criação da palavra.

Realmente, outros a haviam empregado antes da menção feita por Boswell. Aqui a informação do *N.E.D.* é falha. Foi-nos relativamente fácil descobrir exemplos de *civilization* alguns anos antes de 1772.

Encontramo-la em primeiro lugar um ano antes, em 1771, no trabalho de John Millar, professor na Universidade de Glasgow, *Observations concerning the distinction of ranks in society*, trabalho cuja segunda edição foi traduzida em francês sob o título de *Observations sur les commencemens de la société* (Amsterdam,

323. *Observations on the nature of Civil Liberty, the Principles of Government and the Justice and Policy of the war with America*, Dublin, 1776, p. 100.

1773)⁽³²⁴⁾. John Millar anuncia desde o prefácio o seu projeto de estudar “as alterações produzidas... pela influência da civilização e do governo regular” (p. VII). Eis aqui os exemplos recolhidos através do trabalho: “... entre nações consideravelmente adiantadas em civilização e refinamento” (p. 4); “o gradual adiantamento da sociedade em civilização, opulência e refinamento” (p. 37); “não estando nem habituado com as artes e a civilização nem reduzido sob sujeição a qualquer governo regular” (p. 50); “o adiantamento de um povo na civilização” (p. 63); “os mesmos efeitos de civilização estão afinal começando a aparecer” (p. 76); “o progresso de um povo em civilização e refinamento” (p. 101); “o adiantamento de um povo em civilização e refinamento” (p. 153 como título do cap. IV); “o adiantamento de um povo em civilização e nas outras artes da vida” (p. 178); “o progresso da civilização” (p. 190); “a influência da civilização sobre o temperamento e as disposições do povo” (p. 203).

Em 1771, porém, John Millar parece manejar *civilization* de maneira já tão livre que hesitamos em pensar que tenha sido o primeiro a criar o termo. Encontramos-lhe, de fato, um precursor que, quatro anos antes, se servia da palavra e lhe havia ressaltado a noção. Era outro escocês, Adam Ferguson, professor de filosofia moral na Universidade de Edimburgo, no trabalho intitulado *An essay on the history of civil society* (Edimburgo, 1767)⁽³²⁵⁾. Desde a página 2, propõe o princípio que governa a evolução das sociedades humanas: “não apenas os passos individuais da infância à idade adulta, mas os da própria espécie, da rudeza à civilização”. A palavra será retomada muitas vezes na seqüência da exposição: “nós próprios somos os supostos modelos de polidez e civilização” (p. 114); “não era removido pelas mais altas medidas da civilização” (p. 137); “a nossa regra para medir graus

324. Essa tradução foi mencionada sozinha por L. Febvre, op. cit., p. 9 e 22.

Na tradução francesa, é sempre *civilisation* que traduz a palavra inglesa e às vezes é empregada (p. 154) mesmo onde o texto inglês diz *refinement*.

325. Uma tradução francesa foi publicada em 1783 (a advertência do editor diz que foi impressa nessa data após quase cinco anos), *Histoire de la société civile*, trad. Bergier. O tradutor emprega sempre *civilisation*. É ainda menos útil levantar exemplos aí que na versão francesa do trabalho de Millar.

de polidez e civilização” (p. 311); “no progresso da civilização” (p. 373); “luxo necessário à civilização” (p. 375); “nos extremos da civilização e da rudeza” (p. 382).

Ainda aqui, nos perguntamos se Adam Ferguson não havia, por sua vez, tomado a palavra a alguém. As nossas leituras, entretanto, não puderam levar-nos mais longe. Não parece que qualquer dos filósofos dos quais Ferguson pudesse ser tributário, principalmente Hutcheson, Hume, Locke, tenha empregado *civilization*. Precisariamos, no entanto, para nos apoiarmos numa certeza mesmo negativa, de uma leitura exaustiva desses inúmeros escritores, e de um exame atento das publicações filosóficas e históricas escocesas e inglesas, entre 1750 e 1760 aproximadamente⁽³²⁶⁾. Até aí, até o ponto aonde pudemos levar a pesquisa, a primeira menção impressa de *civilization* é de 1767, dez anos após o primeiro exemplo de *civilisation* em Mirabeau. Fundando-nos sobre essas datas, deveríamos atribuir definitivamente ao escritor francês a prioridade histórica. Restaria, então, procurar saber se essa diferença de data implicaria necessariamente haver sido a palavra francesa decalcada em inglês, e quem teria sido o agente dessa transferência. Ora, não parece que Ferguson tenha podido inspirar-se em Mirabeau; nada prova sequer que o haja lido. Ao contrário, há razões para pensar que o termo *civilization* tenha podido aparecer nos seus escritos, ou nos seus ensinamentos antes de 1767.

Encontramos uma indicação nesse sentido numa carta de David Hume a Adam Smith, datada de 12 de abril de 1759, para recomendar-lhe “o nosso amigo Ferguson” com vistas a um posto na Universidade de Glasgow. Hume escreve a favor do amigo: “Ferguson poliu muito e melhorou o seu tratado sobre *Refinement* e com algumas emendas fará um livro admirável; revela um gênio elegante e singular”⁽³²⁷⁾. Ora, uma nota de Dugal-Stewart mostra-

326. Em todo caso está claro agora que Boswell, que é ele próprio escocês e que havia estudado em Edimburgo, tinha todas as razões para estar familiarizado em 1772 com um termo que os cursos de Ferguson deveriam ter tornado conhecido.

327. Carta citada por Dugal-Stewart na sua biografia de Adam Smith, publicada no início da coletânea póstuma, *Essays on philosophical subjects*, 1795, p. XLVI.

nos que esse tratado *On refinement* foi publicado em 1767 sob o título de *An essay on the history of civil society*. Era, portanto, em 1759, o primeiro estado do trabalho de que acima tratamos. Se se conservou o manuscrito desse primeiro trabalho, vale a pena verificar se Ferguson já empregava *civilization*. No caso afirmativo, se tornaria ao menos verossímil a hipótese de que Ferguson o teria inventado por sua conta (se não o havia encontrado num escritor anterior) e de que, em todo caso, a história de *civilization* em inglês, ao menos nos seus inícios, em 1759, não dependeria de uma influência francesa. Uma pesquisa seria necessária.

Outro indicio no mesmo sentido poderia inferir-se de uma publicação muito mais tardia do próprio Ferguson. Em 1792, publicou, nos lares do seu retiro, um sumário das lições que havia dado na Universidade de Edimburgo sobre os princípios da moral e da política: *Principles of moral and political science, being chiefly a retrospect of lectures delivered in the College of Edinburgh* (Edimburgo, 1792). Tem, aí, várias ocasiões de empregar *civilization* (I, 207, 241, 304; II, 313), mas a essa altura a palavra não tem mais nada de insólito. Um desses exemplos deve chamar a atenção: “O sucesso das artes comerciais, divididas em partes, requer uma certa ordem para ser preservada pelos que as praticam, e implica numa certa segurança da pessoa e da pessoa e da propriedade, a que damos o nome de civilização, embora essa distinção, tanto na natureza da coisa como na derivação da palavra, pertença antes aos efeitos da lei e ao estabelecimento político nas formas da sociedade, do que a qualquer estado meramente de posse lucrativa ou de propriedade” (I, p. 241). A expressão “... a que nós damos o nome de civilização” é ambígua: trata-se do *nós* do uso comum? Ou do *nós* do autor que cria uma nova expressão? Seria preciso procurar estabelecer a data da primeira redação desse ensaio, se é que os manuscritos de Ferguson subsistem ainda, para decidir se ele se refere ou não a um vocábulo da sua própria invenção.

Terminamos com esta sugestão de novas pesquisas, que devem prosseguir na Inglaterra, únicas que poderão elucidar o ponto que deixamos ainda em suspenso: se *civilização* foi inventada duas vezes, na França e na Inglaterra, independentemente e pela mesma data, ou se foi o francês que sozinho o introduziu no vocabulário da Europa moderna.

ÍNDICE REMISSIVO

abelhas, 28, 60.
 acusativos, 158.
 afasia, 10.
 afinidade, 117.
 agente, 223.
 alemão, 87 ss., 311.
 alfabeto, 25.
 algonquino, 107, 257.
 altaico, 213.
 ameríndio, 10.
 análise, 150 ss.
 animal, 28, 60 ss.
 anterioridade, 273.
 antigo persa, 193 ss., 238.
 aoristo, 262 ss.
 árabe, 207, 234 ss.
 aramaico, 207.
 arbitrário, 53 ss., 56 ss.
 aristotélico, 70 ss.
 armênio, 197 ss., 219 ss., 312.
 asserção, 166 ss.
 atapasca, 232.
 ativo, 73 ss., 183 ss.
 autônoma, 132 ss.
 avéstico, 237.
 báltico, 39 ss.
 banto, 109 ss.
 behaviorismo, 12.
 bérbere, 343 ss.
 burusaski, 251.
 cambodjano, 210 ss.
 caso, 150 ss.
 categorema, 138.
 categorias, 6, 68 ss.
 caucásico, 198 ss., 251.
 causalidade, 82.
 chinês, 80, 111.
 chinuque, 253.
 chipewyan, 232 ss.
 chorasmiano, 202.
 cibernética, 14.
 civilização, 371-381.
 classes, 123 ss.
 classificação, 105 ss.
 codificação, 32.
 comunicação, 60 ss.
 conceito, 29, 54 ss.
 conjugação, 167.
 constativo, 296 ss.
 construção, 192 ss.
 coos, 170.
 cópula, 204 ss.
 coreano, 248 ss.
 correlação, 254, 258 ss.
 criança, 31.
 cuchítico, 210.
 cultura, 31 ss., 47 ss., 317 ss.
 curdo, 213.
 dança, 61 ss.
 dativo, 194 ss.
 delocutivo, 306-315.
 demonstrativo, 279 ss.
 denominativo, 306.
 dependência, 24.
 descrição, 21.
 determinação, 234 ss.
 deverbativo, 306.
 diacronia, 10.
 diátese, 186 ss.
 discurso, 83 ss., 139, 262, 267 ss.
 distintivo, 23.
 distribuição, 11, 133.
 dom, 348-360.
 dualidade, 43.
 egípcio, 220.
 enunciado, 298 ss.
 eslavo, 227, 312.
 espanhol, 182, 210.
 esquimó, 251, 256.
 estrutura, 9 ss., 46, 97-104, 247 ss.
 eufemismo, 340-347.
 ewe, 77 ss., 213, 229 ss.
 exclamação, 153.
 exclusivo, 256 ss.
 filosofia, 20, 294 ss.
 fonema, 24, 128 ss.
 fonologia, 4, 101 ss.
 forma, 22, 24, 134.
 formal, 8.
 francês, 260-276, 371-381.
 frase, 132, 137, 163, 228 ss.
 freudismo, 81-94.
 função, 24, 26 ss., 150 ss.
 futuro, 252, 268.
 genética, 105 ss.
 genitivo, 150 ss., 194 ss.
 georgiano, 213, 251.
 germânico, 225 ss., 329 ss.
 gerundivo, 155 ss.
 glossemática, 14.

gótico, 215 ss., 226, 311.
grego, 70 ss., 153 ss., 170, 174-179,
217 ss., 238, 308, 321 ss., 340, 344,
350, 361-370.
haida, 359
história, 262 ss.
hitita, 38, 113, 240.
húngaro, 167, 170.
ilocano, 168.
imotividade, 54.
imperfeito, 262.
impessoal, 252.
inclusivo, 256 ss.
inconsciente, 92.
indicador, 279.
indo-europeu, 16, 21, 36, 38, 113 ss.,
183 ss., 205, 235 ss., 333 ss.
infinitivo, 199.
informação, 14.
inglês, 87 ss., 226, 311, 376 ss.
instância, 277.
integração, 133 ss.
intersubjetivo, 280.
intransitivo, 197.
irânico, 193 ss., 208, 312.
irlandês, 170, 181, 205, 210, 243.
kanuri, 214.
kartveles, 198.
kwakiutl, 359.
latim, 87, 141-149, 150-159, 171, 217 ss.,
241 ss., 306 ss., 325 ss., 337 ss.,
353 ss.
lexema, 24.
léxico, 317 ss.
língua, 105 ss.
linguagem, 64 ss., 79 ss.
lingüística, 3, 19.
lógica, 14, 122.
mais-que-perfeito, 262.
médio, 74 ss., 183 ss.
merisma, 24, 129.
metáfora, 30.
mongol, 213.
mon-khmer, 111.
morfema, 24.
motivação, 54, 82, 93.
narrativo, 268.
navajo, 232 ss.
necessidade, 59.
negação, 91.
níveis, 24, 127-140.
nome, 164 ss.
nominais (classes), 125.
nominal (frase), 163-182.
nominativo, 158 ss.
numerais, 109.
objetiva (conjugação), 167.
oposições, 22, 190.
origens, 90.
osseto, 209.
palavra, 131.
paradigmático, 23.
parentesco, 111.
particípio, 197 ss.
pashtu, 209.
passivo, 189, 192-203, 217, 221.
pensamento, 29, 68 ss.
perfeito, 74, 192-203, 219 ss., 268.
performativo, 296 ss.
perifrástico, 219.
persa, 213.
pertencimento, 155, 215 ss.
pertinente, 217.
pessoa, 247-259, 281 ss.
posse, 156, 215.
possessivo, 196 ss., 201.
pragmático, 278.
predicado, 137.
preposição, 141-149.
presente, 268, 289.
primitivo, 85 ss.
pronomes, 247 ss., 277-283, 288.
prospectivo, 262.
provençal, 123.
psicanálise, 81-94.
psicolinguística, 14.
psicologia, 17, 63 ss.
reconstrução, 10, 319-339.
relação, 22, 30, 247 ss., 260 ss.
relacional, 120.
relativa (frase), 228-244.
retórica, 94.
ritmo, 361-370.
russo, 206, 211.
sânscrito, 20, 180, 185, 186 ss., 235,
327, 347.
saussuriano, 5, 21, 22, 34-49, 98 ss.
semântica, 319 ss.
semiótica, 18, 47.
semitico, 206, 251.

sentido, 12 ss., 85 ss., 130 ss., 130.
ser, 76 ss., 79, 169 ss., 204-227.
siamês, 210.
siberiano, 249.
signo, 14, 30, 49, 53-59, 69 ss.
significante, significado, 46, 55 ss.
simbolismo, 14, 27 ss., 30, 92.
sinal, 28, 304.
sincronia, 10.
sin-noma, 132 ss.
sintagmático, 23.
sintaxe, 150 ss., 161 ss., 186 ss.
sintético, 120.
sistema, 22, 98, 141 ss.
siuslaw, 257.
sociedade, 15, 27.
sogdiano, 202, 208 ss.
solidariedade, 24.
sonho, 88 ss.
subjetividade, 255, 259, 284-293.
sublógico, 141 ss.
sumeriano, 233 ss.
tabu, 16, 340 ss.
tagalog, 170.
takekma, 115 ss.
tempo, 260-276, 289.
ter, 78, 204, 227.
tibetano, 111.
tipologia, 114-121.
transformação, 125.
transitivo, 192 ss., 221.
transposição, 158.
troca, 348-360.
tübatulabal, 165, 169.
tunica, 216, 231 ss.
turco, 170, 207 ss., 213, 227, 251.
ugro-finico, 251.
umbro, 54.
universalismo, 102.
vai, 214.
verbo, 164 ss., 183 ss., 260-276.
voz verbal, 185 ss.
yagnābī, 209.
yuma, 283.
zuñi, 165.